São Paulo

DATA MERCANTIL

R$ 2,00 | Quinta, 21 e Sexta-feira, 22 de abril de 2022 | Edição N º 535

datamercantil.com.br

Defasagem da tabela do IR com Bolsonaro é a maior desde o início do Plano Real

A defasagem da tabela do IR (Imposto de Renda da Pessoa Física) no governo de Jair Bolsonaro (PL) atingiu um pico na série histórica iniciada em 1996. Em três anos e três meses, até março de 2022, a defasagem durante a atual gestão alcançou 24%.

Até o momento, nenhum outro presidente acumulou tal defasagem em um único mandato desde a implantação do Plano Real e da mudança no cálculo da tabela, a partir de janeiro de 1996. Antes, nos anos de inflação descontrolada, a tabela sofria reajuste automático por um indexador, a Ufir (Unidade Fiscal de Referência).

O levantamento foi realizado pelo Sindifisco Nacional e mede a defasagem por mandato presidencial considerando o IPCA, índice oficial de inflação medido pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A tabela é usada para o cálculo do desconto do Imposto de Renda de trabalhadores, aposentados e demais contribuintes. Nela, há as faixas de rendimento usadas para base de cálculo, com a respectiva alíquota e parcela a deduzir. Na prática, quando ela não é reajustada conforme a inflação avança, brasileiros pagam mais imposto e o número de contribuintes isentos diminui, ampliando a população tributada.

Promover a correção da tabela do IR foi um compromisso assumido por Bolsonaro durante a campanha eleitoral de 2018, não concretizado até o momento. Nas últimas semanas, tanto o presidente como o ministro da Economia, Paulo Guedes, retomaram o tema, ventilando a possibilidade de fazer a correção ainda em 2022.

Em recente entrevista à CNN, Bolsonaro disse que já está em estudo na equipe econômica uma correção da tabela em "percentual bastante elevado". O governo tem a alternativa de apresentar a correção da tabela em uma medida provisória.

Se ela não ocorrer, a defasagem nos quatro anos de mandato de Bolsonaro pode chegar a 28%. A projeção considera a estimativa de que neste ano a inflação tende a acumular uma alta de 6,86%, segundo a média de projeções dos analistas de mercado financeiro. No entanto, a área de análise de algumas instituições já estima inflação em 7% ou até 8%.

As maiores defasagens até então haviam sido registradas no primeiro e no segundo mandatos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Havia um argumento monetário naquele momento para segurar a correção.

Alexa Salomão/Folhapress

Economia

Após visita a favela, executivos estrangeiros propõem soluções para moradia digna

Página - 03

Mais da metade da população corta consumo devido à inflação, diz pesquisa

Página - 03

Aquisições

Rock Content compra marketplace de freelancers nos EUA

Pág - 05

Arezzo (ARZZ3) compra HG e Sunset, do setor de bolsas e calçados, por R$ 43 milhões

Pág - 05

Política

Arthur do Val decide renunciar ao mandato de deputado após escândalo com áudios sexistas

Página - 04

Sob pressão, Lula pode trocar marqueteiro, mas manter Franklin Martins

Página - 04

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6252-8C33-A045-3940.

No Mundo

Justiça britânica autoriza extradição de Julian Assange para os EUA

A justiça britânica emitiu a ordem formal que autoriza a extradição do fundador do WikiLeaks, Julian Assange, aos Estados Unidos para ser julgado por espionagem devido à publicação de centenas de milhares de documentos secretos a partir de 2010.

A ordem será enviada agora para a ministra do Interior, Priti Patel, que tem a última palavra em qualquer extradição e seria favorável à medida. Ela tem 28 dias para se manifestar. A defesa de Assange pode apresentar suas alegações até 18 de maio.

A justiça dos Estados Unidos deseja julgar o australiano, de 50 anos, pela divulgação no WikiLeaks a partir de 2010 de mais de 700 mil documentos confidenciais sobre atividades diplomáticas e militares americanas, que revelaram atrocidades nas guerras do Iraque e Afeganistão.

Se for declarado culpado, Assange pode ser condenado ao máximo de 175 anos de prisão, em um caso que as organizações de defesa dos direitos humanos denunciam como um ataque à liberdade de imprensa.

O governo americano afirma que o australiano não é jornalista, e sim um hacker, que colocou em perigo a vida de vários informantes ao publicar documentos completos, sem edição.

No dia 14 de março, a Suprema Corte britânica rejeitou um recurso de Assange para apelar contra a extradição.

No mês passado, o australiano e a advogada sul-africana Stella Moris se casaram na penitenciária britânica de segurança máxima onde o fundador do WikiLeaks está desde sua detenção, em 2019, na embaixada equatoriana em Londres.

Folhapress

Relatório da China sobre avião que caiu com 132 a bordo deixa perguntas sem resposta

A China anunciou nesta quarta-feira (20) que concluiu a versão preliminar do relatório sobre a queda do avião que caiu há um mês, matando todas as 132 pessoas a bordo.

O documento, no entanto, não esclarece as circunstâncias do incidente, que segue intrigando especialistas devido à posição quase vertical em que a aeronave caiu e à alta velocidade com que perdeu altitude.

Segundo o comunicado da Administração de Aviação Civil da China (CAAC, na sigla em inglês), as duas caixas-pretas continuam seriamente danificadas, mas sendo analisadas por especialistas em busca de respostas para as causas da queda. Dados dos dois dispositivos foram enviados a Washington, nos EUA, informou a agência.

O relatório também indica que os pilotos do avião não responderam aos contatos dos controladores de voo assim que a primeira alteração no trajeto foi identificada.

Segundo a CAAC, a última chamada regular entre os controladores e a aeronave ocorreu às 14h16, no horário local. Menos de cinco minutos depois, o avião começou a perder altitude.

Folhapress

Ucranianos fazem 'último apelo' em Mariupol; prazo de ultimato russo acaba

O comandante da 36ª Brigada de Fuzileiros Navais da Ucrânia, Serhiy Volynsky pediu para que militares e civis em Mariupol, cidade ucraniana sitiada pelos russos, sejam retirados da fábrica de Azovtal. Em mensagem em vídeo, divulgada por veículos ucranianos de imprensa, Volynsky disse que "este pode ser o último apelo". "Podemos ter alguns dias ou horas restantes." Ao menos 500 militares estariam feridos no local, que também abriga civis.

O Ministério da Defesa da Rússia renovou o ultimato aos militares ucranianos na siderúrgica de Azovtal, em Mariupol, no sul da Ucrânia. O prazo era até as 8h, horário de Brasília, desta quarta-feira (20), 56º dia da guerra da Rússia em território ucraniano. Passado o horário, não houve rendição ucraniana até o momento nem nova manifestação russa a respeito. A fábrica é o principal bastião de resistência restante em Mariupol.

No mesmo horário, haverá um corredor de evacuação, que o governo da Ucrânia disse que conseguiu negociar. "Dada a catastrófica situação humanitária em Mariupol, é nessa direção que hoje vamos concentrar nossos esforços", disse a vice-primeira-ministra da Ucrânia, Iryna Vereshchuk. "Conseguimos acordar antecipadamente um corredor humanitário para mulheres, crianças e idosos."

O prefeito de Mariupol, Vadym Boychenko, também pediu aos moradores que evacuem a cidade. "Já 200 mil moradores de Mariupol conseguiram deixar a cidade. Hoje essas pessoas estão seguras." Boychenko estima que 6 mil civis serão retirados de Mariupol.

A ofensiva russa para tomar o leste ucraniano continua hoje com centenas de ataques. O Ministério da Defesa da Ucrânia disse que a Rússia "está tentando continuar as operações" de ataque no leste "para estabelecer controle total sobre o território das regiões de Donetsk e Lugansk", que formam o Donbass, área separatista. "O inimigo não para de lançar mísseis e bombardeios contra a infraestrutura militar e civil em toda a Ucrânia".

Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.:11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agricolas.

Rodagem: Diária *Fazemos parte da* abra legal

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6252-8C33-A045-3940.

Após visita a favela, executivos estrangeiros propõem soluções para moradia digna

Executivos de grandes empresas de países como Canadá, Itália e Índia estiveram no começo de abril em uma favela em São Paulo. Sua missão, como estudantes de um programa de MBA internacional, era propor soluções para as moradias inadequadas que viram.

"Despertou profunda raiva perceber que, em 2022, ainda há dificuldades para viver", diz a estudante italiana Eva Majidi, 45, diretora do Grupo Damiani. "Desde o acesso à água potável até graves problemas de mofo nas casas."

Assim como Eva, muitos deles visitaram uma favela pela primeira vez. Entraram em casas com rachaduras e goteiras e andaram entre vielas com reboco e lixo à mostra.

"O que mais impactou o grupo foi a resiliência e a solidariedade. Como perfeitos estranhos, nos inserimos na intimidade dessas famílias e, apesar de condições de vida extremamente precárias, encontramos pessoas generosamente acolhedoras", conta a executiva.

Na manhã de 8 de abril, os estudantes apresentaram suas propostas em um encontro na Fundação Dom Cabral (FDC).

Entre as ideias, fazer obras padronizadas, diversificar o crédito para reformas e criar produtos a partir do lixo gerado na comunidade. A proposta do grupo de Eva foi construir habitações modulares com materiais como aço, bambu e plástico reciclado.

"Ver o problema real, a falta de moradia digna na favela, foi impactante", diz Heiko Spitzeck, professor de sustentabilidade corporativa e diretor do Núcleo de Sustentabilidade da FDC.

"Os moradores da comunidade precisam de filantropia, mas também precisam das soluções que empresas e negócios de impacto trazem."

O desafio foi proposto pela Vedacit, que tem como compromisso a redução de 1,6 milhão de moradias inadequadas até 2025. "É uma meta arrojada e temos consciência de que sozinhos não vamos executar", diz Luis Fernando Guggenberger, executivo de marketing, inovação e sustentabilidade da Vedacit.

"Por isso temos a estratégia de acelerar e fortalecer uma rede de novos negócios que atuam com moradia para baixa renda. É esta rede que vai atingir a meta."

Gabriela Caseff/Folhapress

Carnaval fora de época ajuda setor aéreo e turbina voos para São Paulo e Rio

O Carnaval fora de época, marcado para o feriado de Tiradentes com o desfile das escolas de samba, ajudou o setor aéreo em um momento de aperto pela disparada no preço do combustível de avião e no valor das passagens.

Dados da Decolar apontam que a busca por voos para São Paulo e Rio de Janeiro no período cresceu cerca de 96% na última semana em relação à média das últimas quatro semanas.

O aumento foi de quase 120% para a capital paulista e de 65% para a fluminense na mesma base de comparação.

A Decolar diz que tem observado o movimento crescer desde o começo de março. Os turistas vêm principalmente de Recife, Salvador, Brasília, Porto Alegre e Goiânia.

Joana Cunha/Folhapress

Mais da metade da população corta consumo devido à inflação, diz pesquisa

A escalada dos preços fez o guardador de carros Rosenilton de Souza Borges, 38, mudar hábitos de consumo e cortar uma série de despesas. Ele diz que passou a deixar o automóvel na garagem para ir ao trabalho de ônibus, cortou a internet de casa e ainda substituiu a carne vermelha por frango e ovos.

"O carro só ligo de vez em quando para não perder a bateria", afirma. "Na alimentação, o que mais pesou foi carne e óleo. Leite eu nem compro mais", diz ele, que trabalha na região central de Brasília e vive em casa com a mulher e três filhos entre 12 e 17 anos.

Assim como Borges, mais da metade da população cortou despesas nos últimos seis meses diante dos preços em alta, de acordo com pesquisa encomendada pela CNI (Confederação Nacional da Indústria) à FSB Pesquisa.

Pelo levantamento, 54% das pessoas consideram estar em situação financeira muito afetada pela inflação e 64% cortaram o consumo de bens ou serviços nos últimos seis meses devido ao aumento de preços.

Os mais pobres são ainda mais afetados. Nas famílias com renda de até um salário mínimo, 63% dizem estar sendo muito afetadas pela elevação dos preços e 67% dizem ter cortado o consumo de bens ou serviços.

No recorte por produtos eliminados, encabeçam a lista itens não essenciais. Cerca de um terço dos entrevistados deixou de comprar materiais de construção (34% do total) e de ter TV por assinatura (29%) nos últimos seis meses.

Além disso, mais de um quinto das pessoas deixaram de consumir refeições fora de casa (24%) e de comprar eletrodomésticos ou eletroeletrônicos (23%).

A elevação de preços de combustíveis também tem levado a tanques mais secos. Quase um sexto (ou 15%) da população eliminou o consumo de gasolina, álcool ou diesel após a disparada do preço do petróleo em meio à guerra da Ucrânia.

Marcelo Azevedo, gerente de análise econômica da CNI, afirma que a inflação tira o poder de compra da população, diminui o consumo e afeta o resultado das empresas -gerando problemas em toda a economia.

Fábio Pupo/Folhapress

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6252-8C33-A045-3940.

Política

Arthur do Val decide renunciar ao mandato de deputado após escândalo com áudios sexistas

Alvo de processo de cassação na Assembleia Legislativa de São Paulo, o deputado estadual Arthur do Val (União Brasil), conhecido como Mamãe Falei, decidiu renunciar ao mandato.

A decisão não interrompe o andamento do processo na Alesp que pode torná-lo inelegível por oito anos. Ele é julgado por quebra de decoro parlamentar em razão de falas sexistas sobre mulheres ucranianas.

Arthur do Val e seus aliados do MBL (Movimento Brasil Livre) têm criticado o encaminhamento dado ao caso pelos deputados. O encerramento do mandato por meio da renúncia, na visão deles, serviria como símbolo dessa divergência.

Eles defendem que Do Val não deveria ser cassado, ainda que suas atitudes tenham sido dignas de repúdio, e que ele está sendo perseguido por suas posições políticas e por ter conseguido a aprovação de medidas impopulares na Alesp.

"Sem o mandato, os deputados agora serão obrigados a discutir apenas os meus direitos políticos e vai ficar claro que eles querem na verdade é me tirar das próximas eleições. Estou sendo vítima de um processo injusto e arbitrário dentro da Alesp. O amplo direito a defesa foi ignorado pelos deputados, que promovem uma perseguição política", diz o deputado ao Painel, .

"Vou renunciar ao meu mandato em respeito aos 500 mil paulistas que votaram em mim, para que não vejam seus votos sendo subjugados pela Assembleia. Mas não pensem que desisti, continuarei lutando pelos meus direitos", completa.

Na terça-feira (12), o Conselho de Ética da Alesp aprovou por unanimidade a proposta de cassação do mandato de Do Val.

A decisão segue para a Mesa Diretora da Assembleia, que precisa dar aval para o caso seguir ao plenário -em forma de um projeto de resolução que, por regimento, terá ainda que ser apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça.

A proposta, então, precisará ser pautada pelo presidente da Casa, Carlão Pignatari (PSDB), e obter maioria simples (voto favorável de 48 deputados) para ser aprovada.

Arthur do Val virou alvo de processo na comissão de ética por causa das falas que ele enviou a um grupo de WhatsApp após uma viagem à Ucrânia, que enfrenta uma guerra contra a Rússia.

Guilherme Seto/Folhapress

Lula está destruindo todos os partidos que possam fazer sombra a ele, diz Ciro Gomes

Pré-candidato à Presidência pelo PDT, Ciro Gomes, criticou as negociações do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para formar as alianças de sua chapa que vai concorrer às eleições. No entendimento do pedetista, o ex-presidente tenta acabar com outros partidos que podem fazer sombra a ele.

"Tenho me movimentado respeitando as organizações. Diferentemente do Lula, que está destruindo organizações partidárias que podem fazer sombra a um pensamento mais crítico e progressista, como está fazendo com PSOL e PCdoB e PSB, que é uma tragédia", criticou Ciro.

Ele participou hoje da sabatina UOL/Folha apresentada por Fabíola Cidral e conduzida pelo colunista do UOL Josias de Souza e pela jornalista da Folha de S. Paulo Catia Seabra.

"O [Luciano] Bivar [presidente do União Brasil] me convida em um jantar há um mês e pergunta se, lançando candidato, eu aceitaria sentar em uma mesa de diálogo com tantas forças que representam antagonismo à polarização que também censuro. Considero que dialogar é fundamental. Mas minha condição é não ter inimigo da República no diálogo."

O pedetista tem se reunido com União Brasil e PSD para buscar apoio à sua candidatura.

Allan Brito e Jéssica/Folhapress

Sob pressão, Lula pode trocar marqueteiro, mas manter Franklin Martins

A pressão sobre Lula para que ele modifique o marketing de sua pré-campanha à Presidência da República aumentou nesta semana.

Lideranças do PT e do entorno do ex-presidente fazem críticas duras às peças publicitárias que já foram ao ar, e que levam a assinatura do jornalista e marqueteiro Augusto Fonseca.

Dizem que ela é desastrosa, além de cara. A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, por sua vez, já admitiu que a comunicação tem "problemas", e que eles serão ajustados.

O slogan "se a gente quiser, a gente pode", criado por Fonseca, foi considerado uma cópia mal feita e a versão barata do lema da primeira campanha de Barack Obama à presidência dos EUA, "Yes, we can [sim, nós podemos]".

Os valores estimados para a campanha publicitária também são alvo de calorosos debates internos.

Eles poderiam chegar a R$ 45 milhões, ou quase o dobro do que lideranças do partido imaginavam que ela custaria aos cofres da legenda.

Fonseca foi indicado pelo jornalista Franklin Martins, que hoje coordena a comunicação da campanha de Lula.

Ele foi ministro de Comunicação do ex-presidente e tem o respeito e a confiança pessoal de Lula.

O petista tem ainda por ele um enorme afeto, segundo interlocutores próximos.

Por essa razão, o ex-presidente ainda reluta em tomar uma decisão drástica.

As pressões, no entanto, se avolumam a cada dia. E não estão restritas ao secretário nacional de Comunicação do PT, Jilmar Tatto -o primeiro a verbalizar as críticas contra Franklin e Fonseca.

A comunicação é considerada essencial para uma campanha que, na avaliação dos petistas, será dura e enfrentará uma máquina azeitada de seu principal adversário, o presidente Jair Bolsonaro.

Além das falhas, petistas enxergam um problema adicional: Franklin Martins mal fala com lideranças da legenda, o que dificulta uma colaboração mais ampla e eficiente.

Mônica Bergamo/Folhapress

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6252-8C33-A045-3940.

Rock Content compra marketplace de freelancers nos EUA

A Rock Content — a maior empresa brasileira de marketing de conteúdo — acaba de comprar a WriterAccess, um marketplace de freelancers baseado nos Estados Unidos, adicionando um funil de aquisição de novos clientes que deve ajudar na estratégia de cross-sell da empresa.

A transação é o primeiro M&A da Rock Content desde que ela levantou US$ 30 milhões em outubro numa rodada liderada pela Unbox Capital e cujo objetivo era financiar justamente a expansão nos EUA.

A Rock entrou no país em 2019 com a compra da ScribbleLive, e hoje pouco mais da metade de sua receita já vem de lá. Após a aquisição de hoje, essa fatia deve subir para 65%, o fundador Diego Gomes disse ao Brazil Journal.

A Rock Content atende empresas como Dell, Spotify, Oracle e LinkedIn e se posiciona como um "SaaS-enabled marketplace". Ela tem receitas que vêm da assinatura de seus três softwares, mas também ganha uma comissão com as transações feitas em seu marketplace.

As três soluções da Rock são o Studio, que ajuda as empresas a coordenar seu calendário editorial e as atividades da equipe de marketing, além das métricas das publicações; o Stage, basicamente uma solução de hospedagem em WordPress focada em profissionais de marketing; e o Ion, um software que ajuda os times de marketing a criar e implementar conteúdos que exigem alguma interação do usuário.

Em seu marketplace — chamado Visually — a Rock Content já conecta 2.000 clientes com 80 mil freelancers, entre produtores de vídeo, profissionais de marketing e jornalistas — ganhando um 'take rate' toda vez que um negócio é fechado.

A compra da WriterAcess se encaixa nessa última vertical e vai adicionar outros 2 mil clientes a essa base, bem como novas funcionalidades à plataforma.

BizNews

Grupo de Investidores SOC pede que acionistas da Activision Blizzard votem contra a fusão com a Microsoft

Em janeiro deste ano, a Microsoft anunciou sua intensão de adquirir a Activision Blizzard em uma transação colossal de US$68.7 bilhões.

Acontece que além da aprovação dos órgãos regulamentadores, os investidores da Activision Blizzard devem votar contra ou a favor do negócio em uma reunião especial de acionistas que acontecerá em 28 de abril. O negócio não poderá ir adiante a menos que a proposta de adotar os acordos da fusão seja aprovado pelo voto afirmativo dos acionistas que são donos da maior parte das ações da empresa.

O SOC Investment Group foi um dos maiores críticos das respostas da Activision Blizzard nos recentes casos de abusos sexuais e discriminação, inclusive pedindo a resignação de figuras importantes da empresa, incluindo o CEO Bobby Kotick, o presidente do conselho Brian Kelly e do diretor Robert Morgado.

Esta semana, o grupo escreveu uma carta para seus colegas acionistas pedindo que eles rejeitem a proposta de fusão por dois motivos:

Essa transação falha em valorizar devidamente a Activision e seu potencial de ganhos no futuro, em grande parte porque ignora o papel que a crise de assédios sexuais – e a incompetência do conselho da Activision em lidar com isso – desempenhou em atrasar o lançamento de produtos e na queda no valor das ações.

BizNews

Arezzo (ARZZ3) compra HG e Sunset, do setor de bolsas e calçados, por R$ 43 milhões

A Arezzo (ARZZ3) anunciou a compra da HG e Sunset, duas empresas brasileiras de ponta na cadeia de fornecimento do segmento de calçados e bolsas. Segundo a companhia, o objetivo das aquisições está alinhado à estratégia de ir além do setor de calçados e se consolidar como uma "casa de marcas".

O valor da transação foi de R$ 43 milhões, com 70% pagos em ações da companhia. A empresa pagou pela HG aproximadamente R$ 3,7 milhões, valor sujeito a ajustes estipulados em contrato. Já pela Sunset serão pagos R$ 9,4 milhões por 30% da companhia e o restante com a emissão de 369.453 ações.

No fechamento do dia anterior da Bolsa de Valores, a cotação das ações da Arezzo era de R$ 92,59, o que aponta uma parcela a ser paga em ações equivalente a R$ 34,2 milhões. Os atuais sócios da Sunset só poderão vender parte dos papéis recebidos na venda a partir do terceiro ano após o negócio.

A Sunset atua no setor de exportações há mais de 50 anos. Com seu histórico e base de clientes atuais, possibilitará a expansão das vendas ao exterior da Arezzo. Além disso, a transação aumentará a rentabilidade da companhia com ganho de sinergias em agenciamento.

Com o movimento, a Arezzo avança na estratégia de aprofundar sua gestão da cadeia de suprimentos, principalmente na categoria de bolsas, que representa 17% da receita das marcas de calçados do grupo.

A aquisição faz parte ainda da estratégia anunciada ao mercado nos primeiros meses de 2022 durante o processo de follow-on, que captou mais de R$ 830 milhões.

"Estamos seguros de que este movimento irá solidificar ainda mais um de nossos grandes diferenciais estratégicos, a gestão verticalizada da cadeia de valor, agora com foco também no controle do P&D de bolsas", diz Alexandre Birman, CEO da Arezzo, em nota. "Como anunciamos ao mercado, consolidar a cadeia produtiva é uma maneira de garantir a qualidade do nosso fornecimento em um momento em que aceleramos nosso crescimento. As aquisições de HG e Sunset são passos fundamentais nessa estratégia".

Como forma de alinhamento de interesses, o sócio fundador da Sunset e HG, João Fernando, se tornará acionista da Arezzo, com um período de lock-up de 5 anos. Ele atua no setor há mais de 35 anos, com profundo conhecimento no mercado Global de Sourcing, já tendo operado fábricas e fornecedores na América Central e Ásia.

BizNews

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6252-8C33-A045-3940.

Tecnologia

Kwai: mininovelas 'mexicanas' da rede viralizam na internet; veja

Na última semana, o Kwai lançou oficialmente no Brasil um novo recurso que permite aos usuários criarem as chamadas "mininovelas" na plataforma. Com duração de até dois minutos, o TeleKwai tem o objetivo de "empoderar a produção amadora e semi-profissional da dramaturgia brasileira", segundo a empresa.

No aplicativo, os conteúdos com este formato são separados por gênero, como humor, comédia ou romance. As produções seguem quase sempre o mesmo roteiro, sendo que a maioria traz os famosos plot twists com lições de moral aos usuários.

Nos últimos dias, as mininovelas — com tramas e reviravoltas dignas de novelas mexicanas — viralizaram na internet. "Minha nova paixão são os vídeos de encenações do Kwai: atuação nível Globo e temas muito próximos da realidade. Puro suco do entretenimento", disse uma usuária no Twitter.

Investimento pesado

A expectativa da empresa é aumentar sua participação no mercado brasileiro. "É um novo

lugar para o entretenimento, para consumir dramaturgia em formato curto. Temos desde pessoas que estão iniciando no mundo da criação audiovisual e buscam um espaço para divulgar seu conteúdo, como profissionais que já possuem experiência, mas procuram um formato inovador adaptado às novas tendências", diz Wladimir Winter, diretor de conteúdo sêmior do Kwai no Brasil.

Segundo a rede social, o projeto chegou ao Brasil com o apoio de 20 agências de conteúdo, que gerenciam 180 contas na plataforma e produzem aproximadamente 4.500 vídeos por mês. A aposta no formato é tão grande que o Kwai chegou a adotar ferramentas específicas para facilitar a produção e distribuição das mininovelas, como a publicação de vídeos em sequência.

Será que a empreitada do Kwai vai ajudar a empresa na competição contra o TikTok?

Giovanna Fantinato/TecMundo

WhatsApp pode lançar plano de assinatura para contas Business

O mensageiro WhatsApp está trabalhando em um plano de assinatura mensal para donos de contas WhatsApp Business que desejam mais recursos no aplicativo para gerenciar o contato com clientes e o oferecimento de serviços.

Segundo o site WABetaInfo, a versão para assinantes será opcional e válida apenas para as contas corporativas e de negócio, sem afetar os usuários convencionais ou remover recursos que já são disponibilizados normalmente.

A comparação feita pela reportagem original é com o Twitter Blue. A versão "plus" da rede social do passarinho azul traz alguns benefícios que expandem a experiência do membro pagante, incluindo o novo botão de editar posts.

A primeira novidade da modalidade paga será a capacidade de adicionar até 10 dispositivos na função de login em múltiplos aparelhos — por enquanto, é possível apenas ligar quatro por vez. Indícios desse recurso apareceram na reformulação da tela "Aparelhos Conectados" do aplicativo.

Recentemente, o mensageiro na versão Business ganhou outra novidade: a possibilidade de usar fotos de capa nos perfis.

Outros detalhes não foram obtidos e, até o momento, o WhatsApp não se pronunciou oficialmente sobre o caso.

Nilton Kleina/TecMundo

Netflix perde assinantes pela 1ª vez em 10 anos e prevê mais perdas

Em carta aos investidores divulgada, a Netflix informou que registrou uma perda de 200 mil assinantes no primeiro trimestre de 2022 — em comparação com o quarto trimestre de 2021. Em mais de uma década, esta é a primeira vez que a gigante do streaming registra um resultado negativo. Ainda segundo a empresa, a estimativa é de que as quedas continuem e resultem em cerca de 2 milhões de usuários deixando a plataforma.

"Nosso crescimento de receita desacelerou consideravelmente, como mostram nossos resultados e projeções", diz a empresa no início da carta. Entre os principais pontos que têm impactado a receita, a empresa cita a concorrência e a pandemia de covid-19. A empresa fechou o trimestre com US$ 7,87 bilhões de receita.

Outros fatores que impactaram a perda de usuários, segundo a Netflix, incluem o encerramento de seus serviços na Rússia, medida que resultou numa perda de 700 mil usuários totais.

Como medida de retenção, a Netflix elencou que reacelerar crescimento de visualizações e receita, além de aumentar a qualidade da programação e recomendações, são dois pontos a serem seguidos e que possuem mais afinidade com a base de clientes.

Compartilhamento pago de senha:

A empresa também comentou seus planos para implementar uma taxa aos usuários que compartilham senhas com outros. A companhia reconhece que o "compartilhamento [de senha] provavelmente ajudou a impulsionar o nosso crescimento, fazendo com que mais pessoas usassem a Netflix". Porém, argumenta que há uma certa "confusão sobre quando e como a [conta da] Netflix pode ser compartilhada".

Ainda sobre o assunto, a Netflix afirma que não é viável "monetizar tudo agora", mas que essa "é uma grande oportunidade de curto a médio prazo". A companhia não informou quando pretende disponibilizar esse modelo de pagamento para compartilhamento de senhas em mais países. Atualmente, ele está disponível no Chile, Peru e Costa Rica.

Wellington Arruda/TecMundo

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6252-8C33-A045-3940.

Publicidade Legal

Gafisa SPE-113 Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/ME n° 11.165.961/0001-72 – NIRE 35.300.411.889

Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária – Edital de Convocação

Ficam convocados os acionistas da **Gafisa SPE-113 Empreendimentos Imobiliários S.A.** ("Companhia") para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, em formato híbrido, fisicamente no endereço da Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, 3º Andar, Bloco 2, Cj. 32, Condomínio Edifício São Luiz, Vila Nova Conceição, CEP 04.543-900, ou telepresencial mediante acesso ao link disponibilizado por e-mail para participação remota, com envio no endereço eletrônico cadastrado do acionista em até 24 (vinte e quatro) horas da realização das Assembleias, a serem realizadas no dia 29 de Abril de 2022, às 15h00m, em primeira convocação, e às 15h30m, em segunda convocação, com qualquer número de presentes, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** Deliberar e aprovar sobre as contas apresentadas pela Administração , bem como o balanço patrimonial e demais Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Consignar que, na forma do Artigo 1.078 do Código Civil, todos os acionistas declaram ter recebido cópias dos relatórios de contas dos diretores e das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, com a devida antecedência da data da presente Assembleia; **(ii)** Aprovar a destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, conforme Demonstrações Financeiras; **(iii)** Deliberar e aprovar sobre as contas apresentadas pela Administração , bem como o balanço patrimonial e demais Demonstrações Financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, respectivamente. Consignar que, na forma do artigo 1.078 do Código Civil, todos os acionistas declaram ter recebido cópias dos relatórios de contas da Administração diretores e das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais supracitados, com a devida antecedência da data da presente Assembleia. **(iv)** Deliberar e aprovar a destinação do resultado apurado no exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, respectivamente, conforme Demonstrações Financeiras; e **(v)** Deliberar e aprovar sobre a destituição e eleição de membros da Diretoria; **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** Deliberar e aprovar acerca do aumento do capital social da Companhia, para capitalização de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, com a consequente alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; **(ii)** Deliberar pela consolidação do Estatuto Social para refletir as deliberações tomadas nas Assembleias e adequação do Estatuto Social quanto as deliberações anteriores; e **(iii)** Deliberar sobre Assuntos Gerais de interesse da Companhia. **Informações Gerais**: As Demonstrações Financeiras, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, estão disponíveis para a consulta dos acionistas na sede social da Companhia, as quais foram devidamente disponibilizadas no prazo legal. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer munido de documento que comprove sua identidade ou enviá-lo, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas da data das Assembleias, para o e-mail wdoliveira@gafisa.com.br. Na hipótese de representação do acionista por procurador, os instrumentos de mandato com poderes especiais para representação nas Assembleias a que se referem o presente Edital devem ser depositados na sede da Companhia ou enviados para o e-mail supracitado até 28 de abril de 2022. São Paulo, 19 de abril de 2022. Atenciosamente, **Gafisa SPE-113 Empreendimentos Imobiliários S.A.** Administração.

(20, 21 e 23/04/2022)

Enseada Paraíso S.A.

CNPJ/ME nº 07.152.260/0001-21 - NIRE 35.300.350.006

REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Conselheiros da **Enseada Paraíso S.A.** ("Companhia") para se reunirem em Reunião do Conselho de Administração, em formato híbrido, fisicamente no endereço da Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, 3º Andar, Bloco 2, Cj. 32, Condomínio Edifício São Luiz, Vila Nova Conceição, CEP 04.543-900, ou telepresencial mediante acesso ao link disponibilizado por e-mail para participação remota, com envio no endereço eletrônico cadastrado do Conselheiro em até 24 (vinte e quatro) horas da realização da Reunião, a ser realizada no dia 29/04/2022, às 18h00m, em primeira convocação, e às 18hs:30m, em segunda convocação, com qualquer número de presentes, para deliberar sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: (i)** Deliberar e aprovar sobre a destituição e eleição de membros da Diretoria; **(ii)** Deliberar e aprovar sobre a proposta da administração, a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária, quanto a aprovação das contas apresentadas pela Administração, bem como o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2021, e exercícios encerrados em 31/12/2020, 31/12/2019, 31/12/2018, 31/12/2017 e 31/12/2016, respectivamente. Consignar que, na forma do Artigo 1.078 do Código Civil, todas os acionistas/conselheiros declaram ter recebido cópias dos relatórios de contas da Administração e das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31/12/2021 e demais exercícios encerrados em 31/12/2020, 31/12/2019, 31/12/2018, 31/12/2017 e 31/12/2016, respectivamente, com a devida antecedência da data da presente Reunião; e **(iii)** Deliberar e aprovar sobre a proposta da Administração quanto a destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31/12/2021, conforme demonstrações financeiras; e **(iv)** Deliberar sobre Assuntos Gerais de interesse da Companhia. São Paulo, 19/04/2022. **Enseada Paraíso S.A.** Administração.

Pedreira Cachoeira S.A.

CNPJ/ME nº 62.310.644/0001-33 – NIRE 35.300.052.421

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária

Ficam convidados os Senhores Acionistas desta Companhia a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 29 de abril de 2022, às 10h00, na sede social à Rua Cel. Sezefredo Fagundes, 7.901 – Tucuruvi, na cidade de São Paulo, Capital, CEP 02306-000, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** Exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras e Contábeis, suas Notas Explicativas, e do Relatório da Administração, todos relativos ao exercício social findo em 31/12/2021; **(ii)** Destinação do Resultado do Exercício findo em 31/12/2021; **(iii)** Correção Monetária do Capital Social; **(iv)** Aprovação da verba anual e global destinada à remuneração da Diretoria; e **(v)** Outros assuntos de interesse social. SP, 20/04/2022. ***A Diretoria***. (21, 23 e 26/04/2022)

Caravelas Negócios Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 13.019.760/0001-92 – NIRE 35.300.386.817

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Sociedade, a ser realizada na sede social, à Avenida Presidente Altino, 603, em São Paulo-SP, no dia 28 de abril de 2022, às 9:00 horas, a fim de deliberarem sobre seguinte Ordem do Dia: **Em AGO:** (i) Tomar conhecimento do Relatório da Administração, examinar e deliberar sobre as contas da Diretoria, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (ii) Eleger os membros do Conselho de Administração para o triênio 2022/2025; e (iii) Fixar a remuneração global anual da administração. São Paulo, 18 de abril de 2022. **Angela Martins Guido Rios** – Presidente do Conselho de Administração. (20, 21 e 23/04/2022)

Tam Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A.

CNPJ/MF nº 52.045.457/0001-16 – NIRE 35.300.026.373

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Tam Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A. ("Companhia") a se reunirem às 09:00, do dia 30 de abril de 2022, na sede social, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Monsenhor Antonio Pepe, n. 94, Parque Jabaquara, facultada a participação digital através do link https://us02web.zoom.us/j/81177105286?pwd=alRBNGUrd2VPck5SS2tFakZZekZ4UT09, bem como a assinatura da respectiva Ata por meio digital a ser disponibilizado, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a.** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **b.** Remuneração dos administradores da Companhia. A Companhia informa que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia os documentos elencados na Lei 6.404/76.

São Paulo, 21 de abril de 2022. **Leonardo Rosendo Fiuza** – Diretor.

Faça um orçamento conosco:
comercial@datamercantil.com.br

Jardins da Barra Desenvolvimento Imobiliário S.A.

CNPJ/ME n° 09.253.266/0001-10 – NIRE 35.300.354.206

Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária – Edital de Convocação

Ficam convocados os Acionistas da **Jardins da Barra Desenvolvimento Imobiliário S.A.** ("Companhia") para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, em formato híbrido, fisicamente no endereço da Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, 3º Andar, Bloco 2, Cj. 32, Condomínio Edifício São Luiz, Vila Nova Conceição, CEP 04.543-900, ou telepresencial mediante acesso ao link disponibilizado por e-mail para participação remota, com envio no endereço eletrônico cadastrado do Acionista em até 24 (vinte e quatro) horas da realização das Assembleias, a serem realizadas no dia 28 de Abril de 2022, às 18h00m, em primeira convocação, e às 18hs:30m, em segunda convocação, com qualquer número de presentes, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** Deliberar e aprovar sobre as contas apresentadas pela Administração, bem como o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Consignar que, na forma do Artigo 1.078 do Código Civil, todas os Acionistas declaram ter recebido cópias dos relatórios de contas da Administração e das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, com a devida antecedência da data da presente Assembleia; **(ii)** Aprovar a destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, conforme demonstrações financeiras; **(iii)** Deliberar e aprovar sobre as contas apresentadas pela Administração, bem como o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, respectivamente. Consignar que, na forma do artigo 1.078 do Código Civil, todas as acionistas declaram ter recebido cópias dos relatórios de contas da Administração e das demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais supracitados, com a devida antecedência da data da presente Assembleia. **(iv)** Deliberar e aprovar a destinação do resultado apurado nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, respectivamente, conforme demonstrações financeiras; **(v)** Deliberar e aprovar sobre a destituição e eleição de membros da Diretoria. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (vi)** Deliberar sobre Assuntos Gerais de interesse da Companhia. **Informações Gerais:** – As Demonstrações Financeiras, referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, estão disponíveis para a consulta dos Acionistas na sede social da Companhia, as quais foram devidamente disponibilizadas no prazo legal. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer munido de documento que comprove sua identidade ou enviar, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas da data da Assembleia, para o e-mail wdoliveira@gafisa.com.br. Na hipótese de representação do acionista por procurador, os instrumentos de mandatos com poderes especiais para representação nas assembleias a que se referem o presente Edital devem ser depositados na sede da Companhia ou enviados para o e-mail supracitado até 27 de Abril de 2022. São Paulo, 19 de Abril de 2022. Atenciosamente, Jardins da Barra Desenvolvimento Imobiliário S.A., Administração.

(20, 21 e 23/04/2022)

Enseada Paraíso S.A.

CNPJ/ME nº 07.152.260/0001-21 - NIRE 35.300.350.006

ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os acionistas da **Enseada Paraíso S.A.** ("Companhia") para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, em formato híbrido, fisicamente no endereço da Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, 3º Andar, Bloco 2, Cj. 32, Condomínio Edifício São Luiz, Vila Nova Conceição, CEP 04.543-900, ou telepresencial mediante acesso ao link disponibilizado por e-mail para participação remota, com envio no endereço eletrônico cadastrado do acionista em até 24 (vinte e quatro) horas da realização das Assembleias, a ser realizada no dia 29/04/2022, às 19h00m, em primeira convocação, e às 19hs:30m, em segunda convocação, com qualquer número de presentes, para deliberar sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** Deliberar e aprovar sobre as contas apresentadas pela Administração, bem como o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2021. Consignar que, na forma do Artigo 1.078 do Código Civil, todas os acionistas declaram ter recebido cópias dos relatórios de contas da Administração e das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31/12/2021, com a devida antecedência da data da presente Assembleia; **(ii)** Aprovar a destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31/12/2021, conforme demonstrações financeiras; **(iii)** Deliberar e aprovar sobre as contas apresentadas pela Administração, bem como o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2020, 31/12/2019, 31/12/2018, 31/12/2017 e 31/12/2016, respectivamente. Consignar que, na forma do artigo 1.078 do Código Civil, todas os acionistas declaram ter recebido cópias dos relatórios de contas da Administração e das demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais supracitados, com a devida antecedência da data da presente Assembleia. **(iv)** Deliberar e aprovar a destinação do resultado apurado nos exercícios sociais encerrados em 31/12/2020, 31/12/2019, 31/12/2018, 31/12/2017 e 31/12/2016, respectivamente, conforme demonstrações financeiras; e **(v)** Deliberar e aprovar sobre a destituição e eleição de membros do Conselho de Administração. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (vi)** Alteração da sede social da Companhia, com a consequente alteração da Cláusula Segunda do Estatuto Social; **(vii)** Deliberar acerca do aumento do capital social da Companhia, para capitalização de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, com a consequente alteração da Cláusula Quinta do Estatuto Social; **(viii)** Consolidação do Estatuto para refletir as deliberações tomadas; e **(ix)** Deliberar sobre Assuntos Gerais de interesse da Companhia. **INFORMAÇÕES GERAIS**: As demonstrações financeiras, referente aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2021, 31/12/2020, 31/12/2019, 31/12/2018, 31/12/2017 e 31/12/2016, estão disponíveis para a consulta dos acionistas na sede social da Companhia, as quais foram devidamente disponibilizadas no prazo legal. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer munido de documento que comprove sua identidade ou enviá-lo, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas da data das Assembleias, para o e-mail wdoliveira@gafisa.com.br. Na hipótese de representação do acionista por procurador, os instrumentos de mandatos com poderes especiais para representação nas assembleias a que se referem o presente Edital devem ser depositados na sede da Companhia ou enviados para o e-mail supracitado até 28/04/2022. São Paulo, 19/04/2022. **Enseada Paraíso S.A.** Administração.

Companhia Imobiliária Ibitirama

CNPJ/MF nº 61.376.737/0001-06 – NIRE 35.300.037.154

Edital de Convocação

Ficam convidados os senhores acionistas a reunirem-se em Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária, na sede social da companhia, na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Libero Badaró, 293, 21º andar, conjunto C, sala 24, Centro, CEP 01009-907, às 10:00 horas do dia 28 de abril de 2022, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **Assembleia Geral Extraordinária**: i) exame, discussão e votação das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31.12.2019 e 31.12.2020 e destinação dos resultados dos respectivos exercícios; ii) ratificação dos pagamentos feitos à Diretoria nos exercícios de 2019 e 2020; iii) discussão e votação para alienação dos direitos da parede cega (EMPENA); e, iv) dissolução e liquidação da companhia com a contratação de assessores externos para apoiar a diretoria com os tramites. **Assembleia Geral Ordinária**: i) exame, discussão, votação das contas da administração da Companhia e das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31.12.2021; ii) destinação do resultado do exercício; iii) eleição dos membros da Diretoria para o próximo mandato e, iv) fixação da remuneração da Diretoria. (20, 21 e 23/04/2022)

ABRAPHE – Associação Brasileira de Pilotos de Helicóptero

CNPJ/ME nº 02.344.804/0001-33

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

O Presidente, Sr. **Thales Augusto Dzioba Pereira**, convoca os membros e associados da **ABRAPHE – Associação Brasileira de Pilotos de Helicóptero** ("Associação") para reunirem-se no dia 27 de abril de 2022, às 19:00 horas em primeira chamada, ou caso não haja quórum mínimo para início dos trabalhos, às 19:30 horas, com qualquer quórum, no Auditório da Go Air – Aeroporto Campo de Marte -Avenida Olavo Fontoura, 1078 – St. C – Lt. 07 – Santana – São Paulo-SP – CEP: 02012-021, para: **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária: a)** Leitura da Ata da AGO do exercício anterior; **b)** Apreciar, discutir e votar o relatório da Diretoria, Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial referente aos exercícios encerrados em 31/12/2020 e 31/12/2021: Resumo das Contas 2020: Receita: R$ 393.882,55; Despesas: R$ 352.772,86; Resultado: **R$41.109,69;** e Patrimônio Líquido: R$41.110,00. Resumo das Contas 2021: Receita: R$ 357.993,96; Despesas: R$ 364.560,99; Resultado: (**R$6.567,03);** e Patrimônio Líquido: R$29.236,00. **c)** Apreciar, discutir e votar a Previsão Orçamentária e o Plano de Atividades para o exercício referente ao ano de 2022, caso a atual Diretoria permaneça; **d)** Autorizar a permanência, aprovar e ratificar os atos realizados pela atual Diretoria e Conselho Fiscal, até que sobrevenha a realização de nova eleição, haja vista a ausência de inscrição de chapa e de candidatos interessados para os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Conselheiro Fiscal; **e)** Deliberar sobre a possibilidade de realizar no exercício corrente, novo procedimento de inscrição de candidatos e formação de chapas, viabilizando a condução do processo eleitoral da nova Diretoria e do Conselho Fiscal, seguindo os tramites estabelecidos pelo Artigo 31 do Estatuto da Associação. **f)** Apreciar, discutir e votar a reforma do Estatuto da Associação; **g)** Tratar de assuntos de interesse geral da categoria e dos associados. São Paulo, 19 de abril de 2022.

Thales Augusto Dzioba Pereira – Presidente

(19, 20 e 21/04/2022)

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC - R$ 4,6391 / R$ 4,6397 **
Câmbio livre mercado - R$ 4,6170 / R$ 4,6190 *
Turismo - R$ 4,7000 / R$ 4,7880

(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado
no dia: -1,04%

OURO BM&F
R$ 290,000

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: -0,62%
Pontos: 114.343
Volume financeiro: R$ 25,678 bilhões
Maiores altas: Rumo ON (4,61%), Eletrobras PN (4,60%), PetroRio ON (4,22%)
Maiores baixas: Natura ON (-15,58%), Cogna Educação ON (-7,32%), Usiminas PN (-6,34%)

S&P 500 (Nova York): -0,06%
Dow Jones (Nova York): 0,71%
Nasdaq (Nova York): -1,22%
CAC 40 (Paris): 1,38%
Dax 30 (Frankfurt): 1,47%
Financial 100 (Londres): 0,37%
Nikkei 225 (Tóquio): 0,86%
Hang Seng (Hong Kong): -0,40%
Shanghai Composite (Xangai): -1,35%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): -1,55%
Merval (Buenos Aires): 0,57%
IPC (México): -1,47%

Data Mercantil - A melhor opção para sua empresa

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6252-8C33-A045-3940.

Publicidade Legal

Vereda Educação S.A.

CNPJ/MJ nº 26.193.756/0001-98 – NIRE 35.230.138.852

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 *(valores expressos em reais)*

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Senhores acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais de 2021 e 2020. Colocamo-nos à disposição dos Senhores acionistas para esclarecimentos necessários.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	2021	2020
Circulante	**11.158.550**	**9.558.504**
Caixa e equivalentes de caixa	3.448.594	6.366.995
Clientes	455.249	1.298.753
Adiantamento a fornecedores	782.146	777.417
Tributos a compensar	121.317	116.718
Outros créditos	32.303	35.810
Alugueis antecipados	5.580.713	-
Despesas pagas antecipadamente	738.229	962.811
Não circulante	**58.976.442**	**73.808.965**
Depósito judicial	1.307.124	1.284.291
Alugueis a apropriar	34.035.047	43.807.224
Imobilizado	22.417.609	27.495.188
Intangível	1.216.662	1.222.262
Total do ativo	**70.134.993**	**83.367.469**
Passivo		
Circulante	**6.714.799**	**5.052.789**
Obrigações trabalhistas	885.943	406.106
Obrigações tributárias	311.656	251.780
Empréstimos a pagar	217.477	-
Fornecedores a pagar	2.316.773	1.071.831
Contas a pagar	1.839.586	1.036.881
Adiantamento de clientes	510.767	1.475.722
Férias e encargos a pagar	632.597	810.469
Não circulante	**87.190.069**	**73.682.373**
Débitos com partes relacionadas	47.846.145	29.875.149
Outros contas a pagar	39.343.924	43.807.224
Patrimônio liquido	**(23.769.875)**	**4.632.306**
Capital social	64.844.034	64.844.034
Capital social a integralizar	(1.210.274)	(1.210.274)
Reserva de capital	4.197.915	4.197.915
Lucro e/ou prejuizos acumulados	(91.601.550)	(63.199.369)
Total do passivo	**70.134.993**	**83.367.469**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	2021	2020
Receita operacional líquida	**19.195.212**	**19.579.397**
Lucro bruto	**19.195.212**	**19.579.397**
Outras receitas/(despesas) operacionais	**(46.705.154)**	**(42.195.466)**
Despesas com pessoal	(17.729.763)	(14.587.391)
Despesas gerais e administrativas	(17.282.662)	(17.085.820)
Despesas com ocupação	(5.683.753)	(4.857.224)
Despesas com deprec./Amort.	(5.329.038)	(4.828.943)
Despesas tributárias	(679.938)	(836.088)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	**(870.765)**	**(6.123.374)**
Despesas financeiras	(2.759.541)	(6.288.254)
Receitas financeiras	1.888.777	164.880
Resultado antes do IR/CS	**(28.380.707)**	**(28.739.443)**
Imposto de renda	-	-
Contribuição social	-	-
Resultado líquido do exercício	**(28.380.707)**	**(28.739.443)**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO

	Capital Social	Capital integralizar	Reserva de Capital	Prejuízos Acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2019	**18.419.725**	**(1.210.255)**	**4.197.915**	**(34.943.451)**	**(13.536.065)**
Subscrição capital	46.424.309	(19)	-	-	46.424.290
Prejuizo do exercício	-	-	-	(28.255.918)	(28.255.918)
Em 31 de dezembro de 2020	**64.844.034**	**(1.210.274)**	**4.197.915**	**(63.199.369)**	**4.632.307**
Ajuste de exerícios anteriores	-	-	-	(21.475)	(21.475)
Prejuizo do exercício	-	-	-	(28.380.707)	(28.380.707)
Em 31 de dezembro de 2021	**64.844.034**	**(1.210.274)**	**4.197.915**	**(91.601.551)**	**(23.769.875)**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	2021	2020
Fluxo de caixa originados de:		
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício/período	(28.380.707)	(28.739.443)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	5.233.445	4.828.946
Ajustes de exercícios anteriores	(21.475)	387.929
Perda estimada de créditos de liquidação duvidosa	580.242	1.801.919
Redução variações nos ativos e passivos		
(-) Aumento / redução em contas a receber	181.920	(2.135.006)
(-) Aumento / redução adiantamento a fornecedores	76.613	(694.169)
(-) Aumento / redução adiantamento a empregados	3.467	-
(-) Aumento / redução tributos a recuperar	(4.559)	(10.322)
(-) Aumento / redução alugueis antecipados	(5.580.713)	-
(-) Aumento / redução outros créditos	9.899.996	(43.789.473)
Aumento / (-) redução despesas de meses seguintes	96.763	(826.833)
Aumento / (-) redução depósito judicial	(22.833)	(1.200.260)
Aumento / (-) redução em fornecedores	1.244.942	(2.146.186)
Aumento/(redução) em obrigações tributárias	(26.100)	(83.953)
Aumento / (-) redução em contas a pagar	(3.661.133)	44.844.106
Aumento / (-) redução em adiantamento de clientes	(964.955)	600.779
Aumento / (-) redução em adiantamento de clientes	(177.872)	-
Aumento/(redução) em obrigações trabalhistas	566.350	(953.129)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais:	(20.956.608)	(28.115.097)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Compras de imobilizado	(150.266)	(8.917.936)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos:	(150.266)	(8.917.936)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos	217.477	-
Integralização de capital	-	46.424.290
Débitos com partes relacionadas	17.970.996	(10.703.754)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de financiamentos:	18.188.473	35.720.536
(+) Aumento/(-) redução nas disponibilidades	(2.918.402)	(1.312.496)
No início do período	6.366.995	7.679.492
No final do período	3.448.594	6.366.995

DIRETORIA

Arthur Prandato Buzatto – Diretor Presidente – CPF: 216.427.178-51

Ivo Pereira de Freitas Filho – Contador – TC CRC: SP245569/O

Confal Participações S.A.

CNPJ/MF nº 08.966.296/0001-01

Balanço Patrimonial encerrado em: 31/12/2021 e 2020

Ativo	31/12/2021	31/12/2020
Ativo Circulante	**659,10d**	**333,51d**
Disponível	**459,10d**	**133,51d**
Bancos Conta Movimento	**459,10d**	**133,51d**
Banco Itaú S.A	459,10d	133,51d
Outros Créditos	**200,00d**	**200,00d**
Títulos a Receber	**200,00d**	**200,00d**
Títulos a Receber	200,00d	200,00d
Total Ativo	**659,10d**	**333,51d**
Passivo	**31/ 12/2021**	**31/12/2020**
Passivo Circulante	**47.805,25c**	**18.740,97c**
Obrigações Tributárias	**5,25c**	**40,97c**
Impostos e Contribuições Recolher	**5,25c**	**40,97c**
PIS a Recolher	5,25c	5,25c
Cofins a Recolher	0,00	10,48c
CRF – Sobre Serviços a Recolher	0,00	25,24c
Outras Obrigações	**47.800,00c**	**18.700,00c**
Contas a Pagar	**47.800,00c**	**18.700,00c**
Reembolso de Despesas a Pagar – VBG	47.800,00c	18.700,00c
Patrimônio Líquido		
Capital Social	**106.744.683,34c**	**106.744.683,34c**

Passivo	31/ 12/2021	31/12/2020
Capital Subscrito	**106.744.683,34c**	**106.744.683,34c**
Capital Social – Nacional	1,00c	1,00c
Capital Social – Exterior	106.743.305,10c	106.743.305,10c
AFAC – Adiantamento p/aumento de capital	1.377,24c	1.377,24c
Lucros ou Prejuízos	**106.791.829,49d**	**106.763.090,80d**
Lucros ou Prejuízos	**106.791.829,49d**	**106.763.090,80d**
(-) Prejuízos Acumulados	106.763.090,80d	106.739.443,14d
Resultado do Exercício em Curso	28.738,69d	23.647,66d
Total Patrimônio Líquido	**47.146,15d**	**18.407,46d**
Total Passivo e Patrimônio Líquido	**659,10c**	**333,51c**

Demonstração do Resultado do exercício em 31/12/2021 e 31/12/2020

	2021	2020
Receitas Financeiras	**1,13**	**92,54**
Rendimentos de Aplicação	1,13	92,54
Receita Operacional	**1,13**	**92,54**
Despesas Administrativas	**(24.693,83)**	**(18.581,03)**
Serviços Tomados Pessoa Jurídica	(22.443,83)	(18.581,03)
Despesas Administrativas	(2.250,00)	(18.581,03)
Despesas Financeiras	**(3.426,30)**	**(4.612,28)**
Despesas Financeiras	(3.426,30)	(4.612,28)
Depesas Tributárias	**(619,69)**	**(546,89)**
Despesas Tributárias	(619,69)	(546,89)
Despesas Operacionais	**(28.739,82)**	**(23.740,20)**
Resultado Operacional	**(28.738,69)**	**(23.647,66)**
Resultado antes do IR e CSL	**(28.738,69)**	**(23.647,66)**
Prejuízo do Exercício	**(28.738,69)**	**(23.647,66)**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro 2021 e 2020

	Capital social	Reserva Capital	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**106.744.683,34**	**0,00**	**(106.739.443,14)**	**5.240,20**
Integralizaçao de capital				0,00
Prejuízo do exercício			(23.647,66)	(23.647,66)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**106.744.683,34**	**0,00**	**(106.763.090,80)**	**(18.407,46)**
Prejuízo do exercício			(28.738,69)	(28.738,69)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**106.744.683,34**	**0,00**	**(106.791.829,49)**	**(47.146,15)**

Fabio Greco – Diretor

Carlos Roberto de Santana – Contador CRC 1SP 251.493/0-3

CTO 1 Agropecuária S/A

CNPJ/MF nº 10.597.657/0001-31

Balanço Patrimonial Encerrado em 31/12/2021 e 31/12/2020 *(Valores expressos em Reais)*

Ativo	2021	2020
Circulante	329.976,24	329.945,86
Caixa e Bancos	329,94	299,56
Tributos a Compensar	329.546,30	329.546,30
Outros créditos	100,00	100,00
Total do ativo	**329.976,24**	**329.945,86**
Passivo	**2021**	**2020**
Circulante	3.465.733.761,57	2.838.327.999,20
Emissões de Títulos	3.465.443.424,15	2.838.077.320,01
Obrigações Fiscais	3.732,70	4.174,47

Passivo	2021	2020
Provisões p/ Contingências	232.504,72	232.504,72
Outras Obrigações	54.100,00	14.000,00
Patrimônio líquido	(3.465.403.785,33)	(2.837.998.053,34)
Capital social	12.388.318,46	12.388.318,46
Lucros Acumulados	(3.477.792.103,79)	(2.850.386.371,80)
Total do Passivo e Patr. líquido	**329.976,24**	**329.945,86**

Demonstração do Resultado do – Exercício em 31/12/2021 E 31/12/2020
(Valores expressos em Reais)

Descrição	2021	2020
Receitas Financeiras	**2.539,99**	**15.545,88**
Rendimentos Financeiros	251,17	830,24
Variações Monetárias	2.198,37	14.715,64
Outras Receitas	90,45	0,00
Receitas Financeiras	**2.539,99**	**15.545,88**
Despesas Administrativas	**(224.367,09)**	**(269.216,16)**
Serviços Tomados PJ	(213.468,65)	(192.437,22)
Despesas Gerais	(10.898,44)	(76.778,94)
Despesas Financeiras	**(8.685,50)**	**(2.770,01)**
Despesas Financeiras	(8.685,50)	(2.770,01)
Depesas Tributárias	**(1.361,21)**	**(6.274,69)**
Despesas Tributárias	(1.361,21)	(6.274,69)
Resultado antes do IR e CSL	**(231.873,81)**	**(262.714,98)**
Impostos de Renda e Contribuição Social	**0,00**	**0,00**
Prejuízo do Exercício	**(231.873,81)**	**(262.714,98)**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12/2021 e 31/12/2020
(Valores expressos em Reais)

	Capital social	Reserva Capital	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**11.612.807,00**	**0,00**	**(2.088.506.687,06)**	**(2.076.893.880,06)**
Aumento de capital	775.511,46			775.511,46
Prejuízo do exercício			(761.879.684,74)	(761.879.684,74)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**12.388.318,46**	**0,00**	**(2.850.386.371,80)**	**(2.837.998.053,34)**
Prejuízo do exercício			(627.405.731,99)	(627.405.731,99)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**12.388.318,46**	**0,00**	**(3.477.792.103,79)**	**(3.465.403.785,33)**

Fabio Greco – Diretor

Carlos Roberto de Santana – Contador CRC 1SP 251.493/0-3

Servidores da CVM aprovam operação-padrão de 15 dias para pressionar governo

Os servidores da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) decidiram, em assembleia na noite da terça-feira, 19, iniciar na próxima segunda-feira, 25, uma operação-padrão, com 15 dias de duração, com o objetivo de pressionar o governo federal por maior reajuste salarial, além de outras demandas.

Segundo os servidores, a operação vai reduzir pela metade o cumprimento das atividades colocadas como metas da instituição e pode provocar atrasos desde registros de ofertas públicas a até afetar os trâmites de processos administrativos sancionadores.

"A operação-padrão pode afetar registros, consultas, processos investigativos e comprometer a realização da fiscalização desempenhada pela CVM", disse Hertz Leal, presidente do Sindicato Nacional dos Servidores da Comissão de Valores Mobiliários (SindCVM). "Pode também atrasar o trâmite de processos sancionadores, registro de companhias e das ofertas públicas de valores mobiliários."

De acordo com os servidores, a mobilização é uma reação ao anúncio do governo federal de que realizaria um reajuste linear de 5%, medida considerada insatisfatória por causa da inflação acumulada de quase 27% nos últimos três anos.

"A mobilização pode, enfim, afetar a integridade do mercado, mas os servidores precisam se manifestar para garantir que suas reivindicações sejam atendidas", explicou Leal.

Isto é Dinheiro

Petróleo fecha misto, com DoE e preocupações sobre economia global no radar

Os ativos do petróleo fecharam mistos, em uma sessão marcada pela volatilidade. Os contratos ganharam força após relatório do Departamento de Energia (DoE) dos Estados Unidos mostrar queda nos estoques da commodity. Em seguida, o óleo perdeu força, em meio a preocupações com a economia global, diante de comentários de dirigentes do Fundo Monetário Internacional (FMI).

O petróleo WTI para junho fechou em alta de 0,14% (US$ 0,14), a US$ 102,19 o barril, na New York Mercantile Exchange (Nymex), e o Brent para junho teve queda de 0,42% (US$ 0,45), a US$ 106,80 o barril, na Intercontinental Exchange (ICE).

O Departamento de Energia (DoE) dos Estados Unidos informou inesperada queda nos estoques americanos na semana passada, de 8,02 milhões de barris, quando o mercado esperava alta de 2,2 milhões. De acordo com a Capital Economics, os estoques caíram devido a um aumento nas exportações e uma diminuição nas importações. "Daqui para frente, porém, o plano do governo dos EUA de reduzir ainda mais suas reservas estratégicas de petróleo, além de melhorar a produção, deve levar a uma recuperação dos estoques nos próximos meses", diz, em relatório enviado a clientes.

Mais tarde, os contratos perderam força e passaram a cair. De acordo com o analista Craig Erlam, da Oanda, as revisões em baixa das previsões de crescimento do FMI e do Banco Mundial nos últimos dias pesaram sobre os preços do óleo. "A guerra na Ucrânia e os lockdowns na China estiveram em grande parte por trás dessas revisões que pesarão na demanda neste ano. Mesmo assim, com a lenta recuperação da oferta, espera-se que os preços permaneçam muito altos no futuro próximo", destacou, em relatório enviado a clientes. Um dia após fazer previsões negativas sobre a economia global, a diretora-gerente da instituição, Kristalina Georgieva, afirmou que a pandemia e a guerra entre Rússia e Ucrânia provocam "maciços" retrocessos à economia global.

Isto é Dinheiro

Data Mercantil - A melhor opção para sua empresa

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6252-8C33-A045-3940.

RER Participações S.A.

CNPJ/MF nº 96.178.546/0001-06

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota Explicativa	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	**7.860**	13.653
Contas a receber de clientes	6	**12**	9
Contas a receber – partes relacionadas	10	**2.443**	1.906
Estoques		**10.906**	10.891
Impostos a recuperar		**1**	1
Outros ativos		**1.042**	62
Total do ativo circulante		**22.264**	26.522
Não circulante			
Outros		**1.878**	2
Investimento	8	**2.546**	2.547
Propriedade para investimento	9	**155.733**	148.886
Imobilizado	7	**132**	170
Intangível		**–**	1
Ativo de direito de uso		**1**	36
Total do ativo não circulante		**160.290**	151.642
Total do ativo		**182.554**	178.164

Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	2021	2020
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	**7.342**	2.891
Fornecedores		**331**	221
Obrigações trabalhistas		**99**	77
Obrigações fiscais		**1.016**	824
Dividendos juros s/ capital próprio a pagar	12	**3.182**	8.488
Arrendamento a pagar		**3**	39
Total do passivo circulante		**11.973**	12.540
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	**9.787**	17.121
Arrendamento a pagar		**–**	3
Total do passivo não circulante		**9.787**	17.124
Patrimônio líquido	12		
Capital social		**120.000**	100.000
Reserva de lucros		**40.794**	48.500
Total do patrimônio líquido		**160.794**	148.500
Total do passivo e patrimônio líquido		**182.554**	178.164

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	Nota Explicativa	Capital Social	Reserva de lucros: Reserva Legal	Reserva de lucros: Reserva de capital de giro	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**100.000**	**8.400**	**33.483**	**–**	**141.883**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	9.632	9.632
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Reserva legal	12 b)		482	–	(482)	–
Dividendos aprovados	12 c)	–	–	(2.923)	(92)	(3.015)
Ajuste de exercício de anterior		–	–	9.058	(9.058)	–
Reserva de capital de giro	12 d)					
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**100.000**	**8.882**	**39.618**	**–**	**148.500**
Aumento de capital		20.000	**–**	(20.000)	**–**	**–**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	15.349	15.349
Destinação do lucro líquido do exercício:		–	–	–	–	–
Reserva legal	12 b)	–	767	–	(767)	–
Dividendos aprovados	12 c)	–	–	(2.908)	(146)	(3.054)
Reserva de capital de giro	12 d)	–	–	14.435	(14.436)	(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**120.000**	**9.649**	**31.146**	**–**	**160.794**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

	Nota Explicativa	2021	2020
Receita operacional líquida	13	**26.399**	17.456
Custo dos produtos e serviços vendidos		**(326)**	–
Lucro bruto		**26.073**	17.456
(Despesas) receitas operacionais			
Administrativas e Gerais	14	**(740)**	(560)
Honorários da Administração	14	**(1.260)**	(1.260)
Depreciações e Amortizações	14	**(4.703)**	(3.976)
Equivalência Patrimonial		**–**	–
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	15	**4**	–
		(6.699)	(5.796)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**19.374**	11.660
Resultado financeiro	16		
Receitas financeiras		**668**	150
Despesas financeiras		**(1.695)**	(180)
		(1.027)	(30)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**18.347**	11.630
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente		**(2.998)**	(1.998)
Lucro líquido do exercício		**15.349**	9.632
Quantidade ponderado de ações do capital social		**7.000.000**	7.000.000
Lucro básico e diluído por ação – R$		**2,19**	1,38

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	**15.349**	9.632
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	**15.349**	9.632

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	Nota explicativa	2021	2020
Lucro do exercício		**15.349**	9.632
Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa originário das atividades operacionais:			
Depreciação e amortização		**4.703**	3.976
Perda (Ganho) na venda baixa de ativo imobilizado		**(4)**	48
Equivalência patrimonial		**–**	–
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e tributos parcelados		**1.687**	176
		21.735	13.832
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber		**(537)**	(1)
Contas a receber – partes relacionadas		**(3)**	(404)
Estoques		**293**	(61)
Impostos a recuperar		**–**	(1)
Outros ativos		**(2.856)**	88
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		**110**	128
Obrigações fiscais		**2.866**	2.000
Obrigações trabalhistas, antecipação de clientes e outras obrigações		**–**	(595)
Caixa gerado nas atividades operacionais		**21.608**	14.986
Juros pagos		**(1.678)**	(159)
Imposto de renda e contribuição social pagos		**(2.652)**	(1.705)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**17.278**	13.122
Fluxo de caixa de operações de investimentos:			
Valor recebido na venda de imobilizado		**930**	–
Adições ao ativo imobilizado		**–**	(185)
Adições propriedades para investimento		**(12.703)**	(20.384)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos		**(11.773)**	(20.569)
Fluxo de caixa de operações de financiamentos:			
Empréstimos e financiamentos – captações		**–**	20.000
Empréstimos e financiamentos – pagamentos		**(2.889)**	–
Pagamento arrendamento		**(49)**	(41)
Dividendos pagos	12 c)	**(8.360)**	(4.505)
Caixa gerado pelas atividades de financiamentos		**(11.298)**	15.454
Aumento de caixa e equivalente de caixa		**(5.793)**	8.007
Caixa e equivalente de caixa – no início do exercício		**13.653**	5.646
Caixa e equivalente de caixa – no fim do exercício		**7.860**	13.653

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2021 e de 2020 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)*

1. Contexto Operacional – A RER Participações S.A. ("Sociedade") tem por objeto social a administração de outras sociedades, participações e investimentos, locação de bens, pecuária, agropecuária e agricultura. Em abril de 2013, a RER Participações S.A. juntamente com a Setpar Pas Empreendimentos Imobiliários SPE TN Ltda, Unibens Participações S.A. e RM Participações S.A., constituíram uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), denominada Setpar Pas Empreendimentos Imobiliários TN SPE Ltda, cujo objeto social é a incorporação imobiliária. Para constituição da nova sociedade, a empresa Setpar Pas Empreendimentos Imobiliários TN SPE Ltda, na qualidade de sócia ostensiva, permutou frações ideais de terreno do imóvel correspondentes às unidades a serem percebidas pela sócia participante (02 andares), enquanto a sócia participante (RER Participações S.A.) comprometeu-se a realizar aportes de recursos, conforme o orçamento do empreendimento. ***Impactos Covid-19:*** No final de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou o coronavírus (COVID-19), no entanto, o primeiro caso confirmado no território brasileiro, foi no final do mês de fevereiro, e com o aumento significativo do número de infectados nas semanas seguintes, se iniciou uma jornada de combate e prevenção à Covid-19, que esteve presente durante todo o ano. A OMS (Organização Mundial da Saúde) declarou pandemia apenas em 11 de março de 2020, deste modo, a Companhia concedeu férias a vários funcionários e adotou o trabalho em *home office* na área administrativa dando prioridade aos colaboradores que fazem parte do grupo de risco. Deste modo, a pandemia trouxe impacto aos negócios, porém ainda conseguimos garantir a sustentabilidade da Companhia e os bons resultados. Ao longo do ano também priorizamos a saúde financeira da Companhia através de revisão do orçamento anual. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e sumário das principais práticas contábeis – 2.1. Declaração de Conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cia no processo de aplicação das suas práticas contábeis. Aquelas áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgados na Nota 3. Adicionalmente, o Grupo considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão, estando determinadas práticas contábeis divulgadas em suas respectivas notas explicativas. O resumo das principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras é o seguinte: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista, fundos mantidos em contas bancárias e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento do exercício, e possuem vencimentos inferiores há 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **b) Contas a receber de clientes:** Registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados a valor presente e segregados entre curto e longo prazos de acordo com seus vencimentos, se aplicável. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão sobre créditos de liquidação duvidosa, constituída com base em análise das contas a receber em atraso, considerando ainda a expectativa de perda sobre as contas a receber, em montante considerado suficiente para cobrir perdas na sua realização. **c) Estoques:** Estoques são ativos mantidos para venda no curso normal dos negócios. Ele é contabilizado pelo valor do custo e reconhecido no ativo e mantido nos registros até que as respectivas receitas sejam reconhecidas. **d) Propriedades para investimento:** i) Imóveis acabados: São propriedades mantidas para auferir receita de aluguel. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo de aquisição no reconhecimento inicial e deve ser continuamente mensurada pelo valor justo por meio da elaboração de laudo de avaliação feito por empresa especializada. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. O custo incluiu a despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário incluiu os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculados pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício. i) Custos subsequentes a aquisição da propriedade: São capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Sociedade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado, quando incorridos. **e) Imobilizado:** Demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e, quando aplicável, por perda por redução ao valor recuperável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação desses ativos inicia-se quando estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. Terrenos não são depreciados. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. As vidas úteis do ativo imobilizado são as seguintes:

	Anos
Veículos	5

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **f) Intangível:** É representado basicamente por *softwares* registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada, quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado. **g) Arrendamentos:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **g.1) Companhia como arrendatária:** Aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. Reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **g.2) Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. • Edifícios – 2 anos; **g.3) Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconheceu os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos, menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado, se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **g.4) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de prazo igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **g.5) Grupo como arrendador:** Arrendamentos para os quais a entidade não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo são classificados como arrendamentos operacionais. A receita de aluguel é contabilizada pelo método linear, durante o período do arrendamento, e é incluída na receita na demonstração do resultado, devido à sua natureza operacional. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel. Aluguéis contingentes são reconhecidos como receita ao longo do tempo em que eles são auferidos. **h) Tributação:** A provisão para imposto de renda é calculada e registrada com base no lucro tributável relativo a cada exercício, ajustado na forma legal, calculada pela alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% sobre a base tributável. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. **i) Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **i.1) Ativos financeiros:** Ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. i) *Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)* A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem e contas a receber de clientes (incluindo partes relacionadas). ii) *Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:* Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos obrigatoriamente mensurados ao valor justo. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço, são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, como receitas ou despesas financeiras. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. **i.2) *Passivos financeiros:*** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis ou contas a pagar. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto e instrumentos financeiros derivativos. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores (incluindo partes relacionadas), "*leasing*" mercantil financeiro, empréstimos e financiamentos e parcelamento de tributos. **i.3) *Compensação de instrumentos financeiros:*** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **j) Reconhecimento de receita:** A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. **k) Apuração do Resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. **l) Capital social – Ações ordinárias:** São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **m) Lucro por ação:** Calculado com base na quantidade média de ações do capital social durante os exercícios. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas** – Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: *Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Companhia como arrendatária)* A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. Estimativas e premissas: As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **4. Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor –** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. *IFRS 17 – Contratos de seguro:* Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 – Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 – Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 – Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de

continua …

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6252-8C33-A045-3940.

Publicidade Legal

… continuação

RER Participações S.A.

janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia.

5. Caixa e Equivalentes de caixa

	2021	2020
Aplicações financeiras – Renda Fixa (a)	7.860	13.653
Caixa e equivalentes de caixa	7.860	13.653

(a) Aplicações financeiras – Renda Fixa: Referem-se substancialmente a Certificados de Depósito Bancário e fundos de investimentos em renda fixa, mantidas em instituições financeiras de baixo risco de crédito. São registradas pela Sociedade ao custo, acrescido dos rendimentos pós-fixados auferidos até a data do balanço a taxas que variam de 100% a 104% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Essas aplicações possuem liquidez imediata, ainda que, em certas situações pontuais, o resgate dentro do período de carência resultaria em perdas de rendimentos financeiros. Conforme circular nº 3.086 do Banco Central do Brasil, de 15 de fevereiro de 2002, tais aplicações financeiras são marcadas a mercado diariamente pelas instituições financeiras.

6. Contas a Receber de Clientes

	2021	2020
Contas a receber de clientes nacionais	12	9

Para determinar a recuperação do contas a receber de clientes, a Sociedade considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o final do período de relatório. A concentração do risco de crédito é limitada porque a base de clientes é abrangente e não há relação entre os clientes.

7. Imobilizado

	2021	2020
Veículos	132	170
Total	**132**	**170**

A movimentação do custo do ativo imobilizado ao longo do período é como segue:

	Saldo 2020	Adições	Transf.	Baixas	Saldo 2021
Veículos	445	–	–	–	445
Total	**445**	**–**	**–**	**–**	**445**
	Saldo 2019	**Adições**	**Transf.**	**Baixas**	**Saldo 2020**
Veículos	260	185	–	–	445
Total	**260**	**185**	**–**	**–**	**445**

A movimentação da depreciação ao longo do período é como segue:

	Saldo 2020	Adições	Transf.	Baixas	Saldo 2021
Veículos	275	38	–	–	313
Total	**275**	**38**	**–**	**–**	**313**
	Saldo 2019	**Adições**	**Transf.**	**Baixas**	**Saldo 2020**
Veículos	208	67	–	–	275
Total	**208**	**67**	**–**	**–**	**275**

8. Investimentos – Coligadas: A Sociedade participa em outras sociedades cujos contextos operacionais são resumidos a seguir: • Setpar Pas Empreendimentos Imobiliários TN SPE Ltda, sociedade de propósito específico, participação de 11,82% no capital social, sediada na cidade de São José do Rio Preto/ SP, tem como objeto social a incorporação imobiliária. • Setpar Pas Empreendimentos Imobiliários TS SPE Ltda, sociedade de propósito específico, participação de 10% no capital social, sediada na cidade de São José do Rio Preto/ SP, tem como objeto social a incorporação imobiliária. Movimentação dos investimentos em controladas, avaliados pelo método de equivalência patrimonial:

Investimento em Coligada:	31/12/2020	Equivalência patrimonial	Dividendos Propostos	31/12/2021
Setpar TN SPE Ltda	2.507	–	(1)	2.506
Setpar TS SPE Ltda	40	–	–	40
	2.547	**–**	**(1)**	**2.546**

Investimento em Coligada	31/12/2019	Equivalência patrimonial	Integralização AFAC	31/12/2020
Setpar TN SPE Ltda	2.507	–	–	2.507
Setpar TS SPE Ltda	40	–	–	40
	2.547	**–**	**–**	**2.547**

9. Propriedades para Investimentos – De acordo com o CPC 28, a empresa poderá adotar critério de mensuração a valor justo. Em 2021, a Sociedade manteve suas propriedades para investimento demonstradas ao valor de custo histórico, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado.

	2021	2020
Terrenos	47.048	46.166
Edifícios e Construções	92.903	70.103
Obras em Andamento	15.782	18.599
Total	**155.733**	**148.886**

A movimentação do custo das propriedades para investimento no período é como segue:

	Saldo 2020	Adições	Transf.	Baixas	Saldo 2021
Terrenos	46.166	2.008	(200)	(926)	47.048
Edifícios e Construções	104.017	–	23.262	–	127.279
Obras em Andamento	28.600	10.694	(23.512)	–	15.782
	178.783	**12.702**	**(450)**	**(926)**	**190.109**
	Saldo 2019	**Adições**	**Transf.**	**Baixas**	**Saldo 2020**
Terrenos	44.472	1.694	–	–	46.166
Edifícios e Construções	96.126	574	7.317	–	104.017
Obras em Andamento	17.849	18.116	(7.365)	–	28.600
	158.447	**20.384**	**(48)**	**–**	**178.783**

A movimentação da depreciação ao longo do período é como segue:

	Saldo 2020	Adições	Transf.	Baixas	Saldo 2021
Edifícios e Construções	29.896	4.622	(142)	–	34.376
	Saldo 2019	**Adições**	**Transf.**	**Baixas**	**Saldo 2020**
Edifícios e Construções	26.023	3.873	–	–	29.896

O que se refere ao valor justo, em 31 de dezembro de 2017, o valor em relação ao valor justo, com base em avaliações realizadas pela empresa Mynarski International Valuation, avaliadores independentes, representa R$875.752 milhões.

10. Transações com partes relacionadas

Ativos	2021	2020
Circulante (alugueis a receber):		
Facchini S/A	2.443	1.906
	2.443	1.906
Transações de Serviços:		
Facchini S/A	24.859	17.109

As transações de serviços referem-se a aluguel de imóveis junto à Facchini S/A.

11. Empréstimos e Financiamentos

Tipo	Indexador	Taxa de juros a.a. (%)	Vencimento final	2021	2020
Capital de giro e outros (a)	Pós + CDI	4,03 a 4,91%	10/2024	**17.129**	**20.012**
				17.129	**20.012**
Circulante				**7.342**	**2.891**
Não circulante				**9.787**	**17.121**
				17.129	**20.012**

Os empréstimos e financiamentos classificados como não circulantes têm seus vencimentos conforme a seguir:

	2021	2020
2022	**–**	**7.338**
2023	**7.010**	**7.004**
2024	**2.777**	**2.779**
	9.787	**17.121**

Resumo das características dos empréstimos: **a) Capital de giro e outros:** Referem-se a linhas de crédito contratadas com instituições financeiras nacionais. Possuem taxas de juros prefixadas e prazo de amortização médio de 33 meses, em sua maioria com 12 meses de carência. A Companhia não possui em seus contratos de empréstimos vigentes cláusulas restritivas. A movimentação dos empréstimos no período é como a seguir:

	2021	2020
Saldo inicial	**20.012**	**–**
Apropriação de juros e variações	**1.684**	**171**
Novos empréstimos	**–**	**20.000**
Pagamento de juros	**(1.678)**	**(159)**
Pagamento de principal	**(2.889)**	**–**
Saldo final	**17.129**	**20.012**

12. Patrimônio Liquido – **a) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 o capital social subscrito e integralizado é composto por 7.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **b) Aumento:** Em 29 de abril de 2021, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital no valor de R$20.000, referente ao saldo da conta "Reserva de retenção de lucros". **c) Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do Art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **d) Dividendos:** De acordo com o estatuto social, os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 1% do lucro líquido anual ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei 6.404/76. Os dividendos propostos foram calculados conforme a seguir:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	15.349	9.632
(-) Reserva Legal (5%)	(767)	(482)
Lucro líquido do exercício ajustado	**14.582**	**9.150**
Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	146	92
Dividendos adicionais aprovados	2.908	2.923
Saldo de dividendos do ano anterior	8.488	9.978
Dividendos pagos no exercício	(8.360)	(4.505)
Saldo de dividendos a pagar	**3.182**	**8.488**

Em 2021. e em 2020 a Sociedade optou por não pagar juros sobre o capital próprio.

e) Reserva para capital de giro: Conforme requerido pelo artigo 202, parágrafo 6º da Lei nº 6.404/76, complementada pela Lei nº 10.303/01, o saldo desta reserva refere-se à destinação do valor remanescente dos lucros não distribuídos para fazer face aos projetos de expansão da Companhia, proposta esta que será submetida à apreciação na Assembleia Geral Ordinária.

13. Receita Operacional Líquida

	2021	2020
Receita operacional bruta:		
Mercado interno – Serviços	27.399	18.117
(-) Impostos sobre as vendas e serviços	(1.000)	(661)
Receita operacional líquida	**26.399**	**17.456**

14. Gastos por Natureza – A Sociedade apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2021	2020
Despesas por natureza:		
Despesa de depreciação e amortização	(4.703)	(3.976)
Despesas com empregados	(1.513)	(1.513)
Serviços de Terceiros	(274)	(158)
Despesas Tributárias	(91)	(87)
Outras despesas	(122)	(62)
Total	**(6.703)**	**(5.796)**

	2021	2020
Classificadas como:		
Administrativas e gerais	(740)	(560)
Honorários da administração	(1.260)	(1.260)
Depreciações e amortizações	(4.703)	(3.976)
Total	**(6.703)**	**(5.796)**

15. Outras Receitas (Despesas) operacionais líquidas

	2021	2020
Ganho (perda) líquido na venda de ativo imobilizado	4	–
Outros	–	–
	4	**–**

16. Resultado Financeiro

	2021	2020
Receitas Financeiras:		
Receita com aplicações financeiras	668	150
	668	**150**
Despesas Financeiras:		
Despesas Bancárias	(4)	(2)
Juros Passivos	(1.691)	(178)
	(1.695)	**(180)**
Total	**(1.027)**	**(30)**

17. Instrumentos Financeiros – As transações financeiras ocorridas são pertinentes às atividades econômicas da Sociedade, envolvendo basicamente saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e a pagar, empréstimos e financiamentos e leasing mercantil financeiro. Esses instrumentos, devido à sua natureza, condições e prazos, têm valor de mercado similar a seus saldos contábeis. A Sociedade não opera com instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos financeiros de risco similares. Os instrumentos financeiros da Sociedade reconhecidos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 estão distribuídos como segue:

	2021	2020
Ativos financeiros calculados ao valor justo por meio do resultado	7.860	13.653
Empréstimos (concedidos) e recebíveis	2.455	1.915
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo	(21.760)	(29.664)
	(11.445)	**(14.096)**
Curto prazo	(1.658)	3.028
Longo prazo	(9.787)	(17.124)
	(11.445)	**(14.096)**

18. Aprovação das Demonstrações Financeiras – As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Sociedade e autorizadas para emissão em 31 de dezembro de 2021.

Rubens Facchini – Diretor Presidente | **Euclides Facchini Filho** – Diretor Superintendente | **Maria Jislaine Isaias Bento** – Contadora CRC 1SP 159.572/O-2

Juros terminam estáveis, após oscilarem em baixa com dólar e Treasuries

Os juros futuros fecharam a quarta-feira estáveis, depois de passarem o dia oscilando em queda moderada, puxada pelo alívio na curva dos Treasuries e no enfraquecimento generalizado do dólar. No fechamento da sessão regular, porém, o movimento, que já não era firme, arrefeceu, com o mercado evitando exposição ao risco antes do feriado de Tiradentes.

Em dia de agenda e noticiário doméstico esvaziados, a liquidez manteve-se fraca, com os agentes esperando novos gatilhos para ajustar posições nos vértices curtos e intermediários, que deem alguma pista sobre as intenções do Banco Central na política monetária.

O contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2023 terminou em, 13,06%, de 13,048% no ajuste anterior, e a do DI para janeiro de 2024 passou de 12,677% para 12,665%. O DI para janeiro de 2025 fechou com taxa na máxima, a 12,10%, de 12,061% na terça. A do DI para janeiro de 2027 terminou em 11,795%, de 11,80%.

O economista-chefe do Grupo SulAmerica, Newton Camargo Rosa, diz que a acomodação em baixa dos DIs esteve muito relacionada ao dólar, que fechou nesta quarta a R$ 4,6204, com mínimas na casa dos R$ 4,60, "apesar do IGP-M salgado". A inflação medida pelo índice na segunda prévia de abril (1,85%) dobrou em relação à mesma prévia de março (0,90%).

Os investidores também fizeram uma pausa nas vendas de Treasuries, o que se refletiu aqui. O retorno dos principais títulos do Tesouro americano tiveram queda forte nesta quarta, com a taxa da T-Note dez anos rondando 2,85% no fim da tarde.

Isto é Dinheiro

Moedas Globais: índice DXY do dólar cai; mercado olha indicadores e Fed

O índice DXY, que mede o dólar ante uma cesta de moedas fortes, caiu nesta quarta-feira, acompanhando os rendimentos dos Treasuries. A divisa foi pressionada ajustando ganhos recentes e ainda ampliou perdas após um indicador da economia americana, com os sinais do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) em segundo plano.

No fim da tarde em Nova York, o dólar caía a 127,76 ienes, o euro subia a US$ 1,0855, e a libra tinha alta a US$ 1,3064. O índice DXY recuou 0,57%, a 100,390 pontos.

Logo no início da sessão, o dólar já caía ante rivais. "O sentimento do mercado melhorou no meio da semana, com declínios em ativos de refúgio, como dólar, ecoando a venda pausada de Treasuries", disse Pierre Veyret, analista técnico da ActivTrades. "Os investidores estão aproveitando a oportunidade trazida pela temporada de balanços", completa.

Segundo a Western Union, alguns analistas disseram que a fraqueza do dólar foi ajudada por Charles Evans, do Fed de Chicago, "cujos comentários ontem foram percebidos como menos agressivos do que o esperado". Mais tarde, o dólar ampliou perdas após a publicação das vendas de moradias usadas dos EUA, que caíram 2,7% em março ante fevereiro, mas analistas ouvidos pelo Wall Street Journal previam queda maior, de 4,5%.

O mercado também acompanhou hoje falas da presidente do Fed de São Francisco, Mary Daly que defendeu uma "marcha rápida rumo à taxa neutra até o fim do ano" como um "caminho prudente para a política monetária nos Estados Unidos, no contexto atual. Ela ainda defendeu que ocorra uma alta de 50 pontos-base nos juros, na reunião de maio do Fed. "Meu próprio ponto de partida é que o argumento por um ajuste de 50 pontos-base está agora completo", disse ela a repórteres. Mais tarde, o Livro Bege do Fed apontou que as perspectivas de crescimento futuro foram obscurecidas pela incerteza criada pelos recentes desenvolvimentos geopolíticos e pelo aumento dos preços e que a maioria dos distritos americanos espera que a pressão inflacionária no país siga nos próximos meses.

Para o Danske Bank, no curto prazo, uma importante influência para o dólar são os desdobramentos na guerra Rússia-Ucrânia.

Isto é Dinheiro

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6252-8C33-A045-3940.

BSI Capital Securitizadora S/A

CNPJ/MF nº 11.257.352/0001-43

Relatório da Administração

Aos acionistas da **BSI Capital Securitizadora S/A:** Senhores Acionistas, A Administração da **BSI Capital Securitizadora S/A**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, relativas ao período de 31 de dezembro de 2021 comparativas a 31 de dezembro de 2020. A Companhia é uma sociedade por ações constituída em 2 de setembro de 2009 de acordo com as leis brasileiras vigentes, e tem como objetivo social (I) aquisição e securitização de quaisquer direitos creditórios; (II) emissão e colocação de títulos e valores mobiliários; (III) cessão e reaquisição dos direitos creditórios; (IV) prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de créditos oriundos de suas operações; (V) realização de negócios e prestação de serviços compatíveis com suas atividades e (VI) aquisição e securitização de direitos creditórios imobiliários na forma da Lei. 9.514 de 1997, assim como, quaisquer outros direitos de crédito. Em atendimento a instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa Audifactor Auditores Independentes S/A foi contratada pela Companhia, para prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, e não prestou, desde a sua contratação serviços não relacionados à auditoria externa. Cordiais saudações, **BSI Capital Securitizadora S/A.**

Diretor de Relações com Investidores
Ricardo Elson do Carmo

Balanço Patrimonial dos períodos findos em 31/12/2021 e 31/12/2020. *(Valores expressos em Reais)*

Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020	Passivo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo Circulante				**Passivo Circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa	5	43.575	19.050	Empréstimos e financiamentos	9	293.057	91.900
Títulos a receber	6	210.981	164.685	Obrigações com fornecedores	10		101.604
Tributos a recuperar		26.979	11.112	Obrigações fiscais e tributárias		15.585	96.908
Outros créditos	7		226.128	Outras obrigações			53.957
Total do Ativo Circulante		**281.535**	**420.975**	Receitas a realizar	11	12.209	
				Total do Passivo Circulante		**320.851**	**344.369**
Ativo Não Circulante				**Patrimônio Líquido**	12		
Imobilizado/Intangível	8	193.756	179.659	Capital social		128.700	128.700
Total do Ativo Não Circulante		**193.756**	**179.659**	Reserva legal		25.740	25.740
				Reserva de lucros			101.825
				Total do Patrimônio Líquido		**154.440**	**256.265**
Total do Ativo		**475.291**	**600.634**	**Total do Passivo**		**475.291**	**600.634**

Demonstração do Resultado dos períodos findos em 31/12/2021 e 31/12/2020. *(Valores expressos em Reais)*

Receitas operacionais	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita de securitização		370.809	626.120
Receita com prestação de serviços		2.564.909	721.684
(-) Deduções da receita		(185.306)	(75.012)
Receita operacional líquida		**2.750.412**	**1.272.792**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(1.796.168)	(1.055.219)
Total das despesas operacionais		**(1.796.168)**	**(1.055.219)**
Lucro antes do Resultado Financeiro	**13**	**954.244**	**217.573**
Despesas financeiras		(33.069)	(11.585)
Receitas financeiras		1.378	
Resultado financeiro líquido	**14**	**(31.691)**	**(11.585)**
Resultado antes das provisões		**922.553**	**205.988**
(-) Provisão para contribuição social		(83.030)	(14.111)
(-) Provisão para imposto de renda		(206.638)	(23.518)
Lucro líquido do exercício		**632.885**	**168.359**
Lucro líquido por lote de mil ações		**4,91752**	**1,30815**

Demonstração dos Fluxos de Caixa dos períodos findos em 31/12/2021 e 31/12/2020. *(Valores expressos em Reais)*

Fluxos de caixa das atividades operacionais	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido antes do IRPJ E CSLL	922.553	205.988
Ajustado por:		
Depreciação	753	95
Ajuste de exercícios anteriores		57.221
	923.306	**263.304**
(Aumento)/Diminuição das contas ativas		
Títulos a receber	(46.296)	(1.794)
Tributos a recuperar	(15.867)	(10.975)
Outros créditos	226.128	881.418
Aumento/(Diminuição) das contas passivas		
Obrigações com fornecedores	(101.604)	(13.279)
Obrigações fiscais e tributárias (exceto IR e CS)	(30.990)	(37.802)
Outras obrigações	(53.957)	(557.978)
Receitas a realizar	12.209	
Caixa proveniente/(usado) nas operações	**912.929**	**522.894**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(340.001)	(16.273)
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	**572.928**	**506.621**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Compra de imobilizado	(14.850)	(40.027)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	**(14.850)**	**(40.027)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Amortizações de empréstimos e financiamentos	(36.843)	(103.612)
Partes relacionadas	238.000	
Dividendos estatutários	(734.710)	(346.046)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	**(533.553)**	**(449.658)**
Aumento/(diminuição) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**24.525**	**16.936**
Caixa e equivalente de caixa no início do período	**19.050**	**2.114**
Caixa e equivalente de caixa no final do período	**43.575**	**19.050**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos períodos findos em 31/12/2021 e 31/12/2020. *(Valores expressos em reais)*

	Capital Social Subscrito	(-) Capital a Integralizar	Reserva Legal	AFAC	Lucro Acumulado	Total
Saldo em 31 dezembro de 2019	**104.000**	**(37.000)**	**18.480**	**24.700**	**336.733**	**446.913**
Resultado do período	–	–	–	–	168.359	168.359
Integralização de Capital	24.700	37.000	–	(24.700)	–	37.000
Constituição de Reserva Legal	–	–	7.260	–	–	7.260
Ajustes de exercícios anteriores	–	–	–	–	(57.221)	(57.221)
Dividendos obrigatórios	–	–	–	–	(346.046)	(346.046)
Saldo em 31 dezembro de 2020	**128.700**	**–**	**25.740**	**–**	**101.825**	**256.265**
Resultado do período	–	–	–	–	632.885	632.885
Dividendos obrigatórios	–	–	–	–	(158.211)	(158.211)
Dividendos Adicionais	–	–	–	–	(576.499)	(576.499)
Saldo em 31 dezembro de 2021	**128.700**	**–**	**25.740**	**–**	**–**	**154.440**

Demonstração do Resultado Abrangente dos períodos findos em 31/12/2021 e 31/12/2020. *(Valores expressos em reais)*

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado Líquido do Período	**632.885**	**168.359**
Outros Resultados Abrangentes	–	–
Resultado abrangente do período	**632.885**	**168.359**

Demonstração do Valor Adicionado dos períodos findos em 31/12/2021 e 31/12/2020. *(Valores expressos em reais)*

	31/12/2021	31/12/2020
I – Receita	**2.935.718**	**1.347.804**
I.1 – Receita de securitização	370.809	626.120
I.2 – Receita com prestação de serviços	2.564.909	721.684
Ii – insumos adquiridos de terceiros	1.746.498	987.981
Iii – valor adicionado bruto	**1.189.220**	**359.823**
Iv – depreciação, amortização e exaustão	**753**	**95**
V – valor adicionado líquido	**1.188.467**	**359.728**
Vi – valor adicionado recebido em transferência	**1.378**	**–**
Vii – valor adicionado total a distribuir	**1.189.845**	**359.728**
Viii – distribuição do valor adicionado	**1.189.845**	**359.728**
VIII.1 – Pessoal		
VIII.2 – Impostos, taxas e contribuições	474.974	112.641
VIII.3 – Remuneração de capitais de terceiros	81.986	78.728
VIII.4 – Remuneração de capitais próprios	632.885	168.359

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras dos períodos findos em 31/12/2021 e 31/12/2020. *(Valores expressos em reais)*

1) Contexto Operacional – A BSI Capital Securitizadora S/A, constituída em 02 de setembro de 2009, tem como objetivo social (I) aquisição e securitização de quaisquer direitos creditórios; (II) emissão e colocação de títulos e valores mobiliários; (III) cessão e reaquisição dos direitos creditórios; (IV) prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de créditos oriundos de suas operações; (V) realização de negócios e prestação de serviços compatíveis com suas atividades e (VI) aquisição e securitização de direitos creditórios imobiliários na forma da Lei. 9.514 de 1997, assim como, quaisquer outros direitos de crédito. A companhia é tributada pelo lucro real e tem sede na cidade de São Bernardo do Campo, estado de São Paulo, na Rua José Versolatto, 111, sl 2126 – bairro Centro, CEP: 09.750-730. As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021 comparativas a 31 de dezembro de 2020 foram autorizadas pelo Conselho de administração em 21 de março de 2022. **1.1 Impactos do Covid-19:** Desde o dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia. O surto provocado pela contaminação de COVID-19, que evoluiu e continua evoluindo, gerando impacto nas atividades globais. Tendo em vista as avaliações da Emissora, informamos que, até a data de divulgação dessas demonstrações financeiras, não observamos eventos e impactos financeiros relevantes dentro das operações destas Demonstrações Financeiras. **2) Riscos: 2.1. Risco de mercado:** Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras. **2.2. Política anti-inflacionária:** No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastreiam as Debêntures emitidas pela Companhia. **2.3. Risco institucional:** Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, da autorregulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco. **2.4. Risco fiscal:** A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2022 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país. **2.5. PIS/ COFINS:** São tributos que tem a mesma base de cálculo e forma de cobrança similar, não justificando então duas contribuições com legislações próprias e quase idênticas. Assim, já é esperada a unificação dos impostos para 2022, receando, entretanto, o mercado com a expectativa de aumento das alíquotas. Havendo mudança no imposto existe o risco de a operação da Companhia sofrer um impacto direto, uma vez que suas receitas brutas são tributas pelo PIS/COFINS e atualmente estão enquadradas conforme as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Se aprovado os impostos deixarão de terem o efeito da "não cumulatividade" elevando demasiadamente as alíquotas – PIS de 0,65% para 1,65% e COFINS de 4% para 7,6% – ocasionando também em um encarecimento da operação e possível fuga de clientes. **2.6. Risco Operacional:** Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais. **2.7. Direitos Creditórios:** O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos recebimentos dos devedores de direitos creditórios causado pela instabilidade no ambiente econômico. Especialistas afirmam que em um cenário de extrema crise econômica, os recebimentos possam sofrer redução de até 50%. **2.8. Risco de Crédito:** O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido. **2.9. Inadimplência:** O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Consequentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência. Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores. **3) Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidos pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao Pronunciamento Conceitual Básico Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis emitido pelo CPC e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais. As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018 incluem as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei 11.638/07, e pela Lei 11.941/09, que alteraram a Lei 6.404/76 nos artigos relativos à elaboração das demonstrações contábeis. Dentre as alterações supramencionadas, destacamos: **Apresentação das demonstrações contábeis:** A empresa apresenta suas demonstrações contábeis de acordo com CPC 26. **Continuidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas tendo como premissa que a Companhia está em atividade, e, assim irá manter-se por um futuro previsível, e ainda que existe o firme propósito de continuar suas atividades e que não se visualizou qualquer probabilidade de descontinuidade. Ainda para o lapso de doze meses, da data das demonstrações contábeis, não ficou caracterizada, por qualquer forma, inclusive por vontade da administração, a redução drástica na escala de suas operações. **4) Principais Práticas Contábeis –** As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, provisão para receitas incorridas que ainda não foram faturadas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente. As demonstrações financeiras são elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **4.1. Moeda funcional:** As demonstrações financeiras são apresentadas em, sendo o Real (R$) a moeda funcional da Companhia, conforme critérios previstos nos itens 9 a 14 da NBC TG 02 (R3) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade. **4.2. Reconhecimento de receita:** i) Prestação de serviços: A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos serviços, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas. ii) Receita de juros: Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira" nas demonstrações do resultado. iii) Receita de *securitização:* O *spread* da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Sociedade na aquisição do crédito imobiliário e o preço de colocação dos CRI aos investidores. Em outras palavras, a Sociedade adquire o lastro de crédito, aplicando determinada taxa de desconto que somente será em parte repassada como forma de remuneração, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no *spread* realizado. **4.3. Reconhecimento de despesas:** As despesas foram reconhecidas no resultado à medida da sua realização através do regime de competência. Foram reconhecidas simultaneamente com as receitas quando com estas tinham vínculo, em conformidade com o previsto na ITG 2000 (R1) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade. **4.4 Impostos e contribuições:** 4.4.1. Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido – correntes: O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. 4.4.2. Imposto sobre serviços: As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – Seguindo a Lei 10.684/2003, a alíquota da COFINS fica elevada para 4% (quatro por cento) para as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Entre elas as **sociedades de crédito imobiliário**. • Programa de Integração Social (PIS) – 0,65% • Imposto Sobre Serviços (ISS) – 2% a 5%; **4.5. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração:** Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado a valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento e aplicações de liquidez imediata. A prática contábil adotada para os instrumentos financeiros foi pautada no que determinam as normas emitidas pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade: BC TG 39 (R1), NBC TG 40 (R3) e NBC TG 48. **4.6. Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos:** A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes. **4.7. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de *"impairment"*)** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro 2020, não identificou ajustes a serem contabilizados. **4.8. Provisão para redução ao valor de recuperação de direitos creditórios:** Os direitos creditórios são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, que requer a análise da carteira quanto ao atraso das operações, conforme regras e procedimentos definidos na Instrução normativa 1.700 da Receita Federal em seu art. 71. **4.9. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **4.10. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **4.11. Tributos a compensar:** Uma vez identificado valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser contabilizados em contas do ativo, com a corresponde atualização, de acordo com a legislação de regência. Para efeito de contabilização e cômputo na base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro, os juros devem ser apropriados pelo regime de competência. A empresa deverá manter controles extracontábeis dos créditos a compensar, bem como dos valores dos juros apropriados e dos valores compensados, para fazer prova frente a possíveis questionamentos por parte do Fisco. **4.12. Informações por segmento:** O CPC 22 requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos utilizados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance. A Administração efetuou a análise mencionada e concluiu que a Companhia opera num único segmento (securitização de créditos imobiliários) e por isso não há a necessidade de nenhuma divulgação adicional. **4.13. Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **4.14. Eventos subsequentes:** A Companhia realizou uma análise em todos os eventos subsequentes, favoráveis, desfavoráveis, relevantes que pudessem influenciar significativamente o seu desempenho, com uma atenção especial no quesito da continuidade. Após esta análise nenhum evento importante e impactante foi constatado. Assim nenhum ajuste de saldo se fez necessário e nenhum fato importante para divulgação foi identificado em decorrência de eventos subsequentes. **5) Caixa e equivalentes de caixa –** O Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, se aplicável. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante. O caixa e equivalentes de caixa existentes na sociedade compõem-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Banco conta movimento	43.575	19.050
Total de caixa e equivalentes de caixa	**43.575**	**19.050**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **6) Títulos a Receber –** O saldo de Direitos Creditórios a receber é composto por direitos de créditos adquiridos de empresas originadoras dos segmentos industriais, comerciais e da prestação de serviços sem aquisição substancial de riscos e benefícios. Os valores são escriturados pelo valor de face dos Direitos Creditórios a receber, devido ao fato do prazo médio da carteira ser inferior a 180 dias, a empresa optou por não reconhecer o ajuste a valor presente, requerido pelo CPC 12. Neste ano a companhia optou pela não realização da provisão para devedores duvidosos. A Companhia não está substancialmente exposta à variação do fluxo de caixa esperado associado ao direito creditório quando o cedente ou parte relacionada, em relação à operação de cessão, assumir obrigação não formalizada ou quando garantir, por qualquer outra forma, compensar as perdas de crédito associadas ao direito creditório objeto da operação. i. Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente. ii. Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, não ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente. A classificação dos grupos acima é de responsabilidade da Administração e deverá ser estabelecida utilizando-se como metodologia, preferencialmente, o disposto na escritura de emissão de debêntures, associado aos direitos creditórios objeto da operação. Posição sintética de direitos creditórios relativa as operações sem aquisição substancial de riscos estão representadas por:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Títulos a receber	220.194	173.898
(-)PECLD	(9.213)	(9.213)
Total de títulos a receber	**210.981**	**164.685**

7) Outros Créditos – A conta de "Outros Créditos" é composta por adiantamentos a fornecedores e antecipações de dividendos no exercício social, e está composta da seguinte maneira:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamento de fornecedores		226.128
Total de outros créditos	**–**	**226.128**

8) Imobilizado – A Companhia possui os seguintes ativos imobilizados em seu poder:

Descrição	Taxa	Custo	Depreciação	31/12/2021 Residual	31/12/2020 Residual
Móveis e utensílios	10%	442	(302)	140	184
Equipamentos de Informática	20%	8.104	(886)	7.218	2.283
Veículos	20%	100.000		100.000	100.000
Consórcios		85.410		85.410	76.204
Marcas e patentes		988		988	988
Total do Imobilizado		**194.944**	**(1.188)**	**193.756**	**179.659**

9) Empréstimos e Financiamentos – A Companhia tomou empréstimos com partes relacionadas para disponibilizar capital para condução normal dos negócios da organização.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos com parte relacionadas	241.121	3.121
Bradesco	51.936	84.211
Bradesco – Cheque Especial		4.568
Total Empréstimos e financiamentos	**293.057**	**91.900**

10) Fornecedores – A conta "Obrigações com fornecedores" refere-se ao saldo de contas que representam créditos de terceiros com a companhia. Está assim composta:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores Nacionais	–	101.604
Total de Fornecedores	**–**	**101.604**

continua …

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6252-8C33-A045-3940.

Publicidade Legal

BSI Capital Securitizadora S/A

… continuação

11) Receitas a Realizar – A conta "Receitas a realizar" está assim disposta:

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Receitas a realizar	12.209	
Total de Receitas a realizar	**12.209**	**–**

12) Patrimônio Líquido – Capital social: O capital social, totalmente subscrito e integralizado é de R$ 128.700,00 (cento e vinte e oito mil e setecentos reais), representado por 128.700 (cento e vinte e oito mil e setecentas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. **Reserva Legal:** A reserva legal constituída está dentro do limite de 20% não excedendo o capital social em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações e com o Art. 25, § 1º, letra (a) do estatuto social da Companhia. **13) Resultado Operacional –** o resultado operacional é composto de receitas operacionais deduzidas às despesas operacionais, composto por:

Descrição (em reais)	31.12.2021	31.12.2020
Receitas operacionais	**2.750.412**	**1.272.792**
Receita de Securitização	370.809	626.120
Receita de Prestação de Serviços	2.564.909	721.684
(-) ISS	(48.548)	(14.433)
(-) PIS sobre Receitas	(19.117)	(8.468)
(-) COFINS sobre Receitas	(117.641)	(52.111)
Despesas operacionais	**(1.796.168)**	**(1.055.219)**
Despesas Gerais e Administrativas	(1.796.168)	(1.055.219)
Resultado operacional líquido	**954.244**	**217.573**

14) Resultado Financeiro – o resultado financeiro é composto de receitas financeiras deduzidas às despesas financeiras, que estão assim compostas:

Descrição (em reais)	31.12.2021	31.12.2020
Despesas Financeiras	**(33.069)**	**(11.585)**
Despesas Bancárias	(2.956)	(3.703)
Juros Pagos ou incorridos	(12.764)	(4.238)
Multas Dedutíveis	(17.349)	(3.644)
Receitas Financeiras	**1.378**	
Rendimento aplicação financeira	1.378	
Resultado financeiro líquido	**(31.691)**	**(11.585)**

15) Instrumentos Financeiros – Os instrumentos financeiros ativamente utilizados pela Sociedade estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa e empréstimos e financiamentos, realizado em condições usuais de mercado, estando reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis considerando-se os critérios descritos no item 2. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. *Valorização dos instrumentos financeiros:* Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021, bem como os critérios para sua valorização, são descritos a seguir: **Caixa e equivalentes de caixa (nota 5):** os saldos mantidos em contas correntes bancárias encontram-se ajustados de acordo com o valor da cota divulgada; **Empréstimos e Financiamentos (nota 9):** os empréstimos com partes relacionadas estão considerados por seus valores de entrada, acrescido dos respectivos encargos incorridos. **16) Informações sobre a Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI e Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRA, Em Regime Fiduciário –** Com a publicação da Instrução CVM nº 600, datada de 01 de agosto de 2018, foram instituídas novas disposições envolvendo Certificados de Recebíveis Imobiliários e do Agronegócio e alterados, determinados dispositivos contidos em outras instruções normativas publicadas pela Comissão de Valores Mobiliários. Nesse contexto, destacamos o art. 34 dessa ICVM nº 600 que acrescentou à Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Art. 25-A que, por sua vez, passou a requerer o tratamento, em se tratando de companhia Securitizadora, de cada patrimônio separado como entidade que reporta informação para fins de elaboração de demonstrações financeiras individuais, desde que a companhia Securitizadora não tenha que consolidá-lo em suas demonstrações conforme as regras contábeis aplicáveis às sociedades anônimas. Em atendimento à essa disposição, a partir do período findo em 31 de dezembro de 2021, a companhia deixou de fazer constar nas suas notas explicativas as demonstrações financeiras vinculadas aos patrimônios separados por ela instituídos, passando a disponibilizá-las em sua página na rede mundial de computadores, em até 3 (três) meses após o encerramento do exercício social o qual foi estabelecido como sendo 31 de dezembro de cada ano, para todos os patrimônios separados ativos naquela data.

São Bernardo do Campo-SP, 21 de março de 2022.

Ricardo Elson do Carmo – Diretor Presidente
Alexandre Domingos Ferreira – Diretor Vice-Presidente
Vitor Augusto Bazzo Fagundes – Contador
CRC: PR 076.141/O7 S SP

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos administradores e acionistas da:
BSI Capital Securitizadora S.A.
São Bernardo do Campo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da BSI Capital Securitizadora S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BSI Capital Securitizadora S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. **Demonstrações contábeis fiduciárias – informação suplementar requerida por Lei e regulamento: Motivo pelo qual o assunto foi considerado um dos Principais assuntos de auditoria:** A Companhia é rogada a divulgar informações contábeis e manter controle a parte, e imparcial de cada um dos patrimônios segregados por emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e dos Certificados de Recebíveis do Agronegócios (CRA), em que foram instituídos o regime fiduciário. Adendo, a Companhia realiza a administração dos recebíveis destes ativos, bem como os pagamentos dos CRIs e CRAs, em atenção aos desembaraços. Diante do exposto, esse tema foi considerado uma área atenuante e de risco em nossa condução dos trabalhos devido aos inúmeros patrimônios apartados que são administrados pela Companhia, resultando em elevadas transações contábeis para confecção das demonstrações contábeis fiduciárias de cada patrimônio com o risco de, se não adequadamente controlados, serem apresentados e valorizados de forma incorreta nas demonstrações contábeis fiduciárias. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Na condução da realização da auditoria incluíram-se a realização de testes de lisura nos registros contábeis independentes de cada um dos patrimônios segregados em face da administração da Companhia, e em conjunto com o cotejo dessas informações com os saldos de "Caixa e equivalentes de caixa", "Aplicações financeiras", "Outros créditos a receber", "Valores mobiliários emitidos", "Outros passivos" e "Contas a pagar", apresentados nas demonstrações contábeis fiduciárias. Foram examinados os contratos das emissões dos certificados dos recebíveis realizado durante o exercício analisado, de forma de assegurar se continham a cláusula que instituiu o regime fiduciário. Suplementarmente, foram examinadas as liquidações financeiras das operações por via de extratos bancários, e posteriormente comparadas aos dados contratuais pactuados de taxas de juros, índices de atualizações e prazo de recebimento/ pagamento com as informações apresentadas nas memórias de cálculo das contas a receber e com informações do sistema a respeito do controle a pagar, procedimentos esses que visavam deslumbrar a totalidade da operação. Com base nos procedimentos de auditoria adotados na condução dos trabalhos e após os resultados informacionais que os testes nos deram, consideramos que as demonstrações contábeis fiduciárias que a Companhia divulgou, essas apresentadas de forma adicional às demonstrações da Companhia, conforme requerido pela Instrução CVM no 480, de 07 de dezembro de 2009, e na Lei de 9.514, de 20 de novembro de 1997, foram preparadas e posteriormente divulgadas de forma correta, no contexto das demonstrações contábeis tomadas como um todo. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor: Informações correspondentes sobre as demonstrações do valor adicionado:** Revisamos, também, as informações correspondentes relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais, referentes ao período de 31 de dezembro de 2021 elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis correspondentes individuais tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB,* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito de valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência da auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Blumenau, 25 de março de 2022.

Audifactor Auditores Independentes S/S
CRC/PR 005.560/O-1 T-SC
Sidení Moratelli – Sócio Responsável
Contador – CRC/SC – 19.206/O-7 "S" SP
Juliano dos Santos Machado – Sócio
Contador – CRC/PR – 051.229/O-8 "S" SP

ICGL Empreendimentos e Participações S/A

CNPJ/MF nº 08.692.712/0001-20

Balanço Patrimonial Encerrado em 31/12/2021 e 31/12/2020 *(Valores expressos em Reais)*

Ativo	2021	2020	Passivo	2021	2020
Circulante	7.324,85	226.183,33	**Circulante**	897.251,96	885.242,94
Caixa e Bancos	1.009,10	985,54	Empréstimos e Financiamentos	357.364,76	301.642,14
Tributos a Compensar	6.315,75	225.197,79	Fornecedores	39.540,69	58.517,99
Não circulante	12.679.229,44	12.680.585,75	Obrigações Fiscais	405,30	1.199,07
Realizável a Longo Prazo	953.544,81	953.544,81	Obrigações Sociais	264,37	506,90
Tributos a Recuperar	893.603,40	893.603,40	Obrigações Diversas	499.676,84	523.376,84
Depósitos Judiciais	59.941,41	59.941,41	**Patr. líquido**	11.789.302,33	12.021.526,14
Imobilizado	11.725.684,63	11.727.040,94	Capital social	15.234.371,34	15.234.371,34
Imobilizado	11.725.684,63	11.727.040,94	Lucros Acumulados	(3.445.069,01)	(3.212.845,20)
Total do ativo	**12.686.554,29**	**12.906.769,08**	**Total do Passivo e Patr. líquido**	**12.686.554,29**	**12.906.769,08**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12/2021 e 31/12/2020
(Valores expressos em Reais)

	Capital social	Reserva Capital	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**15.234.371,34**	**0,00**	**(2.950.480,22)**	**12.283.891,12**
Prejuízo do exercício			(262.714,98)	(262.714,98)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**15.234.371,34**	**0,00**	**(3.213.195,20)**	**12.021.176,14**
Prejuízo do exercício			(231.873,81)	(231.873,81)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**15.234.371,34**	**0,00**	**(3.445.069,01)**	**11.789.302,33**

Demonstração do Resultado do Exercício em 31/12/2021 E 31/12/2020
(Valores expressos em Reais)

Descrição	2021	2020
Receitas Financeiras	**2.539,99**	**15.545,88**
Rendimentos Financeiros	251,17	830,24
Variações Monetárias	2.198,37	14.715,64
Outras Receitas	90,45	0,00
Receitas Financeiras	**2.539,99**	**15.545,88**
Despesas Administrativas	**(224.367,09)**	**(269.216,16)**
Serviços Tomados PJ	(213.468,65)	(192.437,22)
Despesas Gerais	(10.898,44)	(76.778,94)
Despesas Financeiras	**(8.685,50)**	**(2.770,01)**
Despesas Financeiras	(8.685,50)	(2.770,01)
Depesas Tributárias	**(1.361,21)**	**(6.274,69)**
Despesas Tributárias	(1.361,21)	(6.274,69)
Resultado antes do IR e CSL	**(231.873,81)**	**(262.714,98)**
IRPJ e CSLL	**0,00**	**0,00**
Prejuízo do Exercício	**(231.873,81)**	**(262.714,98)**

Fabio Greco – Diretor
Maria da Penha dos Santos
Contador SP 159.649/O-0

Ouro fecha em leve baixa, com normalização monetária do Fed no radar

O contrato mais líquido do ouro fechou em leve baixa nesta quarta-feira, 20, em um cenário no qual investidores seguem observando as perspectivas para aperto monetário, especialmente por parte do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano). Dirigentes da autoridade se manifestaram nesta quarta no sentido de indicar a busca pela neutralidade nos juros no país. Por outro lado, na sessão atual, o dólar e os rendimentos dos Treasuries recuam, o que limita as perdas do ouro.

O ouro para junho encerrou a sessão com desvalorização de 0,17%, a US$ 1.955,60 a onça-troy, na Comex, divisão de metais da New York Mercantile Exchange (Nymex).

Na visão de Craig Erlam, analista sênior de mercado financeiro da Oanda, tem sido dias turbulentos para o ouro. Depois de subir durante a maior parte de abril, chegando perto de US$ 2 mil a onça-troy, o metal amarelo entrou em queda livre e agora parece ter se estabilizado em torno de US$ 1.950, avalia.

Para Erlam, isso poderia marcar o novo suporte de intervalo após um período de negociação amplamente entre US$ 1.900 e US$ 1.950. A inflação alta está levando a um aperto mais agressivo e os traders podem estar temendo mais por vir, sem mencionar as consequências econômicas de tais movimentos de política, projeta.

A presidente do Fed de São Francisco, Mary Daly, defendeu nesta quarta uma "marcha rápida rumo à taxa neutra até o fim do ano" como um "caminho prudente para a política monetária nos Estados Unidos, no contexto atual.

Isto é Dinheiro

Bolsas da Europa fecham em alta, com balanços e dados da região e de olho em BCE

As bolsas da Europa fecharam em alta nesta quarta-feira, 20. Os principais índices acionários foram impulsionados pelos resultados trimestrais de companhias do continente, além de dados da região. Falas de dirigentes do Banco Central Europeu (BCE) estiveram no radar. O avanço se deu apesar dos temores sobre a guerra na Ucrânia e pandemia da covid-19.

O índice pan-europeu Stoxx600 subiu 0,84%, a 460,10 pontos.

Os resultados trimestrais de empresas europeias estiveram em destaque. A Heineken, por exemplo, saltou 5,15% em Amsterdã, depois de informar lucro líquido do primeiro trimestre mais de duas vezes maior que igual período do ano passado. Os papéis da Danone avançaram 5,76% em Paris, com resultados melhores que o esperado, assim como a ASML (+5,31%), também em Amsterdã.

O índice parisiense CAC 40 fechou com alta de 1,38%, a 6.624,91 pontos, e o londrino FTSE 100 teve ganho de 0,37%, a 7.629,22 pontos.

Dados de produção da zona do euro também apoiaram ganhos das bolsas, com o avanço mensal de 0,7% em fevereiro pelo indicador. Ainda entre indicadores, a balança comercial do bloco teve déficit de 9,4 bilhões de euros no mesmo mês, maior do que no anterior. Enquanto na Alemanha, o índice de preços ao produtor (PPI) saltou 30,9% em março, na base anual.

Em Frankfurt, o DAX subiu 1,47%, a 14362,03 pontos, e em Milão, o FTSE MIB avançou 1,11%, a 24.873,86 pontos.

A mineradora Rio Tinto (-4,75%) informou nesta quarta ter embarcado menos minério de ferro de suas operações na Austrália nos três primeiros meses do ano, com desafios de novos projetos, em comparação há um ano.

Isto é Dinheiro

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6252-8C33-A045-3940.

CAPGEMINI BRASIL S.A.

CNPJ Nº 65.599.953/0001-63

Relatório de Administração

Senhores acionistas, A administração da Capgemini Brasil S.A. (*Capgemini* ou *Companhia ou Empresa*) submete à sua apreciação o Relatório da Administração e respectivas Demonstrações Financeiras (controladora e consolidado), com o relatório dos auditores independentes e notas explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2021 incluem a seguinte empresa controlada:

Empresa	Percentual de Participação %
CPM Braxis Tecnologia Ltda.	99,99

Estratégia: A Capgemini é a parceira ideal das empresas para a transformação dos negócios por meio da tecnologia. Somos um time diverso com cerca de 5.000 profissionais em todo o país. Com sua forte herança de mais de 50 anos de atuação global e profunda experiência no setor, a Capgemini Brasil atende clientes nacionais e globais em suas necessidades-chave de negócios, desde estratégia e design até operações, com uma abordagem que agrega a inovação e as principais tecnologias de e-commerce, Salesforce, Servicenow, Cloud data services, RPA, Inteligência Artificial, Conectividade, aplicações e plataformas. A Companhia reportou localmente em 2021 receita bruta no montante de R$ 845 milhões e consolidado de R$ 853 milhões. **Desempenho:** No Brasil, a Companhia implementou o programa "Isso é Capgemini", que trouxe uma série de campanhas e iniciativas que visavam reforçar o posicionamento da marca por meio de uma estratégia de comunicação de dentro (para seus funcionários) para fora (demais stakeholders como clientes, parceiros, prospects e a comunidade), enaltecendo suas credenciais e diferenciais competitivos que colocam a empresa entre as líderes do setor, tornando mais crível para o mercado local a sua nova promessa de marca "GET THE FUTURE YOU WANT". Em paralelo, iniciamos o planejamento do New Normal para a transformação cultural e transição para um novo modelo de trabalho para o pós pandemia, com base no fortalecimento do senso de pertencimento dos profissionais e a construção de rituais que ajudem a garantir o sucesso no novo modelo. Tais ações tem melhorado significativamente a imagem de nossa marca tanto interna quanto externamente. A Capgemini é uma das 4 principais provedoras de serviços de Tecnologia da Informação no país *(IDC IT services tracker 2021*). Reforçamos o posicionamento de soluções estratégicas do nosso portfólio, com foco em Cloud Data e Digital Services. Com foco na produtividade e competitividade na prestação de serviços, a Capgemini aumentou ainda mais seus investimentos no desenvolvimento de seus talentos. Promovemos plataforma de treinamentos (NEXT) e criamos programas de aceleração de carreira como o *Capgemini Race* para estimular nosso time a tirar novas certificações e vislumbrar seu crescimento/desenvolvimento. Ainda como premissa de uma empresa autossustentável, provê a inserção de novos talentos em nosso segmento via promoções e formação de profissionais através de nossas academias técnicas, onde após o treinamento segue com a oportunidade de efetivação como nossos funcionários. A preocupação em aumentar a conectividade e engajamento dos nossos funcionários tem sido intensa através de reuniões mensais de plano de ações após o resultado emitido por pesquisa de clima interna *" Pulse Survey"*, bem como a melhoria na comunicação institucional através das reuniões quadrimestrais de liderança através do *"Lets Talk – Leadership Meeting"*. Sob o ponto de vista do *go-to-market*, aumentamos ainda mais nosso foco em verticais de indústrias, iniciando uma atuação mais dedicada ao setor de Healthcare, que se juntou a outras unidades estratégicas como *Financial Services* (Bancos e Seguradoras), Multi (*Telco, Utilities*, *Manufacturing & Life Sciences*), Produtos de Consumo e Varejo e Setor Público. **Liderança reconhecida:** Segundo a pesquisa *IT Services Tracker do IDC*, a Companhia é top 3 no ranking de serviços de tecnologia para o setor financeiro no Brasil (dados de 2020). A Capgemini possui algumas das mais importantes certificações requeridas pelo mercado brasileiro para atestar a qualidade, sustentabilidade ambiental e segurança da informação dos serviços, dentre eles os certificados das normas ISO9001:2015, ISO14001:2015, ISO/IEC27001:2013 e ISO/IEC 20000:2018, HDI SCC (*Suppport Center Certification*), MPT Br (Melhoria de Processos de Teste Brasileiro) Nível 3, CMMI - *Capability Maturity Model Integration* DEV 1.3 nível 3, *Edge – Move Level* (certificação global para igualdade de gêneros) ratificando a excelência dos processos da Companhia no país, com um ambiente inclusivo e sustentável. Recebemos ao longo do ano diversos reconhecimentos que nos posicionam como líder nas principais tecnologias digitais em que atuamos: **Everest**: Líder em Serviços de Engenharia para 5G e para Automotivo, *em Managed Security Services*, em *Digital Services para Life Science, Next Gen Application Management; Open banking*; Líder em *Multicloud Managed Services* e AMS NextGen, **Nelson Hall**: Líder em Serviços de transformação para *Procurement ERP SAP Cloud Migration, digital banking*, **Gartner**: Líder nos quadrantes mágicos de Infraestrutura de Cloud Pública, *S4/Hanna application services*, *CX & CRM, Data & Analytics services*, **ISG**: Líder em *Digital Services para Life Science*, *ADMnextgen, Servicenow Ecosystem, e Salesforce Ecosystem.* **IDC**: Líder em serviços de Inteligência Artificial. **Avasant** – Leader for Manufacturing Digital Services. **AI Breakthrough award** – Inovação em inteligência artificial pelo 3o ano consecutivo. **Ethisphere** - *World most ethical companies* pelo nono ano consecutivo. **CDP "A" list -** leadership in tackling climate change. **Ecovadis** – *Platinum rating* por sua atuação responsável e sustentável**. Microsoft** – *Digital Transformation Partner of the year*. **SAP** – *Partner Learning Excellence Pinacle Award*. **Google Cloud-** *Solutions Partner of the year***. Pega-** *Delivery Excelence e Client Innovation em Digital Services*. **Gestão de Recursos Humanos:** Além das campanhas e iniciativas de engajamento do programa de transformação cultural *#getthefutureyouwant* e #issoecapgemini em parceria com o departamento de Marketing, a equipe de recursos humanos atuou fortemente em melhorias nos nossos benefícios com a implementação de novidades mais adequadas ao momento de trabalho hibrido, em apoio aos momentos difíceis de pandemia, e também no olhar mais sistêmico dos pilares da vida de nossos funcionários, visando aumentar a percepção dos valores reais agregados em nosso pacote de remuneração, nosso cuidado com as pessoas, com suas famílias, aumentando assim nossa atratividade e retenção; Melhorarmos o acompanhamento da saúde física, mental, social e financeira dos nossos profissionais para além do ano de pandemia, reforçando benefícios como Telemedicina, Programas de passe livre as academias, Programa de Saúde Mental e Benefícios Farmácia. Parte desses benefícios estendidos além de funcionários e seus dependentes também aos seus familiares, como pai e mãe e filhos acima de 24 anos de idade. Além é claro de parcerias fortemente estabelecidas com Provedores de ponta em nossos planos médicos e dental. Cada vez mais atualizamos nossa plataforma de treinamentos online, que consolida em um único lugar os acervos do *Capgemini University*, parceiros tecnológicos, universidades do mundo todo, conteúdo do Coursera, EF-Inglês para todos, entre outros, totalizando mais de 250 mil cursos e 1200 instituições; além de implementar novos processos e metodologias de recrutamento. A Capgemini tem como premissa formar e desenvolver continuamente nossos recursos. Somente em 2021, mais de 200 profissionais obtiveram novas certificações em tecnologias que atuamos, mais de 500 profissionais passaram pelas academias de especialização, sendo 300 deles novos talentos recrutados e treinados. A Capgemini investiu também na formação dos seus gestores, com o programa *Connected Manager* em parceria com a *Harvard School*, que formou em 2020 cerca de 150 executivos de posição gerencial. Adotamos também um processo de avaliação contínua de satisfação dos nossos profissionais para identificar pontos de melhoria e melhor guiar as ações de retenção de talentos. A combinação de todas essas ações resultou em um crescimento da nossa avaliação da percepção de nossos funcionários no *Glassdoor* de 3,6 (final de 2019), 4,3 (final de 2020), 4,4 (final de 2021), posicionando-se na liderança do mercado. **Sustentabilidade Corporativa: • Gestão Ambiental:** Em 2021, com a migração do nosso time para o modelo de home office, além de atuar pela saúde e segurança dos nossos profissionais, a Capgemini Brasil contribuiu para com uma significativa redução de emissão de carbono uma vez que os deslocamentos e viagens não aconteceram desde março de 2020. A ação contribui consideravelmente para a redução do consumo de papel, plástico, água e energia elétrica dos escritórios. Nosso CEO global – Aiman Ezzat firmou um compromisso de tornar a Capgemini Group *Carbon Zero* até o ano de 2030. A Capgemini Brasil integrou-se a certificação ISO 14001:2015 do Grupo Capgemini. **• Equidade de Gênero**: No ano de 2021, a Capgemini Brasil avançou mais alguns passos em sua missão de equidade de gêneros, alcançando um percentual de 32,7% de mulheres em sua equipe, contra 20% da média do setor no Brasil de acordo com o CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados). O comitê *Women@Capgemini* atuou fortemente durante o ano para contribuir com esse índice, buscando aumentar a atratividade e retenção de mulheres do time, incentivando o empoderamento, o desenvolvimento e criando iniciativas que motivam e engajam a maior participação das mulheres em nossa empresa, e em lideranças de nossos principais projetos. A Capgemini em 2021 foi certificada pela Edge como uma das poucas empresas no Brasil que promove o reconhecimento do equilíbrio de gênero e a oferta de mesmas oportunidades para ambos os sexos. Ações de equiparação salarial entre homens e mulheres, e a ampliação da licença maternidade de 4 para 6 meses foram alguns dos destaques. Em complemento, o grupo segue fomentando programas de treinamento para o desenvolvimento do idioma inglês, fundamental nas carreiras de tecnologia.

A Administração

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Balanços Patrimoniais

Ativo	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Caixa e equivalentes de caixa	6	55.759	33.600	55.853	33.626
Contas a Receber	7	178.886	200.149	180.695	211.217
Estoques	8	-	-	-	-
Adiantamentos a Fornecedores e a Funcionários		2.933	3.535	2.933	3.593
Impostos e Contribuições a Recuperar	9	44.688	25.613	55.261	36.127
Despesas Antecipadas		4.993	3.024	4.993	3.022
Outros Créditos		5.878	9.508	5.878	9.520
Outros Créditos a Receber com Partes Relacionadas	20	3.500	2.700	3.500	2.700
Total ativo circulante		296.637	278.129	309.113	299.805
Depósitos Judiciais	16	18.115	19.492	18.115	19.492
Contas a Receber	7	50.294	1.490	50.294	2.123
Outros Créditos		786	7.301	786	7.301
Despesa Antecipada		1.218	91	1.219	90
Outros Créditos a Receber com Partes Relacionadas	20	-	1.907	-	-
Total do realizável a longo prazo		70.413	30.281	70.414	29.006
Investimentos	10	14.923	12.781	-	-
Imobilizado	11	60.473	48.852	60.473	48.852
Intangível	12	30.552	32.950	30.552	32.950
Total do ativo não circulante		176.361	124.864	161.439	110.808
Total do ativo		472.998	402.993	470.552	410.613

Passivo	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Fornecedores	13	20.299	27.512	21.536	29.873
Arrendamentos	17	2.182	2.906	2.182	2.906
Mútuo com partes relacionadas	20	12.500	47.546	12.500	47.546
Salários e Encargos Sociais	15	54.455	54.006	54.455	54.020
Participação nos Resultados e Prêmios		39.211	8.693	39.211	8.700
Obrigações Tributárias		16.683	10.146	17.147	10.578
Antecipação de Clientes		20.938	15.201	20.942	15.201
Outras Obrigações	18	54.905	35.186	55.562	37.308
Contas a Pagar com Partes Relacionadas	20	13.269	20.276	13.269	20.276
Total passivo circulante		234.442	221.472	236.804	226.408
Arrendamentos	17	789	900	789	900
Provisão para Contingências	16	95.860	75.859	98.765	78.543
Outras Obrigações	18	7.852	7.852	7.852	7.852
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	26	285	-	285	-
Contas a Pagar com Partes Relacionadas	20	7.713	-	-	-
Total passivo não circulante		112.499	84.611	107.691	87.295
Patrimônio líquido					
Capital social	19	1.780.618	1.695.618	1.780.618	1.695.618
Reserva de Capital		383.117	383.117	383.117	383.117
Reserva de Reavaliação		1.133	1.133	1.133	1.133
Prejuízos Acumulados		(2.038.811)	(1.982.958)	(2.038.811)	(1.982.958)
Total do patrimônio líquido		126.057	96.910	126.057	96.910
Total do passivo		346.941	306.083	344.495	313.703
Total do passivo e do patrimônio líquido		472.998	402.993	470.552	410.613

Demonstrações do resultado

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita operacional líquida	22	752.537	579.140	756.462	584.182
Custo dos Produtos e Serviços Vendidos	23	(580.451)	(478.786)	(581.435)	(480.630)
Lucro bruto		172.086	100.354	175.027	103.552
Despesas operacionais					
Despesas administrativas e gerais	23	(210.360)	(165.514)	(210.367)	(165.969)
Outras despesas operacionais	24	(53.347)	(37.936)	(53.457)	(38.461)
Outras receitas operacionais	24	28.349	7.146	27.925	15.986
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(63.272)	(95.950)	(60.872)	(84.892)
Receitas financeiras	25	30.211	5.268	30.268	5.433
Despesas financeiras	25	(24.649)	(28.476)	(24.915)	(29.007)
Resultado financeiro		5.562	(23.208)	5.353	(23.574)
Participação nos lucros de investidas por equivalência patrimonial					
Resultado de equivalência patrimonial	10	2.142	10.602	-	-
Resultado antes dos impostos		(55.568)	(108.556)	(55.519)	(108.466)
Imposto de renda e contribuição social corrente	26	-	-	(49)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	26	(285)	(37.795)	(285)	(37.885)
Prejuízo do exercício		(55.853)	(146.351)	(55.853)	(146.351)

Demonstrações do resultado abrangente

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Resultado do exercício	(55.853)	(146.351)	(55.853)	(146.351)
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-
Resultado abrangente total	(55.853)	(146.351)	(55.853)	(146.351)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Nota	Capital social	Reserva de ágio	Debêntures Perpétuas	Reserva de reavaliação	Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019		1.545.618	67.117	316.000	1.133	(1.836.607)	93.261
Aumento de Capital	19	150.000	-	-	-	-	150.000
Resultados abrangentes do período							
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	(146.351)	(146.351)
Total de resultados abrangentes		-	-	-	-	(146.351)	(146.351)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.695.618	67.117	316.000	1.133	(1.982.958)	96.910
Aumento de Capital	19	85.000	-	-	-	-	85.000
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	(55.853)	(55.853)
Total de resultados abrangentes		-	-	-	-	(55.853)	(55.853)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.780.618	67.117	316.000	1.133	(2.038.811)	126.057

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício antes dos impostos	(55.568)	(108.556)	(55.519)	(108.466)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
Depreciações e amortizações	23.660	20.654	23.660	20.654
Perda (ganho) na alienação de bens do ativo imobilizado	355	5.817	355	5.817
Resultado de Equivalência Patrimonial	(2.142)	(10.602)	-	-
Provisão para obsolescência dos Estoques	-	(5.857)	-	(6.164)
Provisão (reversão) para devedores duvidosos	647	(5.523)	647	(5.996)
Provisão para Contingências	16.916	4.431	16.916	6.207
Provisão com perdas prováveis de créditos de impostos	-	14	-	5.746
Juros de empréstimos	2.659	2.314	2.659	2.314
Juros a Valor Presente - CPC 06 (R2)	437	759	437	759
Atualização monetária sobre provisão para contingências	20.256	21.129	20.471	21.599
	7.220	**(75.420)**	**9.626**	**(57.530)**
Variações nos ativos (aumento)/redução				
Em contas a receber	(28.188)	30.434	(18.296)	49.395
Estoques	-	5.857	-	7.782
Adiantamento a Fornecedores e Funcionários	602	(1.233)	660	(1.291)
Impostos e contribuições a Recuperar	(19.075)	2.308	(19.134)	(13.387)
Despesas Antecipadas	(3.096)	254	(3.100)	1.083
Outros Créditos	10.145	9.660	10.157	9.659
Depósitos Judiciais	(1.292)	5.836	(1.286)	5.953
Partes Relacionadas–ativo	1.107	9.811	(800)	(2.700)
Variações nos passivos aumento/(redução)				
Em fornecedores	(7.213)	(23.345)	(8.337)	(24.044)
Obrigação de Repasse de Cessão de Crédito	-	(11.785)	-	(11.785)
Salários e Encargos Sociais	449	(2.756)	435	(2.778)
Participação nos Resultados e Prêmios	30.518	(3.270)	30.511	(3.522)
Obrigações Tributárias	6.537	(2.554)	6.569	(2.769)
Antecipação de clientes	5.737	7.991	5.741	7.581
Outras Obrigações	19.719	(9.232)	18.254	(18.189)
Partes Relacionadas	7.713	-	-	-
Partes Relacionadas - passivo (Capgemini)	(16.101)	17.729	(16.101)	17.729
Partes Relacionadas - Fee (Capgemini)	9.094	(78.755)	9.094	(78.755)
Caixa gerado pelas (utilizadas nas) atividades operacionais	**23.876**	**(118.470)**	**23.993**	**(117.568)**
Encargos financeiros pagos sobre mútuos com partes relacionadas	(2.707)	(2.309)	(2.707)	(2.309)
Contingências pagas	(14.502)	(28.865)	(14.502)	(29.959)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	-	-	(49)	(90)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizadas nas) atividades operacionais	**6.667**	**(149.644)**	**6.735**	**(149.926)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado	(30.599)	(21.091)	(30.599)	(21.091)
Aquisição de intangível	(2.638)	(6.351)	(2.638)	(6.351)
Disponibilidades líquidas utilizadas nas atividades de investimentos	**(33.237)**	**(27.442)**	**(33.237)**	**(27.442)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Contratação de arrendamentos	4.915	3.488	4.915	3.488
Contratação de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	20.000	-	20.000	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	(55.000)	-	(55.000)	-
Pagamentos de arrendamentos	(6.186)	(6.489)	(6.186)	(6.489)
Integralização de aumento de capital/Reserva de Capital	85.000	150.000	85.000	150.000
Disponibilidades líquidas geradas nas atividades de financiamentos	**48.729**	**146.999**	**48.729**	**146.999**
Aumento / (Redução) em caixa e equivalentes de caixa	**22.159**	**(30.087)**	**22.227**	**(30.369)**
Demonstração do aumento/redução em caixa e equivalentes de caixa				
Em 1 de janeiro	33.600	63.687	33.626	63.995
Em 31 de dezembro	55.759	33.600	55.853	33.626
Aumento / (Redução) em caixa e equivalentes de caixa	**22.159**	**(30.087)**	**22.227**	**(30.369)**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: A Capgemini Brasil S.A. ("Capgemini" ou "Companhia") é uma sociedade anônima, de capital fechado, com sede na Alameda Grajaú, nº 60, andar 14, sala 1401, CEP 06454-050, Barueri, Estado de São Paulo. A Companhia tem como atividades principais o desenvolvimento, implementação, comercialização de sistemas, a prestação de serviços e de assistência técnica a terceiros na área de informática, bem como a industrialização, importação, comercialização, locação, instalação e manutenção de equipamentos de processamento eletrônico de dados. Conjuntamente com a sua controlada CPM Braxis Tecnologia Ltda., constitui o Grupo Capgemini Brasil ("Grupo Capgemini"). Em relação a manutenção da posição financeira da Companhia, ocorreu um aporte de capital em novembro de 2021 no montante de R$ 85.000, o qual juntamente com a melhora de resultados operacionais já em andamento, assegura a continuidade futura das operações. O Grupo Capgemini e seus acionistas têm a intenção e a capacidade de tomar as medidas necessárias para manter sua capacidade de continuidade operacional, garantindo o aporte de recursos até que a Companhia possa gerar caixa suficiente à manutenção das suas operações. Essas demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos. Com relação aos impactos da Covid, a empresa tem trabalhado até aqui com o objetivo de manter a integridade da entrega de serviços aos clientes, bem como manter a manutenção do plano implementado de continuidade do negócio para garantir as obrigações contratuais da Capgemini, visando a segurança de seus colaboradores, clientes e parceiros. Durante o exercício de 2021, a empresa não teve impactos significativos em sua operação. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2022. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir os ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo Capgemini. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. ***a. Demonstrações financeiras consolidadas****:* As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. ***b. Demonstrações financeiras individuais****:* As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. Nas demonstrações financeiras individuais, a controlada é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. **2.2 Consolidação:** A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas: ***Controladas:*** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina. A Companhia usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do Grupo Capgemini de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*). Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício. Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo Capgemini

>>>Continua...

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6252-8C33-A045-3940.

>>>Continuação...

são eliminados. Ganhos ou prejuízos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 incluem a seguinte empresa:

	Percentual de Participação
Empresa	**%**
CPM Braxis Tecnologia Ltda.	99,99

A controlada CPM Braxis Tecnologia Ltda tem como sócio quotista, a Capgemini Latin America com participação de 0,01%.

2.3 Conversão de moeda estrangeira: ***a. Moeda funcional e moeda de apresentação:*** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo Capgemini são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo Capgemini. ***b. Transações e saldos em moeda estrangeira:*** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os ganhos e perdas cambiais atrelados a operações de derivativos de proteção de risco cambial, são apresentados na demonstração do resultado como "custos ou despesas operacionais líquidas". **2.4 Caixa e equivalentes de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.5 Ativos e Passivos financeiros:** ***Instrumentos financeiros ativos****: (i) Reconhecimento e mensuração inicial:* O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. *(ii) Classificação e mensuração subsequente:* Instrumentos Financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se ater ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR. • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA (Outros Resultados Abrangentes). Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos: - como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; - os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; - como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e - a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros–avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: - eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; - termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; - o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e - os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente-o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. ***2.5.1 Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:*** *(i) Ativos financeiros a VJR:* Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo no resultado do exercício. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Vide nota 2.5.3 (iii) sobre derivativos designados como instrumentos de hedge. *(ii) Ativos financeiros a custo amortizado:* Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos no resultado do exercício. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. *(iiii) Instrumentos de dívida a VJORA:* Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. *(iv) Instrumentos patrimoniais a VJORA:* Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. ***2.5.2 Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:*** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. *(i) Desreconhecimento:* **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. *(ii) Compensação:* Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. *(iii) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge.* Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge (hedge accounting).* Apesar de a Companhia e sua controlada contratarem instrumentos derivativos com o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa câmbio, a Companhia e sua controlada não adotam *hedge accounting*. **Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:** As variações no valor justo dos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge* de qualquer um desses instrumentos derivativos e são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em " Custos e Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas". **2.6 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo Capgemini. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo, decrescidas da perda estimada. **2.7 Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado. O valor líquido realizável é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. **2.8 Depósitos judiciais:** Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade. Caso contrário, são apresentados no ativo não circulante. **2.9 Ativos intangíveis:** ***a. Ágio:*** O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado nas demonstrações financeiras consolidadas como "ativo intangível", enquanto que, nas demonstrações financeiras individuais, é registrado como "investimentos", a menos que a empresa adquirida tenha sido incorporada pela Companhia. Caso a Companhia apure deságio, registra o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. ***b. Softwares:*** As licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada de cinco anos. **2.10 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Construções e edificações	50
Instalações	15
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Equipamentos operacionais	5
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5
Equipamentos de processamento de dados	4 a 10
Outros	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, em cada exercício e os valores são ajustados de forma prospectiva. A administração considera que não existiram fatos significativos em 2021 e 2020 que puderam gerar uma mudança nas vidas úteis dos ativos. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.11). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em outras receitas ou despesas operacionais, na demonstração do resultado. **2.11 Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório. **2.12 Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.13 Provisões:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (a) o Grupo Capgemini tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (c) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O imposto de renda e a contribuição social do exercício, corrente, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro real. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo Capgemini nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo Capgemini, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. **2.15 Benefícios a empregados:** ***Participação nos lucros****:* O Grupo Capgemini reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. O Grupo Capgemini reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*). **2.16 Capital social:** As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **2.17 Reconhecimento de receita:** A Companhia reconhece receitas à medida em que as obrigações de desempenho são satisfeitas, operacionalizado por um modelo de 5 passos para reconhecimento e mensuração: (1) Identificação de contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação de obrigação de desempenho prevista nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando (ou à medida que) a entidade atender uma obrigação de desempenho. A Companhia e sua Controlada, como prestadores de serviços de informática e revenda de hardware e software, identificaram que os seus critérios de reconhecimento e mensuração das receitas de contrato com clientes seguem as disposições da norma contábil. Suas receitas já são reconhecidas à medida em que a Companhia e sua Controlada atendem suas obrigações de desempenho. Do mesmo modo, as receitas com contratos com clientes já são igualmente mensuradas pelo preço da transação. Devido à diversidade das categorias de nossos produtos, há vários eventos que geram o reconhecimento da receita, conforme abaixo: **• Receita de venda e licenciamento de uso** - refere-se à venda de equipamentos e de software. A Companhia é considerada Agente nessa operação, reconhecendo o líquido desta operação. **• Receitas de desenvolvimento de sistemas e de consultoria** - a receita é apropriada mediante a evolução física apurada mensalmente em cada projeto, conforme o escopo contratado pelo cliente. Já o evento de faturamento ocorre mediante a conclusão de fases pré-acordadas e ao final do projeto, quando de sua homologação. **• Receita da manutenção de equipamentos** - tem por base os contratos de manutenção de equipamentos de informática de longo prazo. Em geral, são contratos baseados em valores fixos mensais e com condições de cobertura prefixadas. **• Receita de locação de equipamentos e programas** - é resultado do contrato de locação de equipamentos e programas de informática a clientes. As parcelas faturadas são fixas e reajustadas anualmente com base em índices de inflação. **• Receitas financeiras** - representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, impostos a recuperar, descontos obtidos junto a fornecedores, juros por atraso de clientes, empréstimos e financiamentos e operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo *swap*. **2.18 Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo Capgemini utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). O Grupo Capgemini adotou a abordagem retrospectiva modificada na adoção do CPC 06 (R2) a partir de 1º janeiro de 2019, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial foi reconhecido no saldo de abertura dos prejuízos acumulados em 1º de janeiro de 2019. Na transição para o CPC 06(R2), a Companhia escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o CPC 06(R2) apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1) e ICPC 03 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2). Portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2) foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2019. A Companhia utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06(R2) a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1). Em particular: • não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial; • não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI); excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial ***(i) Como arrendatário:*** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizar os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. A Companhia avaliou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução do valor recuperável e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável. O ativo de direito de uso está sendo apresentado junto ao ativo imobilizado. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Empresa. A Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: - pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; - pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início; - valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e - o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo Capgemini alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial. *Arrendamentos de ativos de baixo valor:* A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de pagamentos de arren-

>>>Continua...

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6252-8C33-A045-3940.

>>>Continuação...

damento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. O Grupo Capgemini não apresenta contratos de arrendamentos em que atue como arrendador. Maiores detalhes sobre os arrendamentos estão apresentados na Nota 17. **2.19 Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia e sua controlada têm acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia e sua controlada. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia e sua controlada requerem a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia e sua controlada mensuram o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia e sua controlada utilizam técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia e sua controlada mensuram ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação-ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia e sua controlada determinam que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro**. 2.20 Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2021. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo Capgemini: • Alteração do IAS 16 "Ativo Imobilizado: em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para o seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data da efetiva aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022. • Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionem diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022. • Alteração do IRFS 3 "Combinação de Negócios": emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração do IFRS3 tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022. • Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um waiver ou quebra de covenant). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2023. • Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. • Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. • Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **a. Julgamentos***:* As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota 26** - Imposto de renda diferido; • **Nota 22** - Receita**. b. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota 7** - Provisão para perdas estimadas; • **Nota 16** - Provisão para contingências; • **Notas 2.9 e 2.11** - Impairment de ágio; • **Nota 2.5** - Mensuração de instrumentos financeiros. **4. Gestão de risco financeiro: 4.1 Fatores de risco financeiro**: As atividades do Grupo Capgemini o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda), risco de taxa de juros de fluxo de caixa, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo Capgemini. O Grupo Capgemini usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo Capgemini, que identifica, avalia e protege a Companhia e sua controlada contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo Capgemini. ***a. Risco de mercado***: *(i) Risco cambial:* O Grupo Capgemini atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente com relação ao euro e dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior. O risco cambial à moeda funcional é administrado de forma corporativa. As empresas do Grupo, cujas operações estão expostas ao risco cambial, são requeridas a proteger suas posições via operações de *hedge*, efetuadas sob a orientação da tesouraria do Grupo Capgemini. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade. Embora a Companhia e sua controlada possam fazer uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de *hedge* (*hedge accounting*). Nesse caso, as variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado. Tendo em vista que parte substancial das aquisições de equipamentos de informática é importada e negociada em dólares norte-americanos, a estratégia principal é de que essas operações atuem como um *hedge* natural para suas operações passivas denominadas em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e sua controlada possuiam passivos denominados em moeda estrangeira equivalentes a R$ 13.460 (2020 - R$ 21.889), e passivos em moeda estrangeira no consolidado equivalentes a R$ 13.460 (2020 - R$ 21.889), existindo instrumento para proteger parte da exposição nessas datas. ***b. Análise de sensibilidade de câmbio:*** A Companhia possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2021, conforme mencionado anteriormente e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa (dólar) de R$ 5,58 para cenário possível, a taxa utilizada foi R$ 6,98 considerando alta de 25%, e para o cenário remoto, taxa de R$ 10,47 considerando uma alta de 50%. Desta forma, o quadro abaixo demonstra a simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

	Controladora e Consolidado 2021		
Risco de câmbio	Provável	Possível	Remoto
Cenários e níveis de preço (dólar)	5,58	6,98	10,47
Contas a receber	13.891	17.376	26.064
Fornecedor	(191)	(239)	(358)
Partes relacionadas	(13.269)	(16.598)	(24.897)
Total	431	539	809
Efeito Líquido Total	-	108	378

	Controladora e Consolidado 2020		
Risco de câmbio	Provável	Possível	Remoto
Cenários e níveis de preço (dólar)	5,20	6,50	7,80
Contas a receber	15.663	19.579	23.495
Fornecedor	(1.613)	(2.016)	(2.420)
Partes relacionadas	(20.276)	(25.345)	(30.414)
Total	(6.226)	(7.782)	(9.339)
Efeito Líquido Total	-	(1.556)	(3.113)

Uma valorização do Real contra as moedas acima, em 31 de dezembro de 2021, teria o mesmo efeito, porém com o resultado oposto sobre as moedas apresentadas acima, considerando que todas as outras variáveis se manteriam constantes. ***c. Risco de crédito:*** O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, principalmente no que se refere a contas a receber em aberto. A política de vendas da Companhia e sua controlada está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber. A área de Análise de Crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, bem como a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência, além dos montantes já contabilizados.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito, que na data das demonstrações financeiras foi:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e bancos	55.759	33.600	55.853	33.626
Contas a receber	229.180	201.639	230.989	213.340
Outros créditos	6.664	16.809	6.664	16.822
Outros Créditos a Receber com Partes Relacionadas	3.500	4.607	3.500	2.700
Total	295.103	256.655	297.006	266.488

(i) Avaliação da perda esperada de crédito para clientes corporativos em 1º de janeiro e em 31 de dezembro de 2021. A Companhia analisou seu histórico de perda para seus clientes por categoria (privado e publico) e avaliou a expectativa de perda futura para seus clientes atuais, considerando sua experiência e analise de crédito, com isso determinando a expectativa de perda esperada. ***d. Risco de liquidez:*** A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais do Grupo Capgemini e agregada pela Diretoria de Finanças, em específico o departamento de Tesouraria que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo Capgemini para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo Capgemini e os passivos financeiros derivativos liquidados pelo Grupo Capgemini, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora			
	Saldo contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2021				
Fornecedores	20.299	20.299	-	-
Partes relacionadas	33.482	33.482	-	-
Em 31 de dezembro de 2020				
Fornecedores	27.512	27.512	-	-
Partes relacionadas	67.822	67.822	-	-

	Consolidado			
	Saldo contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2021				
Fornecedores	21.536	21.536	-	-
Partes relacionadas	25.769	25.769	-	-
Em 31 de dezembro de 2020				
Fornecedores	29.873	29.873	-	-
Partes relacionadas	67.822	67.822	-	-

4.2 Gestão de capital: Os objetivos do Grupo Capgemini ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, o Grupo Capgemini monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo arrendamentos financeiros e obrigação de repasse de cessão de crédito, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	2021	2020
Mútuo com partes relacionadas (Nota 20)	12.500	47.546
Menos - caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(55.853)	(33.626)
Dívida líquida	(43.353)	13.920
Total do patrimônio líquido	129.931	96.909
Índice de alavancagem financeira - %	(33,37)	14,36

5. Estimativa do valor justo: Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo Capgemini para instrumentos financeiros similares. Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros não derivativos inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 estão identificados a seguir:

Controladora	2021		2020	
	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	55.759	55.759	33.600	33.600
Contas a receber	229.180	229.180	201.639	201.639
Outros Créditos a Receber com Partes Relacionadas	3.500	3.500	4.607	4.607
Outros créditos	6.664	6.664	16.809	16.809
	295.103	295.103	256.655	256.655
Passivo				
Fornecedores	20.299	20.299	27.512	27.512
Mútuo com partes relacionadas	12.500	12.500	47.546	47.546
Contas a Pagar com Partes Relacionadas	20.982	20.982	20.276	20.276
Outras obrigações	68.159	68.159	43.038	43.038
	121.940	121.940	138.372	138.372

Consolidado	2021		2020	
	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	55.853	55.853	33.626	33.626
Contas a receber	230.989	230.989	213.340	213.340
Outros Créditos a Receber com Partes Relacionadas	3.500	3.500	2.700	2.700
Outros créditos	6.664	6.664	16.821	16.821
	297.006	297.006	266.487	266.487
Passivo				
Fornecedores	21.536	21.536	29.873	29.873
Mútuo com partes relacionadas	12.500	12.500	47.546	47.546
Contas a Pagar com Partes Relacionadas	13.269	13.269	20.276	20.276
Outras obrigações	68.816	68.816	45.160	45.160
	116.121	116.121	142.855	142.855

5.1 Hierarquia do valor justo: Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo Capgemini usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1). • Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2). • Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3). **5.2 Instrumentos financeiros por categoria:** A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos do Grupo Capgemini mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

	Controladora
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo	**Ativos financeiros a custo amortizado**
31 de dezembro de 2021	
Contas a receber de clientes	229.180
Caixa e equivalentes de caixa	55.759
	284.939
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo	**Ativos financeiros a custo amortizado**
31 de dezembro de 2020	
Contas a receber de clientes	201.639
Caixa e equivalentes de caixa	33.600
	235.239

	Valor justo instrumento de hedge	Custo amortizado	Total
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo			
31 de dezembro de 2021			
Fornecedores	-	(20.299)	(20.299)
Operações de repasse de crédito	-	-	-
Partes relacionadas	-	(33.482)	(33.482)
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado			
Valor justo instrumento de hedge	192	-	192
	192	(53.781)	(53.589)
31 de dezembro de 2020			
Fornecedores	-	(27.512)	(27.512)
Operações de repasse de crédito	-	-	-
Partes relacionadas	-	(67.822)	(67.822)
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado			
Valor justo instrumento de hedge	(275)	-	(275)
	(275)	(95.334)	(95.609)

	Consolidado
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo	**Ativos financeiros a custo amortizado**
31 de dezembro de 2021	
Contas a receber de clientes	230.989
Caixa e equivalentes de caixa	55.853
	286.842
Ativos financeiros a custo amortizado	
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo	
31 de dezembro de 2020	
Contas a receber de clientes	213.340
Caixa e equivalentes de caixa	33.626
	246.966

	Consolidado		
	Valor justo instrumento de hedge	Custo amortizado	Total
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo			
31 de dezembro de 2021			
Fornecedores	-	(21.536)	(21.536)
Operações de repasse de crédito	-	-	-
Partes relacionadas	-	(25.769)	(25.769)
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado			
Valor justo instrumento de hedge	192	-	192
	192	(47.305)	(47.113)
31 de dezembro de 2020			
Fornecedores	-	(29.873)	(29.873)
Operações de repasse de crédito	-	-	-
Partes relacionadas	-	(67.822)	(67.822)
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado			
Valor justo instrumento de hedge	(275)	-	(275)
	(275)	(97.695)	(97.970)

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia e sua controlada têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio, não são utilizados para fins especulativos. Em 31 de dezembro de 2021, havia operações de derivativos em aberto. As perdas e os ganhos com as operações de *hedge* são reconhecidos mensalmente na demonstração do resultado em "Resultado Operacional", considerando o seu valor justo (mercado). No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou uma ganho com instrumentos financeiros de *hedge*, de R$ 288 (31 de dezembro 2020 - ganho de R$ 30.931).

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e bancos	354	801	448	827
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	55.405	32.799	55.405	32.799
	55.759	33.600	55.853	33.626

A Companhia possui aplicação financeira em CDB com taxa de remuneração de 100,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e demais aplicações financeiras com resgate diário e taxa de remuneração em 55% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2021

7. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Setor Público	7.796	9.979	7.796	10.001
Setor Público - Caixa *** (nota 20 (vi))	-	84.934	-	84.934
Setor privado	76.530	47.477	78.339	58.781
Mercado externo	1.082	-	1.082	-
Mercado Externo - Partes relacionadas (nota 20)	12.809	15.663	12.809	15.663
Receitas apropriadas a faturar (*)	81.990	77.410	81.990	77.437
Contas a receber	180.207	235.463	182.016	246.816
Perda estimada	(1.321)	(35.314)	(1.321)	(35.599)
Total circulante	178.886	200.149	180.695	211.217

	Controladora		Consolidado	
Contas a receber	2021	2020	2021	2020
Setor Privado (**)	-	1.490	-	2.123
Setor Público - Caixa *** (nota 20 (vi))	84.934	-	84.934	-
Contas a Receber	84.934	1.490	84.934	2.123
Perda estimada	(34.640)	-	(34.640)	-
Total não circulante	50.294	1.490	50.294	2.123

(*) Referem-se às receitas de prestação de serviços, apropriadas contabilmente, mas ainda não faturadas. Para os contratos de longo prazo, a receita é apropriada mediante a evolução física apurada mensalmente em cada projeto, conforme o escopo contratado pelo cliente. O faturamento ocorre mediante a conclusão de fases pré-acordadas e ao final do projeto, por ocasião de sua homologação junto ao cliente. (**) Trata-se de um saldo com o cliente Oi, classificado no longo prazo, com parcelas mensais até 2022. (***) Em 2021 a administração realizou a reclassificação para longo prazo devido a alteração na expectativa de prazo para a finalização da arbitragem que está em andamento Aproximadamente 99% do saldo em aberto em 31 de dezembro de 2021 refere-se a transações denominadas em reais (99% em 31 de dezembro de 2020). O contas a receber de clientes tem a seguinte composição por idade de vencimento em 31 de dezembro:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Títulos a vencer	84.200	65.114	86.009	71.629
Títulos vencidos até 30 dias	10.041	7.333	10.041	12.397
Títulos vencidos de 31 a 60 dias	1.584	410	1.584	410
Títulos vencidos de 61 a 90 dias	614	132	614	132
Títulos vencidos de 91 a 120 dias	724	197	724	198
Títulos vencidos acima de 121 dias (*)	85.988	86.357	85.988	86.736
	183.151	159.543	184.960	171.502

(*) Refere-se, principalmente, a títulos em aberto com a Caixa.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui um saldo contabilizado em relação a perdas esperadas no montante de R$ 35.961 na Controladora (31 de dezembro de 2020 - R$ 35.314), trata-se de títulos pontuais, vencidos a longa data, dos quais a Companhia entende serem passíveis de perda. Para os demais títulos vencidos e ainda não pagos, conforme análise realizada pela a administração, não há expectativa de perdas. Adicionalmente a Companhia efetuou uma análise de perdas históricas e esperadas em linha com o CPC 48, e identificou os seguintes percentuais de perdas esperadas em seu Contas a receber:

Tipo de cliente	Perda últimos 6 anos	Receita últimos 6 anos	%
Privado	14.294	4.447.253	0,32%
Público	17.547	1.981.794	0,89%

Abaixo, a movimentação de perdas estimadas:	Controladora	Consolidado
Saldo de provisão para perdas estimadas em 31/12/2019	(40.836)	(41.649)
Adições	(567)	(4.605)
Reversão para perda	6.089	10.655
Saldo de provisão para perdas estimadas em 31/12/2020	(35.314)	(35.599)
Adições	(647)	(647)
Reversão para perda	-	285
Saldo de provisão para perdas estimadas em 31/12/2021	(35.961)	(35.961)

>>>Continua...

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6252-8C33-A045-3940.

>>>Continuação...

8. Estoques: Em 2021 foi mantida a provisão para redução dos valores de estoques para valores realizáveis líquidos R$ 2.827 (R$ 2.827 na controladora e R$ 2.844 no consolidado em 2020). Abaixo, a movimentação da provisão realizada para estoques:

	Controladora	Consolidado
Saldo de provisão para estoques em 31/12/2019	(8.684)	(9.227)
Reversão em 2020	5.857	6.383
Saldo de provisão para estoques em 31/12/2020	(2.827)	(2.844)
Saldo de provisão para estoques em 31/12/2021	(2.827)	(2.844)

9. Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativo circulante				
IRRF sobre serviços e aplicações financeiras	15.351	13.118	15.739	13.316
Contribuição social retidos sobre faturamento	6.643	5.409	6.643	5.748
Pis e Cofins e CSLL retido sobre faturamento	361	-	544	-
Antecipação do IRPJ e da CSLL	-	-	21	-
ICMS a compensar	-	8	-	3.842
IPI a compensar	-	6	-	1.904
Provisão para perda provável de realização	-	(14)	-	(5.746)
PIS e Cofins a recuperar	114	-	359	245
Outros (i)	22.219	7.086	31.955	16.818
Total circulante	44.688	25.613	55.261	36.127
Não circulante				
ISSQN - sentença judicial transitada em julgado (ii)	2.951	2.951	2.951	2.951
Provisão para perda provável de realização	(2.951)	(2.951)	(2.951)	(2.951)
Total não circulante	-	-	-	-
	44.688	25.613	55.261	36.127

(i) O aumento refere-se ao trânsito em julgado na ação da exclusão da base de cálculo do PIS e da Cofins em 2021 da Controladora e em 2020 da controlada CPM Braxis Tecnologia Ltda. (ii) No ano de 2009, a Companhia obteve sentença judicial já transitada em julgado, favorável à não incidência do ISSQN sobre a locação de equipamentos. Devido à demora na execução e a possibilidade crescente de não realização dos créditos, a Companhia optou por constituir a provisão para perda. **10. Investimentos: a. Informações sobre investimentos:** A participação societária direta da Companhia em controladas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, é demonstrada a seguir:

Empresa	2021 Capital Social	2020 Capital Social	2021 Patrimônio líquido	Patrimônio líquido	2021 Lucro	2020 Lucro	2021 Quantidade de quotas	2020 Quantidade de quotas	2021 Participação no capital social-%	2020 Participação no capital social-%
CPM Braxis Tecnologia Ltda.	252.984	252.984	14.923	12.781	2.142	10.602	252.984	252.984	99,99	99,99

Investimentos Empresa	Equivalência patrimonial do exercício findo em 31/12/2021	Equivalência patrimonial do exercício findo em 31/12/2020	Investimentos em 31/12/2021	Investimentos em 31/12/2020
CPM Braxis Tecnologia Ltda.	2.142	10.602	14.923	12.781
	2.142	10.602	14.923	12.781

b. Saldos e movimentação dos investimentos

	CPM Braxis Tecnologia
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.179
Ajustes de equivalência patrimonial	10.602
Saldos em 31 de dezembro de 2020	12.781
Ajustes de equivalência patrimonial	2.142
Saldos em 31 de dezembro de 2021	14.923

11. Imobilizado

	Construções e edificações	Instalações	Móveis e utensílios	Equipamentos operacionais (*)	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Equipamentos de processamento de dados	Direito de uso	Imobilizado total
Saldo 31 de dezembro de 2019	26.954	523	168	-	473	13.883	5.861	47.862
Custo total	31.860	1.762	2.838	36	11.705	41.770	11.806	101.777
Depreciação acumulada	(4.906)	(1.239)	(2.670	(36)	(11.232)	(27.887)	(5945)	(53. 915)
Valor residual Dezembro 2019	26.954	523	168	-	473	13.883	5.861	47.862
Aquisição	354	2.084	2	-	-	15.179	3.473	21.091
Baixa	-	(161)	(40)	-	(36)	(3.583)	15	(3.807)
Depreciação	(384)	(75)	(37)	-	(408)	(9.615)	(5.776)	(16.295)
Saldo 31 de dezembro de 2020	26.924	2.370	93	-	29	15.863	3.573	48.852
Custo total	32.214	3.218	998	36	7.943	41.448	10.172	96.029
Depreciação acumulada	(5.291)	(848)	(905)	(36)	(7.914)	(25.585)	(6.599)	(47.178)
Valor residual Dezembro 2020	26.924	2.370	93	-	29	15.863	3.573	48.852
Aquisição	-	2.822	644	-	241	21.977	4.915	30.599
Baixa	-	(140)	(11)	-	(21)	(183)	-	(355)
Depreciação	(389)	(156)	(26)	-	(8)	(12.223)	(5.820)	(18.623)
Saldo 31 de dezembro de 2021	26.534	4.896	700	-	241	25.434	2.668	60.473
Custo total	32.214	5.168	1.015	36	1.881	60.516	5.287	106.117
Depreciação acumulada	(5.680)	(272)	(315)	(36)	(1.640)	(35.082)	(2.619)	(45.644)
Valor residual Dezembro 2021	26.534	4.896	700	-	241	25.434	2.668	60.473

	Construções e edificações	Instalações	Móveis e utensílios	Equipamentos operacionais (*)	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Equipamentos de processamento de dados	Direito de uso	Imobilizado total
Saldo 31 de dezembro de 2019	26.954	523	168	-	473	13.883	5.861	47.862
Custo total	31.860	1.762	2.838	36	11.705	41.770	11.806	101.777
Depreciação acumulada	(4.906)	(1.239)	(2.670	(36)	(11.232)	(27.887)	(5945)	(53. 915)
Valor residual Dezembro 2019	26.954	523	168	-	473	13.883	5.861	47.862
Aquisição	354	2.084	2	-	-	15.179	3.473	21.091
Baixa	-	(161)	(40)	-	(36)	(3.583)	15	(3.807)
Depreciação	(384)	(75)	(37)	-	(408)	(9.615)	(5.776)	(16.295)
Saldo 31 de dezembro de 2020	26.924	2.370	93	-	29	15.863	3.573	48.852
Custo total	32.214	3.218	998	36	7.943	41.448	10.172	96.029
Depreciação acumulada	(5.291)	(848)	(905)	(36)	(7.914)	(25.585)	(6.599)	(47.178)
Valor residual Dezembro 2020	26.924	2.370	93	-	29	15.863	3.573	48.852
Aquisição	-	2.822	644	-	241	21.977	4.915	30.599
Baixa	-	(140)	(11)	-	(21)	(183)	-	(355)
Depreciação	(389)	(156)	(26)	-	(8)	(12.223)	(5.820)	(18.623)
Saldo 31 de dezembro de 2021	26.534	4.896	700	-	241	25.434	2.668	60.473
Custo total	32.214	5.168	1.015	36	1.881	60.516	5.287	106.117
Depreciação acumulada	(5.680)	(272)	(315)	(36)	(1.640)	(35.082)	(2.619)	(45.644)
Valor residual Dezembro 2021	26.534	4.896	700	-	241	25.434	2.668	60.473

(*) Correspondem a ativos utilizados em projetos e que ficam alocados nas dependências dos clientes da Companhia.

12. Intangível

	Ágio (i)	*Software*	Total
Em 31 de dezembro de 2019	25.729	7.255	32.984
Custo total	25.729	27.337	53.066
Amortização acumulada	-	(20.082)	(20.082)
Valor residual	25.729	7.255	32.984
Aquisição	-	6.351	6.351
Baixa	-	(2.010)	(2.010)
Amortização	-	(4.374)	(4.374)
Em 31 de dezembro de 2020	25.729	7.222	32.951
Custo total	25.729	31.678	57.407
Amortização acumulada	-	(24.456)	(24.456)
Valor residual	25.729	7.222	32.951
Aquisição	-	2.638	2.638
Baixa	-	-	-
Amortização	-	(5.037)	(5.037)
Em 31 de dezembro de 2021	25.729	4.823	30.552
Custo total	25.729	34.316	60.045
Amortização acumulada	-	(29.493)	(29.493)
Valor residual	25.729	4.823	30.552

	Ágio (i)	*Software*	Total
Em 31 de dezembro de 2019	25.729	7.255	32.984
Custo total	25.729	27.337	53.066
Amortização acumulada	-	(20.082)	(20.082)
Valor residual	25.729	7.255	32.984
Aquisição	-	6.351	6.351
Baixa	-	(2.010)	(2.010)
Amortização	-	(4.374)	(4.374)
Em 31 de dezembro de 2020	25.729	7.222	32.951
Custo total	25.729	31.678	57.407
Amortização acumulada	-	(24.456)	(24.456)
Valor residual	25.729	7.222	32.951
Aquisição	-	2.638	2.638
Baixa	-	-	-
Amortização	-	(5.037)	(5.037)
Em 31 de dezembro de 2021	25.729	4.823	30.552
Custo total	25.729	34.316	60.045
Amortização acumulada	-	(29.493)	(29.493)
Valor residual	25.729	4.823	30.552

(i) Refere-se a ágio pago por expectativa de rentabilidade futura na aquisição de empresas nos exercícios de 2007, 2009 e 2010, que foram posteriormente incorporadas pela Capgemini Brasil S.A. **Testes do ágio para verificação de impairment:** A administração determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor. A Companhia utilizou a taxa de crescimento perpétua de 5%. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas antes dos impostos e refletem riscos específicos em relação aos segmentos operacionais relevantes. A Companhia utilizou a taxa de desconto de 11,3%. O ágio é alocado a Unidade Geradora de Caixa (UGC) para fins de teste de impairment. A alocação é feita para a Unidade Geradora de Caixa que deve se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificados de acordo com o segmento operacional. O valor recuperável da UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos. A Companhia anualmente faz o teste de *impairment* em cumprimento do CPC 01 para o ágio não identificando necessidade de impairment até o momento.

13. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Circulante				
Fornecedores				
Nacionais	20.108	25.899	21.345	28.260
No exterior	191	1.613	191	1.613
	20.299	27.512	21.536	29.873

O saldo de fornecedores externos no exterior são denominados em dólares norte-americanos e euros e estão atualizados pela taxa de câmbio na data do balanço.

14. Obrigação de repasse de cessão de crédito: Em 2021 e 2020 a Companhia e sua controlada não realizaram operações com duplicatas descontadas.

15. Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Provisão de férias	42.988	35.414	42.988	35.427
Encargos sociais a pagar	8.222	13.483	8.222	13.484
Outros	3.245	5.109	3.245	5.109
	54.455	54.006	54.455	54.020

16. Provisão para contingências e depósitos judiciais

	Controladora			
	Depósitos judiciais		Provisão para contingências	
	2021	2020	2021	2020
Contingências trabalhistas e previdenciárias	41.120	41.924	117.918	104.712
Contingências fiscais e tributárias	70.959	68.945	64.362	62.527
Reclamações cíveis	88	6	7.632	3
	112.167	110.875	189.912	167.242
Compensação com depósitos judiciais	-	-	(94.052)	(91.383)
	18.115	19.492	95.860	75.859

	Consolidado			
	Depósitos judiciais		Provisão para contingências	
	2021	2020	2021	2020
Contingências trabalhistas e previdenciárias	41.186	41.996	119.110	105.810
Contingências fiscais e tributárias	70.959	68.945	66.141	64.185
Reclamações cíveis	88	6	7.632	3
	112.233	110.947	192.883	169.998
Compensação com depósitos judiciais	-	-	(94.118)	(91.455)
	18.115	19.492	98.765	78.543

A movimentação da provisão para contingências, antes das compensações com os correspondentes depósitos judiciais, está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2019	170.547	172.151
Adições (*)	28.811	30.668
Baixa por pagamento	(28.865)	(29.959)
Baixa por reversão (**)	(24.380)	(24.461)
Atualizações monetárias	21.129	21.599
Em 31 de dezembro de 2020	167.242	169.998
Adições (*)	42.392	42.392
Baixa por pagamento	(14.502)	(14.502)
Baixa por reversão (**)	(25.476)	(25.476)
Atualizações monetárias	20.256	20.471
Em 31 de dezembro de 2021	189.912	192.883

(*) Em 31 de dezembro de 2021, as adições correspondem principalmente a novos processos e alterações na probabilidade da perda dos processos. (**) As baixas correspondem principalmente com ganhos de causas e alterações na probabilidade da perda dos processos. A Companhia e sua controlada são partes envolvidas em diversos processos na esfera administrativa e judicial e consequentemente poderá assumir contingências decorrentes dessas operações. Por ser uma Companhia de prestação de serviços de tecnologia de informação e, portanto, depender de capital humano, a Companhia e sua controlada estão sujeitas a contingências decorrentes da sua estrutura de remuneração. A Administração mantém um critério uniforme para a quantificação das contingências prováveis relacionadas às questões trabalhistas, baseado nos questionamentos recebidos, o qual leva em consideração, dentre outros aspectos, a natureza, o valor e o histórico de perdas nos processos. Os processos trabalhistas referem-se em sua maioria a ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviços, visando obter indenizações, principalmente relacionados a vínculo empregatício, equiparação salarial e pagamento de horas extras. Os riscos trabalhistas são provisionados com base nas ações em curso levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações e a melhor estimativa da administração sobre o desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço. Os advogados externos contratados classificam os processos em andamento conforme as probabilidades de perda (provável, possível e remota), sendo efetuada provisão integral para as perdas eventuais decorrentes de todos os processos com probabilidade de perda provável. Com base no descrito anteriormente, a administração da Companhia e sua controlada constituíram provisões consideradas suficientes para cobrir perdas prováveis que possam advir do desfecho desfavorável em processos fiscais, trabalhistas e outros em andamento. **a. Perdas possíveis:** A Companhia e sua controlada têm ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus advogados, para as quais não há provisão constituída, conforme a composição a seguir:

	2021	2020
Trabalhistas	146.700	214.797
Fiscais e tributárias	28.631	30.250
Cíveis	3.915	5.553
	179.246	260.600

b. Responsabilidade dos acionistas anteriores: Processos decorrentes de fatos geradores anteriores a 16 de junho de 2000 são de responsabilidade dos acionistas da Companhia existentes à época, consoante acordo entre as partes; desta forma, eventuais perdas nesses processos não representam encargos para a Companhia e serão assumidos integralmente por esses acionistas. Com relação aos processos cuja responsabilidade são dos acionistas anteriores da Companhia, em 28 de agosto de 2015 foi registrado o depósito judicial no montante de R$ 43.659 pago integralmente pelo antigo acionista. O processo refere-se ao auto fiscal lavrado em 2003 referente ao ano calendário 1999 (IRPJ, PIS e Cofins). A Companhia registrou o ativo e o passivo contingente simultaneamente e o mesmo é atualizado mensalmente, os quais estão apresentados no passivo pelo seu valor líquido dos depósitos judiciais. Em 31 de dezembro de 2021 o valor atualizado deste processo é de R$ 63.782 (R$ 61.962 em dezembro 2020). **c. Processos abertos no Tribunal de Contas da União (TCU).** Há em trâmite no TCU um processo que envolve indiretamente a Capgemini Brasil S.A. Este processo destina-se à análise pontual dos termos do contrato firmado entre Caixa e Capgemini Brasil para a implementação de um ERP. Foram solicitadas informações sobre o contrato de ERP firmado com a Capgemini Brasil, bem como deferida medida cautelar para autorizar a retenção de valores contratuais devidos pela Caixa até que o mérito do caso seja julgado. Houve a instauração de Tomada de Contas Especial em que ficou demonstrado que não houve qualquer ilicitude pela Capgemini. Assim agora o processo original retorna ao seu curso normal e a Capgemini aguarda a eventual decisão e encerramento, com inclusive, a possibilidade de cobrar os valores retidos pela CEF.

17. Arrendamentos: A movimentação dos saldos de arrendamentos está apresentada abaixo:

Direito de uso	Controladora e Consolidado
Ativos de direito de uso em 31 de dezembro de 2020	3.573
Novos contratos de leasing	4.915
Encerramento de contrato	-
Depreciação	(5.820)
Ativos de direito de uso em 31 de dezembro de 2021	2.668
Leasing a pagar (passivo de arrendamento)	
Passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2020	3.806
Novos contratos de leasing	4.915
Encerramento de contrato	-
Juros	437
Pagamento	(6.186)
Passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2021	2.972

18. Outras obrigações

	Circulante			
	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Benefícios (seguro de vida, assistência médica, odontológica, vale-refeição)	11.404	3.652	11.457	3.715
Apropriação de custos (principalmente suporte técnico HW e SW)	12.150	13.762	12.727	15.794
Gastos Gerais, estrutura e viagens	5.059	3.540	5.060	3.542
Gastos com consultoria (serviços de consultoria, advogados, auditoria)	13.027	5.084	13.053	5.109
Parcelamento de encargos sociais - FGTS	-	442	-	442
Gastos com reestruturação	1.097	2.573	1.097	2.573
Outros (principalmente, repactuação de contratos, provisões e impostos sobre serviços importados)	12.168	6.133	12.168	6.133
	54.905	35.186	55.562	37.308

	Não circulante			
	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Outros	7.852	7.852	7.852	7.852
	7.852	7.852	7.852	7.852

19. Patrimônio líquido: a. Capital social em ações e capital autorizado: Em 31 de dezembro de 2021, o capital social no valor de R$ 1.780.618, totalmente subscrito e integralizado, está dividido em 23.833.593.291 (vinte e três bilhões, oitocentas e trinta e três milhões, quinhentas e noventa e três mil, duzentas e noventa e uma) ações (31 de dezembro de 2020 – 15.333.593.291), sendo 23.808.028.987 (vinte e três bilhões, oitocentos e oito milhões, vinte e oito mil e novecentos e oitenta e sete) ações ordinárias nominativas-escriturais, sem valor nominal (31 de dezembro de 2020 - 15.308.028.987), 12.274.044 (doze milhões, duzentas e setenta e quatro mil e quarenta e quatro) ações preferenciais da classe "A", nominativas e sem valor nominal (31 de dezembro de 2020 - 12.274.044) e 13.290.260 (treze milhões, duzentas e noventa mil, duzentas e sessenta) ações preferenciais da classe "B" (31 de dezembro de 2020-13.290.260), nominativas e sem valor nominal. As ações em 31 de dezembro de 2020 estão assim distribuídas:

Acionista	Participação - %	Ações ordinárias	Ações preferenciais "A"	Ações preferenciais "B"
Capgemini Latin America SAS	99,95	15.300.425.249	12.274.044	13.290.260
EMC GROUP 2	0,05	7.603.738	-	-
	100,00	15.308.028.987	12.274.044	13.290.260

As ações em 31 de dezembro de 2021 estão assim distribuídas:

Acionista	Participação - %	Ações ordinárias	Ações preferenciais "A"	Ações preferenciais "B"
Capgemini Latin America SAS	99,97	23.800.425.249	12.274.044	13.290.260
EMC GROUP 2	0,03	7.603.738	-	-
	100,00	23.808.028.987	12.274.044	13.290.260

b. Movimentação do capital social em ações

	Quantidade		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Quantidade em 31/12/2020	15.308.028.987	25.564.304	15.333.593.291
Quantidade em 31/12/2021	23.808.028.987	25.564.304	23.833.593.291

(i) Em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de novembro de 2021 foi deliberado o aumento de capital social da Companhia em R$ 85.000 através da emissão de 8.500.000.000 ações ordinárias para Capgemini Latin America SAS. (ii) Em Assembleia Geral Extraordinária de 25 de novembro de 2020 foi deliberado o aumento de capital social da Companhia em R$ 150.000 através da emissão de 15.000.000.000 ações ordinárias para Capgemini Latin America SAS. **c. Direito das ações:** Consoante disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos que somados correspondam a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária e do estatuto social. ***Ações preferenciais:*** Conforme estabelecido no artigo 171, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), dentro de 30 (trinta) dias contados da data em que os acionistas receberam um aviso formal de aumento de capital pela Capgemini Brasil S.A., os acionistas terão a faculdade de exercer seus respectivos direitos de preferência proporcionalmente à sua participação acionária da Companhia. A Companhia poderá emitir (i) ações preferenciais classe "A", nominativas, escriturais, sem valor nominal e sem direito a voto, conversíveis em ações ordinárias, que terão prioridade no reembolso de capital no caso de liquidação da Companhia, com prêmio equivalente a 12% (doze por cento) sobre o preço de sua emissão caso venha a ser deliberada a liquidação da Companhia no prazo de 18 (dezoito) meses a contar da data de emissão dessas ações, bem como (ii) ações preferenciais classe "B" nominativas, escriturais, sem valor nominal e sem direito a voto, conversíveis em ações ordinárias, que terão prioridade no reembolso de capital no caso de liquidação da Companhia, sem prêmio. **d. Destinação do lucro líquido:** O lucro líquido, como definido no artigo 191 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), apurado em cada balanço, terá, pela ordem, a seguinte destinação: (i) Compensação de prejuízos acumulados; (ii) Constituição da reserva legal; (iii) Constituição das reservas previstas nos artigos 195 e 197 da mencionada Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral; (iv) Pagamento de dividendos propostos pela diretoria e aprovados pelo Conselho de Administração. **e. Reserva de Capital:** O saldo de reserva de capital montante de R$ 383.117 é composto, principalmente, por movimento de incorporações (Capgemini Brasil) e aumento de reserva de capital constituída por ato societário. A Assembléia Geral realizada em 12 de dezembro de 2019, deliberou a aprovação da 3ª emissão privada, pela Companhia, de debênture simples, não conversível em ações, sob a forma nominativa, sem garantia e com subordinação aos demais credores da Companhia, de natureza perpétua ("Emissão"), com valor nominal de R$ 61.000.

Saldo em 31 de dezembro de 2018	322.117
Emissão de debêntures perpétuas	61.000
Saldo em 31 de dezembro de 2019	383.117
Saldo em 31 de dezembro de 2020	383.117
Saldo em 31 de dezembro de 2021	383.117

f. Reserva de Reavaliação: Em 2019, ocorreu a realização de parcela expressiva da reserva de reavaliação em razão da venda de imóvel administrativo. O saldo remanescente em 2021 refere-se a transação de transferência de bens para antigos acionistas que se encontra em fase de finalização e que não gera impacto para Companhia.

>>>Continua...

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6252-8C33-A045-3940.

Publicidade Legal

>>>Continuação...

20. Transações com partes relacionadas
a. Transações e saldos

	Controladora			
	2021		2020	
Contas a receber	Ativos/ (passivos)	Receitas/ (despesas)	Ativos/ (passivos)	Receitas/ (despesas)
Grupo Econômico Capgemini (v)	12.809	74.119	15.663	55.130
Total contas a receber circulante	12.809	74.119	15.663	55.130
Outros Créditos a Receber				
Itelios do Brasil Informática Ltda (iv)	3.500	212	2.700	29
CPM Braxis Tecnologia Ltda	-	448	1.907	783
Total outros créditos a receber	3.500	660	4.607	812
Partes relacionadas - passivo				
Cap Gemini S/A (i)	-	(1.456)	(30.039)	(1.480)
Capgemini BPO (ii)	(12.500)	(807)	(12.500)	(590)
CPM Braxis Tecnologia Ltda	(7.713)	-	-	-
RADI (iii)	-	(444)	(5.007)	(244)
	(20.213)	(2.707)	(47.546)	(2.314)
Grupo Econômico Capgemini (vi)	(4.175)	-	(20.276)	-
Contas a pagar Grupo Econômico Capgemini (vii)	(9.094)	-	-	-
Total circulante	(33.482)	(2.707)	(67.822)	(2.314)

	Consolidado			
	2021		2020	
Contas a receber	Ativos/ (passivos)	Receitas/ (despesas)	Ativos/ (passivos)	Receitas/ (despesas)
Grupo Econômico Capgemini (v)	12.809	74.119	15.663	55.130
Total contas a receber circulante	12.809	74.119	15.663	55.130
Outros Créditos a Receber				
Itelios do Brasil Informática Ltda (iv)	3.500	212	2.700	29
Total outros créditos a receber	3.500	212	2.700	29
Partes relacionadas–passivo				
Cap Gemini S/A (i)	-	(1.456)	(30.039)	(1.480)
Capgemini BPO (ii)	(12.500)	(807)	(12.500)	(590)
RADI (iii)	-	(444)	(5.007)	(244)
	(12.500)	(2.707)	(47.546)	(2.314)
Grupo Econômico Capgemini (vi)	(4.175)	-	(20.276)	-
Contas a pagar Grupo Econômico Capgemini (vii)	(9.094)	-	-	-
Total circulante	(25.769)	(2.707)	(67.822)	(2.314)

(i) Em 2019 foi assinado um novo contrato de mútuo no montante de R$ 30.000 com vencimento para março de 2020 e com taxa de juros de 8,09% a.a. Em 18 de dezembro 2020, foi assinado um aditivo, prorrogando a data do vencimento para 17 de dezembro de 2021. O total de juros contabilizado em 2021 foi de R$ 1.408. Este contrato de mútuo foi liquidado em dezembro. (ii) O saldo de 2018 foi renovado para 2019, e foi assinado no dia 15 de julho de 2019 novo contrato de mútuo no montante de R$ 3.000 com taxa de juros de 100% do CDI mais 1,7% do período, totalizando um passivo de R$ 12.500. Em 1 de outubro de 2020, foi assinado um aditivo, prorrogando a data para 30 de Setembro de 2021, e em 1 de Outubro de 2021, foi assinado um aditivo, prorrogando a data para 30 de Setembro de 2022. O total de juros contabilizado em 2021 foi de R$ 807. (iii) Foi assinado em 18 de setembro de 2019 contrato de mútuo com a RADI no montante de R$ 5.000 com taxa de juros 100% do CDI. Em 18 de setembro de 2020, foi assinado um aditivo, prorrogando a data do vencimento para 18 de setembro de 2021.O total de juros contabilizado em 2021 foi de R$ 444. Este contrato de mútuo foi liquidado em dezembro. (iv) Foi assinado em 30 de julho de 2020 contrato de mútuo com a Itelios no valor de R$ 2.700 em que a Capgemini Brasil S/A é a mutuante, com taxa de juros 100% do CDI mais 1,7% do período, no qual houve um complemento em 30 de Julho de 2021 no valor de R$ 600, em 30 de Setembro de 2021 no valor de R$ 500 e 29 de Outubro de 2021 no valor de R$ 400 totalizando o valor de R$ 4.200, porém houve uma liquidação parcial em dezembro de 2021 no montante de R$ 700 totalizando o saldo final de R$ 3.500 com vencimento em 29 de Outubro de 2022. O total de juros contabilizado em 2021 foi de R$ 212. (v) Referem-se ao contrato de serviço de desenvolvimento em informática, serviço de consultoria em informática. (vi) Refere-se a serviços contratados de desenvolvimento, consultoria, licenças com empresas do Grupo Capgemini. (vii) Refere-se a Management Fee cobrada trimestralmente pelo Grupo em conformidade com o Controlling Shareholders Agreement datado de 28 de Junho de 2012. É uma alocação de custos do Grupo Capgemini feita com base na receita da Companhia referente ao suporte operacional global fornecido para o comercial, área técnica, jurídico, gestão de conhecimento, comunicação e relações públicas, compras, administrativa e financeira locais para garantir o desenvolvimento em harmonia das companhias do Grupo. **21. Remuneração do pessoal-chave da administração:** O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores e a remuneração paga pelos serviços de empregados está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2021	2020
Salários e encargos sociais	13.494	12.870
Participação nos lucros	193	236
	13.687	13.106

22. Receita líquida de vendas e serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Venda de produtos	-	56	90	2.299
Venda de software	68	-	860	488
Venda de serviços	845.100	647.876	851.771	657.761
	845.168	647.932	852.721	660.548
Impostos e deduções sobre vendas e serviços	(92.631)	(68.792)	(96.259)	(76.366)
Receita líquida de vendas e serviços	752.537	579.140	756.462	584.182

Obrigações de desempenho e Políticas de reconhecimento de receita: A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de produto / serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 / IFRS 15 (aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018)
Venda de Produtos	Os clientes obtêm controle dos bens quando as mercadorias são entregues e aceitas nas dependências do cliente. As faturas são emitidas naquele momento. Elas devem ser pagas, normalmente, em 30 dias. Nenhum desconto é concedido . Alguns contratos permitem ao cliente devolver os produtos, nos casos de defeitos ou fora das especificações solicitadas. As mercadorias devolvidas são trocadas somente por novas Mercadorias.	A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos e que são particularmente bem específicos. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos.
Venda de Software	Os clientes obtêm controle dos bens quando são disponibilizados através de chave de acesso. As faturas são emitidas naquele momento. Elas devem ser pagas, normalmente, em 30 dias. Nenhum desconto é concedido Alguns contratos permitem ao cliente devolver as licenças, nos casos de defeitos ou fora das especificações solicitadas. As licenças devolvidas são trocadas somente por novas licenças.	A receita é reconhecida quando a chave de acesso é disponibilizada para o cliente, de forma a atender a obrigação de desempenho. Para contratos que permitem ao cliente devolver as licenças, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos e que são particularmente bem específicos. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos.
Serviços de Desenvolvimento de Sistemas e de Consultoria	Os clientes homologam os devidos projetos de acordo com cada fase concluída. As faturas são emitidas naquele momento. Elas devem ser pagas, normalmente, em 30 dias. Nenhum desconto é concedido	A receita é reconhecida de acordo com a evolução física apurada mensalmente em cada projeto, conforme escopo contratado pelo cliente. O reconhecimento é revisado periodicamente junto ao cliente para que não haja riscos ou erro no reconhecimento da receita Os adiantamentos recebidos estão incluídos nos passivos de contratos.
Serviços de Manutenção de Equipamentos	Tem como base contratos de manutenção de equipamentos de informática de longo prazo. A nossa responsabilidade se encerra no término do contrato, por isso o reconhecimento é mensal. São contratos baseados em valores fixos mensais e com condições de cobertura prefixadas. As faturas são emitidas mensalmente. Elas devem ser pagas, normalmente, em 30 dias. Nenhum desconto é concedido	A receita é reconhecida quando cumprimos todas as nossas obrigações de desempenho. E, havendo, eventual risco, o mesmo é provisionado.

23. Custos e despesas operacionais

	Controladora			
	Despesas administrativas e gerais		Custos dos produtos e serviços vendidos	
	2021	2020	2021	2020
Custos dos produtos e licenças de software vendidos	-	-	-	-
Gastos com pessoal	(129.787)	(80.742)	(487.767)	(410.477)
Serviços de assessoria e consultoria	(48.567)	(56.191)	(73.619)	(49.494)
Marketing	(2.240)	(870)	(114)	-
Viagens e representações	-	-	-	(333)
Veículos	(268)	(12)	(215)	(222)
Gerais e administrativas	(5.297)	(1.514)	(2.436)	(4.135)
Estrutura	(8.492)	(16.308)	(8.095)	(8.054)
Depreciações e amortizações	(15.709)	(9.877)	(8.205)	(6.071)
	(210.360)	(165.514)	(580.451)	(478.786)

	Consolidado			
	Despesas administrativas e gerais		Custos dos produtos e serviços vendidos	
	2021	2020	2021	2020
Custos dos produtos e licenças de software vendidos	-	-	-	(21)
Gastos com pessoal	(129.787)	(80.742)	(487.795)	(410.500)
Serviços de assessoria e consultoria	(48.571)	(56.630)	(74.399)	(50.080)
Marketing	(2.240)	(870)	(114)	-
Viagens e representações	(1)	-	-	(333)
Veículos	(268)	(12)	(215)	(222)
Gerais e administrativas	(5.298)	(1.520)	(2.437)	(4.278)
Estrutura	(8.493)	(16.318)	(8.270)	(9.125)
Depreciações e amortizações	(15.709)	(9.877)	(8.205)	(6.071)
	(210.367)	(165.969)	(581.435)	(480.630)

24. Outras (despesas) receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Reversão/(Constituição) de provisões (i)	(48.424)	(3.855)	(48.144)	(3.119)
Perdas com ativos não recuperáveis (iv)	(196)	(5.845)	(576)	(7.069)
(Perda)/ganho na alienação de bens do ativo imobilizado	232	(4.620)	232	(4.620)
Gastos com reestruturação (iii)	(4.727)	(23.616)	(4.737)	(23.652)
Convênio de rateios de despesas - nota 19	448	784	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais (ii)	27.669	6.362	27.693	15.985
	(24.998)	(30.790)	(25.532)	(22.475)

(i) A reversão de provisão refere-se, principalmente, a constituição e reversões de provisão de contingências trabalhistas devido a alteração de probabilidade de perda e/ou êxito nos processos anteriormente provisionados, e constituição e reversão de provisão para crédito de liquidação duvidosa. (ii) Refere-se, principalmente, ao processo ganho pela Controlada CPM Braxis Tecnologia e pela Controladora Capgemini Brasil S.A. (exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins). (iii) O aumento em 2021 refere-se, principalmente, a gastos com desligamentos. (iv) Refere-se a baixa do contas a receber após término das negociações.

25. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
Receita financeira	2021	2020	2021	2020
Receita financeira com atualizações e outros (i)	29.646	4.278	29.667	4.443
Receita financeira de depósitos bancários de curto prazo	565	990	601	990
Total da receita financeira	30.211	5.268	30.268	5.433
Despesa financeira				
Empréstimos com partes relacionadas	(2.707)	(2.314)	(2.707)	(2.314)
Despesa financeira com atualizações e outros (ii)	(18.428)	(21.477)	(18.642)	(21.497)
Variação Monetária Leasing CPC 06 (R2)	(437)	(759)	(437)	(759)
Encargos financeiros e despesas bancárias	(3.077)	(3.925)	(3.129)	(3.987)
Total da despesa financeira	(24.649)	(28.476)	(24.915)	(29.007)
Resultado financeiro líquido	5.562	(23.208)	5.353	(23.574)

(i) Refere-se, principalmente, a atualização monetária decorrente de processo ganho pela Companhia em 2021 (exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins). (ii) Refere-se, principalmente, a atualização monetária de contingências trabalhistas, tributárias, previdenciárias e cíveis.

26. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: a. Demonstração do cálculo dos créditos tributários (encargos) com imposto de renda e contribuição social corrente

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(55.568)	(108.556)	(55.519)	(108.466)
Crédito tributário do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	18.893	36.909	18.876	36.878
Efeito de resultado de equivalência patrimonial	728	3.604	-	-
Efeito das adições permanentes relativas a despesas consideradas indedutíveis	18.447	13.068	18.317	11.429
Créditos tributários não constituídos - adições temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	(38.068)	(53.581)	(37.193)	(48.470)
Outros valores	-	-	(49)	(71)
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa de exercícios anteriores	-	-	-	144
(Constituição) reversão de IR e CSL diferidos passivos	(285)	(285)	(285)	(285)
Reversão ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais	-	(37.510)	-	(37.510)
Resultado de imposto de renda e contribuição social	(285)	(37.795)	(334)	(37.885)

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

	Controladora/Consolidado	
	2021	2020
Ativo de imposto diferido		
Ativo de imposto diferido a ser recuperado de 2020 a 2028	11.531	11.531
	11.531	11.531
Passivo de imposto diferido		
Passivo de imposto diferido a ser liquidado após de 12 meses	(11.816)	(11.816)
	(11.816)	(11.816)
	(285)	(285)

Os valores para compensação futura são os seguintes:	Controladora	
	2021	2020
Imposto de renda diferido sobre ágio	8.867	8.867
Imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulado	2.664	2.664
	11.531	11.531

c. Créditos tributários: Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, sem prazos de prescrição e não registrados contabilmente, nos montantes acumulados de aproximadamente R$ 1.754.599 e R$ 1.863.926 (31 de dezembro de 2020 - R$ 1.687.735 e R$ 1.797.062), respectivamente, para compensação com lucros tributáveis futuros limitada anualmente a 30% do lucro apurado. Utilizando-se as vigentes alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, esse benefício totalizaria cerca de R$ 606.403, que será registrado contabilmente quando a Companhia atender a premissa requerida para tal registro. **27. Benefícios a empregados:** A Capgemini Brasil S.A. é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. O PGBL é um plano de previdência do tipo de contribuição definida que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas pela Companhia, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento Exclusivo. As obrigações atuariais do PGBL estão integralmente cobertas pelo patrimônio do fundo correspondente. Os gastos incorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 totalizaram R$ 2.529 (2020-R$ 2.175). A Companhia não oferece benefícios pós-emprego para seus funcionários.

Contadora

Deise Regina Gallo da Silva - Gerente Contábil e Fiscal - CRC 1SP 183017/O-7

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas Capgemini Brasil S.A.- **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Capgemini Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Capgemini Brasil S.A. e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Capgemini Brasil S.A. e da Capgemini Brasil S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de abril de 2022

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5
Ricardo Novaes de Queiroz - Contador CRC 1DF012332/O-2

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6252-8C33-A045-3940.

EMS S.A.

CNPJ/MF nº 57.507.378/0003-65

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 ***(Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto quando de outra forma indicado)***

Balanços patrimoniais

Ativo	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante		**2.307.329**	1.822.385	**2.445.541**	2.111.314
Caixa e equivalentes de caixa	10	**39.443**	49.087	**99.487**	114.476
Contas a receber de clientes	12	**796.893**	602.333	**1.028.700**	832.953
Contas a receber de partes relacionadas	30.e	**235.853**	193.301	**90.069**	91.593
Estoques	13	**751.605**	677.765	**815.369**	743.871
Tributos a recuperar	14	**305.417**	178.301	**359.450**	254.009
Dividendos a receber	30.f	**707**	8.970	**-**	-
Outros recebíveis	15	**177.411**	112.628	**52.466**	74.412
Não circulante		**1.751.810**	1.604.351	**1.686.569**	1.376.088
Tributos a recuperar	14	**365.841**	122.759	**556.086**	228.669
Depósitos judiciais	21.a	**41.998**	34.544	**48.753**	38.021
Aplicação financeira vinculada a empréstimo	11	**2.007**	4.526	**2.007**	4.526
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.a	**43.613**	73.302	**65.358**	87.511
Outros recebíveis	15	**4.996**	4.996	**4.996**	4.996
Investimentos	16	**302.088**	432.948	**467**	70.966
Direito de uso dos ativos	18	**112.189**	115.989	**121.236**	123.782
Imobilizado	17	**870.930**	805.055	**874.477**	807.324
Intangível		**8.148**	10.232	**13.189**	10.293
Total do ativo		**4.059.139**	3.426.736	**4.132.110**	3.487.402

Passivo	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante		**2.723.493**	1.723.005	**2.842.497**	1.790.583
Fornecedores	19	**280.244**	310.774	**289.444**	321.966
Fornecedores a pagar para partes relacionadas	30.e	**1.297.636**	1.053.128	**1.313.148**	1.064.974
Empréstimos e financiamentos	20	**297.768**	47.850	**297.768**	47.850
Passivo de arrendamento	18	**55.346**	35.317	**61.003**	39.274
Salários e encargos a pagar		**105.723**	99.188	**116.670**	108.974
Tributos a recolher		**22.370**	21.933	**26.613**	24.457
Imposto de renda e contribuição social a pagar	22.c	**26.769**	15.387	**75.546**	27.336
Impostos parcelados		**17.756**	15.881	**17.979**	16.069
Dividendos a pagar	24.d	**528.184**	35.821	**533.313**	40.950
Outras contas a pagar	23	**91.697**	87.726	**111.013**	98.733
Não circulante		**430.749**	610.991	**380.246**	606.865
Empréstimos e financiamentos	20	**102.748**	344.070	**102.748**	344.070
Passivo de arrendamento	18	**62.499**	87.737	**66.617**	91.798
Impostos parcelados		**13.475**	26.720	**13.785**	27.247
Provisão para perdas com processos judiciais	21.a	**157.524**	101.918	**182.901**	124.325
Receita diferida - subvenção governamental		**-**	3.497	**-**	3.497
Provisão para perda em controladas	16	**80.308**	31.121	**-**	-
Outras contas a pagar	23	**14.195**	15.928	**14.195**	15.928
Total do passivo		**3.154.242**	2.333.996	**3.222.743**	2.397.448
Patrimônio líquido	24	**904.897**	1.092.740	**904.897**	1.092.740
Capital social		**221.717**	221.708	**221.717**	221.708
Reservas de capital		**164.019**	164.019	**164.019**	164.019
Reserva legal		**44.342**	44.342	**44.342**	44.342
Reserva de incentivos fiscais		**263.850**	206.242	**263.850**	206.242
Ajuste de avaliação patrimonial		**17.921**	19.542	**17.921**	19.542
Reservas de lucros		**193.048**	436.887	**193.048**	436.887
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		**904.897**	1.092.740	**909.367**	1.089.954
Participação de não controladores		**-**	-	**4.470**	(2.786)
Total do passivo e do patrimônio líquido		**4.059.139**	3.426.736	**4.132.110**	3.487.402

Demonstrações dos resultados abrangentes

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Lucro líquido do exercício	**315.021**	113.584	**316.533**	109.009
Operações no exterior e diferenças cambiais na conversão	**(1.621)**	12.519	**(1.621)**	12.519
Resultado abrangente total	**313.400**	126.103	**314.912**	121.528
Resultado abrangente atribuível:				
Acionistas controladores			**313.400**	126.103
Acionistas não controladores			**1.512**	(4.575)
Resultado abrangente total			**314.912**	121.528

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido

	Nota	Acionistas controladores: Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de lucros: Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de lucros a distribuir	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2019		221.708	164.019	7.023	159.420	44.342	560.594	-	1.157.106	2.061	1.159.167
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	113.584	113.584	(4.575)	109.009
Ajuste acumulado de conversão	16	-	-	12.519	-	-	-		12.519	-	12.519
Destinação do lucro líquido do exercício:											
Constituição de reserva de incentivos fiscais	24d	-	-		46.822	-	-	(46.822)	-	-	--
Dividendos complementares do período anterior aprovados em assembleia	24.d	-	-	-		-	(173.778)	-	(173.778)	-	(173.778)
Dividendos propostos	24.d	-	-	-		-	-	(16.691)	(16.691)	-	(16.691)
Outras transações de não controladores		-	-	-		-	-	-		(272)	(272)
Constituição de reserva de lucro		-	-	-		-	50.071	(50.071)			
Em 31 de dezembro de 2020		221.708	164.019	19.542	206.242	44.342	436.887	-	1.092.740	(2.786)	1.089.954
Lucro líquido do exercício		**-**		**-**	**-**	**-**		**315.021**	**315.021**	**1.512**	**316.533**
Baixa de operação no exterior na conversão	**16**			**(2.140)**					**(2.140)**	**-**	**(2.140)**
Ajuste acumulado de conversão	**16**	**-**		**519**	**-**	**-**		**-**	**519**	**-**	**519**
Destinação do lucro líquido do exercício:											
Constituição de reserva de incentivos fiscais		**-**		**-**	**57.608**	**-**		**(57.608)**	**-**	**-**	**-**
Dividendos complementares do período anterior aprovados em assembleia		**-**		**-**	**-**	**-**	**(436.890)**	**-**	**(436.890)**	**-**	**(436.890)**
Dividendos propostos		**-**		**-**	**-**	**-**		**(64.353)**	**(64.353)**		**(64.353)**
Outras transações		**9**		**-**	**-**	**-**	**(9)**	**-**	**-**	**5 .744**	**5.744**
Constituição de reserva de lucros		**-**		**-**	**-**	**-**	**193.060**	**(193.060)**	**-**		**-**
Em 31 de dezembro de 2021		**221.717**	**164.019**	**17.921**	**263.850**	**44.342**	**193.048**	**-**	**904.897**	**4.470**	**909.367**

Demonstrações de resultados

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita operacional líquida	25	**4.517.794**	3.951.216	**4.944.551**	4.355.396
Custo dos produtos vendidos	26	**(2.924.689)**	(2.542.462)	**(3.030.275)**	(2.652.763)
Lucro bruto		**1.593.105**	1.408.754	**1.914.276**	1.702.633
Despesas com vendas	26	**(362.211)**	(347.019)	**(413.888)**	(374.640)
Despesas administrativas	26	**(1.096.613)**	(918.908)	**(1.226.592)**	(1.044.413)
Outras receitas operacionais, líquidas	27	**241.902**	46.098	**181.768**	41.671
Resultado de equivalência patrimonial	16	**13.934**	60.468	**2.593**	(20.041)
Resultado antes do resultado financeiro líquido e impostos		**390.117**	249.393	**458.157**	305.210
Receitas financeiras	28	**269.203**	51.379	**275.566**	55.941
Despesas financeiras	28	**(249.342)**	(134.344)	**(254.064)**	(140.344)
Resultado financeiro líquido		**19.861**	(82.965)	**21.502**	(84.403)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**409.978**	166.428	**479.659**	220.807
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	22.b	**(94.957)**	(52.844)	**(163.126)**	(111.798)
Lucro líquido do exercício		**315.021**	113.584	**316.533**	109.009
Lucro atribuível à acionistas controladores				**315.021**	113.584
Lucro atribuível à acionistas não controladores				**1.512**	(4.575)
Lucro líquido do exercício				**316.533**	109.009
Lucro líquido por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R$ por ação)	29			**1,90**	0,51

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**409.978**	166.428	**479.659**	220.807
Ajustes de					
Depreciação e amortização	17/18	**77.353**	71.599	**81.111**	76.884
Baixas de direito de uso e arrendamentos	18	**(4.880)**	(2.811)	**(4.668)**	(3.401)
Perda na alienação de imobilizado e intangível	17	**4.340**	8.764	**4.412**	7.191
(Reversão) provisão para perdas ao valor recuperável do contas a receber	12	**(726)**	5.799	**(1.013)**	(13.639)
(Reversão) provisão para devoluções	12/13	**2.522**	-	**3.857**	-
(Reversão) provisão para obsolescência dos estoques	13	**21.707**	2.227	**21.250**	2.782
Provisão para perdas com processos judiciais e depósitos judiciais	21	**55.168**	9.976	**56.664**	11.910
Provisão de juros	20/18	**48.384**	73.358	**49.357**	74.079
Baixa de investimento	16	**(8.393)**	-	**45.355**	-
Resultado reconhecido por equivalência patrimonial	16	**(13.934)**	(60.468)	**(2.593)**	20.041
Perdas (ganhos) financeiros e cambiais		**20.067**	(7.434)	**26.237**	(6.340)
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		**(197.851)**	(31.617)	**(200.698)**	(69.522)
Contas a receber de partes relacionadas		**(42.552)**	75.269	**1.524**	140.730
Estoques		**(101.683)**	(80.798)	**(98.125)**	(86.050)
Tributos a recuperar		**(424.084)**	(178.178)	**(490.976)**	(241.119)
Demais contas a receber		**(64.783)**	(58.776)	**21.946**	(10.072)
Depósitos judiciais	21	**(7.109)**	254	**(10.732)**	(220)
Fornecedores e outras obrigações		**(30.525)**	120.527	**(23.121)**	122.702
Tributos a recolher		**437**	11.751	**2.156**	9.847
Fornecedores a pagar partes relacionadas		**244.508**	(83.340)	**248.174**	(77.317)
Pagamentos de processos judiciais e depósitos judiciais	21	**(7.071)**	(9.027)	**(11.496)**	(9.340)
Impostos parcelados		**(11.370)**	(11.164)	**(11.552)**	(11.335)
Caixa gerado nas operações		**(30.497)**	22.339	**186.728**	158.618
Juros pagos	20	**(16.659)**	(5.116)	**(16.659)**	(5.116)
Imposto de renda e contribuição social pagos	22c	**-**	(6.161)	**(34.645)**	(59.030)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		**(47.156)**	11.062	**135.424**	94.472
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de ativo imobilizado e intangível		**(113.678)**	(170.603)	**(120.056)**	(171.235)
Aumento da participação em controlada	16	**(18.060)**	(25.951)	**(1.368)**	(6.400)
Devolução de investimento	16	**17.075**	-	**26.965**	-
Recebimento de mútuo entre partes relacionadas	30g	**-**	306.310	**-**	306.310
Dividendos recebidos de controladas	30f	**210.000**	110.800	**-**	-
Outros investimentos		**-**		**6.263**	
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		**95.337**	220.556	**(88.196)**	128.675
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Aplicação (resgate) financeira vinculada a empréstimo		**2.519**	(402)	**2.519**	(402)
Captação de empréstimos	20	**264.778**	107.917	**264.778**	107.917
Pagamento de arrendamentos	18	**(39.447)**	(42.851)	**(43.839)**	(46.702)
Pagamento de principal de empréstimos	20	**(276.795)**	(46.916)	**(276.795)**	(46.916)
Dividendos pagos aos acionistas da Companhia	30f	**(8.880)**	(271.808)	**(8.880)**	(271.808)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(57.825)**	(254.060)	**(62.217)**	(257.911)
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquida		**(9.644)**	(22.442)	**(14.989)**	(34.764)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**49.087**	71.529	**114.476**	149.240
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**39.443**	49.087	**99.487**	114.476

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

1. Contexto operacional: A EMS S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 1964 e que, em conjunto com suas controladas ("Consolidado"), tem por objeto social a fabricação, comercialização, importação e exportação de produtos, próprios e de terceiros, farmacêuticos, alopáticos, alimentícios dietéticos, insumos farmacêuticos e drogas. A sede social da Companhia está localizada na cidade de Hortolândia, estado de São Paulo. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo" e individualmente como "entidades do Grupo"). O Grupo está envolvido primariamente na fabricação de produtos farmacêuticos. A Companhia faz parte do Grupo NC (o "Grupo") utilizando-se dos seus recursos administrativos, operacionais, financeiros e tecnológicos. Parte substancial das operações é efetuada com partes relacionadas. Essas demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto. Impactos da Covid-19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia*:* Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou o surto do Coronavírus Covid-19 como uma pandemia em escala global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e geraram impactos nas demonstrações financeiras. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos implementaram pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação da Covid-19 efetivamente provocaram. No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declarou o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde. A administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas incluindo as de cunho social em 2021 e 2020: • Renegociações dos contratos com os fornecedores nacionais e estrangeiros, para alinhar a aquisição de insumos para produção com as expectativas relacionadas à futura demanda para os produtos da Companhia, considerando o cenário atual do surto, bem como estender os prazos de pagamento. • Implementação de medidas temporárias ou definitivas no quadro de funcionários, como o objetivo de reduzir as despesas salariais no médio prazo. • Medida de prevenção do contágio entre os colaboradores, como home office, afastamento dos que estão mais expostos ao grupo de risco, como mulheres grávidas, colaboradores com mais de 60 anos, entre outros. • Produção própria de álcool em gel para distribuição interna a todos os colaboradores. Doação de EPI's, equipamentos, alimentos, medicamentos e recursos financeiros, somando um total de R$15.000 em doações em 2020, para ajuda no combate à Covid-19. Até o momento as operações da Companhia não foram impactadas de forma relevante em relação à pandemia do COVID-19. O segmento de atuação da Companhia é considerado essencial e, assim, não teve suas operações interrompidas e está seguindo as determinações das legislações municipais e/ou estaduais em todo seu parque fabril e áreas administrativas. Os níveis de estoques da Companhia permanecem normais e capazes de manter a capacidade produtiva dentro da normalidade, não tendo sido observada interrupção no fornecimento de insumos. Em relação aos recebíveis da Companhia, o setor farmacêutico não sofre, no momento, um aumento da inadimplência e não houve alongamento dos prazos de vencimentos, não trazendo assim impactos nestes recebíveis até o momento. A Companhia administração está tomando todas as medidas adequadas para prevenir a disseminação do COVID-19, bem como assegurar a continuidade dos negócios durante o período de pandemia. Embora as operações da Companhia não tenham sido afetadas de forma relevante até o momento, a administração da Companhia não tem como estimar ou prever a ocorrência de eventos futuros relacionados à pandemia do COVID-19 que possam trazer reflexos para a Companhia, mas continuará com o monitoramento e avaliação de ações a serem tomadas. **2. Base de consolidação e investimentos em controladas:** A Companhia possui participações societárias diretas nas seguintes empresas:

Controladas	Tipo de sociedade	País	Participação societária 2021	Participação societária 2020
CPM Concessionária Paulista de Medicamentos S/A	S.A.	Brasil	99,38%	99,38%
EMS Sigma Pharma Ltda.	Ltda.	Brasil	99,00%	99,00%
Legrand Pharma Indústria Farmacêutica Ltda.	Ltda.	Brasil	99,00%	99,00%
Luxbiotech Farmacêutica Ltda.	Ltda.	Brasil	99,79%	99,79%
Monteresearch SRL	Ltda.	Itália	100%	100%
Rio Bio Pharmaceuticals, LLC	LLC	Estados Unidos	100%	100%

A seguir apresentamos a estrutura societária do Grupo: • CPM (Concessionária Paulista de Medicamentos S/A) - Localizada em Américo Brasiliense/SP, atua na gestão e manutenção da Indústria Farmacêutica de Américo Brasiliense (IFAB) de titularidade da Fundação para o "Remédio Popular" ("FURP"), vinculada à Secretaria do Estado de São Paulo ("SESSP"), por meio de concessão. O objetivo foi ampliar a capacidade do Governo para a produção de medicamentos genéricos. O prazo de concessão é de 15 anos e o início da produção ocorreu em 1º. de agosto de 2015. Atualmente o Contrato de Concessão está suspenso parcialmente desde 1º de janeiro de 2020, limitando as atividades aos serviços necessários à segurança patrimonial e de monitoramento, limpeza e manutenção. Durante o período de suspensão parcial, os custos da CPM são remunerados mediante reembolso de despesa e, enquanto isso, são negociadas as condições de encerramento do contrato. Tais condições contemplarão o pagamento dos valores já faturados, multas e juros, no valor de R$ 111.427.537,53 (cento e onze milhões, quatrocentos e vinte e sete mil, quinhentos e trinta e sete reais e cinquenta e três centavos) em março de 2022, , relativos a medicamentos fornecidos à SESSP, além de outros valores, inclusive as atividades finais de desmobilização. O pagamento dos valores devidos está segurado em Contrato de Penhor celebrado pela CPM, FURP e Companhia Paulista de Parcerias ("CPP" - estatal responsável pelo acompanhamento das Parcerias Púbico Privadas celebradas no Estado de São Paulo) e operado pelo Banco do Brasil SA, consistindo no penhor de cotas do Fundo "BB CPP Projetos" em valor correspondente a 6 (seis) parcelas mensais da contraprestação prevista no Contrato de Concessão. • EMS Sigma Pharma Ltda. - Localizada em Hortolândia/SP, atua na fabricação e comercialização de medicamentos similares em âmbito nacional. Atualmente, possui apenas uma linha de produção, os demais produtos comercializados são adquiridos da controladora para revenda. A partir de novembro 2018 a EMS Sigma passou à condição de embaladora dos produtos fabricados pela Novamed/AM a partir do Regime Especial de Industrialização por Encomenda obtido no Estado de São Paulo e anuído pelo Governo do Amazonas. • Legrand Pharma Indústria Farmacêutica Ltda. - Localizada em Hortolândia/SP, atua na fabricação e comercialização de medicamentos genéricos em âmbito nacional. Atualmente, possui apenas uma linha de produção, os demais produtos comercializados são adquiridos da controladora para revenda. • Luxbiotech Farmacêutica Ltda. - Localizada em Hortolândia/SP, atua na fabricação e comercialização de dermatocosméticos de última geração em âmbito nacional. • Monteresearch SRL - Localizada em Milão na Itália, é um laboratório de pesquisa farmacêutica, especializado no desenvolvimento de drug delivery systems, tecnologias que permitem desenvolver uma nova formulação para que uma droga seja liberada no organismo de forma mais rápida ou lenta, de acordo com a necessidade de médico e paciente e inclusive em concentrações mais seguras. Em 2020 esta empresa possuía 25% de participação na Globe Pharma S.A.R.L., localizada em Luxembourg que tem como objeto social investimento em sociedades. Em 2021 a Monteresearch transferiu sua participação na empresa Globe Pharma aos acionistas majoritários desta investida, encerrando assim sua participação. • Rio Bio Pharmaceuticals, LLC - Localizada nos Estados Unidos, tem por objeto social o desenvolvimento de atividades farmacêuticas, podendo incluir, entre outras, a fabricação, comercialização, importação e exportação de produtos e insumos farmacêuticos, próprios e de terceiros; a prestação de serviços administrativos, consultoria /assessoria técnica e documental com ou sem transferência de tecnologia; e a participação em joint ventures ou outras sociedades como quotistas, acionista ou sócia. Nas demonstrações financeiras individuais, a controlada é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com os seguintes critérios: • Eliminação dos saldos de contas do ativo e passivo, entre as empresas consolidadas; • Eliminação dos investimentos e resultado da equivalência patrimonial nas empresas consolidadas contra o respectivo patrimônio líquido da empresa investida; • Eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; • Eliminação do lucro nos estoques e venda de ativo imobilizado, quando aplicável, oriundo de vendas entre as empresas consolidadas; As seguintes práticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas: a) Controladas: Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Empresa detém o controle. A Empresa controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle e transferido para a Empresa. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Empresa deixa de ter o controle. Os investimentos em empresas controladas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial (MEP) desde a data que o controle é adquirido. Transações entre empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As práticas contábeis e estimativas da controlada são consistentes com as práticas contábeis e estimativa adotadas pela Empresa. Adicionalmente a controlada segue o mesmo exercício social da Empresa, encerrado em 31 de dezembro de cada ano. b) Transações e participações de quotistas não controladores: A Empresa trata as transações com participações de quotistas não controladores, como transações com proprietários de ativos de suas controladas. Para as compras de participações de acionistas não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de acionistas não controladores também são registrados no patrimônio líquido. **3. Base de preparação e declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP), com base nos pronunciamentos, orientações e interpretações contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria do Grupo, em 31 de março de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **4. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional do Grupo é o Real. Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **5. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras a administração do Grupo utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua, e as revisões são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos, premissas e incertezas de estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem risco significativo que possam resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos nos próximos exercícios sociais estão incluídas nas seguintes notas: • Nota explicativa 16(b) - equivalência patrimonial em investidas: determinação se o Grupo tem influência significativa sobre uma investida; • Nota explicativa 12 - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber do contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; • Nota explicativa 12 e 13 – reconhecimento e mensuração de provisões de devolução com efeito nos estoques e no contas a receber: principais premissas na determinação do prazo médio de devolução e margem de lucro. • Nota explicativa 13 - reconhecimento e mensuração das provisões dos estoques: principais premissas na determinação da perda dos estoques sem movimentação ou vencidos; • Nota explicativa 22.a - imposto de renda e contribuição social diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. • Nota explicativa 14 - Benefícios fiscais de ICMS: A Companhia possui incentivo fiscal de ICMS concedido pelo governo estadual de Brasília. O Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados. Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Companhia vem acompanhando, com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações financeiras. Nesse momento, não há qualquer expectativa da Administração de que esse assunto possa trazer um efeito material nas demonstrações financeiras da Companhia. **i)** Mensuração do valor justo: Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. **6. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto quando especificado de outra forma. Para mais informações sobre a mensuração destes ativos e passivos, vide Nota 7 - principais políticas contábeis. **7. Principais políticas contábeis:** A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras, exceto se descrito de outra forma. a) Moeda estrangeira: *Transações e saldos em moeda estrangeira:* Transações em moeda estrangeira são convertidas para Reais pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão geralmente são reconhecidas no resultado. *Operações no exterior:* Os ativos e passivos derivados de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes a valor justo de da aquisição, se aplicáveis, são convertidos para Reais utilizando a taxa de câmbio na data de apresentação das demonstrações financeiras. Receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para Reais utilizando taxas de câmbio nas datas das transações. Variações cambiais são reconhecidas em outros resultados abrangentes, e apresentadas nos ajustes acumulados de conversão da moeda estrangeira (reserva de conversão) no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é alienada, de modo que o controle, influência significativa, ou controle compartilhado não mais existem, os valores acumulados em reserva de conversão relacionados àquela operação no exterior são reclassificados para o resultado do exercício como parte do ganho ou perda na alienação. Quando o Grupo aliena apenas parte de sua participação em uma subsidiária que inclui uma operação no exterior, mas mantém controle, a respectiva proporção do valor acumulado é reatribuída a participações não controladoras. Quando o Grupo aliena apenas parte de seu investimento em uma coligada ou joint venture que inclui uma operação no exterior, enquanto mantém influência significativa ou controle compartilhado, a respectiva proporção do valor acumulado é reclassificada para o resultado do exercício. b) Instrumentos financeiros: O CPC 48 Instrumentos Financeiros é vigente para exercícios findos a partir de 1° de janeiro de 2018. Esta norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (categoria residual). A Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhado na adoção da nova norma e identificou os seguintes aspectos: O CPC 48 apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. Com relação aos passivos financeiros, requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado. *Mensuração*: Os ativos e passivos financeiros devem inicialmente ser valorados pelo seu valor justo. Os critérios para determinar o valor justo dos ativos e passivos financeiros foram (i) o preço cotado em um mercado ativo ou, na ausência deste e (ii) a utilização de técnicas de avaliação que permitam estimar o valor justo na data da transação levando-se em consideração o valor que seria negociado entre partes independentes, conhecedoras da transação e com interesse em realizá-la. A mensuração posterior de ativos e passivos financeiros segue o método do valor justo ou do custo amortizado, conforme a categoria. O custo amortizado corresponde: • Ao valor reconhecido inicialmente para o ativo ou passivo financeiro; • Menos as amortizações de principal; e • Mais/menos juros acumulados pelo método da taxa de juros efetiva. Os efeitos da mensuração posterior dos ativos e passivos financeiros são alocados diretamente ao resultado do período. Ativos e passivos de longo prazo com características de instrumentos financeiros são registrados inicialmente pelo seu valor presente. *Reconhecimento:* As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor dos demais ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas "Receitas" ou "Custos" respectivamente, no período em que ocorrem. *Desreconhecimento:* Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Empresa

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6252-8C33-A045-3940.

EMS S.A.

transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Empresa nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. _Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. *Composição dos instrumentos financeiros:* Os ativos financeiros da Companhia incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, aplicação financeira vinculada a empréstimo, contas a receber de clientes e partes relacionadas. Os passivos financeiros da Companhia incluem, principalmente, fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento e contas a pagar e empréstimos com partes relacionadas. A Companhia não possui transações de *Hedge Accounting* em 31 de dezembro de 2021 e 2020. *Compensação:* Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. *Outros passivos financeiros:* Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da _transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:* O CPC 48 (IFRS 09) substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As perdas de crédito esperadas é a estimativa ponderada pela probabilidade da perda de crédito. A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber de clientes em montantes equivalentes as perdas de crédito esperadas para a vida inteira que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Empresa estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 120 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Empresa. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos. _A Companhia também registra a provisão para devolução de vendas tendo como base o histórico de suas operações. A provisão para devolução é constituída de acordo com o escopo do modelo do CPC 47, sobre reconhecimento de direito à devolução. O cálculo é efetuado considerando o prazo médio de devolução de 45 dias sobre a margem anual de devoluções. *Caixa e equivalentes de caixa:* O caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de curto prazo, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. *Contas a receber de clientes:* São registradas ao valor justo e classificadas como clientes, pois representam direitos fixos e determináveis e não são cotadas em mercado ativo; são mensuradas ao custo amortizado, para o qual não há impactos de juros; pelo fato das contas a receber ser liquidado normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores contábeis representam substancialmente o valor presente na data do balanço. *Fornecedores:* As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. c) Estoques: Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. A provisão para perdas com estoques é constituída com base nos critérios divulgados na nota 7.m. d) Imobilizado: Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos em 2021 e 2020 é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos 2021 e 2020
Aeronave	15
Benfeitorias	28
Edificações	43
Máquinas	16
Veículos	8
Móveis, utensílios e equipamentos	14

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" nas demonstrações do resultado. e) Intangíveis: *i) Softwares:* As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. f) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)*:* Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos biológicos, propriedades para investimento, estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor Companhia possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável, se houver, é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. g) Arrendamentos: O Grupo aplicou o CPC 06(R2) - Arrendamentos utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R2). Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R2) são divulgados separadamente. *Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2019:* No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019. *Como arrendatário:* No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, a Companhia descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimo a partir de 1º de janeiro de 2019.

Segue abaixo taxas de desconto aplicadas:

	Contratos 2020	Contratos 2021
Até um ano	4,81%	**9,35%**
Até dois anos	5,40%	**10,24%**
Até cinco anos	6,89%	**10,95%**
Até dez anos	8,19%	**11,57%**
Até vinte anos	9,19%	**11,98%**
Acima de vinte anos	9,19%	**11,98%**

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. O Grupo apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial. *Arrendamentos de ativos de baixo valor* A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. Para contratos celebrados antes de 1º. de janeiro de 2019, a Companhia determinava se o acordo era ou continha um arrendamento com base na avaliação de se: • O cumprimento do acordo dependia do uso de um ativo ou ativos específicos; e • O acordo havia concedido o direito de usar o ativo. Um acordo transmitia o direito de usar o ativo se um dos seguintes itens fosse cumprido: • O comprador tinha a capacidade ou o direito de operar o ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não era insignificante da produção ou de outra utilidade do ativo; • O comprador tinha a capacidade ou o direito de controlar o acesso físico ao ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não seja insignificante da produção ou outra utilidade do ativo; ou • Fatos e circunstâncias indicam que é raro que uma ou mais partes, exceto o comprador, venham a obter um valor que não seja insignificante da produção ou de outra utilidade que será produzida ou gerada pelo ativo durante o prazo do acordo, e o preço que o comprador paga pela produção não é contratualmente fixo por unidade de produção, nem equivalente ao preço de mercado atual por unidade de produção na época de entrega da produção. Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento. h) Benefícios a empregados: *Benefícios de curto prazo a empregados:* Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de um serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. *Participação nos lucros* A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*). i) Receita de contrato com clientes: A Companhia adotou inicialmente o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente em 2018 usando o método retrospectivo e estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 - Receitas e o CPC 17 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47, a receita deve ser reconhecida quando (ou à medida que) a Companhia satisfizer à obrigação de *performance* ao transferir o bem ou o serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido quando (ou à medida que) o cliente obtiver o controle desse ativo que pode ser em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento. j) Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de rendimento de depósito bancário de curto prazo, juros de duplicatas a receber, descontos obtidos, variação cambial, e outras receitas financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variação cambial, descontos concedidos entre outras despesas financeiras. k) Subvenções governamentais: Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. A Companhia possui subvenção governamental representada pelo benefício creditício decorrente do Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal (PRÓ-DF), concedido em forma de empréstimo subsidiado obtido do Banco Regional de Brasília (BRB). O benefício econômico obtido é contabilizado como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais de acordo com a autorização do programa Pro-DF para liquidação das parcelas e a regularização da subvenção. A Companhia considera as condições e obrigações que tem de observar e cumprir, quando da identificação dos custos a serem confrontados com o benefício econômico obtido. Os efeitos desse cálculo eram registrados no resultado do exercício, na rubrica "Deduções da receita", visto que a origem do empréstimo subsidiado se refere a uma operação de crédito sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) gerado nas importações. Os juros incorridos ao longo do prazo dos empréstimos são registrados como despesa no resultado financeiro. Atualmente apenas aguardamos a autorização para liquidação de algumas parcelas remanescentes para realização da receita diferida. A Companhia, de sua atuação no ramo farmacêutico no Estado de São Paulo, é beneficiária do da lei complementar 160 . Em razão da lei, a Companhia goza de benefício , de isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) na venda de determinados produtos. l) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real de tributação anual, caso existam. As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, se existir. *i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:* Despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. *ii) Impactos nas bases do IRPJ e da CSLL decorrentes do benefício governamental do Estado de São Paulo:* Conforme mencionado na nota 7g, a Companhia, em razão de sua atuação no ramo farmacêutico no Estado de São Paulo, de isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) na venda de determinados produtos. Para fins de apuração do imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), conforme previsto no artigo 30 da Lei n. 12.973/2014, as subvenções concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos e as doações feitas pelo poder público não serão computadas na determinação do lucro real, desde que seguidos alguns requisitos previstos no presente artigo. Assim, os valores registrados pela Companhia em 2021 e 2020 decorrentes da subvenção governamental, não deverão impactar as bases tributáveis de IRPJ e CSLL, razão pela qual foram excluídos no cálculo do LALUR e do LACS. *iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:* O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação a diferenças temporárias dedutíveis na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. m) Provisões: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Abaixo apresentamos os critérios para constituição das principais provisões: *Provisão para perdas por recuperação ao valor recuperável do contas a receber (Nota 12)* A provisão para perdas por recuperação ao valor recuperável do contas a receber é constituída de acordo com o escopo do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48, conforme descrito na nota explicativa no. 7(b) - Impairment de ativo financeiro. Os saldos de contas a receber de partes relacionadas não são provisionados. *Provisão para devoluções (Nota 12 e 13):* A provisão para devolução é constituída de acordo com o escopo do modelo do CPC 47, sobre reconhecimento de direito à devolução. O cálculo é efetuado considerando o prazo de médio de devolução de 45 dias sobre a margem anual de devoluções. *Provisão para perda dos estoques (Nota 13)* A provisão é constituída com base na política interna definida pelo Grupo, que leva em consideração as perdas na realização dos estoques. Estas perdas podem estar relacionadas a lotes de medicamentos vencidos e a vencer no prazo de 180 dias e produtos utilizados em pesquisas e desenvolvimento. *Provisão para perdas com processos judiciais (Nota 21):* O Grupo é parte envolvido em processos judiciais e administrativos. Com base na avaliação de seus assessores externos e internos, as provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. n) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio: A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final de cada exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas. o) Garantias financeiras: Garantias financeiras são contratos que requerem do Grupo pagamentos específicos perante o possuidor da garantia financeira por uma perda incorrida por este quando um devedor específico deixo de fazer o pagamento conforme os termos do instrumento de dívida. Passivos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, que é amortizado durante o prazo do contrato da garantia financeira. O passivo de garantia é subsequentemente contabilizado pelo que for superior entre o valor amortizado e o valor presente do pagamento esperado (quando um pagamento relativo à garantia tornar-se provável). Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não reconheceu os valores justos de suas garantias financeiras por julgá-las com baixo risco de crédito por conta do emissor. As operações na qual o Grupo atua como interveniente garantidora estão detalhadas na nota explicativa nº 9 - Gestão de riscos financeiros. p) Demonstração do fluxo de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento CPC 03 (IAS 7) - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e reflete as modificações no caixa e equivalentes de caixa que ocorreram nos exercícios apresentados. O Grupo classifica o recebimento de dividendos como atividade de investimento e não como atividade operacional em consonância a estratégia interna de fluxo de caixa do Grupo. **8. Novas normas e interpretações: 8.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021:** O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após essa data. O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência. As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos: • Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado. • Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado. • Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco. Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. O grupo pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis. Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021: As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa. **8.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir: • Substituição do CPC 11 Contrato de Seguro para o CPC 50 Contrato de Seguro; • Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis; • Alterações ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement* 2: Divulgação de políticas contábeis. O Grupo está avaliando os impactos das alterações emitidas pelo IASB e pretende adotar estas novas normas e interpretações, se aplicáveis, quando forem emitidas pelo CPC e estiverem em vigor, contudo não espera impactos relevantes para as demonstrações financeiras. **9. Gestão de riscos financeiros:** O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de mercado; • Risco cambial; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco operacional a) Visão geral: As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia e suas controladas, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege as empresas contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração do Grupo estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa. b) Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, e taxas de juros - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a risco de mercado, dentro dos parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. O Grupo utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado para algumas de suas operações. Todas as operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Grupo não possuía operações de derivativos não liquidados em suas demonstrações financeiras. *i) Risco cambial:* O Grupo atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos ("USD"). O risco cambial decorre de operações com fornecedores e clientes do exterior. A Administração estabeleceu uma política que exige que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. A política é de proteger entre 40% e 50% dos fluxos de caixas previstos (principalmente para aquisição de matéria prima). A exposição ao risco cambial (líquida) está apresentada a seguir:

	Controladora			
	2021		2020	
	Moeda Estrangeira	Reais	Moeda Estrangeira	Reais
Contas a receber de clientes (nota 12)	**1.420**	**6.465**	296	2.583
Fornecedores estrangeiro (nota 19)	**(15.400)**	**(87.571)**	(26.806)	(150.554)
Leasing financeiro (nota 20)	**(47.413)**	**(264.591)**	(46.724)	(242.823)
Exposição líquida	**(61.393)**	**(345.697)**	(73.234)	(390.794)

	Consolidado			
	2021		2020	
	Moeda Estrangeira	Reais	Moeda Estrangeira	Reais
Contas a receber de clientes (nota 12)	**1.420**	**6.465**	737	10.989
Fornecedores estrangeiro (nota 19)	**(15.400)**	**(88.234)**	(27.371)	(155.434)
Leasing financeiro (nota 20)	**(47.413)**	**(264.591)**	(46.724)	(242.823)
Exposição líquida	**(61.393)**	**(346.360)**	(73.358)	(387.268)

iii) Análise de sensibilidade risco cambial: O Grupo, para fins de análise de sensibilidade para riscos de mercado, analisa, conjuntamente, as posições ativas e passivas indexadas em moeda estrangeira. Para a análise de sensibilidade das operações indexadas em moeda estrangeira, a Administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente. Como referência, aos demais cenários foram considerados a deterioração e apreciação sobre a taxa de câmbio utilizada para apuração dos apresentados nos registros contábeis. Os cenários foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente, do Real no cenário provável. A metodologia adotada para apuração dos saldos apresentados no quadro abaixo consistiu em substituir a taxa de câmbio de fechamento utilizada para fins de registro contábil pelas taxas estressadas conforme cenários abaixo. A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados para as operações indexadas ao dólar:

Controladora

Risco	Tipo	Exposição	Exposição original (R$)	Taxa efetiva em 31/12/21	Provável Valor	Apreciação de 25% %	Apreciação de 25% Valor	Apreciação de 50% %	Apreciação de 50% Valor
Alta do Dólar	**Clientes**	**1.420**	**6.465**	**5,58**	**1.459**	**6,98**	**3.440**	**8,37**	**5.421**
Alta do Dólar	**Leasing financeiro**	**(47.413)**	**(264.591)**	**5,58**	**-**	**6,98**	**(66.148)**	**8,37**	**(132.295)**
Alta do Dólar	**Fornecedores**	**(13.244)**	**(73.233)**	**5,58**	**(675)**	**6,98**	**(19.152)**	**8,37**	**(37.629)**
Alta do Euro	**Fornecedores**	**(2.156)**	**(14.338)**	**6,32**	**710**	**7,90**	**(2.697)**	**9,48**	**(6.104)**
		(61.393)	**(345.697)**		**1.494**		**(84.557)**		**(170.607)**
Risco	**Tipo**	**Exposição**	**Exposição original (R$)**	**Taxa efetiva em 31/12/21**	**Provável Valor**	**Deterioração de 25% %**	**Deterioração de 25% Valor**	**Deterioração de 50% %**	**Deterioração de 50% Valor**
Queda do Dólar	**Clientes**	**1.420**	**6.465**	**5,58**	**1.459**	**4,19**	**(522)**	**2,79**	**(2.503)**
Queda do Dólar	**Leasing financeiro**	**(47.413)**	**(264.591)**	**5,58**	**-**	**4,19**	**66.148**	**2,79**	**132.296**
Queda do Dólar	**Fornecedores**	**(13.244)**	**(73.233)**	**5,58**	**(675)**	**4,19**	**17.802**	**2,79**	**36.279**
Queda do Euro	**Fornecedores**	**(2.156)**	**(14.338)**	**6,32**	**710**	**4,74**	**4.117**	**3,16**	**7.524**
		(61.393)	**(345.697)**		**1.494**		**87.545**		**173.596**

Consolidado

Risco	Tipo	Exposição	Exposição original (R$)	Taxa efetiva em 31/12/21	Provável Valor	Apreciação de 25% %	Apreciação de 25% Valor	Apreciação de 50% %	Apreciação de 50% Valor
Alta do Dólar	**Clientes**	**1.420**	**6.465**	**5,58**	**1.459**	**6,98**	**3.440**	**8,37**	**5.421**
Alta do Dólar	**Leasing financeiro**	**(47.413)**	**(264.591)**	**5,58**	**0**	**6,98**	**(66.148)**	**8,37**	**(132.295)**
Alta do Dólar	**Fornecedores**	**(13.259)**	**(73.896)**	**5,58**	**(96)**	**6,98**	**(18.594)**	**8,37**	**(37.092)**
Alta do Euro	**Fornecedores**	**(2.156)**	**(14.338)**	**6,32**	**710**	**7,90**	**(2.697)**	**9,48**	**(6.104)**
		(61.408)	**(346.360)**		**2.073**		**(83.999)**		**(170.070)**

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6252-8C33-A045-3940.

EMS S.A.

Risco	Tipo	Exposição	Exposição original (R$)	Taxa efetiva em 31/12/21	Provável Valor	Deterioração de 25% %	Deterioração de 25% Valor	Deterioração de 50% %	Deterioração de 50% Valor
Queda do Dólar	Clientes	**1.420**	**6.465**	**5,58**	**1.459**	**4,19**	**(522)**	**2,79**	**(2.503)**
Queda do Dólar	Leasing financeiro	**(47.413)**	**(264.591)**	**5,58**	**0**	**4,19**	**66.148**	**2,79**	**132.296**
Queda do Dólar	Fornecedores	**(13.259)**	**(73.896)**	**5,58**	**(96)**	**4,19**	**18.402**	**2,79**	**36.900**
Queda do Euro	Fornecedores	**(2.156)**	**(14.338)**	**6,32**	**710**	**4,74**	**4.117**	**3,16**	**7.524**
		(61.408)	**(346.360)**		**2.073**		**88.145**		**174.217**

Controladora

Risco	Tipo	Exposição	Exposição original (R$)	Taxa efetiva em 31/12/20	Provável Valor	Apreciação de 25% %	Apreciação de 25% Valor	Apreciação de 50% %	Apreciação de 50% Valor
Alta do Dólar	Clientes	296	2.583	5,20	(1.047)	6,50	(663)	7,80	(279)
Alta do Dólar	Leasing financeiro	(46.724)	(242.823)	5,20	12	6,50	(60.691)	7,80	(121.394)
Alta do Dólar	Fornecedores	(17.272)	(89.764)	5,20	6	6,50	(22.433)	7,80	(44.872)
Alta do Euro	Fornecedores	(9.534)	(60.790)	6,38	(16)	7,97	(15.217)	9,57	(30.419)
		(73.234)	(390.794)		(1.045)		(99.004)		(196.964)

Risco	Tipo	Exposição	Exposição original (R$)	Taxa efetiva em 31/12/20	Provável Valor	Deterioração de 25% %	Deterioração de 25% Valor	Deterioração de 50% %	Deterioração de 50% Valor
Queda do Dólar	Clientes	296	2.583	5,20	(1.047)	3,90	(1.431)	2,60	(1.815)
Queda do Dólar	Leasing financeiro	(46.724)	(242.823)	5,20	12	3,90	60.715	2,60	121.417
Queda do Dólar	Fornecedores	(17.272)	(89.764)	5,20	6	3,90	22.446	2,60	44.885
Queda do Euro	Fornecedores	(9.534)	(60.790)	6,38	(16)	4,78	15.186	3,19	30.387
		(73.234)	(390.794)		(1.045)		96.916		194.874

Consolidado

Risco	Tipo	Exposição	Exposição original (R$)	Taxa efetiva em 31/12/21	Provável Valor	Apreciação de 25% %	Apreciação de 25% Valor	Apreciação de 50% %	Apreciação de 50% Valor
Alta do Dólar	Clientes	301	2.608	5,20	(1.046)	6,50	(656)	7,80	(265)
Alta do Euro	Clientes	436	8.381	6,38	(5.600)	7,97	(4.905)	9,57	(4.210)
Alta do Dólar	Leasing financeiro	(46.724)	(242.823)	5,20	12	6,50	(60.691)	7,80	(121.394)
Alta do Dólar	Fornecedores	(17.837)	(94.407)	5,20	1.712	6,50	(21.462)	7,80	(44.635)
Alta do Euro	Fornecedores	(9.534)	(61.027)	6,38	221	7,97	(14.981)	9,57	(30.182)
		(73.358)	(387.268)		(4.701)		(102.695)		(200.686)

Risco	Tipo	Exposição	Exposição original (R$)	Taxa efetiva em 31/12/20	Provável Valor	Deterioração de 25% %	Deterioração de 25% Valor	Deterioração de 50% %	Deterioração de 50% Valor
Queda do Dólar	Clientes	301	2.608	5,20	(1.046)	3,90	(1.437)	2,60	(1.827)
Queda do Euro	Clientes	436	8.381	6,38	(5.600)	4,78	(6.296)	3,19	(6.991)
Queda do Dólar	Leasing financeiro	(46.724)	(242.823)	5,20	12	3,90	60.715	2,60	121.417
Queda do Dólar	Fornecedores	(17.837)	(94.407)	5,20	1.712	3,90	24.886	2,60	48.060
Queda do Euro	Fornecedores	(9.534)	(61.027)	6,38	221	4,78	15.422	3,19	30.624
		(73.358)	(387.268)		(4.701)		93.290		191.283

c) Risco de crédito: O risco de crédito é administrado em nível de Grupo. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a exposição máxima ao risco de crédito é:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Caixa e equivalente de caixa (nota 10)	**39.443**	49.087	**99.487**	114.476
Contas a receber de clientes (nota 12)	**796.893**	602.333	**1.028.700**	832.953
Outros recebíveis (nota 15)	**182.407**	117.624	**57.462**	79.408
Aplicação financeira vinculada a empréstimo (nota 11)	**2.007**	4.526	**2.007**	4.526
	1.020.750	773.570	**1.187.656**	1.031.363

A política de avaliação da provisão de perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros está demonstrada na nota explicativa nº7. A Administração não espera nenhuma perda decorrente dessas contrapartes superior ao valor provisionado. "Caixa e equivalentes de caixa" são mantidos com instituição financeira classificadas como estável, ou acima, conforme escala da Agência Moody's. *Garantias:* A política do Grupo é fornecer garantias financeiras somente para obrigações de suas controladas e coligadas. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Grupo havia emitido garantias paras certos bancos em relação as linhas de crédito concedidas a empresas do Grupo, como segue: • Em 06 de setembro de 2018 a coligada 3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A realizou uma captação de R$130.000, através do CRI (Certificado de recebíveis imobiliários), garantida por fiança corporativa da Companhia, com rating e lastreado em debêntures não conversíveis em ações. A remuneração é de 102,5% CDI, com vencimento do principal em 26 de agosto de 2021 e amortização dos juros semestrais. Em 2021 este CRI foi totalmente liquidado, finalizando assim a garantia entre as respectivas empresas. Adicionalmente, a Companhia figura como fiadora de obrigações assumidas por outra empresa, como segue: • Lorraine Administradora de Bens e Participações Sociedade Simples Ltda. na captação de financiamento junto a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP no montante de R$145 .203 e prazo de pagamento em 12 de dezembro de 2023. O montante em aberto deste financiamento é de R$96.834 (R$145.203 em 2020).

d) Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis (Nota 20) a qualquer momento, a fim de que o Grupo não descumpra os limites ou cláusulas do empréstimo, quando aplicável, em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda. O Departamento de Tesouraria investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento, onde aplica-se somente aos instrumentos financeiros, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

Controladora

	Fluxo de caixa contratual	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2021					
Fornecedores e outras contas a pagar	**(386.135)**	**(371.940)**	**(14.195)**	**-**	**-**
Fornecedores a pagar partes relacionadas	**(1.297.636)**	**(1.297.636)**	**-**	**-**	**-**
Empréstimos e financiamentos	**(400.516)**	**(297.768)**	**(30.013)**	**(23.402)**	**(49.333)**
Passivo de arrendamento	**(117.845)**	**(55.346)**	**(35.543)**	**(26.956)**	**-**
Dividendos a pagar	**(528.184)**	**(528.184)**	**-**	**-**	**-**
Posição líquida	**(2.730.316)**	**(2.550.874)**	**(79.751)**	**(50.358)**	**(49.333)**
Em 31 de dezembro de 2020					
Fornecedores e outras contas a pagar	(414.428)	(410.561)	-	-	-
Fornecedores a pagar partes relacionadas	(1.053.128)	(1.053.128)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	(391.920)	(47.850)	(63.064)	(204.340)	(76.666)
Passivo de arrendamento	(123.054)	(35.317)	(13.184)	(13.170)	(61.384)
Dividendos a pagar	(35.821)	(35.821)	-	-	-
Posição líquida	(2.018.351)	(1.582.677)	(76.248)	(217.510)	(138.050)

Consolidado

	Fluxo de caixa contratual	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2021					
Fornecedores e outras contas a pagar	**(414.652)**	**(400.457)**	**(14.195)**	**-**	**-**
Fornecedores a pagar partes relacionadas	**(1.313.148)**	**(1.313.148)**	**-**	**-**	**-**
Empréstimos e financiamentos	**(400.516)**	**(297.768)**	**(30.013)**	**(23.402)**	**(49.333)**
Passivo de arrendamento	**(127.620)**	**(61.003)**	**(36.540)**	**(30.077)**	**-**
Dividendos a pagar	**(533.313)**	**(533.313)**	**-**	**-**	**-**
Posição líquida	**(2.789.249)**	**(2.605.689)**	**(80.748)**	**(53.479)**	**(49.333)**
Em 31 de dezembro de 2020					
Fornecedores e outras contas a pagar	(436.627)	(432.760)	(3.867)	-	-
Fornecedores a pagar partes relacionadas	(1.064.974)	(1.064.974)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	(391.920)	(47.850)	(63.064)	(204.340)	(76.666)
Passivo de arrendamento	(131.072)	(39.274)	(12.895)	(12.881)	(66.022)
Dividendos a pagar	(40.950)	(40.950)	-	-	-
Posição líquida	(2.065.543)	(1.625.808)	(79.826)	(217.221)	(142.688)

A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros passivos e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes da legislação vigente. e) Risco operacional: Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoas, tecnologia e infraestrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações do Grupo. O objetivo do Grupo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação do Grupo e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais do Grupo para a administração de riscos operacionais nas respectivas áreas. *i) Gestão de capital:* Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 podem ser assim sumariados (consolidado):

	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Total dos empréstimos e financiamentos (nota 20)	**400.516**	391.920
Total dos passivos de arrendamento (nota 18b)	**127.620**	131.072
(-) caixa e equivalentes de caixa (nota 10)	**(99.487)**	(114.476)
Dívida líquida	**428.649**	408.516
Total do patrimônio líquido	**909.367**	1.089.955
Total do capital	**1.338.016**	1.498.471
Índice de alavancagem financeira	**1,42%**	1,37%

f) Classificação dos instrumentos: Os instrumentos financeiros não derivativos são classificados como classificados como custo amortizado e outros passivos financeiros. Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além da informada abaixo:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	**39.443**	49.087	**99.487**	114.476
Aplicação financeira vinculada a empréstimo	**2.007**	4.526	**2.007**	4.526
Custo amortizado				
Contas a receber de clientes	**796.893**	602.333	**1.028.700**	832.953
Contas a receber de partes relacionadas	**235.853**	193.301	**90.069**	91.593
Dividendos a receber	**707**	8.970	**-**	-
Outros recebíveis	**182.407**	117.624	**57.462**	79.408
Total dos ativos financeiros	**1.257.310**	975.841	**1.277.725**	1.122.956
Custo amortizado				
Fornecedores	**(280.244)**	(310.774)	**(289.444)**	(321.966)
Fornecedores a pagar partes relacionadas	**(1.297.636)**	(1.053.128)	**(1.313.148)**	(1.064.974)
Empréstimos e financiamentos	**(400.516)**	(391.920)	**(400.516)**	(391.920)
Passivo de arrendamento	**(117.845)**	(123.054)	**(127.620)**	(131.072)
Dividendos a pagar	**(528.184)**	(35.821)	**(533.313)**	(40.950)
Outras contas a pagar	**(105.892)**	(103.654)	**(125.208)**	(114.661)
Total dos passivos financeiros	**(2.730.317)**	(2.018.351)	**(2.789.249)**	(2.065.543)

i) *Risco da taxa de juros:* O Grupo, para fins de análise de sensibilidade para riscos de taxa de juros, analisa a sua exposição à flutuação da CDI, taxa flutuante a qual estão atreladas as captações de aplicações financeiras e empréstimos. As taxas de juros não sofreram alterações nesses cenários. Para a análise de sensibilidade das taxas de juros sobre os empréstimos e aplicações financeiras, a Administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente. Como referência, aos demais cenários foram considerados a deterioração e apreciação sobre a taxa de juros flutuante utilizada para apuração nos registros contábeis. Os cenários foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente, da taxa de juros no cenário provável. A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados para essas operações: *Exposição e análise de sensibilidade das taxas de juros:*

Controladora

Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa efetiva em 31/12/21	Provável Valor	Apreciação de 25% %	Apreciação de 25% Valor	Apreciação de 50% %	Apreciação de 50% Valor
16.732	**Alta da CDI**	**Aplicação (Ativo)**	**03/12/2025**	**4,89%**	**818**	**6,11%**	**1.023**	**7,34%**	**1.227**
95	**Alta da CDI**	**Aplicação (Ativo)**	**01/10/2046**	**3,54%**	**3**	**4,42%**	**4**	**5,30%**	**5**
128	**Alta da CDI**	**Aplicação (Ativo)**	**07/06/2046**	**3,58%**	**5**	**4,48%**	**6**	**5,37%**	**7**
141	**Alta da CDI**	**Aplicação (Ativo)**	**02/05/2047**	**3,76%**	**5**	**4,70%**	**7**	**5,64%**	**8**
209	**Alta da CDI**	**Aplicação (Ativo)**	**02/10/2023**	**4,46%**	**9**	**5,58%**	**12**	**6,70%**	**14**
1.430	**Alta da CDI**	**Aplicação (Ativo)**	**21/06/2023**	**4,64%**	**66**	**5,80%**	**83**	**6,96%**	**100**
7.421	**Alta da CDI**	**Aplicação (Ativo)**	**18/03/2022**	**3,32%**	**246**	**4,14%**	**308**	**4,97%**	**369**
3.634	**Alta da CDI**	**Aplicação (Ativo)**	**13/01/2022**	**3,80%**	**138**	**4,75%**	**173**	**5,70%**	**207**
29.790					**1.290**		**1.616**		**1.937**

Controladora

Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa efetiva em 31/12/21	Provável Valor	Deteriorização de 25% %	Deteriorização de 25% Valor	Deteriorização de 50% %	Deteriorização de 50% Valor
16.732	**Queda da CDI**	**Aplicação (Ativo)**	**03/12/2025**	**4,89%**	**818**	**3,67%**	**614**	**2,45%**	**409**
95	**Queda da CDI**	**Aplicação (Ativo)**	**01/10/2046**	**3,54%**	**3**	**2,65%**	**3**	**1,77%**	**2**
128	**Queda da CDI**	**Aplicação (Ativo)**	**07/06/2046**	**3,58%**	**5**	**2,69%**	**3**	**1,79%**	**2**
141	**Queda da CDI**	**Aplicação (Ativo)**	**02/05/2047**	**3,76%**	**5**	**2,82%**	**4**	**1,88%**	**3**
209	**Queda da CDI**	**Aplicação (Ativo)**	**02/10/2023**	**4,46%**	**9**	**3,35%**	**7**	**2,23%**	**5**
1.430	**Queda da CDI**	**Aplicação (Ativo)**	**21/06/2023**	**4,64%**	**66**	**3,48%**	**50**	**2,32%**	**33**
7.421	**Queda da CDI**	**Aplicação (Ativo)**	**18/03/2022**	**3,32%**	**246**	**2,49%**	**185**	**1,66%**	**123**
3.634	**Queda da CDI**	**Aplicação (Ativo)**	**13/01/2022**	**3,80%**	**138**	**2,85%**	**104**	**1,90%**	**69**
29.790					**1.290**		**970**		**646**

Controladora

Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa efetiva em 31/12/20	Provável Valor	Apreciação de 25% %	Apreciação de 25% Valor	Apreciação de 50% %	Apreciação de 50% Valor
			02/07/2040						
			29/04/2021						
931	Alta da CDI	Aplicação financeira	30/05/2041	2,61%	24	3,27%	1	3,92%	1
			20/10/2022						
3.244	Alta da CDI	Aplicação financeira	05/12/2022	2,75%	89	3,44%	3	4,13%	4
124	Alta da CDI	Aplicação financeira	07/06/2046	2,23%	3	2,78%	-	3,34%	-
92	Alta da CDI	Aplicação financeira	01/10/2046	2,20%	2	2,75%	-	3,30%	-
136	Alta da CDI	Aplicação financeira	02/05/2047	2,34%	3	2,92%	-	3,51%	-
10.524	Alta da CDI	Aplicação financeira	06/04/2021	2,48%	260	3,09%	8	3,71%	10
10.003	Alta da CDI	Aplicação financeira	22/01/2021	2,34%	234	2,92%	7	3,51%	8
1.680	Alta da CDI	Aplicação financeira	28/12/2021	2,48%	42	3,09%	1	3,71%	2
			02/07/2040						
			29/04/2021						
18.021	Alta da CDI	Aplicação financeira	30/05/2041	2,26%	406	2,82%	11	3,38%	14
44.755					1.063		31		39

Controladora

Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa efetiva em 31/12/20	Provável Valor	Deteriorização de 25% %	Deteriorização de 25% Valor	Deteriorização de 50% %	Deteriorização de 50% Valor
			02/07/2040						
			29/04/2021						
931	Queda do CDI	Aplicação financeira	30/05/2041	2,61%	24	1,96%	-	1,31%	-
			20/10/2022						
3.244	Queda do CDI	Aplicação financeira	05/12/2022	2,75%	89	2,06%	2	1,38%	1
124	Queda do CDI	Aplicação financeira	07/06/2046	2,23%	3	1,67%	-	1,11%	-
92	Queda do CDI	Aplicação financeira	01/10/2046	2,20%	2	1,65%	-	1,10%	-
136	Queda do CDI	Aplicação financeira	02/05/2047	2,34%	3	1,75%	-	1,17%	-
10.524	Queda do CDI	Aplicação financeira	06/04/2021	2,48%	260	1,86%	5	1,24%	3
10.003	Queda do CDI	Aplicação financeira	22/01/2021	2,34%	234	1,75%	4	1,17%	3
1.680	Queda do CDI	Aplicação financeira	28/12/2021	2,48%	42	1,86%	1	1,24%	1
			02/07/2040						
			29/04/2021						
18.021	Queda do CDI	Aplicação financeira	30/05/2041	2,26%	406	1,69%	7	1,13%	5
44.755					1.063		19		13

Consolidado

Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa efetiva em 31/12/21	Provável Valor	Apreciação de 25% %	Apreciação de 25% Valor	Apreciação de 50% %	Apreciação de 50% Valor
95	**Alta da CDI**	**Aplicação (Ativo)**	**01/10/2046**	**3,54%**	**3**	**4,42%**	**4**	**5,30%**	**5**
128	**Alta da CDI**	**Aplicação (Ativo)**	**07/06/2046**	**3,58%**	**5**	**4,48%**	**6**	**5,37%**	**7**
141	**Alta da CDI**	**Aplicação (Ativo)**	**02/05/2047**	**3,76%**	**5**	**4,70%**	**7**	**5,64%**	**8**
209	**Alta da CDI**	**Aplicação (Ativo)**	**02/10/2023**	**4,46%**	**9**	**5,58%**	**12**	**6,70%**	**14**
1.430	**Alta da CDI**	**Aplicação (Ativo)**	**21/06/2023**	**4,64%**	**66**	**5,80%**	**83**	**6,96%**	**100**
28.314	**Alta da CDI**	**Aplicação (Ativo)**	**03/10/2022**	**4,31%**	**1.220**	**5,39%**	**1.525**	**6,46%**	**1.830**
1.568	**Alta da CDI**	**Aplicação (Ativo)**	**02/09/2022**	**4,42%**	**69**	**5,53%**	**87**	**6,63%**	**104**
-	**Alta da CDI**	**Aplicação (Ativo)**	**24/01/2022**	**2,65%**	**0**	**3,32%**	**0**	**3,98%**	**0**
741	**Alta da CDI**	**Aplicação (Ativo)**	**28/01/2022**	**2,87%**	**21**	**3,59%**	**27**	**4,31%**	**32**
10.287	**Alta da CDI**	**Aplicação (Ativo)**	**18/03/2022**	**3,32%**	**341**	**4,14%**	**426**	**4,97%**	**512**
260	**Alta da CDI**	**Aplicação (Ativo)**	**04/03/2022**	**3,45%**	**9**	**4,31%**	**11**	**5,17%**	**13**
3.800	**Alta da CDI**	**Aplicação (Ativo)**	**13/01/2022**	**3,80%**	**144**	**4,75%**	**181**	**5,70%**	**217**
283	**Alta da CDI**	**Aplicação (Ativo)**	**25/04/2022**	**3,98%**	**11**	**4,97%**	**14**	**5,97%**	**17**
24.542	**Alta da CDI**	**Aplicação (Ativo)**	**03/12/2025**	**4,89%**	**1.200**	**6,11%**	**1.500**	**7,34%**	**1.800**
71.798					**3.103**		**3.882**		**4.659**

Consolidado

Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa efetiva em 31/12/21	Provável Valor	Deteriorização de 25% %	Deteriorização de 25% Valor	Deteriorização de 50% %	Deteriorização de 50% Valor
95	**Alta da CDI**	**Aplicação (Ativo)**	**01/10/2046**	**3,54%**	**3**	**2,65%**	**3**	**1,77%**	**2**
128	**Alta da CDI**	**Aplicação (Ativo)**	**07/06/2046**	**3,58%**	**5**	**2,69%**	**3**	**1,79%**	**2**
141	**Alta da CDI**	**Aplicação (Ativo)**	**02/05/2047**	**3,76%**	**5**	**2,82%**	**4**	**1,88%**	**3**
209	**Alta da CDI**	**Aplicação (Ativo)**	**02/10/2023**	**4,46%**	**9**	**3,35%**	**7**	**2,23%**	**5**
1.430	**Alta da CDI**	**Aplicação (Ativo)**	**21/06/2023**	**4,64%**	**66**	**3,48%**	**50**	**2,32%**	**33**
28.314	**Alta da CDI**	**Aplicação (Ativo)**	**03/10/2022**	**4,31%**	**1.220**	**3,23%**	**915**	**2,15%**	**610**
1.568	**Alta da CDI**	**Aplicação (Ativo)**	**02/09/2022**	**4,42%**	**69**	**3,32%**	**52**	**2,21%**	**35**
-	**Alta da CDI**	**Aplicação (Ativo)**	**24/01/2022**	**2,65%**	**0**	**1,99%**	**0**	**1,33%**	**0**
741	**Alta da CDI**	**Aplicação (Ativo)**	**28/01/2022**	**2,87%**	**21**	**2,15%**	**16**	**1,44%**	**11**
10.287	**Alta da CDI**	**Aplicação (Ativo)**	**18/03/2022**	**3,32%**	**341**	**2,49%**	**256**	**1,66%**	**171**
260	**Alta da CDI**	**Aplicação (Ativo)**	**04/03/2022**	**3,45%**	**9**	**2,59%**	**7**	**1,72%**	**4**
3.800	**Alta da CDI**	**Aplicação (Ativo)**	**13/01/2022**	**3,80%**	**144**	**2,85%**	**108**	**1,90%**	**72**
283	**Alta da CDI**	**Aplicação (Ativo)**	**25/04/2022**	**3,98%**	**11**	**2,98%**	**8**	**1,99%**	**6**
24.542	**Alta da CDI**	**Aplicação (Ativo)**	**03/12/2025**	**4,89%**	**1.200**	**3,67%**	**900**	**2,45%**	**600**
71.798					**3.103**		**2.329**		**1.554**

Consolidado

Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa efetiva em 31/12/20	Provável Valor	Apreciação de 25% %	Apreciação de 25% Valor	Apreciação de 50% %	Apreciação de 50% Valor
			02/07/2040						
			29/04/2021						
931	Alta da CDI	Aplicação financeira	30/05/2041	2,61%	24	3,27%	1	3,92%	1
			20/10/2022						
3.244	Alta da CDI	Aplicação financeira	05/12/2022	2,75%	89	3,44%	3	4,13%	4
124	Alta da CDI	Aplicação financeira	07/06/2046	2,23%	3	2,78%	-	3,34%	-
92	Alta da CDI	Aplicação financeira	01/10/2046	2,20%	2	2,75%	-	3,30%	-
136	Alta da CDI	Aplicação financeira	02/05/2047	2,34%	3	2,92%	-	3,51%	-
10.524	Alta da CDI	Aplicação financeira	06/04/2021	2,48%	260	3,09%	8	3,71%	10
10.003	Alta da CDI	Aplicação financeira	22/01/2021	2,34%	234	2,92%	7	3,51%	8
1.680	Alta da CDI	Aplicação financeira	28/12/2021	2,48%	42	3,09%	1	3,71%	2
18.021	Alta da CDI	Aplicação financeira	28/01/2021	2,26%	406	2,82%	11	3,38%	14
2.419	Alta da CDI	Aplicação financeira	22/01/2021	2,76%	67	3,45%	2	4,15%	3
198	Alta da CDI	Aplicação financeira	08/07/2025	2,64%	5	3,30%	-	3,96%	-
			03/09/2021						
			14/09/2021						
2.417	Alta da CDI	Aplicação financeira	15/09/2021	2,50%	60	3,13%	2	3,75%	2
			15/03/2021						
			16/12/2021						
5.112	Alta da CDI	Aplicação financeira	28/12/2021	2,48%	127	3,09%	4	3,71%	5
2.331	Alta da CDI	Aplicação financeira	12/02/2021	2,48%	58	3,09%	2	3,71%	2
1.719	Alta da CDI	Aplicação financeira	25/01/2021	1,38%	24	1,72%	-	2,06%	-
1.020	Alta da CDI	Aplicação financeira	12/02/2021	2,34%	24	2,92%	1	3,51%	1
2.640	Alta da CDI	Aplicação financeira	27/01/2021	2,26%	60	2,82%	2	3,38%	2
			03/02/2021 e						
10.992	Alta da CDI	Aplicação financeira	19/04/2021	2,81%	308	3,51%	11	4,21%	13
1.509	Alta da CDI	Aplicação financeira	02/09/2021	2,74%	41	3,42%	1	4,10%	2
27.279	Alta da CDI	Aplicação financeira	01/10/2021	2,72%	743	3,40%	25	4,08%	30
			15/03/2021						
1.540	Alta da CDI	Aplicação financeira	18/03/2021	2,48%	38	3,09%	1	3,71%	1
1.070	Alta da CDI	Aplicação financeira	22/01/2021	2,34%	25	2,92%	1	3,51%	1
105.001					2.643		83		101

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6252-8C33-A045-3940.

EMS S.A.

Exposição e análise de sensibilidade das taxas de juros--Continuação

Consolidado

Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa efetiva em 31/12/20	Provável Valor	Deterioração de 25% %	Deterioração de 25% Valor	Deterioração de 50% %	Deterioração de 50% Valor
			02/07/2040 29/04/2021						
931	Queda da CDI	Aplicação financeira	30/05/2041	2,61%	24	1,96%	-	1,31%	-
3.244	Queda da CDI	Aplicação financeira	20/10/2022 05/12/2022	2,75%	89	2,06%	2	1,38%	1
124	Queda da CDI	Aplicação financeira	07/06/2046	2,23%	3	1,67%	-	1,11%	-
92	Queda da CDI	Aplicação financeira	01/10/2046	2,20%	2	1,65%	-	1,10%	-
136	Queda da CDI	Aplicação financeira	02/05/2047	2,34%	3	1,75%	-	1,17%	-
10.524	Queda da CDI	Aplicação financeira	06/04/2021	2,48%	260	1,86%	5	1,24%	3
10.003	Queda da CDI	Aplicação financeira	22/01/2021	2,34%	234	1,75%	4	1,17%	3
1.680	Queda da CDI	Aplicação financeira	28/12/2021	2,48%	42	1,86%	1	1,24%	1
18.021	Queda da CDI	Aplicação financeira	28/01/2021	2,26%	406	1,69%	7	1,13%	5
2.419	Queda da CDI	Aplicação financeira	22/01/2021	2,76%	67	2,07%	1	1,38%	1
198	Queda da CDI	Aplicação financeira	08/07/2025	2,64%	5	1,98%	-	1,32%	-
			03/09/2021 14/09/2021						
2.417	Queda da CDI	Aplicação financeira	15/09/2021	2,50%	60	1,88%	1	1,25%	1
			15/03/2021 16/12/2021						
5.112	Queda da CDI	Aplicação financeira	28/12/2021	2,48%	127	1,86%	2	1,24%	2
2.331	Queda da CDI	Aplicação financeira	12/02/2021	2,48%	58	1,86%	1	1,24%	1
1.719	Queda da CDI	Aplicação financeira	25/01/2021	1,38%	24	1,03%	-	0,69%	-
1.020	Queda da CDI	Aplicação financeira	12/02/2021	2,34%	24	1,75%	-	1,17%	-
2.640	Queda da CDI	Aplicação financeira	27/01/2021	2,26%	60	1,69%	1	1,13%	1
10.992	Queda da CDI	Aplicação financeira	03/02/2021 e 19/04/2021	2,81%	308	2,10%	6	1,40%	4
1.509	Queda da CDI	Aplicação financeira	02/09/2021	2,74%	41	2,05%	1	1,37%	1
27.279	Queda da CDI	Aplicação financeira	01/10/2021	2,72%	743	2,04%	15	1,36%	10
1.540	Queda da CDI	Aplicação financeira	15/03/2021 18/03/2021	2,48%	38	1,86%	1	1,24%	-
1.070	Queda da CDI	Aplicação financeira	22/01/2021	2,34%	25	1,75%	-	1,17%	-
105.001					2.643		48		34

Controladora

Exposição	Risco	Tipo	Taxa efetiva em 31/12/2021	Provável Valor	Apreciação 25% %	Apreciação 25% Valor	Apreciação 50% %	Apreciação 50% Valor
264.591	**Bradesco 4101**	**Empréstimo (passivo)**	**100**	**2.308**	**125**	**2.885**	**150**	**3.462**
16.235	**FINEP**	**Empréstimo (passivo)**	**100**	**51**	**125**	**64**	**150**	**77**
111.513	**BNDES**	**Empréstimo (passivo)**	**100**	**2.315**	**125**	**2.894**	**150**	**3.473**
122	**FINAME**	**Empréstimo (passivo)**	**100**	**-**	**125**	**0**	**150**	**0**
8.055	**Banco Regional de Brasília**	**Empréstimo (passivo)**	**100**	**265**	**125**	**331**	**150**	**397**
117.845	**Passivo de arrendamento**	**Arrendamentos (passivo)**	**100**	**10.778**	**125**	**13.473**	**150**	**16.167**
518.361				**15.717**		**19.646**		**23.576**

Controladora

Exposição	Risco	Tipo	Taxa efetiva em 31/12/2020	Provável Valor	Apreciação 25% %	Apreciação 25% Valor	Apreciação 50% %	Apreciação 50% Valor
4.140	P&D BNDES - Sub A	Empréstimo (Passivo)	100	11	125	14	150	17
2.369	P&D BNDES - Sub B	Empréstimo (Passivo)	100	7	125	9	150	10
42.164	Projeto Reconstrução Almoxarifado - Sub A	Empréstimo (Passivo)	100	763	125	954	150	1.145
38.846	Projeto Reconstrução Almoxarifado - Sub B	Empréstimo (Passivo)	100	766	125	958	150	1.149
19.342	Projeto Injetáveis Oncológicos - Sub A	Empréstimo (Passivo)	100	265	125	331	150	397
5.464	Projeto Injetáveis Oncológicos - Sub B	Empréstimo (Passivo)	100	79	125	99	150	119
28.483	P&D Finep	Empréstimo (Passivo)	100	80	125	100	150	120
197	FINAME/Promáquina FINA06	Empréstimo (Passivo)	100	0	125	0	150	0
37	FINAME/Bauch Campos FINA07	Empréstimo (Passivo)	100	0	125	0	150	0
242.823	Aeronave JP Morgan*	Empréstimo (Passivo)	100	125	125	157	150	188
8.055	Pró DF	Empréstimo (Passivo)	100	161	125	201	150	242
123.054	Arrendamento Mercantil	Arrendamento (passivo)	100	10.617	125	13.271	150	15.925
514.974				12.874		16.094		19.312

Exposição	Risco	Tipo	Taxa efetiva em 31/12/2021	Provável Valor	Deterioração 25% %	Deterioração 25% Valor	Deterioração 50% %	Deterioração 50% Valor
264.591	**Bradesco 4101**	**Empréstimo (passivo)**	**100**	**2.308**	**75**	**1.731**	**50**	**1.154**
16.235	**FINEP**	**Empréstimo (passivo)**	**100**	**51**	**75**	**38**	**50**	**26**
111.513	**BNDES**	**Empréstimo (passivo)**	**100**	**2.315**	**75**	**1.736**	**50**	**1.158**
122	**FINAME**	**Empréstimo (passivo)**	**100**	**-**	**75**	**0**	**50**	**0**
8.055	**Banco Regional de Brasília**	**Empréstimo (passivo)**	**100**	**265**	**75**	**199**	**50**	**132**
117.845	**Passivo de arrendamento**	**Arrendamentos (passivo)**	**100**	**10.778**	**75**	**8.084**	**50**	**5.389**
518.361				**15.717**		**11.788**		**7.859**

Exposição	Risco	Tipo	Taxa efetiva em 31/12/2020	Provável Valor	Deterioração 25% %	Deterioração 25% Valor	Deterioração 50% %	Deterioração 50% Valor
4.140	P&D BNDES - Sub A	Empréstimo (Passivo)	100	11	75	8	50	6
2.369	P&D BNDES - Sub B	Empréstimo (Passivo)	100	7	75	5	50	3
42.164	Projeto Reconstrução Almoxarifado - Sub A	Empréstimo (Passivo)	100	763	75	572	50	382
38.846	Projeto Reconstrução Almoxarifado - Sub B	Empréstimo (Passivo)	100	766	75	575	50	383
19.342	Projeto Injetáveis Oncológicos - Sub A	Empréstimo (Passivo)	100	265	75	199	50	132
5.464	Projeto Injetáveis Oncológicos - Sub B	Empréstimo (Passivo)	100	79	75	59	50	40
28.483	P&D Finep	Empréstimo (Passivo)	100	80	75	60	50	40
197	FINAME/Promáquina FINA06	Empréstimo (Passivo)	100	-	75	-	50	-
37	FINAME/Bauch Campos FINA07	Empréstimo (Passivo)	100	-	75	-	50	-
242.823	Aeronave JP Morgan*	Empréstimo (Passivo)	100	125	75	94	50	63
8.055	Pró DF	Empréstimo (Passivo)	100	161	75	121	50	81
123.054	Passivo de arrendamento	Passivo de arrendamento (Passivo)	100	10.617	75	7.963	50	5.308
514.974				12.874		9.656		6.438

Consolidado

Exposição	Risco	Tipo	Taxa efetiva em 31/12/2021	Provável Valor	Apreciação 25% %	Apreciação 25% Valor	Apreciação 50% %	Apreciação 50% Valor
264.591	**Leasing Financeiro**	**Empréstimo (passivo)**	**100**	**2.308**	**125**	**2.885**	**150**	**3.462**
16.235	**FINEP**	**Empréstimo (passivo)**	**100**	**51**	**125**	**64**	**150**	**77**
111.513	**BNDES**	**Empréstimo (passivo)**	**100**	**2.315**	**125**	**2.894**	**150**	**3.473**
122	**FINAME**	**Empréstimo (passivo)**	**100**	**-**	**125**	**-**	**150**	**-**
8.055	**Banco Regional de Brasília**	**Empréstimo (passivo)**	**100**	**265**	**125**	**331**	**150**	**397**
127.620	**Passivos de arrendamentos**	**Arrendamento (passivo)**	**100**	**11.672**	**125**	**14.590**	**150**	**17.508**
528.136				**16.611**		**20.764**		**24.917**

Consolidado

Exposição	Risco	Tipo	Taxa efetiva em 31/12/2020	Provável Valor	Apreciação 25% %	Apreciação 25% Valor	Apreciação 50% %	Apreciação 50% Valor
4.140	P&D BNDES - Sub A	Empréstimo (Passivo)	100	11	125	14	150	17
2.369	P&D BNDES - Sub B	Empréstimo (Passivo)	100	7	125	9	150	10
42.164	Projeto Reconstrução Almoxarifado - Sub A	Empréstimo (Passivo)	100	763	125	954	150	1.145
38.846	Projeto Reconstrução Almoxarifado - Sub B	Empréstimo (Passivo)	100	766	125	958	150	1.149
19.342	Projeto Injetáveis Oncológicos - Sub A	Empréstimo (Passivo)	100	265	125	331	150	397
5.464	Projeto Injetáveis Oncológicos - Sub B	Empréstimo (Passivo)	100	79	125	99	150	119
28.483	P&D Finep	Empréstimo (Passivo)	100	80	125	100	150	120
197	FINAME/Promáquina FINA06	Empréstimo (Passivo)	100	0	125	0	150	0
37	FINAME/Bauch Campos FINA07	Empréstimo (Passivo)	100	0	125	0	150	0
242.823	Aeronave JP Morgan*	Empréstimo (Passivo)	100	125	125	157	150	188
8.055	Pró DF	Empréstimo (Passivo)	100	161	125	201	150	242
131.072	Passivos de arrendamentos	Arrendamento (Passivo)	100	11.309	125	14.136	150	16.963
522.992				13.566		16.959		20.350

Exposição	Risco	Tipo	Taxa efetiva em 31/12/2021	Provável Valor	Deterioração 25% %	Deterioração 25% Valor	Deterioração 50% %	Deterioração 50% Valor
264.591	**Leasing Financeiro**	**Empréstimo (passivo)**	**100**	**2.308**	**75**	**1.731**	**50**	**1.154**
16.235	**FINEP**	**Empréstimo (passivo)**	**100**	**51**	**75**	**38**	**50**	**26**
111.513	**BNDES**	**Empréstimo (passivo)**	**100**	**2.315**	**75**	**1.736**	**50**	**1.158**
122	**FINAME**	**Empréstimo (passivo)**	**100**	**-**	**75**	**0**	**50**	**0**
8.055	**Banco Regional de Brasília**	**Empréstimo (passivo)**	**100**	**265**	**75**	**199**	**50**	**132**
127.620	**Passivos de arrendamentos**	**Arrendamentos (passivo)**	**100**	**11.672**	**75**	**8.754**	**50**	**5.836**
528.136				**16.611**		**12.458**		**8.306**

Exposição	Risco	Tipo	Taxa efetiva em 31/12/2020	Provável Valor	Deterioração 25% %	Deterioração 25% Valor	Deterioração 50% %	Deterioração 50% Valor
4.140	P&D BNDES - Sub A	Empréstimo (Passivo)	100	11	75	14	50	17
2.369	P&D BNDES - Sub B	Empréstimo (Passivo)	100	7	75	9	50	10
42.164	Projeto Reconstrução Almoxarifado - Sub A	Empréstimo (Passivo)	100	763	75	954	50	1.145
38.846	Projeto Reconstrução Almoxarifado - Sub B	Empréstimo (Passivo)	100	766	75	958	50	1.149
19.342	Projeto Injetáveis Oncológicos - Sub A	Empréstimo (Passivo)	100	265	75	331	50	397
5.464	Projeto Injetáveis Oncológicos - Sub B	Empréstimo (Passivo)	100	79	75	99	50	119
28.483	P&D Finep	Empréstimo (Passivo)	100	80	75	100	50	120
197	FINAME/Promáquina FINA06	Empréstimo (Passivo)	100	-	75	-	50	0
37	FINAME/Bauch Campos FINA07	Empréstimo (Passivo)	100	-	75	-	50	0
242.823	Aeronave JP Morgan*	Empréstimo (Passivo)	100	125	75	157	50	188
8.055	Pró DF	Empréstimo (Passivo)	100	161	75	201	50	242
131.072	Passivos de arrendamentos	Arrendamento (Passivo)	100	11.309	75	14.136	50	16.963
522.992				13.566		16.959		20.350

ii) Classificação contábil e mensuração dos valores justos: Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: premissas significativas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). De acordo com as disposições transitórias do CPC 46 (Mensuração do valor justo) a Companhia aplicou as novas medidas de mensuração do valor justo de forma prospectiva e as mudanças não tiveram impacto significativo nas mensurações dos ativos e passivos da Companhia.

A classificação de acordo com a hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia mensurados a valor justo é determinada conforme segue:

		Controladora 2021		2020	
	Mensuração a valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	**39.443**	**39.443**	49.087	49.087
Contas a receber de clientes	Nível 2	**796.893**	**796.893**	602.333	602.333
Contas a receber de partes relacionadas	Nível 2	**235.853**	**235.853**	193.301	193.301
Dividendos a receber	Nível 2	**707**	**707**	8.970	8.970
Empréstimos a receber	Nível 2	**0**	**0**	-	-
Aplicação financeira vinculada a empréstimo	Nível 2	**2.007**	**2.007**	4.526	4.526
Outros recebíveis	Nível 2	**182.407**	**182.407**	117.624	117.624
Total		**1.257.310**	**1.257.310**	975.841	975.841
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	**(280.244)**	**(280.244)**	(310.774)	(310.774)
Fornecedores a pagar partes relacionadas	Nível 2	**(1.297.636)**	**(1.297.636)**	(1.053.128)	(1.053.128)
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	**(400.516)**	**(400.516)**	(391.920)	(391.920)
Passivos de arrendamentos	Nível 2	**(117.845)**	**(117.845)**	(123.054)	(123.054)
Dividendos a pagar	Nível 2	**(528.184)**	**(528.184)**	(35.821)	(35.821)
Outras contas a pagar	Nível 2	**(105.892)**	**(105.892)**	(103.654)	(103.654)
Total		**(2.730.317)**	**(2.730.317)**	(2.018.351)	(2.018.351)

		Consolidado 2021		2020	
	Mensuração a valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	**99.487**	**99.487**	114.476	114.476
Contas a receber de clientes	Nível 2	**1.028.700**	**1.028.700**	832.953	832.953
Contas a receber de partes relacionadas	Nível 2	**90.069**	**90.069**	91.593	91.593
Aplicação financeira vinculada a empréstimo	Nível 2	**2.007**	**2.007**	4.526	4.526
Outros recebíveis	Nível 2	**57.462**	**57.462**	79.408	79.408
		1.277.725	**1.277.725**	1.122.956	1.122.956
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	**(289.444)**	**(289.444)**	(321.966)	(321.966)
Fornecedores a pagar partes relacionadas	Nível 2	**(1.313.148)**	**(1.313.148)**	(1.064.974)	(1.064.974)
Dividendos a pagar	Nível 2	**(533.313)**	**(533.313)**	(40.950)	(40.950)
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	**(400.516)**	**(400.516)**	(391.920)	(391.920)
Passivos de arrendamento	Nível 2	**(127.620)**	**(127.620)**	(131.072)	(131.072)
Outras contas a pagar	Nível 2	**(125.208)**	**(125.208)**	(114.661)	(114.661)
Total		**(2.789.249)**	**(2.789.249)**	(2.065.543)	(2.065.543)

A Empresa utilizou os seguintes métodos e premissas para estimar a divulgação do valor justo de seus instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2021 e 2020: • Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira vinculada a empréstimo: são apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil. • Contas a receber de clientes e partes relacionadas: decorrem diretamente das operações do Grupo e seus clientes e são classificados como curto. Os valores originais líquidos de provisão se assemelham aos valores justos na data de encerramento das demonstrações financeiras. • Empréstimos a receber de partes relacionadas: são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores contratuais. • Empréstimos e financiamentos: são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores contratuais. • Fornecedores a pagar e fornecedores partes relacionadas: decorrem diretamente das operações de compra de mercadorias do Grupo com seus fornecedores e são classificados como custo amortizado. São registrados pelos seus valores originais que se assemelham aos valores justos na data de encerramento das demonstrações financeiras. • Outros recebíveis e outras contas a pagar: são apresentados pelo seu valor original que se assemelham ao valor justo na data de encerramento das demonstrações financeiras.

10. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora 2021	2020	Consolidado 2021	2020
Banco	**11.660**	8.858	**29.696**	14.001
Aplicações financeiras	**27.783**	40.229	**69.791**	100.475
	39.443	49.087	**99.487**	114.476

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e tem como contraparte instituições financeiras nacionais, cujas taxas de rendimentos estão atreladas ao CDI.

11. Aplicação financeira vinculada a empréstimo:

	Controladora e Consolidado 2021	2020
Aplicação financeira vinculada a empréstimo	**2.007**	4.526
	2.007	4.526

A aplicação financeira classificada no não circulante no valor de R$ 2.007 (R$4.526 em 2020) efetuada no Banco de Brasília, trata-se de garantia do financiamento de ICMS concedido à Companhia à título de subvenção governamental (Nota 7.k). O montante somente poderá ser utilizado para a quitação total das parcelas finais do financiamento.

12. Contas a receber de clientes:

	Controladora 2021	2020	Consolidado 2021	2020
Contas a receber de clientes	**809.089**	611.301	**1.043.830**	843.612
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	**(8.035)**	(8.968)	**(9.032)**	(10.659)
(-) Provisão para devolução	**(4.161)**	-	**(6.098)**	-
	796.893	602.333	**1.028.700**	832.953

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as contas a receber de clientes encontram-se em aberto:

	Controladora 2021	2020	Consolidado 2021	2020
A vencer	**730.218**	581.376	**874.829**	726.723
Vencidos				
Amenos de três meses	**70.684**	20.617	**79.383**	28.030
De três à seis meses	**1.883**	7.150	**6.485**	8.983
De seis à doze meses	**2.552**	2.067	**4.262**	8.327
Acima de um ano (a)	**3.752**	91	**78.871**	71.549
	809.089	611.301	**1.043.830**	843.612

(a) Correspondem substancialmente aos valores que a CPM tem a receber e que estão segurados em Contrato de Penhor (Nota 2), e que, portanto, nenhuma provisão para perdas foi registrada. As contas a receber de clientes são denominadas nas seguintes moedas:

	Controladora 2021	2020	Consolidado 2021	2020
Reais	**802.624**	608.718	**1.037.365**	832.623
Euro	**490**	-	**490**	8.381
Dólares americanos	**5.975**	2.583	**5.975**	2.608
	809.089	611.301	**1.043.830**	843.612

As movimentações das provisões estão demonstradas a seguir:

	Controladora Perdas de crédito esperadas 2021	2020	Devolução 2021	2020
Em 1º de janeiro	**(8.968)**	(3.169)	-	-
Reversão (constituição)	**726**	(5.799)	**(4.161)**	-
Baixas (perda efetiva)	**207**	-	-	-
Em 31 de dezembro	**(8.035)**	(8.968)	**(4.161)**	-

	Consolidado Perdas ao valor recuperável 2021	2020	Devolução 2021	2020
Em 1º de janeiro	**(10.659)**	(24.298)	-	-
Reversão (constituição)	**1.013**	13.639	**(6.098)**	-
Baixas (Perda efetiva)	**614**	**-**	-	-
Em 31 de dezembro	**(9.032)**	**(10.659)**	**(6.098)**	-

13. Estoques:

	Controladora 2021	2020	Consolidado 2021	2020
Matéria-prima	**284.537**	221.268	**287.407**	223.459
Produtos acabados	**356.046**	293.506	**414.289**	354.788
Produtos em elaboração	**64.614**	51.143	**64.805**	51.180
Material de embalagem e outros	**68.360**	57.810	**72.839**	61.216
Adiantamento a fornecedores terceiros	**21.600**	68.475	**22.155**	70.703
Importações em andamento	**9.915**	18.962	**9.707**	19.349
Provisão para obsolescência	**(55.106)**	(33.399)	**(58.074)**	(36.824)
Provisão para devolução	**1 .639**	-	**2.241**	-
	751.605	677.765	**815.369**	743.871

As movimentações das provisões estão demonstradas a seguir:

	Controladora Obsolescência 2021	2020	Devolução 2021	2020
Em 1º de janeiro	**(33.399)**	(31.172)	-	-
Constituição	**(48.647)**	(29.618)	**1.639**	-
Reversão	**26.940**	27.391	-	-
Em 31 de dezembro	**(55.106)**	(33.399)	**1.639**	-

	Consolidado Obsolescência 2021	2021	Devolução 2021	2020
Em 1º de janeiro	**(36.824)**	(34.042)	-	-
Constituição	**(51.447)**	(32.909)	**2.241**	-
Reversão	**30.197**	30.127	-	-
Em 31 de dezembro	**(58.074)**	(36.824)	**2.241**	-

Os critérios utilizados para a constituição da provisão para obsolescência estão detalhados na nota explicativa 7.m.

14. Tributos a recuperar

	Controladora 2021	2020	Consolidado 2021	2020
IRPJ e CSLL (i)	**37.960**	81.236	**51.038**	91.691
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (ii)	**487 .929**	132.940	**586.628**	188.759
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (iii)	**133.350**	79.391	**237.826**	167.069
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	**11.099**	6.857	**38.275**	33.989
Outros	**920**	636	**1.769**	1.170
	671.258	301.060	**915.536**	482.678
Circulante	**365.841**	178.301	**371.830**	254.009
Não circulante	**305.417**	122.759	**543.706**	228.669
	671.258	301.060	**915.536**	482.678

(i) Refere-se à antecipação de imposto de renda e contribuição social. (ii) Refere-se créditos de PIS e COFINS sobre aquisição de insumos gerados em decorrência do sistema monofásico de tributação amparado pela legislação em vigor. (iii) Créditos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS sobre aquisições de ativo imobilizado. Exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS: No ano de 2007, Companhia e suas controladas EMS Sigma, Legrand e Luxbiotech distribuíram Mandado de Segurança objetivando a exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS. Em maio de 2019, obteve sentença favorável em grau recursal (STF). No mesmo ato, ocorreu o trânsito em julgado do processo. Diante disto, as empresas citadas acima procederam com o levantamento dos respectivos valores a partir do ano de 2006. Em 2021 a Companhia e suas controladas, com base na opinião e laudo preparado por seus assessores, mensurou os valores e registrou na controladora e consolidado respectivamente, o montante de R$230.702 e R$245.328, sendo R$165.990 e R$180.552 referente ao PIS e a COFINS, registrado em outras receitas operacionais, e R$64.712 e R$64.776 referente a juros e atualização monetária, registrados em receitas financeiras, para compensar com tributos correntes administrados pela Receita Federal do Brasil em períodos futuros.

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6252-8C33-A045-3940.

15. Outros recebíveis:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Adiantamento a fornecedores terceiros	**10.001**	10.997	**10.887**	37.491
Adiantamento a partes relacionadas (nota 30)	**134.525**	76.036	**5.445**	8.536
Adiantamento a funcionários	**12.840**	8.752	**13.874**	9.633
Contas a receber de sublocação	**6.587**	5.900	**6.587**	5.900
Outros	**18.454**	15.939	**20.669**	17.848
	182.407	117.624	**57.462**	79.408
Circulante	**177.411**	112.628	**52.466**	74.412
Não circulante	**4.996**	4.996	**4.996**	4.996
	182.407	117.624	**57.462**	79.408

16. Investimentos e provisões para perda de investimentos: a) Saldos e movimentação dos Investimentos

I) *Controladora*

31 de dezembro de 2021

	Investimentos									
	EMS Sigma	Legrand	CPM	Montere-search	Rio Bio-pharma-ceuticals	Gronin	Outros	Total de Investi-mentos	Provisão para perdas Luxbiotech	Total Investimento e provisão para perdas, líquido
Número de ações/cotas representativas do capital social	7.662.451	136.464	64.205.000	90.000	-				97.516.851	
Capital social	7.740	138	64.605	(9.003)	(59.720)				97.723	
Lucro (prejuízo) do exercício	(1.592)	160.412	4.742	(20.208)	(22.183)				(49.290)	
Participação no capital social - %	99,00%	99,00%	99,38%	100,00%	100,00%				99,79%	
Patrimônio líquido da controlada	8.123	190.962	83.397	13.281	2.830				(80.341)	
Saldo inicial do investimento em 1º de janeiro de 2021	**9.629**	**229.964**	**78.179**	**79.782**	**30.251**	**4.676**	**467**	**432.948**	**(31.121)**	**401.827**
Dividendos propostos pela controlada	**-**	**(201.738)**	**-**	**-**	**-**		**-**	**(201.738)**	**-**	**(201.738)**
Aumento de capital social	**-**	**-**	**-**	**-**	**16.692**	**1.368**	**-**	**18.060**	**-**	**18.060**
Conversão de operação no exterior	**-**	**-**	**-**	**(723)**	**1.242**	**-**	**-**	**519**	**-**	**519**
Baixa de operação no exterior na conversão -efeito patrimonial						**(2.140)**	**-**	**(2.140)**	**-**	**(2.140)**
Baixa de investimento – resultado	**-**	**-**	**-**	**(2.185)**	**-**	**10.578**	**-**	**8.393**	**-**	**8.393**
Baixa de investimento - recebimento em caixa (a)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(17.075)**	**-**	**(17.075)**	**-**	**(17.075)**
Resultado de equivalência patrimonial	**(1.577)**	**158.808**	**4.713**	**(56.061)**	**(45.355)**	**2.593**	**-**	**63.121**	**(49.187)**	**13.934**
	8.052	**187.034**	**82.892**	**20.813**	**2.830**	**-**	**467**	**302.088**	**(80.308)**	**221.780**

31 de dezembro de 2020

	Investimentos									
	EMS Sigma	Legrand	CPM	Montere-search	Rio Bio-pharma-ceuticals	Gronin	Outros	Total de Investi-mentos	Provisão para perdas Luxbiotech	Total Investimento e provisão para perdas, líquido
Número de ações/cotas representativas do capital social	7.662.451	136.464	64.205.000	90.000		105.782.60	-		58.636.851	
Capital social	7.740	138	64.605	574	3.308	105.551	-		97.723	
Lucro (prejuízo) do exercício	1.559	123.663	7.951	(13.443)	-	(266)	-		(57.966)	
Participação no capital social - %	99,00%	99,00%	99,38%	100,00%	100%	2,40%	-		99,79%	
Patrimônio líquido da controlada	9.715	232.287	78.655	79.782	30.251	194.833	-		(31.051)	
Saldo inicial do investimento em 1º de janeiro de 2020	8.076	107.538	70.160	70.505	14.570	4.715	467	276.031	26.858	302.889
Aumento de capital social	-	-	-	3.870	15.681	6.400	-	25.951	-	25.951
Conversão de operação no exterior	-	-	-	13.085	-	(566)	-	12.519	-	12.519
Resultado de equivalência patrimonial	1.552	122.426	8.019	(7.678)	-	(5.873)	-	118.447	(57.979)	60.468
	9.628	229.964	78.179	79.782	30.251	4.676	467	432.948	(31.121)	401.827

II) *Consolidado*

31 de dezembro de 2021

	Gronin	Globe	Outros	Total
Lucro do exercício		**75.742**		
Participação no capital social - %		**25%**		
Patrimônio líquido da coligada		**295.188**		
Saldo inicial do investimento em 1º de janeiro de 2020	**4.676**	**65.823**	**467**	**70.966**
Aumento de capital social	**1.368**		**-**	**1.368**
Conversão de operação no exterior	**-**		**-**	**-**
Baixa de investimento - recebimento em caixa (a)	**(17.075)**	**(9.890)**	**-**	**(26.965)**
Baixa de operação no exterior na conversão -efeito patrimonial	**(2.140)**	**-**	**-**	**(2.140)**
Baixa de investimento – resultado (a)	**10.578**	**(55.933)**	**-**	**(45.355)**
Resultado de equivalência patrimonial	**2.593**	**-**	**-**	**2.593**
	-	**-**	**467**	**467**

31 de dezembro de 2020

	Gronin	Globe	Outros	Total
Lucro (prejuízo) do exercício	(266)	27.987		
Participação no capital social - %	2,40%	25%		
Patrimônio líquido da controlada	194.833	263.292		
Saldo inicial do investimento em 1º de janeiro de 2020	4.715	66.688	467	71.870
Aumento de capital social	6.400	-	-	6.400
Outras movimentações	-	218	-	218
Conversão de operação no exterior	(566)	13.085	-	12.519
Resultado de equivalência patrimonial	(5.873)	(14.168)	-	(20.041)
	4.676	65.823	467	70.966

(a) Baixas de investimentos: Gronin Pharma Participações S.A.: Em 17/12/2021 houve a dissolução da empresa Gronin Pharma Participações S.A, alinhada a estratégia de reorganização societária da EMS. Como resultado dessa dissolução, houve a devolução de investimento à EMS através de transferência bancária no valor de R$17.075 e o saldo remanescente registrado no investimento da EMS foi baixado para o resultado na rubrica "Outras despesas operacionais". Globe Pharma s.a.r.l: Em setembro de 2021 a controlada indireta Monteresearch transferiu sua participação na empresa Globe Pharma aos acionistas majoritários desta investida, encerrando assim sua participação na Globe Pharma. Houve a devolução do investimento no valor de EUR 1.021 (R$9.890). b) Resumo das informações financeiras: O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras das controladas:

i) Balanços patrimoniais sintéticos das controladas

	EMS Sigma 2021	EMS Sigma 2020	Legrand 2021	Legrand 2020	Luxbiotech 2021	Luxbiotech 2020	Monteresearch 2021	Monteresearch 2020	Rio Bio Pharmaceuticals 2021	Rio Bio Pharmaceuticals 2020	CPM 2021	CPM 2020	Gronin 2021	Gronin 2020
Circulante														
Ativo	**7.483**	138.491	**285.484**	289.489	**48.678**	53.810	**21.735**	15.915	**2.968**	1.167	**79.967**	90.070	**-**	641
Passivo	**(178.493)**	(128.457)	**(102.279)**	(65.124)	**(141.565)**	(77.555)	**(10.502)**	(10.965)	**(138)**	(82)	**(1.664)**	(10.453)	**-**	(10.286)
Ativo circulante líquido	**(171.010)**	10.034	**183.205**	224.365	**(92.887)**	(23.745)	**11.233**	4.950	**2.830**	1.085	**78.303**	79.617	**-**	(9.645)
Não circulante														
Ativo não circulante	**185.142**	5.499	**19.461**	17.582	**24.553**	3.552	**2.048**	67.301	**-**	-	**5.179**	(303)	**-**	228.214
Passivo não circulante	**(6.009)**	(5.818)	**(11.703)**	(9.660)	**(12.007)**	(10.858)	**-**	-	**-**	-	**(85)**	(659)	**-**	(218.835)
Ativo não circulante líquido	**179.133**	(319)	**7.757**	7.922	**12.546**	(7.306)	**2.048**	67.301	**-**	-	**5.094**	(962)	**-**	9.379
Patrimônio líquido	**8.123**	9.715	**190.962**	232.287	**(80.341)**	(31.051)	**13.281**	72.251	**2.830**	1.085	**83.397**	78.655	**-**	(266)

16. Investimentos e provisões para perda de investimentos--Continuação

b) Resumo das informações financeiras--Continuação

ii) Demonstrações do resultado sintéticas das controladas

	EMS Sigma 2021	EMS Sigma 2020	Legrand 2021	Legrand 2020	Luxbiotech 2021	Luxbiotech 2020	Monteresearch 2021	Monteresearch 2020	Rio Bio Pharmaceuticals 2021	Rio Bio Pharmaceuticals 2020	CPM 2021	CPM 2020	Gronin 2021	Gronin 2020
Resultado														
Receitas	**251.974**	227.214	**581.054**	563.930	**(4.518)**	8.321	**13.781**	13.606	**-**	**-**	**891**	-	**-**	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**(2.118)**	1.602	**234.836**	182.610	**(55.857)**	(58.001)	**(20.113)**	(13.443)	**(22.183)**	**-**	**5.484**	7.951	**-**	(266)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**526**	(43)	**(74.424)**	(58.947)	**6.567**	35	**(95)**	-	**-**	**-**	**(742)**	-	**-**	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**(1.592)**	1.559	**160.412**	123.663	**(49.290)**	(57.966)	**(20.208)**	(13.443)	**(22.183)**	**-**	**4.742**	7.951	**-**	(266)

17. Imobilizado:

Controladora

	Terrenos e edificações	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Outros	Obras em andamento (i)	Aeronave	Total
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2019	164.251	228.509	22.915	-	54.427	207.189	677.291
Aquisições	1.737	7.464	2.086	-	157.002	-	168.289
Baixas líquidas	(618)	(3.642)	(20)	-	(2.711)	-	(6.991)
Transferências	24.380	67.227	2.276	-	(93.893)	-	(10)
Depreciação	(3.137)	(14.830)	(2.190)	-	-	(13.367)	(33.524)
Saldo contábil, líquido	186.613	284.728	25.067	-	114.825	193.822	805.055
Em 31 de dezembro de 2020							
Custo	244.809	446.817	49.149	733	114.825	231.715	1.088.048
Depreciação acumulada	(58.196)	(162.089)	(24.082)	(733)	-	(37.893)	(282.993)
	186.613	284.728	25.067	-	114.825	193.822	805.055
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2020	**186.613**	**284.728**	**25.067**	**-**	**114.825**	**193.822**	**805.055**
Aquisições	**2**	**4.667**	**2.557**	**-**	**105.467**	**-**	**112.693**
Baixas líquidas	**(5)**	**(241)**	**(59)**	**-**	**(3.553)**	**-**	**(3.858)**
Transferências	**4.828**	**43.674**	**3.224**	**-**	**(51.766)**	**-**	**(40)**
Depreciação	**(5.087)**	**(20.282)**	**(3.597)**	**-**	**-**	**(13.954)**	**(42.920)**
Saldo contábil, líquido	**186.351**	**312.546**	**27.192**	**-**	**164.973**	**179.868**	**870.930**
Em 31 de dezembro de 2021							
Custo	**249.601**	**493.688**	**54.472**	**733**	**164.973**	**231.715**	**1.195.182**
Depreciação acumulada	**(63.250)**	**(181.142)**	**(27.280)**	**(733)**	**-**	**(51.847)**	**(324.252)**
	186.351	**312.546**	**27.192**	**-**	**164.973**	**179.868**	**870.930**

Consolidado

	Terrenos e edificações	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Outros	Obras em andamento (i)	Aeronave	Total
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2019	168.013	227.174	22.665	-	54.030	207.189	679.071
Aquisições	1.875	7.263	2.726	-	157.030	-	168.894
Baixas líquidas	(618)	(1.827)	(22)	-	(2.711)	-	(5.178)
Transferências	24.380	67.227	2.276	-	(93.893)	-	(10)
Depreciação	(3.224)	(16.472)	(2.390)	-	-	(13.367)	(35.453)
	190.426	283.365	25.255	-	114.456	193.822	807.324
Em 31 de dezembro de 2020							
Custo	249.815	453.326	51.962	733	114.456	231.715	1.102.007
Depreciação acumulada	(59.389)	(169.961)	(26.707)	(733)	-	(37.893)	(294.683)

Consolidado

	Terrenos e edificações	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Outros	Obras em andamento (i)	Aeronave	Total
Saldo contábil, líquido	190.426	283.365	25.255	-	114.456	193.822	807.324
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2020	**190.426**	**283.365**	**25.255**	**-**	**114.456**	**193.822**	**807.324**
Aquisições	**765**	**4.666**	**3.100**	**-**	**110.535**	**-**	**119.066**
Baixas líquidas	**(5)**	**(413)**	**(75)**	**-**	**(3.553)**	**-**	**(4.046)**
Transferências	**4.828**	**43.674**	**3.229**	**-**	**(56.771)**	**-**	**(5.040)**
Depreciação	**(5.290)**	**(19.700)**	**(3.883)**	**-**	**-**	**(13.954)**	**(42.827)**
	190.724	**311.592**	**27.626**	**-**	**164.667**	**179.868**	**874.477**
Em 31 de dezembro de 2021							
Custo	**255.370**	**500.024**	**57.817**	**733**	**164.667**	**231.715**	**1.210.326**
Depreciação acumulada	**(64.646)**	**(188.432)**	**(30.191)**	**(733)**	**-**	**(51.847)**	**(335.849)**
Saldo contábil, líquido	**190.724**	**311.592**	**27.626**	**-**	**164.667**	**179.868**	**874.477**

(i) Obras em andamento referem-se a investimentos para expansão de linhas de produção.

18. Direito de uso de ativos e Passivo de Arrendamento

a) Direito de uso de ativos

Controladora

	Terrenos e edificações	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Data Center	Total
Em 31 de dezembro de 2020					
Saldo inicial	**65.955**	**48.175**	**708**	**1.151**	**115.989**
Aquisições	**39.294**	**29.406**	**1.097**	**-**	**69.797**
Baixas	**(23.301)**	**(18.490)**	**-**		**(41.791)**
Depreciação/ amortização	**(10.071)**	**(19.712)**	**(872)**	**(1.151)**	**(31.806)**
Em 31 de dezembro de 2021	**71.877**	**39.379**	**933**	**-**	**112.189**
Custo	**89.079**	**94.535**	**2.390**	**10.357**	**196.361**
Depreciação acumulada	**(17.202)**	**(55.156)**	**(1.457)**	**(10.357)**	**(84.172)**
Saldo contábil, líquido	**71.877**	**39.379**	**933**	**-**	**112.189**

Controladora

	Terrenos e edificações	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Data Center	Total
Em 31 de dezembro de 2019					
Saldo inicial	61.892	22.165	59	5.754	89.870
Aquisições e remensurações	10.729	51.487	1.205	-	63.421
Baixas	-	(5.630)	(21)	-	(5.651)
Baixas depreciação	-	4.300	12	-	4.312
Depreciação	(6.666)	(24.147)	(547)	(4.603)	(35.963)
	65.955	48.175	708	1.151	115.989
Em 31 de dezembro de 2020					
Custo	78.842	86.946	1.293	10.357	177.438
Depreciação acumulada	(12.887)	(38.771)	(585)	(9.206)	(61.449)
Saldo contábil, líquido	65.955	48.175	708	1.151	115.989

Consolidado

	Terrenos e edificações	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Data Center	Total
Em 31 de dezembro de 2020					
Saldo inicial	70.151	51.360	1.120	1.151	123.782
Aquisições e correções	**40.156**	**33.719**	**1.097**	**-**	**74.972**
Baixas	**(23.302)**	**(18.700)**	**-**		**(42.002)**
Depreciação/ amortização	**(10.493)**	**(22.709)**	**(1.163)**	**(1.151)**	**(35.516)**
	76.512	**43.670**	**1.054**	**-**	**121.236**
Em 31 de dezembro de 2021					
Custo	**95.025**	**118.222**	**3.450**	**10.357**	**227.054**
Depreciação acumulada	**(18.513)**	**(74.552)**	**(2.396)**	**(10.357)**	**(105.818)**
Saldo contábil, líquido	**76.512**	**43.670**	**1.054**	**-**	**121.236**

Consolidado

	Terrenos e edificações	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Data Center	Total
Em 31 de dezembro de 2019					
Saldo inicial	66.077	25.424	761	5.754	98.016
Aquisições e remensuração	11.228	54.207	1.206	-	66.641
Baixas	-	6.247	13	-	6.260
Baixas depreciação	-	(7.815)	(20)	-	(7.835)
Depreciação	(7.154)	(26.703)	(840)	(4.603)	(39.300)
	70.151	51.360	1.120	1.151	123.782
Em 31 de dezembro de 2020					
Custo	83.927	106.999	2.353	10.357	203.636
Depreciação acumulada	(13.776)	(55.639)	(1.233)	(9.206)	(79.854)
Saldo contábil, líquido	70.151	51.360	1.120	1.151	123.782

b) Passivos de arrendamentos

Controladora

	Terrenos e edificações	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Data Center	Total
Em 31 de dezembro de 2020					
Saldo inicial	72.260	48.237	726	1.831	123.054
Aquisições e remensuração	**39.294**	**29.406**	**1.097**	**-**	**69.797**
Juros incorridos	**8.260**	**2.745**	**88**	**19**	**11.112**
Baixa	**(25.909)**	**(20.762)**	**-**	**-**	**(46.671)**
Pagamentos	**(16.066)**	**(21.161)**	**(370)**	**(1.850)**	**(39.447)**
Em 31 de dezembro de 2021	**77.839**	**38.465**	**1.541**	**-**	**117.845**
Circulante					**55.346**
Não Circulante					**62.499**
					117.845

Controladora

	Terrenos e edificações	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Data Center	Total
Em 31 de dezembro de 2019					
Saldo inicial	65.389	23.101	60	6.589	95.139
Aquisições e remensuração	10.729	51.487	1.206	-	63.422
Juros incorridos	7.331	2.415	50	359	10.155
Baixa	-	(2.801)	(10)	-	(2.811)
Pagamentos	(11.189)	(25.965)	(580)	(5.117)	(42.851)
Em 31 de dezembro de 2020	72.260	48.237	726	1.831	123.054
Circulante					35.317
Não Circulante					87.737
					123.054

Consolidado

	Terrenos e edificações	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Data Center	Total
Em 31 de dezembro de 2020					
Saldo inicial	76.785	51.289	1.170	1.828	131.072
Aquisições e remensurações	**40.156**	**33.719**	**1.097**	**-**	**74.972**
Juros incorridos	**8.787**	**3.163**	**116**	**19**	**12.085**
Baixa	**(25.465)**	**(21.205)**	**-**	**-**	**(46.670)**
Pagamentos	**(17.362)**	**(23.925)**	**(705)**	**(1.847)**	**(43.839)**
Em 31 de dezembro de 2021	**82.901**	**43.041**	**1.678**	**-**	**127.620**
Circulante					**61.003**
Não Circulante					**66.617**
					127.620

Consolidado

	Terrenos e edificações	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Data Center	Total
Em 31 de dezembro de 2019					
Saldo inicial	69.751	26.483	783	6.588	103.605
Aquisições e remensurações	11.228	54.207	1.206	-	66.641
Juros incorridos	7.784	2.681	106	359	10.930
Baixa	-	(3.391)	(10)	-	(3.401)
Pagamentos	(11.980)	(28.691)	(915)	(5.117)	(46.703)
Em 31 de dezembro de 2020	76.783	51.289	1.170	1.830	131.072
Circulante					39.274
Não Circulante					91.798
					131.072

19. Fornecedores:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Fornecedores estrangeiros	**87.571**	150.554	**88.234**	155.434
Fornecedores nacionais	**144.970**	127.094	**148.778**	128.271
Fornecedores de serviços	**47.703**	33.126	**52.432**	38.261
	280.244	310.774	**289.444**	321.966

20. Empréstimos e financiamentos

	Taxa de juros	Vencimento	Controladora e consolidado 2021	Controladora e consolidado 2020
Leasing financeiro (a)	1,21% a.a. à 3,23% a.a. e Libor + 0,35% a.a.	Maio de 2021	**-**	242.823
Bradesco 4131 (e)	1,44% a.a.	Maio De 2022	**264.591**	-
FINEP (b)	(b)	Abril de 2023	**16.235**	28.483
BNDES (c)	(c)	Março de 2026 à fevereiro de 2027	**111.513**	112.325
FINAME	2,5% a 3% a.a.	Janeiro de 2023 e fevereiro de 2023	**122**	234
Banco Regional de Brasília - financ. do ICMS (d)	25 % do INPC (i)	Dezembro de 2031	**8.055**	8.055
			400.516	391.920
Circulante			**297.768**	47.850
Não Circulante			**102.748**	344.070
			400.516	391.920

(i) Taxa efetiva anual. (a) O montante de Leasing Financeiro é composto por: JP Morgan: refere-se à compra de uma aeronave. O saldo foi integralmente liquidado em maio de 2021. (b) Refere-se ao custeio parcial das despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação aprovado e disponibilizado pela FINEP, de acordo com o Cronograma de Desembolso. Sobre o principal da dívida incidirão, pro rata tempore, juros compostos de TJLP acrescidos de 5% ao ano a título de spread, reduzidos por equalização equivalente a 3% a ano. O valor em aberto está em R$16.235. (c) O saldo refere-se a empréstimos obtidos com o BNDES conforme apresentado abaixo: (i) Contrato de P&D com crédito contratado no valor de R$75.712 (liberados R$7.309). O restante será liberado em subcréditos conforme prestação de contas. O valor em aberto está em R$5.271 com taxa de juros TJLP + 1,75% e 2,25% a.a. e com pagamento final 15/03/2026. (ii) Contrato Reconstrução do Almoxarifado, financiamento concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, até o valor de R$81.363, dividido em dois subcréditos conforme prestação de contas: (a) Subcrédito "A" - no valor de R$43.283 destinado à ampliação e reforma de unidade industrial, incluindo produção de medicamentos líquidos e semissólidos, linhas de embalagens e almoxarifado, no município de Hortolândia/SP. Atualmente o saldo em aberto é de R$42.297 com taxa de juros

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6252-8C33-A045-3940.

EMS S.A.

IPCA* 1,36% a.a. * 1,79% a.a. com pagamento final 15/02/2027. Subcrédito "B" - R$38.080 destinado à implantação de linhas de embalagens no complexo produtivos da EMS, localizado em Hortolândia Atualmente o saldo em aberto é de R$38.946 com taxa de juros IPCA* 2,16 a.a. * 1,79 a.a. com pagamento final em 15/02/2027. (iii) Contrato Injetáveis Oncológicos, financiamento concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, até o valor de R$47.823, dividido em dois subcréditos conforme prestação de contas: Subcrédito "A" - no valor de R$34.413 (liberado R$19.077) destinados à implantação de uma planta produtiva de medicamentos injetáveis oncológicos no município de Hortolândia/SP. Atualmente o saldo em aberto é de R$19.491 com taxa de juros IPCA* 1,36% a.a. * 1,79% a.a. com pagamento final em 15/02/2027. (b) Subcrédito "B" - R$13.410 (liberados R$5.384) destinado a aquisição de máquinas e equipamentos importados sem similar nacional necessários para execução do projeto. Atualmente o saldo em aberto é de R$5.507 com taxa de juros IPCA* 2,16 a.a. * 1,79 a.a. com pagamento final 15/02/2027. (d) Banco Regional de Brasília - refere-se à concessão do benefício creditício deferido em favor da Companhia no âmbito do Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal (PRÓ-DF) no montante de até R$458.638 (valor original). Cada parcela corresponde ao valor equivalente a 70% do crédito tributário constituído pela incidência do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) originado pela importação de produtos químicos orgânicos e matérias-primas, entre outros, realizadas por estabelecimento da EMS S.A. localizado no Distrito Federal. O financiamento ocorre através do BRB e tem carência de 300 meses (25 anos) da data de cada parcela liberada, conforme Portaria no 182, de 19 de maio de 2009 - Publicada no DODF no 097, de 21 de maio de 2009. Sobre os valores incide encargos correspondentes a 25% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), sendo que aos encargos apurados nos meses de janeiro a dezembro de cada ano são exigidos no mês de janeiro do ano subsequente. O financiamento está garantido pelas aplicações em CDBs de emissão do BRB efetuadas pela Companhia, as quais são remuneradas por 97% da variação da taxa do CDI, no valor equivalente a 10% do valor de cada parcela liberada do crédito, que somente poderá ser utilizado para quitação total das parcelas finais, o valor da respectiva aplicação financeira era de R$4.526 em 31 de dezembro de 2020 (R$4.124 em 31 de dezembro de 2019). Fica entendido que o benefício creditício poderá ser cancelado, ficando assegurado o credor (Banco BRB) o direito de declarar vencido antecipadamente o instrumento de crédito, tornando imediatamente exigível o total da dívida, nas seguintes hipóteses: (i) a Companhia deixe de cumprir as obrigações do contrato e da legislação do PRO/DF; (ii) se ficar em situação irregular perante o cadastro fiscal da secretaria da receita federal e da secretaria da fazenda do distrito federal; (iii) utilizar o imóvel destinado à implementação do projeto de empreendimento produtivo para fins residenciais; e (iv) ocorrência de encerramento das atividades do empreendimento objeto do incentivo. O benefício econômico (subvenção governamental), calculado considerando a diferença entre a taxa de mercado da data de liberação do financiamento e as taxas de juros obtida (curva prefixada (PRE x DI) da BM&F), é reconhecido como receita diferida e lançada no resultado linearmente de acordo com o prazo de vencimento de cada liberação efetuada. Em 31 de dezembro de 2019, a receita diferida reconhecida pela Companhia era de R$19.032 (R$19.032 em 31 de dezembro de 2018). Em 31 de março de 2014, a Companhia participou da sessão pública do leilão BRB/FUNDEFE No. 001/2014 para liquidação antecipada do financiamento com recursos do FUNDEFE/PRÓ-DF II. Na mesma data foram liquidados os lotes 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 30 do leilão referente a CCC 2001.000030-0/01-9 pelo montante de R$16.587. O saldo remanescente refere-se às parcelas do ano de 2013 ainda não liberadas pelo programa PRÓ-DF. Em 2014 o programa PRÓ-DF foi substituído por um novo programa instituído pelo Distrito Federal através da Lei 5.017, de 18 de janeiro de 2013 (IDEAS - Incentivo ao Desenvolvimento Econômico, Ambiental e Social). Durante o exercício de 2019, a Companhia não efetuou movimentação para reconhecimento de ganho de subvenção e recebeu a liberação de R$4.079 referente ao benefício do ICMS. Em 2020, a Companhia efetuou a movimentação de 2.052 para reconhecimento de ganho de subvenção e recebeu a liberação de R$3.974 referente ao benefício do ICMS. Em 2021 não houve movimentação de subvenção. (e) Trata-se de empréstimo de capital de giro em US$ contratado para liquidar a dívida junto ao banco JP Morgan. O valor contratado em dólar é de US$ 47 MM a taxa de 1,44% a.a. Efetuamos troca da dívida por reais através de SWAP (hedge para proteção cambial e mitigar risco da variação em dólar) no valor de R$ 247.163 a taxa de 100% CDI + 1,04% a.a. Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas não financeiras que foram integralmente atendidas no encerramento do exercício de 2021 e 2020. Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são os seguintes:

	2021	2020
2021	**-**	47.850
2022	**297.768**	63.064
2023	**30.013**	204.340
2024	**23.402**	23.402
2025 em diante	**49.333**	53.264
	400.516	391.920

Reconciliação entre movimento de posição financeira e fluxos de caixa de atividades de financiamento: *Controladora e Consolidado*

	Controladora e consolidado	
	2021	2020
Saldo no início do exercício	**391.920**	274.884
Itens de fluxo de caixa de atividade de financiamento:		
Captação de empréstimos	**264.778**	107.917
Amortização de empréstimos	**(276.795)**	(46.916)
Baixa de subvenção	**-**	(2.052)
Total do fluxo de caixa usado na atividade de financiamento	**(12.017)**	58.949
Outros itens:		
Provisão de despesas com juros e variação cambial	**37.272**	63.203
Pagamento de juros e variação cambial	**(16.659)**	(5.116)
Total de outros itens	**20.613**	58.087
Saldo em 31 dezembro do ano corrente	**400.516**	391.920

21. Provisão para perdas com processos judiciais e depósitos judiciais: O Grupo é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, conforme segue: a) Composição: Nas datas destas demonstrações financeiras, o Grupo apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a processos judiciais:

	Controladora					
	Provisões para perdas com processos judiciais		Depósitos judiciais		Saldo líquido	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Cíveis (i)	**58.294**	36.310	**(24.260)**	(14.839)	**34.034**	**21.471**
Trabalhistas e previdenciárias (ii)	**99.230**	65.608	**(17.738)**	(19.705)	**81.492**	**45.903**
	157.524	101.918	**(41.998)**	(34.544)	**115.526**	**67.374**

	Consolidado					
	Provisões para perdas com processos judiciais		Depósitos judiciais		Saldo líquido	
Cíveis (i)	**80.159**	56.307	**(30.622)**	(17.714)	**45.457**	38.593
Trabalhistas e previdenciárias (ii)	**102.742**	68.018	**(18.131)**	(20.307)	**84.611**	47.711
	182.901	124.325	**(48.753)**	(38.021)	**130.068**	86.304

As movimentações das provisões para perdas com processos judiciais estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Em 1º de janeiro	**101.918**	93.839	**124.325**	113.490
Constituição de provisão	**58.301**	14.466	**61.163**	16.583
Atualização monetária	**11.364**	7.130	**13.408**	8.265
Baixa de processos - pagamentos	**(10.926)**	(9.027)	**(11.496)**	(9.340)
Reversão da provisão no exercício	**(3.133)**	(4.490)	**(4.499)**	(4.673)
Em 31 de dezembro	**157.524**	101.918	**182.901**	124.325

O valor integral da provisão para contingência está classificado no passivo não circulante. A seguir demonstramos a reconciliação do efeito líquido da provisão para perdas com processos judiciais reconhecidos no resultado do exercício com a demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Constituição de provisão	**58.301**	14.466	**61.163**	16.583
Reversão da provisão	**(3.133)**	(4.490)	**(4.499)**	(4.673)
	55.168	9.976	**56.664**	11.910

i) Processos cíveis e tributários: Refere-se substancialmente a ações cíveis, ajuizadas por consumidores alegando, em síntese, não conformidades em relação aos medicamentos produzidos pelo Grupo. *ii) Processos trabalhistas:* O Grupo constituiu provisão para contingências para ações trabalhistas em que figura como ré com base em estimativa de perda preparada pelos seus consultores jurídicos, as quais têm como principais pedidos: horas extras, indenizações por acidente de trabalho e responsabilidades subsidiárias de empresas terceirizadas. A Administração do Grupo, com base na opinião de seus consultores jurídicos, entende não haver riscos significativos que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras ou que possam resultar em impacto significativo sobre seus resultados futuros. *iii) Perdas possíveis, não provisionadas:* O Grupo tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, conforme composição e estimativa a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Cíveis (*)	**583.384**	583.028	**625.605**	622.840
Fiscais - IR/CSLL (**)	**1.701.498**	1.988.476	**1.701.498**	1.988.476
Trabalhistas	**118.643**	154.845	**127.068**	162.386
Fiscais - outros	**55.929**	32.656	**57.122**	33.683
	2.459.454	2.759.005	**2.511.293**	2.807.385

(*) Refere-se substancialmente a Ação Popular ajuizada com o objetivo de ver ressarcidos os supostos prejuízos ao Erário, decorrentes de contratos firmados na Parceria de Desenvolvimento de Produto - PDP celebrada entre a EMS, o Instituto Vital Brasil IVB e a UNIÃO. (**) Refere-se substancialmente ao auto de infração lavrado pela Receita Federal que se trata de processo administrativo para cobrança de Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ"), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para Fins Sociais ("COFINS") e multas isoladas mais encargos, tendo como base suposta indedutibilidade de amortização de ágio na incorporação de empresa que teria reduzido artificialmente a base de cálculo do IRPJ e da CSLL. Não obstante a regularidade do procedimento adotado, a Fiscalização glosou as despesas de amortização de ágio por ter entendido, em síntese, que não houve propósito negocial para aquisição da participação societária com ágio já que a operação ocorreu "dentro do mesmo grupo econômico". A Companhia com o apoio de seus consultores tributários especialistas nesta área, classifica como possíveis as chances de êxito uma vez que, ao contrário do alegado pelo Fisco, a operação possuiu forte propósito negocial envolvendo *joint venture* com empresa estrangeira, estranha ao Grupo econômico, visando o ingresso/consolidação do Grupo no mercado farmacêutico europeu, principalmente pela legislação que trata dos medicamentos em questão ser extremamente aderente a do Brasil. Além disso, as normas contábeis vigentes à época da operação autorizavam a referida amortização nos moldes realizados, e a operação foi realizada dentro da estrita legalidade, sendo que todos os atos foram devidamente registrados e publicados, o que demonstra a inexistência de má fé. A tese defendida pela empresa foi devidamente acolhida pela 1ª Turma do CARF, que quando da análise do caso, cancelou a autuação por maioria dos votos.. Recentemente, a empresa obteve decisão judicial, que manteve essa decisão favorável à empresa (determinando a anulação da decisão proferida em última instância administrativa, que havia acolhido recurso da Fazenda Nacional, o qual não preencheu os requisitos para admissibilidade). b) Incerteza sobre tratamentos tributários: Conforme demonstrado no quadro acima, as autoridades fiscais alegam que o Grupo não atende a todos os critérios para deduzir a amortização do ágio para fins de imposto de renda e contribuição social. O Grupo entende que o ágio surgiu de uma operação com base econômica e, portanto, pode ser utilizado para fins tributários. Nenhum valor foi reconhecido nessas demonstrações financeiras consolidadas porque o Grupo, com fulcro na legislação, jurisprudência e doutrina, acredita que a regra tributária utilizada no passado estava em conformidade com a lei aplicável e acredita que é provável que defenda com êxito o tratamento tributário do Grupo em juízo. O Grupo acredita que suas provisões para passivos fiscais são adequadas para todos os exercícios fiscais com base em sua avaliação de muitos fatores, incluindo interpretações da lei tributária e experiências anteriores.

22. Imposto de renda e contribuição social: a) Imposto de renda e contribuição social diferidos: Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte movimentação e origem em 2021:

	Controladora		
	Saldo em 31/12/2020	Reconhecido no resultado	Saldo em 31/12/2021
Provisão para recuperação de impostos	-	(56.436)	(56.436)
Provisão entre vida útil societária e fiscal	(33.588)	(10.142)	(43.730)
Provisão para processos trabalhistas	22.307	11.431	33.738
Efeito líquido da reversão da receita de produtos faturados e não entregues	28.183	(523)	27.660
Provisão para obsolescência	11.356	7.380	18.736
Provisão para perdas com processos tributários e civil	12.346	7.474	19.820
Provisão para perda ao valor recuperável do contas a receber	3.049	(317)	2.732
Provisão para participação no resultado	8.236	2.131	10.367
Provisão para amostra grátis	3.425	3.892	7.317
Provisão para locação de veículos	212	101	313
Provisão para variação cambial diferida para fins fiscais	(9.419)	8.951	(468)
Arrendamento CPC06	9.777	(7.854)	1.923
Outras provisões	17.418	4.223	21.641
	73.302	(29.689)	43.613

	Consolidado		
	Saldo em 31/12/2020	Reconhecido no resultado	Saldo em 31/12/2021
Provisão para recuperação de impostos	-	(61.388)	(61.388)
Provisão entre vida útil societária e fiscal	(33.629)	(10.155)	(43.784)
Provisão para processos trabalhistas	22.939	11.851	34.790
Efeito líquido da reversão da receita de produtos faturados e não entregues	32.566	(914)	31.652
Provisão para perda ao valor recuperável do contas a receber	3.611	(587)	3.024
Provisão para obsolescência	11.858	7.744	19.602
Provisão para participação no resultado	9.033	3.145	12.178
Provisão para perdas com processos tributários e cíveis	15.936	11.304	27.240
Provisão para amostra grátis	3.991	3.996	7.987
Provisão para locação de veículos	308	123	431
Provisão para variação cambial diferida para fins fiscais	(9.376)	8.883	(493)
Arrendamento CPC06	10.128	(2.667)	7.461
Outras provisões	20.146	6.512	26.658
	87.511	(22.153)	65.358

b) Imposto de renda e contribuição social correntes: A conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**409.978**	166.428	**479.659**	220.807
Imposto calculado com base em alíquotas de imposto locais - 34%	**(139.393)**	(56.586)	**(163.084)**	(75.074)
Resultado de equivalência patrimonial	**4.738**	20.559	**882**	(6.814)
Inovação tecnológica (P&D) Lei nº 11.196/05	**11.991**	8.623	**11.991**	8.623
Subvenção para investimento	**19.587**	15.919	**21.982**	27.552
Adições/exclusões	**8.120**	(41.359)	**(34.897)**	(66.085)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	**(94.957)**	(52.844)	**(163.126)**	(111.798)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	**(65.268)**	(76.366)	**(140.973)**	(139.627)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	**(29.689)**	23.522	**(22.153)**	27.829
Imposto de renda e contribuição social no resultado	**(94.957)**	(52.844)	**(163.126)**	(111.798)
Alíquota efetiva	**(23%)**	(32%)	**(34%)**	(51%)

c) Imposto de renda e contribuição social a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
IRPJ a pagar	**19.541**	7.338	**56.377**	16.025
CSLL a pagar	**7.228**	8.049	**19.169**	11.311
	26.769	15.387	**75.546**	27.336

A movimentação do imposto de renda e contribuição social a pagar, é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial	15.387	-	27.336	33.141
(+) Provisão IR/CS correntes no exercício	**65.268**	76.366	**140.973**	139.627
(-) Compensações com tributos federais*	**(53.886)**	(54.818)	**(58.118)**	(86.402)
(-) Antecipações/pagamentos no exercício	**-**	(6.161)	**(34.645)**	(59.030)
(=) Saldo final	**26.769**	15.387	**75.546**	27.336

* Compensações realizadas com saldo negativo de IRPJ e CSLL e Pedidos de Ressarcimento de PIS e COFINS.

23. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Antecipações de clientes	**34.583**	36.482	**35.455**	37.113
Antecipações de partes relacionadas (nota 30)	**4.840**	4.840	**4.840**	4.840
Terreno a pagar	**12.342**	12.061	**12.342**	12.061
Despesas com funcionários	**4.333**	2.090	**4.523**	2.221
Direito de exclusividade	**2.133**	3.867	**2.271**	3.867
Despesas com projetos	**1.011**	1.011	**1.011**	1.011
Serviços terceiros	**15.453**	17.357	**15.687**	18.289
Seguro de locação de veículos	**5.669**	624	**6.619**	977
Outros	**25.528**	25.322	**42.460**	34.282
	105.892	103.654	**125.208**	114.661
Circulante	**91.697**	87.726	**111.013**	98.733
Não circulante	**14.195**	15.928	**14.195**	15.928
	105.892	103.654	**125.208**	114.661

24. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 é R$ 221.717 (R$221.708 em 2020) composto por 20.000.000 de ações ordinárias sem valor nominal, distribuídas como segue:

	31 de dezembro de 2021 e 2020	
	Ações	Valor
NC Participações S.A.	19.800.000	219.500
Germed Farmacêutica LDA.	200.000	2.217
	20.000.000	221.717

Em 2021 a Companhia regularizou o capital social em R$9 para corroborar seu estatuto social. A regularização foi efetuada no grupo de lucros acumulados. Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas. Aos titulares das ações será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, calculado nos termos da legislação societária brasileira. b) Reserva de capital: *Reserva de incorporação de ágio:* Refere-se à contrapartida do ágio incorporado líquido da diferença entre seu valor e o benefício fiscal gerado pela sua amortização, o qual é proveniente da incorporação de ações da sua controladora EMS Investimentos S/A. A referida reserva poderá ser objeto de capitalização em futuras deliberações pela Assembleia. c) Reserva de lucros: *Reserva de incentivos fiscais:* O Grupo possui subvenção governamental representada pelo benefício creditício decorrente do Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal (PRO-DF), concedido em forma de empréstimo subsidiado obtido do Banco Regional de Brasília (BRB). O benefício econômico obtido é contabilizado como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais de acordo com o prazo de vencimento dos referidos empréstimos. Parte substancial do empréstimo foi liquidada e a respectiva receita com subvenção foi reconhecida no resultado do exercício e, posteriormente, transferido para a rubrica incentivo fiscal no patrimônio líquido, como reserva de lucros, em 2014. Em 2016, devido a quitação do Programa Ideas ocorreu a realização de R$3.003. Contudo a Companhia ainda aguarda a realização do leilão para quitação do valor residual. O Grupo possui subvenção governamental representada pelo benefício direito de excluir da base de cálculo do Imposto de renda e Contribuição Social os ganhos relacionados ao benefício fiscal do ICMS concedidos pelo Estado de São Paulo de acordo com a lei complementar 160 e em 2020, com base no parecer de assessores jurídicos a Companhia exerceu o direito de exclusão. Em 31 de dezembro de 2021, os valores apurados e recolhidos originados a partir desta exclusão no montante de R$19.587(R$15.919 em 2020) foram reconhecidos no resultado do exercício na rubrica de imposto de renda e contribuição social - correntes. Em 2021, conforme requerido na legislação do Imposto de renda os benefícios fiscais aproveitados foram destinados para a composição de reserva de incentivos fiscais limitado ao valor do lucro apurado no exercício no montante de R$57.608 (R$46.822 em 2020). *Reserva legal:* Constituída em conformidade com a legislação societária e o estatuto social, com base em 5% do lucro líquido do exercício até atingir 20% do capital social ou 30% do saldo do capital acrescido das reservas. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Grupo não reconheceu como reserva legal o montante de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, por ter atingido o limite de 20% do capital social, conforme determina o art. 193 da Lei 6.404/86. *Reserva de lucros:* Constituída com o saldo do lucro líquido de 2021 e 2020 após a apropriação dos dividendos, constituição de reserva legal e constituição dos incentivos fiscais. O montante de lucros retidos em anos anteriores foi utilizado para distribuição de lucros, segundo determinado pela Assembleia Geral de Acionistas. O saldo remanescente da reserva de lucros será distribuído para os acionistas no exercício subsequente, conforme aprovação em assembleia. d) Dividendos: O estatuto social do Grupo prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei societária, conforme cálculo demonstrado a seguir:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	**315.021**	113.584
(-) Subvenção para investimento	**(57.608)**	(46.822)
Base de cálculo dos dividendos	**257.413**	66.762
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	**64.353**	16.691
Saldo inicial	**35.821**	117.160
Lucros de anos anteriores aprovados no exercício	**436.890**	173.778
(-) Pagamentos	**(8.880)**	(271.808)
Total dividendos a pagar	**528.184**	35.821

25. Receita operacional líquida: A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Vendas brutas de produtos e serviços deduzindo os abatimentos comerciais	**5.507.861**	4.834.090	**5.998.362**	5.331.418
Impostos sobre vendas	**(820.340)**	(742.140)	**(855.647)**	(791.878)
Devoluções sobre vendas	**(169.727)**	(140.734)	**(198.164)**	(184.144)
Receita operacional líquida	**4.517.794**	3.951.216	**4.944.551**	4.355.396

26. Abertura de custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Matérias-primas e materiais de consumo	**(2.472.542)**	(2.154.490)	**(2.574.920)**	(2.262.673)
Salários e encargos sociais	**(633.324)**	(571.037)	**(691.522)**	(633.896)
Serviços de terceiros pessoa jurídica	**(271.628)**	(206.767)	**(295.682)**	(221.888)
Custos previdenciários	**(164.734)**	(151.086)	**(178.348)**	(165.318)
Custos de publicidade	**(132.849)**	(139.481)	**(144.857)**	(151.301)
Despesas de transporte	**(115.316)**	(103.944)	**(134.037)**	(123.407)
Amostras	**(104.663)**	(90.468)	**(118.339)**	(102.190)
Benefícios previstos em Lei	**(60.003)**	(54.349)	**(64.217)**	(58.902)
Aluguéis	**3.192**	(3.297)	**2.209**	(4.962)
Material de limpeza e escritório	**(57.960)**	(51.146)	**(58.073)**	(51.301)
Viagens/estadias e refeições	**(27.897)**	(20.949)	**(32.773)**	(24.708)
Outros benefícios a empregados	**(68.453)**	(63.720)	**(74.528)**	(70.365)
Plano de participação nos resultados	**(37.388)**	(29.655)	**(40.819)**	(33.317)
Serviços de terceiros - manutenção e reparos	**(45.341)**	(38.590)	**(47.082)**	(41.057)
Encargos de depreciação, amortização e *impairment*	**(77.353)**	(71.599)	**(81.111)**	(76.884)
Energia elétrica, água e telefone	**(19.178)**	(15.529)	**(18.616)**	(16.161)
Combustíveis e lubrificantes	**(20.027)**	(11.438)	**(21.983)**	(12.719)
Provisão para perdas com processos judiciais	**(49.819)**	(6.177)	**(51.602)**	(7.436)
Comissões sobre vendas	**(8.313)**	(5.649)	**(16.173)**	(9.473)
Outras despesas, líquidas de outras receitas	**(20.850)**	(13.219)	**(30.049)**	(17.497)
Reversão (provisão) para perdas de valor recuperável do contas a receber	**933**	(5.799)	**1.767**	13.639
Total do custo das vendas, despesas com vendas e despesas administrativas	**(4.383.513)**	(3.808.389)	**(4.670.755)**	(4.071.816)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Custos das vendas	**(2.924.689)**	(2.542.462)	**(3.030.275)**	(2.652.763)
Despesas com vendas	**(362.211)**	(347.019)	**(413.888)**	(374.640)
Despesas administrativas	**(1.096.613)**	(918.908)	**(1.226.592)**	(1.044.413)
	(4.383.513)	(3.808.389)	**(4.670.755)**	(4.071.816)

27. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Outras Receitas				
Recuperação de impostos (i)	**237.598**	43.209	**258.314**	44.749
Baixa de investimentos (Nota 16)	**8.393**	-	**-**	-
Receita de subvenção	**3.497**	18.590	**3.497**	18.590
Outras	**18.520**	18.382	**30.269**	18.421
Total de outras receitas	**268.008**	80.181	**292.080**	81.760
Outras Despesas				
Baixa de investimentos (ii)	**-**	-	**(70.892)**	-
Impostos	**(18.395)**	(32.051)	**(24.580)**	(36.685)
Outras	**(7.711)**	(2.032)	**(14.840)**	(3.404)
Total de outras despesas	**(26.106)**	(34.083)	**(110.312)**	(40.089)
Outras despesas (receitas), líquidas	**241.902**	46.098	**181.768**	41.671

(I) Refere-se substancialmente a contabilização da exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS conforme evidenciado na nota 14. (ii) Valor composto por R$45.355 referente a baixa de investimentos evidenciados na nota explicativa 16.

28. Resultado financeiro:	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita financeira				
Variação cambial ativa	**188.143**	43.103	**190.534**	45.156
Receita financeira de depósitos bancários de curto prazo	**4.145**	3.762	**7.055**	6.041
Juros ativos (*)	**71.782**	4.228	**72.790**	4.458
Outras	**5.133**	286	**5.187**	286
Total da receita financeira	**269.203**	51.379	**275.566**	55.941
Despesa financeira				
Juros passivos	**(30.711)**	(18.672)	**(32.163)**	(22.021)
Variação cambial passiva	**(204.563)**	(99.790)	**(206.575)**	(101.541)
Descontos concedidos	**(789)**	(391)	**(816)**	(440)
Arrendamento- juros passivos	**(11.112)**	(10.155)	**(12.085)**	(10.930)
Outras	**(2.167)**	(5.336)	**(2.425)**	(5.412)
Total da despesa financeira	**(249.342)**	(134.344)	**(254.064)**	(140.344)
Resultado financeiro, líquido	**19.861**	(82.965)	**21.502**	(84.403)

(*) Refere-se substancialmente a contabilização de juros sobre a exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS conforme evidenciado na nota 14. **29. Lucro por ação – básico e diluído:** O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias mantidas durante o exercício.

	2021	2020
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	**315.021**	113.584
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (milhares)	**20.000**	20.000
Lucro básico e diluído por ação - R$	**15,75**	5,68

Os lucros básico e diluído por ação são iguais, pois não há ações com possível efeito diluidor. **30. Partes relacionadas:** Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, bem como as transações que influenciam os resultados dos exercícios, relativas às operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com suas partes relacionadas, as quais foram realizadas em condições definidas por elas e estão assim apresentadas: a) Consolidado: O Grupo é controlado pela holding NC Participações S.A. (constituída no Brasil), que detém 99% das ações da Companhia. O 1% remanescente é detido pela Companhia Germed Farmacêutica LDA com sede em Portugal.

a) Vendas e revenda de produtos	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Germed Farmacêutica Ltda.	**198.911**	140.557	**203.153**	141.227
Multilab Indústria e Comércio de Medicamentos Ltda.	**172.555**	40.687	**173.112**	40.687
Legrand Pharma Indústria Farmacêutica Ltda.	**207.909**	233.991	**-**	-
EMS Sigma Pharma Ltda (*)	**343.950**	305.721	**-**	-
Nova Química Farmacêutica S.A.	**31.109**	99.324	**31.109**	99.346
Lafiman Distribuidora de Medicamentos Ltda.	**14.981**	14.771	**18.658**	18.599
Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda.	**82.478**	93.804	**366.876**	342.013
Outras	**17**	487	**-**	-
	1.051.910	929.342	**792.908**	641.872

(*) Receita oriunda da venda de embalagens e disponibilização de estrutura física e mão de obra nos serviços de industrialização dos produtos fabricados pela Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda. Esse processo foi estruturado pelo Grupo a partir de novembro de 2018.

b) Compras líquidas de produtos e serviços	Controlada		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda.	**1.885.918**	1.566.603	**1.982.691**	1.665.122
Multilab Indústria e Comércio de Medicamentos Ltda.	**64.178**	46.761	**81.877**	55.812
Germed Farmacêutica Ltda.	**6.295**	4.361	**6.434**	4.361
Nova Química Farmacêutica S.A.	**3.336**	5.179	**12.082**	16.456
Legrand Pharma Indústria Farmacêutica Ltda.	**526**	2.561	**-**	-
EMS Sigma Pharma Ltda.	**-**	405	**-**	-
Outras	**-**	66		-
	1.960.253	1.625.936	**2.083.084**	1.741.751

c) Saldos do fim do exercício, decorrentes das vendas/compras de produtos

Contas a receber de partes relacionadas:	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda.	**37.353**	20.411	**44.436**	39.488
Germed Farmacêutica Ltda.	**889**	6.012	**2.029**	6.107
EMS Sigma Pharma Ltda	**176.772**	127.031	**-**	-
Multilab Ind. e Com. Prod. Farm. Ltda.	**4.051**	3.913	**4.148**	3.913
Legrand Pharma Indústria Farmacêutica Ltda.	**981**	11.097	**-**	-
Nova Química Farmacêutica S.A.	**-**	4.639	**-**	4.639
Lafiman Distribuidora de Medicamentos Ltda.	**11.104**	5.739	**33.597**	32.650
CPM - Concessionária Paulista de Medicamentos S/A	**1**	9.334	**-**	-
Luxbiotech Farmacêutica Ltda.	**516**	874	**-**	-
Outros	**4.186**	4.251	**5.859**	4.796
	235.853	193.301	**90.069**	91.593

Os saldos de contas a receber de partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de vendas e vencem em até 120 dias. As contas a receber não têm garantias e não estão sujeitas a juros.

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6252-8C33-A045-3940.

Publicidade Legal

EMS S.A.

Outros recebíveis de partes relacionadas:	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Adiantamentos (nota 15)				
Luxbiotech Farmacêutica Ltda.	**129.080**	67.500	**-**	-
Instituto Vita Nova	**3.539**	5.874	**3.539**	5.874
Outros	**1.906**	2.662	**1.906**	2.662
	134.525	76.036	**5.445**	8.536

Fornecedores a pagar - Partes relacionadas	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda.	**1.256.163**	961.377	**1.256.072**	965.885
Germed Farmacêutica Ltda.	**228**	44.386	**268**	44.386
Multilab Ind. e Com. Prod. Farm. Ltda.	**30.572**	36.930	**45.831**	39.335
Nova Química Farmacêutica S.A.	**-**	680	**-**	5.265
EMS Sigma Pharma Ltda.	**376**	156	**-**	-
Legrand Pharma Indústria Farmacêutica Ltda.	**-**	74	**-**	-
Outros	**10.297**	9.525	**10.977**	10.103
	1.297.636	1.053.128	**1.313.148**	1.064.974

Outras contas a pagar a partes relacionadas - Adiantamentos	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Outras contas a pagar (nota 23)				
Innoveren Pharma S/A.	**4.840**	4.840	**4.840**	4.840
	4.840	4.840	**4.840**	4.840

d) Dividendos a pagar e a receber	Controladora		Consolidado	
Dividendos a receber	2021	2020	2021	2020
Legrand Pharma Indústria Farmacêutica Ltda.	**-**	8.263	**-**	-
EMS Sigma Pharma Ltda.	**707**	707	**-**	-
	707	8.970	**-**	-

A movimentação dos saldos de dividendos a receber, é conforme segue:

	Controladora	
	2021	2020
Saldo inicial do exercício	**8.970**	119.770
(+) Dividendos provisionados a receber	**201.737**	-
(-) Recebimentos de dividendos no exercício (a)	**(210.000)**	(110.800)
(=) Saldo final do exercício	**707**	8.970

(a) Os dividendos recebidos de controladas são classificados como fluxos de caixa de investimento, porque a Companhia entende que são ou retornos sobre seus investimentos.

Dividendos a pagar	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
NC Participações S.A.	**529.454**	186	**534.584**	21.672
Germed Farmacêutica LDA.	**25.269**	35.635	**25.269**	19.278
	554.723	35.821	**559.853**	40.950

As contas a pagar às partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de compras e constituição de provisão de dividendos a pagar. A movimentação dos saldos de dividendos a pagar, é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial do exercício	**35.821**	117.160	**40.950**	122.289
(+) Complemento de dividendos a pagar aprovados em assembleias	**436.890**	173.778	**436.890**	173.777
(+) Dividendo mínimo obrigatório	**64.353**	16.691	**64.353**	16.691
(-) Pagamentos	**(8.880)**	(271.808)	**(8.880)**	(271.807)
(=) Saldo final do exercício	**528.184**	35.821	**533.313**	40.950

f) Empréstimos a receber: Em 2019 o saldo de empréstimos a receber possui taxa de juros de 1%. A administração reconheceu durante o exercício de 2019 os juros ativos dos mútuos que até o exercício anterior não vinham sendo registrados. Os efeitos de períodos anteriores no montante de R$68.851 (do total reconhecido de R$94.528) reconhecidos no resultado foram julgados imateriais pela administração para um reconhecimento retrospectivo. Em 2020 houve o recebimento do montante (principal e dos juros), encerrando a transação de empréstimos a receber. A movimentação do empréstimo entre parte relacionada está demonstrada a seguir:

	3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A.
	2020
Saldo no início do exercício	316.093
Amortização de empréstimos	(306.310)
PIS e COFINS	4.396
IRRF sobre juros a compensar	(14.179)
Reconhecimento de juros	-
Saldo em 31 dezembro	-

g) Remuneração do pessoal chave da administração: A remuneração paga e a pagar ao pessoal chave da Administração, incluindo salários e encargos, participação nos lucros e outros benefícios, representa 6,08% das despesas com folha de pagamento no exercício de 31 de dezembro de 2021 (5% em 31 de dezembro de 2020). **31. Seguros:** O Grupo em que a Empresa atua mantém apólices globais de seguro de naturezas diversas, contratados com as principais seguradoras do país. Essas apólices foram definidas conforme o programa do Grupo e levaram em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. A cobertura de seguros do Grupo contra riscos operacionais, é de R$842.000 em 2021 (R$742.000 em 2020), e R$10.000 em 2021 e 2020 para responsabilidade civil. O Grupo não está prevendo ter quaisquer dificuldades para renovar nenhuma das apólices de seguro e acredita que a cobertura seja razoável em termos de valor e compatível com os padrões do setor no Brasil. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. **32 Eventos subsequentes:** Reestruturação societária: Devido a uma estratégia de reestruturação societária focada nos segmentos de atuação do Grupo, foi aprovada a incorporação do acervo líquido total da parte relacionada Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda. (Novamed) pela Companhia, em decorrência da sinergia entre marcas, valores e clientes, objetivando o crescimento no mercado por meio de único portfólio. A incorporação está prevista para ser concluída até o final do primeiro semestre de 2022. Por consequência, a partir da data da incorporação, as atividades operacionais da Novamed passarão a ser realizadas exclusivamente pela EMS.

Luiz Carlos Borgonovi – Presidente, **Thiago Cardoso T. Tavares** – Diretor
Rodrigo Miranda Simões – Contador – CRC SP 1SP250809/O-7

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

À Diretoria e Acionistas da **EMS S.A.. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EMS S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificados durante nossos trabalhos.

Campinas, 31 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Cristiane Cléria S. Hilário
Contadora CRC-1SP243766/O-8

Bolsas de NY fecham sem sinal único; Netflix em baixa de 35% pressiona Nasdaq

Os mercados acionários de Nova York não tiveram sinal único, nesta quarta-feira. Com balanços em foco, o papel da Netflix teve queda de 35,12%, após a empresa informar, depois do fechamento de terça, sobre queda na receita e perda de assinantes. Por outro lado, outros resultados corporativos agradaram, enquanto investidores monitoraram declarações do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) e a publicação do Livro Bege, que embasa as decisões de política monetária da instituição.

O índice Dow Jones fechou em alta de 0,71%, a 35.160,79 pontos, o S&P 500 caiu 0,06%, a 4459,45 pontos, e o Nasdaq recuou 1,22%, a 13.453,07 pontos.

A ação da Netflix sofreu o forte tombo após balanço, divulgado depois do fechamento da terça-feira. Com perda de 200 mil usuários e projeção e perder outros 2 milhões no segundo trimestre, o papel foi bastante penalizado, com vários bancos e corretoras revendo o preço-alvo. O resultado pesou no Nasdaq. Entre outros papéis importantes de serviços de comunicação e tecnologia, Meta recuou 7,77%, Apple caiu 0,10%, Amazon cedeu 2,60% e Alphabet, 1,51%. Antes de publicar resultados, Tesla recuou 4,99%.

Por outro lado, o papel da Procter & Gamble (P&G) subiu 2,66% nesta quarta, após balanço que agradou investidores.

Em outros setores, o financeiro subiu, com Citigroup em alta de 0,34%, Morgan Stanley de 1,91% e Goldman Sachs, de 1,52%. No setor de energia, Chevron avançou 0,41% e ExxonMobil, 0,23%.

Declarações do Federal Reserve foram monitoradas, com dirigentes renovando a preocupação com a inflação e o desejo de apertar a política monetária para conter o quadro, o que tende a pressionar as ações. O Livro Bege apontou para a persistência das pressões inflacionárias, mas não influiu muito nas bolsas nesta quarta.

Isto é Dinheiro

Ibovespa emenda quarta perda, em baixa de 0,62%, a 114,3 mil pontos

Em dia de desempenho misto em Nova York, com o Nasdaq (-1,22%) refletindo dúvidas do mercado sobre o modelo de negócios da Netflix após a primeira retração em 10 anos no número de assinantes do serviço, e a indicação de que o volume de contas continuará em queda no segundo trimestre, o Ibovespa estendeu a série negativa pela quarta sessão, nesta quarta-feira em baixa de 0,62%, a 114.343,78 pontos, ainda no menor nível desde 17 de março (113.076,33).

Nesta quarta-feira, o índice oscilou entre mínima de 113.945,48 e máxima de 115.056,66 pontos, da abertura, com giro financeiro a R$ 30,4 bilhões nesta véspera de feriado de Tiradentes, quando não haverá negócios na B3. Na semana, o Ibovespa cede 1,58% e, no mês, 4,71% – no acumulado do ano, limita o ganho a 9,08%.

No quadro mais amplo, em meio a preocupações quanto à desaceleração do crescimento chinês ante as iniciativas de lockdown para neutralizar a covid-19, e sinais de endurecimento das políticas monetárias nos Estados Unidos e na Europa para conter a inflação disseminada, os preços das commodities ainda buscam equilíbrio, com o petróleo mostrando alguma acomodação após recente sequência de recuperação.

Com os preços da commodity em fechamento misto e variação moderada na sessão, Petrobras subiu nesta quarta 1,18% e 0,47%, respectivamente, na ON e PN.

Aqui, a temporada de balanços das empresas locais começa também a ir para os preços dos ativos, com forte reação negativa dos investidores aos números divulgados por Usiminas (PNA -6,34%), enquanto Vale (ON -2,60%), também no negativo na sessão, refletiu decepção com os dados sobre produção e vendas divulgados na noite de terça. "Os dados da Vale vieram um pouco abaixo, mas não mudam a perspectiva para a empresa", diz Naio Ino, gestor de renda variável da Western Asset. No ano, Vale ON acumula ganho de 13,76%.

Liderando com folga as perdas do Ibovespa nesta quarta-feira, Natura fechou em queda de 15,58% – em meio a rumores de mercado quanto a prévias desfavoráveis para o balanço do primeiro trimestre, a ser divulgado em maio -, à frente na sessão de Cogna (-7,32%), de Usiminas (-6,34%) e de Banco Inter (-6,10%), que vinha em recuperação e nesta quarta refletiu em parte o ajuste negativo das ações do segmento de tecnologia em Nova York. Refletindo também cautela quanto ao segmento de consumo, Magazine Luiza cedeu nesta quarta 5,56%, na lista de maiores perdas do Ibovespa.

"O fluxo estrangeiro para as ações na B3 tem se mostrado mais errático, o que em parte reflete uma realização de lucros, lembrando que o movimento começou ainda em novembro e se estendeu a março, uma série longa. Natural uma pausa após o estrangeiro ter se mantido tanto tempo na compra, dia a dia", acrescenta Naio.

"Talvez seja cedo para dizer que (o fluxo) acabou, mas, em comparação aos três primeiros meses do ano, a tendência já não é tão clara. Há dias em que o estrangeiro compra, e depois sequências de venda", observa o gestor, destacando que a inflação global e o ritmo de ajuste das políticas monetárias para contê-la permanecem como pontos focais de dúvida entre os investidores.

Isto é Dinheiro

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6252-8C33-A045-3940.

3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A.

CNPJ/MF nº 08.145.855/0001-12

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 ***(Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto quando de outra forma indicado)***

Balanços patrimoniais

ATIVO	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Ativo circulante		**7.344**	**12.454**	**486.788**	**543.611**
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.005	9.555	44.934	58.816
Contas a receber de clientes	4	39	39	247.767	243.735
Imóveis a comercializar	5	-	-	185.439	217.036
Adiantamento a fornecedor	-	1.983	-	2.251	41
Despesas antecipadas	-	74	35	129	56
Impostos e contribuições a recuperar	6	3.017	2.600	3.549	3.216
Outros ativos	8	226	225	2.719	20.711
Ativo não circulante		**768.732**	**792.706**	**156.623**	**194.269**
Contas a receber de clientes	4	-	-	2.363	17.371
Partes relacionadas	7	10.877	11.296	10.468	11.290
Deposito judiciais	17.c	283	81	4.484	4.659
Outros ativos	8	29.262	67.940	45.404	67.940
Investimentos	9	726.937	711.470	91.486	90.225
Imobilizado	10	1.357	1.688	2.402	2.553
Intangível	-	16	231	16	231
Total do ativo		**776.076**	**805.160**	**643.411**	**737.880**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Passivo circulante		**109.092**	**387.138**	**129.919**	**308.997**
Fornecedores	12	304	267	2.039	12.726
Empréstimos e financiamentos	11	25.256	130.869	25.256	130.869
Obrigações pela compra de terrenos	13	-	-	29.493	32.230
Impostos e contribuições a recolher	-	94	72	1.870	2.044
Provisão para distrato	15	-	-	12.513	10.594
Salários e encargos a pagar	-	1.710	1.705	1.710	1.705
Outros passivos	14	81.728	254.225	57.038	118.829
Passivo não circulante		**404.820**	**135.624**	**251.409**	**144.967**
Empréstimos e financiamentos	11	72.249	-	72.249	-
Partes relacionadas	7	75.205	80.626	49.178	62.238
Tributos diferidos	16.a	-	-	15.448	17.450
Provisão para contingências	17.a	6.415	4.677	37.648	46.943
Passivo a descoberto	9	-	49.207	-	1.553
Provisão para garantia	18	255	-	12.978	14.960
Obrigações pela compra de terrenos	13	-	-	2.625	-
Outros passivos	14	250.696	1.114	61.283	1.823
Patrimônio líquido		**262.164**	**282.398**	**262.164**	**282.398**
Capital social	19.a	712.274	360.091	712.274	360.091
Adiantamento futuro aumento capital	-	-	352.183	-	352.183
Prejuízos acumulados		- (450.110)	(429.876)	(450.110)	(429.876)
Patrimônio líquido negativo atribuível a acionistas da controladora		**262.164**	**282.398**	**262.083**	**283.916**
Participações de não controladores	-	-	-	(81)	1.518
Total do passivo e patrimônio líquido		**776.076**	**805.160**	**643.411**	**737.880**

Demonstrações de resultados

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita operacional líquida	20	10.034	9.113	154.592	107.948
Custo líquido	21	-	-	(108.299)	(90.102)
Prejuízo bruto		**10.034**	**9.113**	**46.293**	**17.846**
Receitas/ (despesas) operacionais					
Com vendas	21	(937)	(757)	(17.312)	(45.429)
Gerais e administrativas	21	(18.942)	(20.631)	(60.820)	(56.604)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(2.027)	(17.253)	(1.304)	3.552
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	6.430	1.762	8.403	2.551
		(15.476)	(36.879)	(71.033)	(95.930)
Prejuízo antes das receitas e despesas financeiras		**(5.442)**	**(27.766)**	**(24.740)**	**(78.084)**
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	22	(15.051)	(5.955)	(16.694)	(5.059)
Receitas financeiras	22	231	64	26.051	53.597
		(14.820)	(5.891)	9.357	48.538
Prejuízo antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social		**(20.262)**	**(33.657)**	**(15.383)**	**(29.546)**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	16.b	-	-	(5.044)	(3.062)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	16.b	28	28	799	(1.029)
		28	28	(4.245)	(4.091)
Prejuízo do exercício		**(20.234)**	**(33.629)**	**(19.628)**	**(33.637)**
Atribuível aos:					
Acionistas controladores	-	-	-	(20.234)	(33.629)
Participações de não controladores	-	-	-	606	(8)
Prejuízo líquido do exercício		**(20.234)**	**(33.629)**	**(19.628)**	**(33.637)**

Demonstrações dos resultados abrangentes

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Lucro/Prejuízo do exercício	**(20.234)**	**(33.629)**	**(19.628)**	**(33.637)**
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente	**(20.234)**	**(33.629)**	**(19.628)**	**(33.637)**
Atribuível aos:				
Acionistas controladores	-	-	(20.234)	(33.629)
Participação dos não controladores	-	-	606	(8)
	-	-	(19.628)	(33.637)

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**360.091**	**12.570**	**(396.247)**	**(23.586)**	**1.318**	**(22.268)**
Prejuizo do exercício	-	-		(33.629)	(33.629)	(8)	(33.637)
Adiantamento futuro aumento de capital	19.b	-	339.613		339.613		339.613
Outras transações com não controladores	-	-			-	208	208
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**360.091**	**352.183**	**(429.876)**	**282.398**	**1.518**	**283.916**
Prejuizo do exercício	-			(20.234)	(20.234)	606	(19.628)
Integralização de capital	19.b	352.183	(352.183)		-		-
Outras transações com não controladores	-	-			-	(2.205)	(2.205)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**712.274**	**-**	**(450.110)**	**262.164**	**(81)**	**262.083**

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Prejuízo antes dos impostos	**(20.262)**	**(33.657)**	**(15.383)**	**(29.546)**
Depreciação	613	615	621	617
Amortização	215	216	215	216
Equivalência patrimonial	2.027	17.253	1.304	(3.552)
Provisão para perdas ao valor recuperável do contas a receber	-	-	297	(1.114)
Constituição de provisão para garantia	255	-	(1.982)	(2.575)
Constituição de provisão para contingências	1.738	4.244	(7.290)	5.726
(Reversão) constituição de provisão para distrato	-	-	1.919	1.455
Constituição de provisão custo ou mercado imoveis a comercializar	-	-	(3.169)	(15)
Constituição (reversão) de provisão de juros	8.177	3.713	8.180	3.713
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	-	-	10.679	(41.338)
Adiantamento a fornecedores	(1.983)	70	(2.210)	58
Imóveis a comercializar	-	-	34.766	71.361
Despesas antecipadas	(39)	(34)	(73)	(35)
Contingências e depósitos judiciais	(202)	28	(1.830)	(47)
Impostos a recuperar	(389)	(284)	(333)	(332)
Outros Ativos	38.677	(3.555)	40.528	(3.696)
Partes relacionadas	419	(340)	822	(5.928)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Obrigações pela compra de terrenos	-	-	(112)	822
Fornecedores	37	(174)	(10.687)	6.545
Adiantamento a clientes	-	-	-	-
Impostos e contribuições a recolher	22	(29)	(1.762)	1.588
Partes relacionadas a pagar	(5.421)	(11.526)	(13.060)	(12.917)
Salários e encargos a pagar	5	(182)	5	(192)
Outros passivos	76.814	44.301	(2.792)	51.998
Caixa gerado nas operações	**100.703**	**20.659**	**38.653**	**42.812**
Juros pagos	(5.148)	(5.214)	(5.148)	(5.214)
Impostos de renda e contribuição social pagos	-	-	(4.659)	(2.347)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**95.555**	**15.445**	**28.846**	**35.251**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição do imobilizado e intangível	(10)	(5)	(11)	(5)
Aumento de participação em investidas	(66.701)	(40.858)	(4.118)	(15.879)
Caixa e equivalentes de caixa aplicado nas atividades de investimento	**(66.711)**	**(40.863)**	**(4.129)**	**(15.884)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos	110.000	-	110.000	-
Pagamento de principal de empréstimos	(146.394)	-	(146.394)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	339.613	-	339.613
Pagamento de Principal e juros de mútuo	-	(306.641)	-	(306.641)
Participação de não controladores	-	-	(2.205)	208
Caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades de financiamento	**(36.394)**	**32.972**	**(38.599)**	**33.180**
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	9.555	2.001	58.816	6.269
No final do exercício	2.005	9.555	44.934	58.816
Aumento/ (redução) o do caixa e equivalentes de caixa	**(7.550)**	**7.554**	**(13.882)**	**52.547**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

1. Contexto operacional: A 3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A., pertencente ao Grupo NC, anteriormente denominada como ACS Incorporação S.A. ("Companhia"), foi constituída em 11 de maio de 2006 na forma de sociedade anônima de capital fechado, sediada na Avenida José de Souza Campos, 753, Município de Campinas, no Estado de São Paulo, e tem como objetivo e como atividade preponderante a compra e venda de imóveis, desmembramento e loteamento de terrenos, incorporações imobiliárias, construções de imóveis destinados à venda, e a prestação de serviços de consultorias em assuntos relativos ao mercado imobiliário, pesquisa, lavra, beneficiamento e comercio de minerais, especialmente argilas, areias, pedras, pedregulhos e cerâmicas, participar como sócia quotista em outras sociedades, e serviços de escritório e apoio administrativo.

A Companhia participa nas seguintes controladas e coligadas:

Controlada e coligada	Participação %
3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S/A	100,00%
3Z Lambda Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,18%
3Z Gama Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,85%
3Z Omicron Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%
3Z Barão Geraldo Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%
3Z Espaço Jardins Empreendimentos Imobiliários SPE I Ltda.	99,82%
3Z Santa Clara Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,47%
3Z Beta Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,91%
3Z Sigma Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,39%
3Z Delta Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,85%
3Z Omega Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,82%
3Z Sumaré Empreendimentos Imobiliários Ltda.	98,65%
3Z Jacaranda Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,87%
3Z Jequitibá Empreendimentos Imobiliários Ltda.	70,00%
3Z Alpha Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,65%
3Z Jaguariuna Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,73%
3Z Tucuma Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,98%
3Z Carnauba Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,78%
3Z Lotus Desenvolvimento Imobiliário Ltda.	99,99%
3Z Paris Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,99%
3Z Araca Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,94%
3Z Vista Encanto SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	97,08%
3Z Vista Solar SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,99%
3Z Vista Paisagem SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	90,32%
3Z Vista Mirante SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	98,37%
3Z Vista Horizonte SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	92,09%
3Z Vista Brisa SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,98%
3Z Franz Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%
3Z Manaca Empreendimentos Imobiliários Ltda.	90,00%
3Z Vista Colina SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,46%
3Z Vista Alameda SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,54%
3Z Vista Aroma SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	97,73%
3Z Vista Harmonia SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	97,69%
3Z Vista Passeio SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	98,28%
3Z Vista Recanto SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,95%
3Z Jaborandi Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,97%
Valimog Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,99%
3Z Inga Empreendimentos Imobiliários Ltda.	90,00%
3Z Jatobá Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,78%
3Z Vista Panorama SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,07%
3Z Vista Vereda SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	98,52%
3Z Vista Cerrado SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	98,98%
3Z Vista Araucaria SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%
Boulevard Viva Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda.	87,81%
ICS Engenharia, Arquitetura e Construções Ltda.	99,95%
3Z Ipanema Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,95%
3Z Vista Esplanada SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	98,83%
3Z Vista Bosque SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,93%
3Z Vista Pomar SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,92%
3Z Vista Plaza SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,50%
3Z Pitangueira Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,98%
3Z Urbanismo I Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%
3Z Corretora de Bens Imobiliários Ltda.	99,96%
3z Tokio Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,99%
3Z Genebra Empreendimento Imobiliários Ltda.	99,99%
3Z Rio de Janeiro Empreendimento Imobiliários Ltda.	99,99%
3Z Campo Grande Empreendimento Imobiliários Ltda.	99,99%
Sainte Anne Empreendimentos Imobiliários Ltda.	50,00%
3Z Botafogo Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,99%
3Z Ouro Verde Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,99%
3Z Guanabara Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,99%
3Z São Francisco Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,99%
Ferreira De Araújo Imobiliário SPE Ltda.	25,00%
Roberto Marinho Empreendimento Ltda.	60,00%
Reserva das Araucárias Imobiliário	35,00%
3Z Andrade Empreendimentos Imobiliários Ltda.	50,00%

Impactos à pandemia da Covid 19: Até o momento a Companhia observou alguns impactos em relação à pandemia da Covid-19 em suas operações. Esses impactos variaram de acordo com os segmentos de negócios da Companhia. Com a adoção do home office de forma temporária ou definitiva por parte das empresas, houve um aumento na demanda de loteamentos e casas no interior do Estado de São Paulo, onde foi observado o fomento do mercado imobiliário em busca de uma melhor qualidade de vida, resultando assim em um impacto positivo para a Companhia no que tange os negócios de loteamentos. No entanto também observamos um impacto negativo na inadimplência quando analisados os empreendimentos de baixo e médio padrão. Tal impacto ocorreu devido à alta do IGP-M em 2020 e 2021 e pela perda da renda do público adquirente afetado pelos impactos da pandemia. Como plano de ação a administração está analisando a carteira vencida, cliente a cliente, buscando renegociações dos contratos. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados, ou do valor recuperável da UGC. A administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações contábeis. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações contábeis, as seguintes principais medidas foram tomadas incluindo as de cunho social: • Implementação de medidas temporárias ou definitivas no quadro de funcionários, como o objetivo de reduzir as despesas salariais no médio prazo; e • Medida de prevenção do contágio entre os colaboradores, adotando o home office, afastando os que estão mais expostos ao grupo de risco, como mulheres grávidas, colaboradores com mais de 60 anos, entre outros. **2. Políticas contábeis adotadas: 2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis: 2.1.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem as normas, interpretações e orientações emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia, com base no § 6º, do artigo 177 da Lei nº 6.404/76 está adotando o ofício circular e, portanto, está observando integralmente as interpretações, orientações e normas contábeis emitidas pela CVM para fins de elaboração de suas demonstrações contábeis, com exceção à divulgação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVAs) aplicável somente para as companhias abertas de acordo com a NBC TG 09 – Demonstrações do Valor Adicionado. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas na reunião da diretoria, realizada em 24 de março de 2022, considerando os eventos subsequentes ocorridas até esta data, que tiveram impactos sobre as referidas demonstrações contábeis. **2.1.2. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito no resumo das principais práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos. **2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (a moeda funcional). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação. **2.2. Base de consolidação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas, consistentes com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2.3. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir beneficios de suas atividades. Nos casos aplicáveis, a existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla, ou não, outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a companhia e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa. As controladas foram consolidadas integralmente, com o respectivo cálculo da participação dos acionistas não controladores, incluindo as contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza de cada conta, complementada com as eliminações de: **(a)** saldos de investimentos e do patrimônio líquido; **(b)** saldos de contas correntes e outros saldos integrantes do ativo e/ou passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e **(c)** receitas e despesas, bem como lucros não realizados, quando aplicável, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas. **2.3. Principais práticas contábeis: a) Apuração e apropriação do resultado de incorporação e loteamento:** (i) Nas vendas a prazo de unidade concluída: no momento em que a venda é efetivada, independente do prazo de recebimento do valor contratual; e (ii) Nas vendas de unidades não concluídas, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, seguem o entendimento manifestado pela CVM no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15), a saber: As receitas de vendas, os custos de terrenos e de construção são apropriados ao resultado utilizando-se o método do percentual de conclusão de cada empreendimento, sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido contratado em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos (POC), incluindo os custos de projetos e terreno. As receitas de vendas apuradas, conforme o item **(i)** acima, incluindo a atualização monetária, líquida das parcelas já recebidas, são contabilizadas como contas a receber. Valores recebidos e superiores às receitas contabilizadas são registrados como adiantamento de clientes e os juros pré-fixados, incidentes após a entrega das chaves, são apropriados ao resultado observando o regime de competência, independentemente de seu recebimento. **Orçamentos de obras:** Os custos orçados totais, compostos pelos custos incorridos e custos previstos a incorrer para o encerramento das obras, são regularmente revisados, conforme a evolução das obras, e os ajustes com base nesta revisão são refletidos nos resultados da Companhia e de suas controladas de acordo com o método contábil utilizado. Os efeitos de tais revisões afetam o resultado prospectivamente. **Comissões sobre as vendas:** As comissões sobre vendas das unidades imobiliárias são encargos arcados pela entidade de incorporação imobiliária, as despesas incorridas são registradas no resultado na rubrica de "Despesas comerciais" (com vendas) no momento que são incorridas. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, quando aplicável e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. **c) Contas a receber de clientes:** Os saldos de contas a receber são apresentados ao valor presente e de realização, deduzidos da provisão para perdas por recuperação ao valor recuperável do contas a receber, reconhecidos de acordo com o critério descrito na Nota Explicativa nº 4. Quando concluída a construção, a totalidade do contas a receber estará apropriado contabilmente sendo os juros e variações monetárias apropriados ao resultado financeiro quando auferidos, obedecendo ao regime de competência. Sua classificação como circulante é estruturada sobre sua projeção de realização financeira, sendo registrados como circulante as parcelas previstas a vencer para os próximos 12 meses de forma limitada aos montantes societários reconhecidos. Caso contrário, são demonstrados como não circulante. **d) Imóveis em construção:** No período de construção os imóveis são avaliados ao custo de construção ou aquisição, ou valor de mercado, dos dois, o menor. O custo dos imóveis é formado por gastos com: aquisição de terrenos, materiais, mão de obra aplicada e gastos com incorporação, bem como juros decorrentes dos financiamentos para produção. A Companhia adquire os terrenos para futuras incorporações, com condições de pagamento em moeda corrente, por meio da participação na receita do empreendimento ou por meio de permuta física, com o compromisso de entrega de unidades imobiliárias do empreendimento a ser desenvolvido nos respectivos terrenos ou em outros empreendimentos. A classificação entre circulante e não circulante é realizada com base na expectativa de lançamento dos empreendimentos imobiliários. A Companhia e suas investidas revisam anualmente o valor contábil dos imóveis a comercializar e terrenos para futuras incorporações, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar que seu valor realizável líquido é menor que o valor registrado. O critério dessa avaliação leva em consideração a expectativa de lançamento dos empreendimentos imobiliários, o fluxo de caixa projetado descontado e o valor de mercado dos imóveis. **e) Impostos e contribuições a recuperar:** A Companhia contém saldos de impostos a recuperar provenientes, substancialmente de Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), Contribuição Social sobre o Lucro líquido (CSLL), com a alíquota de 4,65% e Imposto de renda retido na Fonte (IRF), que varia entre 1% e 1,5%.Estas contribuições são relativas, principalmente, a serviços prestados por pessoas jurídicas. **f) Investimentos:** São representados por investimentos em empresas controladas e coligadas e avaliados pelo método de equivalência patrimonial no balanço individual, em decorrência da participação da Companhia. As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora com exceção das empresas com administração externa. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as mesmas adotadas pela Companhia. Após a aplicação do método de equivalência patrimonial para fins de demonstrações contábeis da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas e coligadas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável com a diferença entre o valor recuperável da controlada e coligada e o valor contábil, e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora. A participação societária na controlada e coligada será apresentada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro (prejuízo) líquido atribuível aos acionistas da controlada. **g) Imobilizado:** O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo método linear e com base na vida útil estimada de cada bem, conforme taxas demonstradas na Nota Explicativa nº 10.

	Vida útil estimada
Instalações	05
Máquinas e equipamentos	10
Equipamentos de informática	05
Móveis e utensílios	10

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, originados de operações de arrendamento do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico-futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. **h) Avaliação do valor recuperável dos ativos (exceto ágio):** A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um evento de perda) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: **(i)** Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; **(ii)** Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; **(iii)** A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria; **(iv)** Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; **(v)** O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; e **(vi)** Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo; condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **i) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). **j) Instrumentos financeiros:** Os ativos e os passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis: **(i)** ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; **(ii)** ativos financeiros mantidos até o vencimento; **(iii)** ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados. **i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação,

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6252-8C33-A045-3940.

quando são adquiridos para este fim, principalmente, no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras". **ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais. **iii) Ativos financeiros disponíveis para venda:** Quando aplicável, são incluídos nessa categoria os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas em mercados ativos ou não cotadas em mercados ativos, mas que possam ter seus valores justos estimados razoavelmente. **k) Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, as taxas de juros explícitas ou implícitas, tomando-se como base as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes às dos respectivos ativos e passivos. Subsequentemente, esses efeitos são realocados nas linhas de receita ou despesas financeiras, no resultado, por meio da utilização da taxa de desconto considerada e do método do custo amortizado. **l) Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.4. Principais julgamentos e estimativas contábeis:** Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2.3, a administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período ou períodos posteriores, caso a revisão afete tanto o período presente como períodos futuros. A seguir, são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis: **a) Provisões para contingências:** A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota Explicativa nº 17. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis de acordo com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes onde uma provisão deve ser constituída quando: **(a)** A entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; **(b)** Seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e **(c)** Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida. **b) Provisão para perdas por recuperação ao valor recuperável do contas a receber:** É constituída quando existe expectativa de que o crédito não será realizado. A constituição é realizada com base em política interna, a qual leva em consideração os títulos do contas a receber vencidos há mais de 120 dias, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 4. Diante desta análise, deve-se aplicar sobre a base o valor da tabela de vendas, e sobre tal valor aplicar a taxa de desconto praticada pelo departamento Comercial, a taxa média das comissões e alíquotas de impostos de acordo com cada regime de tributação. Com base em tal cálculo, teremos o valor realizável líquido. Com base nas informações obtidas com a aplicação das regras, deve-se avaliar os valores em aberto por cliente o valor líquido realizável. Se o valor líquido realizável for superior ao valor em aberto no contas a receber do cliente, não é necessário constituir provisão, caso o valor seja inferior, a diferença de valor deverá ser provisionada. **c) Provisão para distrato:** As provisões para distrato foram constituídas por deliberação da administração, conforme Nota Explicativa nº 15, onde classifica os contratos em aberto há mais de 120 dias na carteira de inadimplentes. Do valor líquido recebido em caixa, por contrato, calcula-se um percentual do valor recebido da unidade distratada, ao cliente em questão, onde o percentual de devolução é avaliado trimestralmente, de acordo com a base histórica praticada pela 3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A. **d) Provisão para garantia:** As provisões para garantia são calculadas utilizando o percentual de 3% sobre o valor das vendas, considerando o período de 05 anos após a entrega da obra pela construtora, como descrito na Nota Explicativa nº 18. O percentual utilizado foi calculado com base na prática adotada atualmente pelo mercado. **e) Provisão de custo ao mercado:** A provisão de custo ao mercado consiste quando o ativo está desvalorizado e seu valor contábil excede seu valor recuperável (venda). Sendo assim, o valor dos estoques deve ser registrado contabilmente pelo menor valor entre o custo e o preço de venda. O cálculo da provisão consiste em avaliar o valor médio de venda por unidade, considerando as dez últimas vendas do empreendimento em questão, com o valor de venda realizável, comparando com o saldo de imóveis a comercializar registrado em sistema, onde diante deste cenário, a provisão é constituída quando o saldo de imóveis a comercializar registrado na contabilidade é maior que o valor de venda realizável. Caso contrário, a provisão não é constituída.

2.5. Novas normas contábeis – novas e alterações/atualizações ocorridas **a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.** As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações contábeis quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos: • Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado; • Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado; e • Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco. Essas alterações não impactaram as demonstrações contábeis individuais da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis. **Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021:** As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia da Covid-19 pode continuar, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. **b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor **FRS 17 - Contratos de seguro:** Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 – Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 – Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 – Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 — Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável); e • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica à Companhia. **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e *inputs* para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia. **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas. **2.6. Gestão de riscos e instrumentos financeiros: a) Considerações gerais e políticas:** A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. São contratados aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos. A classificação depende da finalidade para qual foram adquiridos. A administração determina sua classificação no seu reconhecimento inicial. A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela administração da Companhia. A Companhia reconhece recebíveis inicialmente na data em que foram faturados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. **Caixa e equivalente de caixa:** Abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados nas obrigações de curto prazo. **Aplicações financeiras:** De acordo com a política de aplicações financeiras estabelecida, a administração da Companhia e de suas controladas elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, segundo avaliação do rating de crédito da contraparte em questão, percentual máximo de exposição por instituição de acordo com o rating e percentual máximo do patrimônio líquido do banco. **Ativos financeiros a custo amortizado:** São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. Os passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias: **Outros passivos financeiros:** São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **Empréstimos e financiamentos** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são registrados com base nos juros contratuais de cada operação, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 11. **b) Gestão de risco financeiro: Fatores de risco financeiro:** As atividades da companhia o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (risco de taxa de juros e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho de administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa. **b.1) Risco de mercado:** A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de mudanças nas taxas de juros. **Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros da Companha decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos longo prazo. A administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos, são corrigidos pelo CDI pós-fixado, conforme contratos firmados com as instituições financeiras. **b.2) Risco de crédito:** A Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. Consideram baixo o risco de não liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras com as quais operam, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Bancos	106	80	11.900	4.291
Aplicações financeiras	1.899	9.475	33.034	54.525
Total	**2.005**	**9.555**	**44.934**	**58.816**

Foram classificados como caixa e equivalentes de caixa, contas bancárias e aplicações financeiras Compromissadas e Certificados de Depósitos Bancários que possuem liquidez imediata e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e por estarem sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2021, as aplicações financeiras individuais e consolidadas são remuneradas pela taxa média de 89% e 88% do CDI (88% e 85% em 2020).

4. Contas a receber de clientes:

	Controladora		Consolidado	
a) Composição dos saldos por tipo de operação	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Contas a receber de clientes	-	-	9.750	17.371
Demais clientes	39	39	66	65
Total	**39**	**39**	**9.816**	**17.436**
Unidades em construção	-	-	241.917	245.570
Provisão para perdas ao valor recuperável	-	-	(1.603)	(1.900)
Total	**39**	**39**	**250.130**	**261.106**
Total circulante	**39**	**39**	**247.767**	**243.735**
Total não circulante	**-**	**-**	**2.363**	**17.371**

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.1, a Companhia adota os procedimentos e normas estabelecidos pelas Orientações OCPC 01 e OCPC 04 e Interpretação Técnica ICPC 02 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), para reconhecimento contábil dos resultados auferidos nas operações imobiliárias realizadas. As contas a receber de clientes de venda de imóveis são atualizadas pela variação do Índice Nacional da Construção Civil (INCC) até a entrega das chaves ou obtenção do Termo de Verificação de Obra ("TVO") nos loteamentos. Após a entrega das chaves ou obtenção do TVO, as contas a receber são acrescidas de juros – Tabela Price e atualizadas pelo IGP-M. As vendas de lotes são atualizadas pela variação IPCA e IGP-M acrescidos de juros. As perdas por recuperação ao valor recuperável são reconhecidas pelo valor líquido do contas a receber menos o valor de mercado da unidade vendida e respectivos impostos. As vendas têm garantia real do próprio retorno dos imóveis. Segue a movimentação de tal provisão:

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Em 1º de janeiro	**-**	**-**	**(1.900)**	**(786)**
Constituição das perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa	-	-	(5.973)	(7.745)
Reversão das perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa	-	-	6.270	6.631
Total	**-**	**-**	**(1.603)**	**(1.900)**

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
A vencer		**-**	**2.927**	**9.378**
Até 30 dias	-	-	111	1.754
De 31 a 60 dias	-	-	455	411
De 61 a 90 dias	-	-	322	332
De 91 a 180 dias	-	-	1.415	572
De 181 a 360 dias	-	-	554	585
Acima de 361 dias	39	39	4.032	4.404
Total	**39**	**39**	**9.816**	**17.436**

b) Composição dos saldos por idade de vencimento: Apresentamos acima os montantes em aberto da posição financeira a receber de clientes em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Esses contratos de venda imobiliária têm como garantia os respectivos imóveis comercializados ou possuem cláusula de alienação fiduciária, que permite, em eventual situação de inadimplência, a rápida retomada do imóvel para posterior revenda.

5. Imóveis a comercializar:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Estoque de incorporação	-	-	729.461	753.453
Estoque de terreno **(i)**	-	-	181.173	156.583
Juros capitalizados **(ii)**	-	-	58.909	59.518
Estoque de projeto **(iii)**	-	-	28.264	29.732
Adiantamento elevadores	-	-	(200)	(200)
Provisão custo x mercado	-	-	(4.613)	(7.782)
Apropriação custo obra	-	-	(807.555)	(774.268)
Total	**-**	**-**	**185.439**	**217.036**

(i) As classificações dos terrenos consistem para futuros lançamentos de incorporações. Os imóveis em construção e imóveis concluídos são classificados no ativo circulante, tendo em vista a sua disponibilidade para venda; (ii) Os custos financeiros de financiamentos são capitalizados em "Imóveis a comercializar" das obras em andamento e realizados ao resultado na rubrica "custo dos imóveis vendidos" de acordo com as unidades vendidas. No ano de 2021 e 2020, não houve capitalização de financiamento para construção de imóveis, apenas correção monetária; e (iii) O grupo de estoque com projetos, é composto por gastos com desenvolvimentos dos projetos de construções, plantas, decorações, implantações da área comum e entre outros.

6. Impostos e contribuições a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
PIS	-	-	31	31
Cofins	-	-	143	143
IRPJ/CSLL	87	58	405	369
IRRF sobre aplicações financeiras	257	152	291	277
IRRF sobre serviços de terceiros	1.298	1.128	1.302	1.131
PIS/Cofins/CSLL retidos	1.375	1.262	1.377	1.265
Total	**3.017**	**2.600**	**3.549**	**3.216**

7. Partes relacionadas: As movimentações de mútuo, registradas envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços normais de mercado. Os saldos em aberto no encerramento do exercício não têm garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro ou por meio de distribuição de dividendos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não contabilizou qualquer perda por redução ao valor recuperável os valores devidos por partes relacionadas. Essa avaliação é realizada a cada exercício social, examinando-se a posição financeira da parte relacionada e do mercado no qual a parte relacionada atua.

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Ativo				
Roberto Marinho Empreendimento Imobiliário Ltda.	3.248	3.248	3.248	3.248
Casablanca de Indaiatuba empreendimento SPE Ltda.	-	-	-	5.487
Estrutural Desenvolvimento Imobiliário Ltda.	-	-	5.000	441
3Z Vista Araucaria Empreendimentos Imobiliários Ltda.	2.334	2.334	-	-
SPE - Gramado	2.000	2.000	2.000	2.000
3Z Urbanismo I Empreendimentos Imobiliários Ltda.	1.789	1.789	-	-
ICS Engenharia e arquitetura construções LTDA	-	613	-	-
3Z Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	550	-	-
E M S S/A	68	68	68	68
ACS Piracicaba	25	25	25	25
SPE – Santo André	20	21	20	21
Outras SPE	1.393	648	107	-
Total ativo	**10.877**	**11.296**	**10.468**	**11.290**

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
EMS S/A	383	-	383	424
Carlos Eduardo Sanchez	33.502	38.200	33.502	38.200
3Z Sigma Empreendimentos Imobiliários Ltda.	3.375	3.050	-	-
3Z Genebra Empreendimento Imobiliários Ltda	6.111		-	
3Z Lotus Desenvolvimento Imobiliário Ltda	3.948		-	
3Z Realty Barão Geraldo Empr. Imobiliários Ltda.	5	1.666	-	-
3Z Ômega Empreendimentos Imobiliários Ltda.	680	-	-	-
3Z Jacarandá Empreendimentos Imobiliários Ltda.	1.638	1.451	-	-
3Z Jequitibá Empreendimentos Imobiliários Ltda.	4.496	16.484	4.496	11.386
3Z Viva Vista Encanto SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda	2.013		-	
3Z Santa Clara Empreendimentos Imobiliários Ltda.	601	-	-	-
Leonardo Sanchez Secundino	4.701	5.484	4.701	5.484
Marcus Vinícius Sanchez Secundino	4.701	5.484	4.701	5.484
BNI ACS Lotus Desenvolvimento Imobiliário Ltda.	-	2.781	-	-
3Z Franz Empreendimentos Imobiliários Ltda.	930	-	-	-
3Z Lambda Empreendimentos Imobiliários Ltda.	2.319	2.103	-	-
Viva Vista Paisagem SPE Empreend Imobiliários Ltda.	1.608	1.425	-	-
Ferreira de Araújo Empreendimentos Imobiliários Ltda.	1.248	-	1.248	1.248
Viva Vista Colina SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	1.014	1.480	-	-
3Z Corretora de Bens Imobiliários Ltda.	951	781	-	-
Outras SPE	981	237	147	12
Total passivo	**75.205**	**80.626**	**49.178**	**62.238**

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Juros incorridos				
3Z Lambda Empreendimentos Imobiliários Ltda.	(266)	(242)	-	-
3Z Barão Geraldo Empreendimentos Imobiliários Ltda. .	(170)	(190)	-	-
3Z Sigma Empreendimentos Imobiliários Ltda.	(385)	(349)	-	-
3Z Jacarandá Empreendimentos Imobiliários Ltda.	(186)	(166)	-	-
3Z Jequitibá Empreendimentos Imobiliários Ltda.	(513)	(558)	(513)	(558)
3Z Vista Paisagem Spe Empreendimentos Imobiliários Ltda.	(183)	(162)	-	-
3Z Manaca Empreendimentos Imobiliários Ltda.	(51)	(45)	(51)	(46)
3Z Vista Colina Spe Empreendimentos Imobiliários Ltda.	(134)	(173)	-	-
Valimog Empreendimentos Imobiliários Ltda.	(12)	(10)	-	-
3Z Corretora De Bens Imobiliários Ltda.	(100)	(90)	-	-
3Z Vista Encanto Spe Empreendimentos Imobiliários Ltda.	(13)	-	-	-
Total de juros incorridos	**(2.013)**	**(1.985)**	**(564)**	**(604)**

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Receitas				
EMS S.A	10.712	10.468	10.712	10.468
Perene	-	150	-	150
Outras SPE	1.301	-	541	48
Total de Receitas	**12.013**	**10.618**	**11.253**	**10.666**

7.1. Remuneração da administração: A remuneração paga e a pagar ao pessoal chave da administração, incluindo salários e encargos, participação nos lucros e outros benefícios, representa 35,40% das despesas com folha de pagamento no exercício de 31 de dezembro de 2021 (35,30% em 31 de dezembro de 2020).

8. Outros ativos:

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Adiantamento de férias	53	52	53	52
Adiantamento de terreno ou parcerias	23.200	61.879	23.200	61.879
Dação em pagamento	6.061	6.061	6.061	6.061
Ativo disponível para venda	-	-	16.142	16.142
Outros	174	173	2.667	4.517
Total	**29.488**	**68.165**	**48.123**	**88.651**
Total circulante	**226**	**225**	**2.719**	**20.711**
Total não circulante	**29.262**	**67.940**	**45.404**	**67.940**

9. Investimentos: A composição dos investimentos em 31 de dezembro de 2021, está demonstrada a seguir: **a) Controladora - dados das investidas:**

		Controladora					
Empresa	**Participação**	**Patrimônio líquido**	**Resultado do exercício**	**Investimentos**	**Equivalência patrimonial**	**AFAC**	**Passivo descoberto**
3Z Lambda Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,18%	2.862	768	2.838	762	60	-
3Z Gama Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,85%	31.821	4.366	31.774	4.360	295	-
3Z Omicron Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	-	-	-	(1.033)	-	-
3Z Barão Geraldo Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	-	-	-	153	-	-
3Z Espaço Jardins Empreendimentos Imobiliários SPE I Ltda.	99,82%	11.697	(979)	11.676	(977)	180	-
3Z Santa Clara Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,47%	16.373	(292)	16.287	(290)	227	-
3Z Beta Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,91%	38.975	(1.474)	38.941	(1.473)	3.680	-
3Z Sigma Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,39%	12.915	1.337	12.836	1.329	120	-
3Z Delta Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,85%	6.801	2.725	6.791	2.721	420	-
3Z Omega Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,82%	22.364	878	22.323	876	80	-
3Z Sumaré Empreendimentos Imobiliários Ltda.	98,65%	(9.449)	3.454	(9.322)	3.407	1.480	-
3Z Jacaranda Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,87%	20.033	3.094	20.007	3.090	50	-
3Z Jequitiba Empreendimentos Imobiliários Ltda.	70,00%	5.392	142	3.774	1.000	20	-
3Z Alpha Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,65%	14.808	(4.673)	14.756	(4.661)	5.130	-
3Z Jaguariuna Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,73%	(191)	(68)	(191)	(68)	180	-
3Z Tucuma Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,98%	28.478	(252)	28.471	(252)	40	-
3Z Carnauba Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,78%	5.093	-	5.082	-	-	-
3Z Lotus Desenvolvimento Imobiliário Ltda.	99,99%	10.120	167	10.119	167	50	-
3Z Paris Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,99%	28.784	(11.221)	28.781	(11.220)	1.738	-
3Z Araca Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,94%	39.993	(4.100)	39.970	(4.098)	560	-
Viva Vista Encanto SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	97,08%	7.476	1.084	7.257	1.052	190	-
Viva Vista Solar SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,99%	28.484	5.878	28.481	5.877	600	-
Viva Vista Paisagem SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	90,32%	28.428	(2.369)	25.676	(2.140)	-	-
Viva Vista Mirante SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	98,37%	18.279	(4.572)	17.981	(4.497)	890	-
Viva Vista Horizonte SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	92,09%	24.297	(3.837)	22.375	(3.533)	340	-
Viva Vista Brisa SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,98%	22.918	(5.462)	22.913	(5.461)	-	-
3Z Franz Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	26.290	3.557	26.290	3.557	-	-
ACS Manaca Empreendimentos Imobiliários Ltda.	90,00%	6.825	(246)	6.143	(221)	170	-
Viva Vista Colina Spe Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,46%	11.553	(1.479)	11.490	(1.471)	150	-
Viva Vista Alameda Spe Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,54%	22.378	(1.696)	22.275	(1.688)	380	-
Viva Vista Aroma Spe Empreendimentos Imobiliários Ltda.	97,73%	1.472	(218)	1.438	(213)	160	-
Viva Vista Harmonia Spe Empreendimentos Imobiliários Ltda.	97,69%	(161)	(163)	(157)	(159)	190	-
Viva Vista Passeio Spe Empreendimentos Imobiliários Ltda.	98,28%	1.354	(44)	1.331	(43)	50	-
Viva Vista Recanto Spe Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,95%	22.952	2.041	22.941	2.040	2.570	-

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6252-8C33-A045-3940.

3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A.

		Controladora					
Empresa	Participação	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Investimentos	Equivalência patrimonial	AFAC	Passivo descoberto
3Z Jaborandi Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,97%	1.868	(37)	1.867	(37)	50	-
Valimog Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,99%	6.767	(165)	6.767	(165)	20	-
3Z Jatoba Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,78%	1.840	(21)	1.836	(21)	30	-
Viva Vista Panorama SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,07%	1.439	(44)	1.426	(44)	60	-
Viva Vista Vereda SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	98,52%	997	(39)	982	(38)	40	-
Viva Vista Cerrado SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	98,98%	1.372	(44)	1.358	(44)	50	-
Viva Vista Araucaria SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	45.821	(378)	45.819	(378)	440	-
Boulevard Viva Vista SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	87,81%	53	-	47	-	-	-
ICS Engenharia, Arquitetura e Construções Ltda.	99,95%	(20)	-	-	-	20	-
3Z Ipanema Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,95%	11.004	(38)	10.998	(38)	50	-
Viva Vista Esplanada SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	98,83%	131	-	129	-	-	-
Viva Vista Bosque SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,93%	1.198	(40)	1.197	(40)	30	-
Viva Vista Pomar SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,92%	1.543	(38)	1.542	(38)	40	-
Viva Vista Plaza SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,50%	185	-	184	-	-	-
3Z Pitangueiras Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,98%	435	-	435	-	-	-
3Z Urbanismo I Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	44.244	4.097	44.243	4.097	200	-
3Z Corretora De Bens Imobiliários Ltda.	99,96%	2.080	213	2.080	213	-	-
3Z Tokio Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,99%	(117)	(59)	(117)	(59)	150	-
3Z Genebra Empreendimento Imobiliário Ltda.	99,99%	7.133	21.613	5.631	21.611	2.647	-
3Z Rio De Janeiro Empreendimento Imobiliário Ltda.	99,99%	(18.757)	(10.999)	(18.755)	(10.998)	10.760	-
3Z Campo Grande Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,99%	(273)	(158)	(273)	(158)	280	-
Sainte Anne Empreendimentos Imobiliários Ltda.	50%	(1.907)	-	-	-	1.907	
3Z Botafogo Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,99%	(1)	(1)	-	(1)	6	
3Z Ouro Verde Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,99%	(113)	(113)	(112)	(113)	136	
3Z Guanabara Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,99%	(1)	(1)	-	(1)	6	
3Z São Francisco Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,99%	(1)	(1)	-	(1)	6	
3Z Inga Empreendimentos Imobiliários Ltda.	90,00%	(1.135)	(8.594)	-	(7.735)	8.471	(1.022)
3Z Andrade Empreendimentos Imobiliários Ltda.	50,00%	48.875	14.514	24.437	7.162	27.350	
Ferreira de Araújo Empreendimento Imobiliário Ltda.	25,00%	7.543	(5)	1.884	(1)	-	
Roberto Marinho Empreend. Imob. Ltda.	60,00%	31.551	(175)	18.825	(105)	350	
Reserva das Araucárias Empreendimento Imobiliário	35,00%	2.468	(789)	864	(391)	219	
Total		**705.636**	**5.044**	**654.641**	**(430)**	**73.318**	**(1.022)**

Controladora	**2021**
Investimento	654.641
Aporte para futuro aumento de capital	73.318
Passivo a descoberto	(1.022)
Total investimentos	**726.937**
Controladora	**2021**
Saldo inicial do investimento e passivo a descoberto em 01 de janeiro de 2021	**662.263**
Resultado de equivalência patrimonial	(430)
Adiantamento para futuro aumento de capital	66.701
Perda de investimento e variação percentual	(1.597)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**726.937**

b) Consolidado

		Consolidado					
Empresa	Participação	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Investimentos	Equivalência patrimonial	AFAC	Passivo descoberto
3Z Jequitiba Empreendimentos Imobiliários Ltda.	70%	5.392	142	3.774	1.000	20	
3Z Manaca Empreendimentos Imobiliários Ltda.	90%	6.825	(246)	6.143	(221)	170	
3Z Inga Empreendimentos Imobiliários Ltda.	90%	(1.135)	(8.594)	0	(7.735)	8.471	(1.022)
3Z Andrade Empreendimentos Imobiliários Ltda.	50%	48.875	14.514	24.437	7.162	27.350	
Ferreira de Araújo Empreendimento Imobiliário Ltda.	25%	7.543	(5)	1.885	(1)	-	
Roberto Marinho Empreend. Imob. Ltda.	60%	31.551	(175)	18.825	(105)	350	
Reserva das Araucárias Empreendimento Imobiliário	35%	2.468	(789)	864	(391)	219	
Total		**101.519**	**4.847**	**55.928**	**(291)**	**36.580**	**(1.022)**

Consolidado	**2021**
Investimento	55.928
Aporte para futuro aumento de capital	36.580
Passivo a descoberto	(1.022)
Total investimentos	**91.486**
Consolidado	**2021**
Saldo inicial do investimento e do passivo a descoberto em 01 de janeiro de 2021	**88.672**
Resultado de equivalência patrimonial	(291)
Adiantamento para futuro aumento de capital	4.118
Perda de investimento	(1.013)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**91.486**

A composição dos investimentos em 31 de dezembro de 2020, está demonstrada a seguir:

a) Controladora – dados das investidas

		Controladora					
Empresa	Participação	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Investimentos	Equivalência patrimonial	AFAC	Passivo descoberto
3Z Lambda Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,16%	2.029	(668)	2.012	(662)	65	-
3Z Gama Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,85%	27.455	(2.686)	27.414	(2.682)	-	-
3Z Omicron Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	(212)	(272)	-	(272)	140	(212)
3Z Barão Geraldo Empreendimentos Imobiliários Ltda.	87,86%	9.443	133	8.297	117	-	-
3Z Espaço Jardins Empreendimentos Imobiliários SPE I Ltda.	99,78%	8.792	(3.776)	8.773	(3.768)	4.024	-
3Z Santa Clara Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,47%	16.502	868	16.414	864	100	-
3Z Beta Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,91%	39.189	(860)	39.154	(860)	1.770	-
3Z Sigma Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,39%	11.497	879	11.427	874	80	-
3Z Delta Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,83%	3.426	(3.470)	3.420	(3.464)	670	-
3Z Omega Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,80%	21.455	572	21.413	571	30	-
3Z Sumaré Empreendimentos Imobiliários Ltda.	98,55%	(13.913)	441	-	434	1.490	(13.712)
3Z Jacaranda Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,87%	16.939	(623)	16.917	(622)	-	-
3Z Jequitiba Empreendimentos Imobiliários Ltda.	70,00%	14.570	1.128	10.199	790	20	-
3Z Alpha Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,60%	15.931	(1.691)	15.867	(1.684)	4.040	-
3Z Jaguariuna Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,71%	(413)	(301)	-	(300)	440	(412)
3Z Tucuma Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,98%	28.730	1.648	28.723	1.647	-	-
3Z Carnauba Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,78%	5.093	(7)	5.082	(7)	-	-
3Z Lotus Desenvolvimento Imobiliário Ltda.	100,00%	(747)	1.308	-	1.308	10.701	(747)
3Z Paris Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,98%	1	-	1	-	4	-
3Z Araca Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,94%	43.653	(7.538)	43.628	(7.534)	440	-
Viva Vista Encanto SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	97,05%	6.276	(179)	6.091	(173)	116	-
Viva Vista Solar SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,99%	17.649	(198)	17.647	(198)	5.427	-
Viva Vista Paisagem SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	90,32%	21.436	10.612	19.361	9.585	9.360	-
Viva Vista Mirante SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	98,33%	22.082	1.166	21.713	1.146	770	-
Viva Vista Horizonte SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	92,09%	28.134	3.349	25.908	3.084	-	-
Viva Vista Brisa SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,98%	28.380	4.710	28.374	4.709	-	-
3Z Franz Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	22.733	3.367	22.733	3.367	-	-
ACS Manaca Empreendimentos Imobiliários Ltda.	90,00%	7.072	52	6.364	47	10	-
Viva Vista Colina Spe Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,45%	13.001	595	12.930	592	30	-
Viva Vista Alameda Spe Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,52%	23.189	(410)	23.078	(408)	925	-
Viva Vista Aroma Spe Empreendimentos Imobiliários Ltda.	97,70%	1.640	(55)	1.602	(54)	60	-
Viva Vista Harmonia Spe Empreendimentos Imobiliários Ltda.	97,56%	(78)	7	-	7	90	(76)
Viva Vista Passeio Spe Empreendimentos Imobiliários Ltda.	98,09%	1.225	(37)	1.201	(36)	194	-
Viva Vista Recanto Spe Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,94%	17.035	(549)	17.025	(549)	4.506	-
3Z Jaborandi Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,97%	1.869	(33)	1.869	(33)	35	-
Valimog Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,99%	6.065	(743)	6.065	(743)	866	-
3Z Jatoba Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,78%	1.851	(1)	1.847	(1)	10	-
Viva Vista Panorama SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,06%	1.443	(50)	1.430	(49)	50	-
Viva Vista Vereda SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	98,48%	990	(45)	975	(44)	55	-
Viva Vista Cerrado SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	98,96%	1.366	(50)	1.352	(50)	60	-
Viva Vista Araucaria SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	44.009	5.330	44.008	5.330	2.380	-
Boulevard Viva Vista SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	87,81%	54	-	47	-	-	-
ICS Engenharia, Arquitetura e Construções Ltda.	99,95%	(711)	(245)	-	(245)	150	(711)
3Z Ipanema Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,85%	10.952	(38)	10.935	(38)	90	-
Viva Vista Esplanada SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	98,80%	126	-	124	-	5	-
Viva Vista Bosque SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,93%	1.178	(35)	1.177	(35)	60	-
Viva Vista Pomar SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,92%	1.419	(32)	1.417	(32)	173	-
Viva Vista Plaza SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,48%	175	-	174	-	10	-
3Z Pitangueiras Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,98%	430	-	430	-	5	-
3Z Urbanismo I Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	40.047	(865)	40.046	(865)	100	-
3Z Corretora De Bens Imobiliários Ltda.	99,96%	1.868	929	1.867	929	-	-
3Z Tokio Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,99%	(63)	(70)	-	(70)	75	(63)
3Z Genebra Empreendimento Imobiliário Ltda.	99,99%	(15.981)	(15.981)	2.650	(15.981)	2.888	(18.630)
3Z Rio De Janeiro Empreendimento Imobiliário Ltda.	99,99%	(12.978)	(12.979)	-	(12.978)	6.130	(12.977)
3Z Campo Grande Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,99%	(115)	(116)	-	(116)	120	(114)
3Z Inga Empreendimentos Imobiliários Ltda.	90,00%	(1.725)	(9.653)	-	(8.688)	9.183	(1.553)
3Z Andrade Empreendimentos Imobiliários Ltda.	50,00%	34.552	12.721	17.276	6.360	24.997	-
Ferreira de Araújo Empreendimento Imobiliário Ltda.	25,00%	7.523	(25)	1.881	(6)	-	-
Roberto Marinho Empreend. Imob. Ltda.	60,00%	31.383	(179)	18.830	(108)	105	-
Reserva das Araucárias Empreendimento Imobiliário	35,00%	3.254	(57)	1.139	(19)	114	-
Total		**618.175**	**(14.702)**	**618.307**	**(21.613)**	**93.163**	**(49.207)**

Controladora	**2020**
Investimento	618.307
Aporte para futuro aumento de capital	93.163
Total investimentos	**711.470**
Passivo descoberto	(49.207)
Total	**662.263**
Controladora	**2020**
Saldo inicial do investimento e passivo a descoberto em 1º de janeiro de 2020	**662.263**
Resultado de equivalência patrimonial	(21.613)
Adiantamento para futuro aumento de capital	40.858
Ganho investimento e variação percentual investimento	4.360
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**662.263**

b) Consolidado:

		Consolidado					
Empresa	Participação	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Investimentos	Equivalência patrimonial	AFAC	Passivo descoberto
3Z Jequitiba Empreendimentos Imobiliários Ltda.	70%	14.570	1.128	10.199	790	20	-
3Z Manaca Empreendimentos Imobiliários Ltda.	90%	7.072	52	6.364	47	10	-
3Z Inga Empreendimentos Imobiliários Ltda.	90%	(1.725)	(9.653)	-	(8.688)	9.183	(1.553)
3Z Andrade Empreendimentos Imobiliários Ltda.	50%	34.552	12.721	17.276	6.360	24.997	-
Ferreira de Araújo Empreendimento Imobiliário Ltda.	25%	7.523	(25)	1.881	(6)	-	-
Roberto Marinho Empreend. Imob. Ltda.	60%	31.383	(179)	18.830	(108)	105	-
Reserva das Araucárias Empreendimento Imobiliário	35%	3.254	(57)	1.140	(19)	220	.
Total		**96.629**	**3.987**	**55.690**	**(1.624)**	**34.535**	**(1.553)**

Consolidado	**2020**
Investimento	55.690
Aporte para futuro aumento de capital	34.535
Total investimentos	**90.225**
Passivo descoberto	(1.553)
Total	**88.672**
Consolidado	**2020**
Saldo inicial do investimento e do passivo a descoberto em 01 de janeiro de 2020	**69.241**
Resultado de equivalência patrimonial	(1.624)
Adiantamento para futuro aumento de capital	15.879
Perda de investimento	5.176
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**88.672**

10. Imobilizado: a) Controladora

	Instalações	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Arrendamento	Total
Em 31 de dezembro de 2019	**-**	**7**	**48**	**29**	**1.942**	**2.026**
Aquisições	-	-	5	-	272	**277**
Depreciação	-	(2)	(15)	(6)	(592)	**(615)**
Em 31 de dezembro de 2020	**-**	**5**	**38**	**23**	**1.622**	**1.688**
.						
Em 31 de dezembro de 2020						
Custo	9	13	264	93	2.499	**2.878**
Depreciação acumulada	(9)	(8)	(226)	(70)	(877)	**(1.190)**
Em 31 dezembro de 2020	**-**	**5**	**38**	**23**	**1.622**	**1.688**
Em 1º de janeiro de 2021	**-**	**5**	**38**	**23**	**1.622**	**1.688**
Aquisições	**-**	**-**	**11**	**-**	**271**	**282**
Depreciação	**-**	**(1)**	**(13)**	**(7)**	**(592)**	**(613)**
Em 31 de dezembro de 2021	**-**	**4**	**36**	**16**	**1.301**	**1.357**
.						
Em 31 de dezembro de 2021						
Custo	9	13	275	93	2.770	**3.160**
Depreciação acumulada	(9)	(9)	(239)	(77)	(1.469)	**(1.803)**
Em 31 dezembro de 2021	**-**	**4**	**36**	**16**	**1.301**	**1.357**
Taxas de depreciação	**10%**	**10%**	**20%**	**10%**	**-**	**-**

b) Consolidado

	Instalações	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Arrendamento	Total
Em 31 de dezembro de 2019	-	**8**	**49**	**37**	**2.612**	**2.706**
Aquisições	-	-	5	-	459	**464**
Depreciação	-	(1)	(16)	(8)	(592)	**(617)**
Em 31 de dezembro de 2020	-	7	38	29	2.479	**2.553**
.						
Em 31 de dezembro de 2020						
Custo	7	20	395	119	3.432	**3.973**
Depreciação acumulada	(7)	(13)	(357)	(90)	(953)	**(1.420)**
Em 31 dezembro de 2020	**-**	**7**	**38**	**29**	**2.479**	**2.553**
Em 1º de janeiro de 2021	**-**	**7**	**38**	**29**	**2.479**	**2.553**
Aquisições	-	-	11	-	459	**470**
Depreciação	-	(7)	(15)	(7)	(592)	**(621)**
Em 31 de dezembro de 2021	**-**	**-**	**34**	**22**	**2.346**	**2.402**
.						
Em 31 de dezembro de 2021						
Custo	7	20	406	119	3.891	**4.443**
Depreciação acumulada	(7)	(20)	(372)	(97)	(1.545)	**(2.041)**
Em 31 dezembro de 2021	**-**	**-**	**34**	**22**	**2.346**	**2.402**
Taxas de depreciação	**10%**	**10%**	**20%**	**10%**	**-**	**-**

11. Empréstimos e financiamentos:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
CRI ICVM nº 476 **(a)**	97.505	130.869	97.505	130.869
Passivo circulante	25.256	130.869	25.256	130.869
Passivo não circulante	72.249	**-**	72.249	**-**

(a) Em 06 de setembro de 2018, a Companhia realizou a captação de R$ 130.000, através do CRI (Certificado de Recebíveis Imobiliários), garantida por fiança corporativa da EMS S.A., com *rating* e lastreado em debentures não conversíveis em ações. A remuneração é 102,5% CDI, com vencimento do principal em 26 de agosto de 2021 e amortização dos juros semestral. Em 2021 esse contrato foi totalmente liquidado e foi captado novo CRI, no valor de R$110.000 junto ao banco Safra. A remuneração é de 100.00% TLP-IPCA + 7.50% a.a. com vencimento em 15 de setembro de 2028 e amortização de juros mensais com início em 15 de outubro de 2021. Segue adiante movimentação dos saldos:

	Controladora e consolidado	
	2021	**2020**
Saldos iniciais	**130.869**	**132.370**
Captação	110.000	-
Pagamento principal	(146.394)	-
Provisão de juros e variação monetária	8.178	3.713
Pagamento de juros	(5.148)	(5.214)
Saldos finais	**97.505**	**130.869**

Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas "*covenants*" restritivas financeiras. A administração da Companhia monitora permanentemente as cláusulas e foram integralmente atendidas no encerramento do exercício.

12. Fornecedores:

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Fornecedores nacionais	304	267	2.039	12.726
Total	**304**	**267**	**2.039**	**12.726**

13. Obrigações pela compra de terrenos: Refere-se às obrigações contratuais para aquisição de terrenos. A controladora não possui obrigações pela compra de terrenos:

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Flórida Parque Empreend. Imob.	-	-	11.289	9.941
YP Empreend. Imobiliários	-	-	15.832	19.916
Outros	-	-	4.997	2.373
Total	**-**	**-**	**32.118**	**32.230**
Total Circulante	**-**	**-**	**29.493**	**32.230**
Total Não Circulante	**-**	**-**	**2.625**	**-**

14. Outros passivos:

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Provisões diversas	284	386	1.932	2.160
Provisão locação de veículos	127	54	127	54
Adiantamento para futura redução de investimento **(i)**	261.938	197.316	-	-
Adiantamento de clientes	8.620	-	12.140	4.930
Adiantamento de coligadas	59.087	52.056	59.087	52.056
Obrigações com clientes imobiliários	96	-	13.333	8.966
Repasse de receita terreneiro	-	-	25.483	43.162
Dação	-	3.754	-	3.754
Arrendamento mercantil - IFRS 16	1.273	1.773	2.236	2.604
Outras contas	999	-	3.983	2.966
Total	**332.424**	**255.339**	**118.321**	**120.652**
Total circulante	**81.728**	**254.225**	**57.038**	**118.829**
Total não circulante	**250.696**	**1.114**	**61.283**	**1.823**

Adiante demonstramos a movimentação dos arrendamentos mercantil.

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Saldo inicial	**1.773**	**2.031**	**2.604**	**2.729**
Adições	272	272	459	459
Pagamentos	(772)	(772)	(900)	(900)
Juros	-	242	73	316
Saldo final	**1.273**	**1.773**	**2.236**	**2.604**

(i) O saldo findo em 31 de dezembro de 2021 d R$ 261.938 (R$ 197.316 em 2020) referente à futura redução de investimento nas controladas com contrapartida na rubrica de caixa e equivalente de caixa, no qual, consta como adiantamento decorrente das alterações contratuais que ainda não foram registradas na Jucesp.

15. Provisão para distrato:

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Provisão para distrato	-	-	12.513	10.594
Total	**-**	**-**	**12.513**	**10.594**

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Em 1º de janeiro	-	-	10.594	9.139
Constituição/reversão da provisão demonstrada no resultado	-	-	1.919	1.455
Em 31 de dezembro	**-**	**-**	**12.513**	**10.594**

16. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social são registrados nas demonstrações contábeis com base na receita de vendas reconhecida e nos custos e nas despesas incorridos pelo regime de competência.

a) Tributos diferidos:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
IRPJ	-	-	4.479	4.851
CSLL	-	-	2.505	2.859
PIS	-	-	1.507	1.728
Cofins	-	-	6.957	8.012
Total	**-**	**-**	**15.448**	**17.450**

c) Tributos correntes: Segue a reconciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social, apurados em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Consolidado	**2021**	**2020**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(15.383)	(29.546)
(+) Diferença da base de cálculo pelo lucro presumido	2.897	17.515
(=) Base de cálculo	(12.486)	(12.031)
(x) Aplicação de alíquotas do IRPJ 25% e da CSLL 9%	34%	34%
(=) Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre lucro	(4.245)	(4.091)
Corrente	(5.044)	(3.062)
Diferido	799	(1.029)

A Companhia não possui mais empresa enquadrada no Regime Especial de Tributação (RET), onde a controladora é lucro real e as demais SPE's são lucro presumido.

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6252-8C33-A045-3940.

Publicidade Legal

3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A.

17. Provisão para contingências: Os processos trabalhistas referem-se a diversos processos, que pleiteiam indenizações a serem apuradas em liquidação de sentença, e requer também a coordenação no pagamento de custas processual e honorária advocatícia a serem arbitrados pelo juiz. Os processos cíveis referem-se a indenizações de diversas naturezas (dano moral, material, emergentes) referente a unidades vendidas e/ou fornecedores dos empreendimentos.

a) Composição: Segue os saldos das provisões em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Controladora	
	2021	2020
Contingências cíveis	643	202
Contingências trabalhistas e previdenciárias	5.772	4.475
Total	**6.415**	**4.677**
	Consolidado	
	2021	2020
Contingências cíveis **(a)**	28.032	39.527
Contingências trabalhistas e previdenciárias	9.616	7.416
Total	**37.648**	**46.943**

(a) Contingências cíveis compostas basicamente por ações de cunho consumerista, com base em solicitações de distratos e indenizações, com alguns litígios com fornecedores sobre a prestação de serviços em obras e suas especificidades.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Em 1º de janeiro	**4.677**	**433**	**46.943**	**41.217**
Baixa efetiva	-	-	(2.005)	-
Constituição da provisão demonstrada no resultado	1.738	4.244	(7.290)	5.726
Em 31 de dezembro	**6.415**	**4.677**	**37.648**	**46.943**

b) Perdas possíveis e não provisionadas: A Companhia tem ações de naturezas cíveis e trabalhistas, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, conforme composição e estimativa a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Cíveis	12.717	10.919	58.097	39.106
Trabalhista	3.225	653	3.549	5.452
Tributária	12		4.300	-
Total	**15.954**	**11.572**	**65.946**	**44.558**

c) Depósitos judiciais: O saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2021 e 2020, está composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Trabalhista	283	81	4.484	4.659
Total	**283**	**81**	**4.484**	**4.659**

18. Provisão para garantia:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Provisão para garantia	255	-	12.978	14.960
Total	**255**	**-**	**12.978**	**14.960**

A seguir, movimentação da provisão par o ano de 2021 e 2020:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Em 1º de janeiro	**-**	**-**	**14.960**	**17.535**
Constituição (reversão) da provisão no resultado	255	-	(1.982)	(2.575)
Em 31 de dezembro	**255**	**-**	**12.978**	**14.960**

19. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 2021, o capital social autorizado, subscrito e integralizado é R$ 712.274 (R$360.091 em 2020), dividindo-se em 712.273.702 ações ordinárias nominativas. **Composição acionistas:**

Acionista 2021	Número de ações	% - Participação
Carlos Eduardo Sanchez	534.205.278	75%
Leonardo Sanchez Secundino	89.034.212	12,5%
Marcus Vinicius Sanchez Secundino	89.034.212	12,5%
Total	**712.273.702**	**100%**
Acionista 2020	**Número de ações**	**% - Participação**
Carlos Eduardo Sanchez	270.068.148	75%
Leonardo Sanchez Secundino	45.011.358	12,5%
Marcus Vinicius Sanchez Secundino	45.011.358	12,5%
Total	**360.090.864**	**100%**

b) Adiantamento para futuro aumento de capital: Durante o exercício de 2021, houve a integralização total do saldo de adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R$352.183.

20. Receita operacional líquida: a) Controladora:

Descrição	2021	2020
Prestação de serviços	12.013	10.647
Total	**12.013**	**10.647**
Deduções	(1.979)	(1.534)
Receita líquida total	**10.034**	**9.113**

b) Consolidado:

Descrição	2021	2020
Prestação de serviços	11.253	10.666
Venda de imóveis	149.364	103.739
Total	**160.617**	**114.405**
Deduções	(6.025)	(6.457)
Receita líquida total	**154.592**	**107.948**

21. Informações sobre natureza dos custos e das despesas reconhecidas na demonstração do resultado:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Custo POC e pós obra	-	-	(108.299)	(89.105)
Repasse de receita terreneiro	-	-	(11.505)	(43.162)
Despesas com informática	(1.147)	(892)	(1.147)	(894)
Despesas com publicidade	(817)	(958)	(1.890)	(2.095)
Despesas de cartório	(153)	(231)	(1.357)	(1.627)
Despesas legais	(172)	(940)	(19.143)	(15.615)
Encargos de depreciação	(613)	(615)	(613)	(617)
Energia elétrica, água, telefone e internet	(163)	(229)	(263)	(934)
Provisão de distrato	-	-	(1.919)	(1.455)
Provisão para perda contratual	-	-	199	2
Provisão para contingências	(1.738)	(4.244)	7.290	(5.726)
Provisão para garantia	-	-	1.982	2.575
Salários e encargos sociais	(7.997)	(7.725)	(7.997)	(7.763)
Serviços de terceiros pessoa jurídica	(6.910)	(4.950)	(21.276)	(16.877)
Outras despesas (receitas)	(169)	604	(20.493)	(8.842)
Total	**(19.879)**	**(21.388)**	**(186.431)**	**(192.135)**
Classificadas como				
Despesas com vendas	(937)	(757)	(17.312)	(45.429)
Custos dos imóveis vendidos	-	-	(108.299)	(90.102)
Despesas gerais e administrativas	(18.942)	(20.631)	(60.820)	(56.604)
Total	**(19.879)**	**(21.388)**	**(186.431)**	**(192.135)**

22. Resultado financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	-	5	-	5
Encargos por atraso	-	-	24.899	53.130
Rendimento de aplicações financeiras	231	59	1.152	366
Outras receitas financeiras	-	-	-	96
Total	**231**	**64**	**26.051**	**53.597**
Despesas financeiras				
Descontos concedidos	-	-	(2.906)	(331)
Despesas bancárias	(518)	(8)	(609)	(81)
Juros de empréstimos	(12.520)	(3.713)	(12.521)	(3.713)
Juros de mútuo	(2.013)	(1.985)	(564)	(604)
Outras despesas financeiras	-	(7)	(21)	(14)
Juros arrendamento mercantil	-	(242)	(73)	(316)
Total	**(15.051)**	**(5.955)**	**(16.694)**	**(5.059)**
Resultado financeiro	**(14.820)**	**(5.891)**	**9.357**	**48.538**

23. Seguros: A Companhia adota a política de contratar seguros para os bens, serviços e operações sujeitas a riscos por montantes considerados pela administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado segurador coberturas compatíveis com o nosso porte e operações, sendo a cobertura de seguros consistente com as outras companhias de dimensão semelhante operando no setor. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes. **24. Risco de capital:** A Companhia administra seu capital para assegurar que a empresa possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido e reservas, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 19. A administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital:

	Controladora	
	2021	2020
Total dos empréstimos (Nota Explicativa nº 11)	97.505	130.869
Partes relacionadas - A pagar (Nota Explicativa nº 7)	75.205	80.626
Partes relacionadas - A receber (Nota Explicativa nº 7)	(10.877)	(11.296)
Caixa e equivalestes de caixa (Nota Explicativa nº 3)	(2.005)	(9.555)
Dívida líquida	**159.828**	**190.644**
Total do patrimônio líquido	**262.164**	**282.398**
Total do capital	**421.992**	**473.042**
Índice de alavancagem financeira - %	**38%**	**40%**
	Consolidado	
	2021	2020
Total dos empréstimos (Nota Explicativa nº 11)	97.505	130.869
Partes relacionadas - a pagar (Nota Explicativa nº 7)	49.178	62.238
Partes relacionadas - a receber (Nota Explicativa nº 7)	(10.468)	(11.290)
Caixa e equivalestes de caixa (Nota Explicativa nº 3)	(44.934)	(58.816)
Dívida líquida	**91.281**	**123.001**
Total do patrimônio líquido	**262.083**	**283.916**
Total do capital	**353.364**	**406.917**
Índice de alavancagem financeira - %	**26%**	**30%**

25. Demonstração do fluxo de caixa: A seguir demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Controladora	2021
Adições no ativo imobilizado	271
Aumento de capital - integralização de AFAC	**352.183**
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	
Adições de passivos de arrendamento	**(271)**
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	
Consolidado	**2021**
Adições no ativo imobilizado	459
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	
Adições no ativo imobilizado	**(459)**
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	
Controladora	**31 de dezembro de 2020**
Adições no ativo imobilizado	272
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	**272**
Adições de passivos de arrendamento	(272)
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	**(272)**
Consolidado	**31 de dezembro de 2020**
Adições no ativo imobilizado	459
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	**459**
Adições no ativo imobilizado	(459)
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	**(459)**

Luiz Carlos Borgonovi – Presidente, **Thiago Cardoso T. Tavares** – Diretor
Rodrigo Miranda Simões – Contador – CRC SP 1SP250809/O-7

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da **3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A. -** Campinas – SP.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da 3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da 3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem as normas, interpretações e orientações emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com estas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Conforme descrito nas Notas Explicativas nºs 2.1 e 2.3, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem as normas, interpretações e orientações emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela entidade para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, seguem o entendimento manifestado pela CVM no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15). Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto. **Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na (CVM), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre e eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 24 de março de 2022

Élica Daniela da Silva Martins
CT CRC 1SP-223.766/O-0
Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Grant Thornton

Lira quer incluir Refis de grandes empresas e dívidas com eSocial em MP do Fies

O presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), tem defendido incluir o Refis (parcelamento de débitos tributários) para médias e grandes empresas em uma Medida Provisória (MP) que trata do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e que precisa ser analisada pelo Congresso até 1º de junho.

O objetivo é acelerar a tramitação do Refis, pois o projeto de lei do Senado que trata do programa de refinanciamento de dívidas já foi descartado por ter se tornado muito amplo. Esse programa também abrangeria dívidas de pessoas físicas e incluiria de tributos como o Imposto de Renda a parcelas atrasadas do eSocial, a plataforma de registro para o cumprimento de obrigações trabalhistas e tributárias.

Na semana passada, Lira já havia indicado a preferência por resolver o impasse com uma MP. "Muito provavelmente (o Refis) será colocado numa Medida Provisória, se depender da nossa vontade, porque as duas Casas apreciarão de maneira igualitária de novo esse tema", afirmou o presidente da Câmara, em 13 de abril, após uma reunião com o ministro da Economia, Paulo Guedes.

Depois de se reunir também com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), Lira levantou a possibilidade de colocar o Refis na MP que prevê a renegociação de dívidas do Fies. O acerto ainda depende, contudo, de uma nova reunião com Guedes e com a Secretaria de Governo, comandada por Célio Faria.

O projeto do novo Refis passou no Senado em agosto do ano passado, mas ficou travado na Câmara. Em dezembro, na última sessão antes do recesso parlamentar, houve uma tentativa de aprovar a proposta no plenário, mas o próprio relator, deputado André Fufuca (Progressistas-MA), pediu para a votação ser adiada, em acordo com o governo. Na ocasião, Fufuca disse que o projeto seria analisado na primeira sessão deste ano, o que não ocorreu devido à falta de consenso sobre detalhes do texto.

"Aquele texto dificilmente será votado, já não foi no ano passado, por dificuldades. Do nosso ponto de vista, ele estava muito expansivo. Precisa tratar de quem realmente foi prejudicado na pandemia, de quem realmente teve prejuízo, aquelas pessoas que sofreram mais no período da pandemia", disse o presidente da Câmara em 13 de abril.

O Refis para micro e pequenas empresas, relatado na Câmara pelo deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP), também segue travado. Depois de passar no Congresso, a proposta foi vetada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), no começo de janeiro, por razões jurídicas. O veto, contudo, foi derrubado pelo Legislativo em março, em acordo com o governo.

A previsão inicial era de que a abertura do programa de renegociação de dívidas ocorresse no dia 1º de abril. No entanto, há um impasse sobre como compensar a perda de receitas. No entendimento de técnicos no governo, o Refis se trata de uma renúncia fiscal e, portanto, precisa de uma compensação, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Isto é Dinheiro

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6252-8C33-A045-3940.

NC Participações S.A.

CNPJ/MF nº 05.491.842/0001-07

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 ***(Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto quando de outra forma indicado)***

Balanços patrimoniais

Ativo	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Circulante		**27.523**	263.080	**2.293.802**	2.172.102
Caixa e equivalentes de caixa	10	**1.962**	1.560	**220.675**	148.205
Contas a receber de clientes	12	**-**	-	**848.549**	750.597
Contas a receber de partes relacionadas	30	**-**	-	**91.593**	232.319
Estoques	13	**-**	-	**770.066**	653.473
Tributos a recuperar	14	**256**	254	**256.805**	323.838
Dividendos a receber	30	**25.034**	105.052	**3.378**	-
Outros recebíveis	15	**271**	156.214	**102.736**	63.670
Não circulante		**1.257.593**	1.161.388	**1.808.184**	1.658.515
Tributos a recuperar	14	**-**	-	**228.669**	6.703
Depósitos judiciais	22	**-**	-	**38.021**	37.801
Outros recebíveis	15	**-**	-	**8.688**	5.855
Aplicação financeira vinculada a empréstimo	11	**-**	-	**4.526**	4.124
Mútuo entre partes relacionadas	30	**-**	-	**10.393**	316.093
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	**-**	-	**87.511**	59.682
Investimentos em controladas e coligadas	16	**1.257.593**	1.161.388	**408.062**	439.966
Imobilizado	17	**-**	-	**872.259**	679.071
Direito de uso ativo	18	**-**	-	**138.993**	98.016
Intangível		**-**	-	**11.062**	11.204
Total do ativo		**1.285.116**	1.424.468	**4.101.986**	3.830.617

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Circulante		**590.211**	615.811	**2.566.606**	2.410.307
Fornecedores	19	**-**	-	**360.425**	185.277
Fornedores - partes relacionadas	30	**-**	-	**1.066.030**	1.142.881
Empréstimos e financiamentos	20	**-**	-	**157.967**	98.886
Passivo de arrendamento	18	**-**	-	**48.466**	37.982
Salários e encargos		**-**	-	**130.236**	93.452
Tributos a recolher		**-**	-	**24.505**	24.396
Imposto de renda e contribuição social a pagar	23	**-**	-	**27.336**	33.142
Impostos parcelados		**-**	-	**16.069**	15.958
Dividendos a pagar	30	**584.692**	610.292	**603.822**	629.422
Outras contas a pagar	21	**5.519**	5.519	**131.750**	148.911
Não circulante		**169.184**	184.617	**1.054.699**	767.407
Empréstimos e financiamentos	20	**-**	-	**564.631**	369.740
Passivo de arrendamento	18	**-**	-	**99.271**	65.623
Dividendos a pagar	30	**138.582**	138.582	**138.582**	138.582
Impostos parcelados		**-**	-	**27.246**	38.695
Provisão para perdas com processos judiciais	22	**-**	-	**124.325**	113.490
Receita diferida - subvenção governamental		**-**	-	**3.497**	19.032
Provisão para perdas em investidas	16	**-**	46.035	**-**	16.912
Outras contas a pagar	21	**30.602**	-	**97.147**	5.333
Total do passivo		**759.395**	800.428	**3.621.305**	3.177.714
Patrimônio líquido	24	**525.721**	624.040	**525.721**	624.040
Capital social		**128.999**	128.999	**128.999**	128.999
Reservas legal		**25.800**	25.800	**25.800**	25.800
Reservas de lucros		**151.674**	332.116	**151.674**	332.116
Ajustes de avaliação patrimonial		**219.248**	137.125	**219.248**	137.125
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		**525.721**	624.040	**480.681**	652.903
Participação de não controladores		**-**	-	**(45.040)**	28.863
Total do passivo e do patrimônio líquido		**1.285.116**	1.424.468	**4.101.986**	3.830.617

Demonstrações de resultados

	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Receita operacional líquida	25	**-**	-	**4.399.705**	3.919.635
Custo das vendas	26	**-**	-	**(2.718.793)**	(2.127.820)
Lucro bruto				**1.680.912**	1.791.815
Despesas com vendas	26	**-**	-	**(374.952)**	(374.284)
Despesas administrativas	26	**(11)**	(366)	**(1.231.591)**	(976.146)
Outras (despesas) receitas, líquidas	27	**(8)**	(9)	**(54.040)**	87.843
Participação nos resultados de controladas e coligadas	16	**(180.452)**	412.303	**(3.209)**	40.737
Lucro (prejuízo) operacional		**(180.471)**	411.928	**17.120**	569.965
Receitas financeiras	28	**44**	97	**56.111**	141.911
Despesas financeiras	28	**(11)**	(12)	**(196.889)**	(80.339)
Resultado financeiro, líquido		**33**	85	**(140.778)**	61.572
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**(180.438)**	412.013	**(123.658)**	631.537
Imposto de renda e contribuição social	23	**(4)**	-	**(111.840)**	(216.100)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**(180.442)**	412.013	**(235.498)**	415.437
Lucro atribuível à acionistas controladores				**(180.442)**	412.013
Prejuízo atribuível à acionistas não controladores				**(55.056)**	3.424
Lucro líquido do exercício				**(235.498)**	415.437
Lucro líquido básico e diluído por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R$ por ação)	29	**(1,40)**	3,19		

Demonstrações dos resultados abrangentes

	Controlada 2020	Controlada 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**(180.442)**	412.013	**(235.498)**	415.437
Outros resultados abrangentes				
Operações no exterior e diferenças cambiais na conversão	**82.123**	15.814	**82.123**	15.814
Resultado abrangente total	**(98.319)**	427.827	**(153.375)**	431.251
Resultado abrangente atribuível:				
Acionistas controladores			**(98.319)**	427.827
Acionistas não controladores			**(55.056)**	3.424
Resultado abrangente total			**(153.375)**	431.251

Demonstrações dos fluxos de caixa

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**(180.438)**	412.013	**(123.658)**	631.537
Ajustes de				
Depreciação e amortização	**-**	-	**90.629**	55.406
Perda na alienação de imobilizado e intangível	**-**	-	**9.689**	11.376
Provisão (reversão) por perda ao valor recuperável	**-**	-	**(13.386)**	(6.019)
Provisão (reversão) para obsolescência dos estoques	**-**	-	**2.782**	30.039
Provisão (reversão) para perdas com processos judiciais e depósitos judiciais	**-**	-	**11.910**	(3.262)
Provisão de juros	**-**	-	**79.142**	33.635
Provisão de juros sobre mútuo	**-**	-	**-**	(94.528)
Resultado de controladas e coligadas reconhecido por equivalência patrimonial	**180.452**	(412.302)	**3.209**	(40.736)
Provisão (reversão) para perdas com investimentos	**-**	-	**(14.192)**	-
Perdas (ganhos) cambiais não realizados de atividades financeiras	**-**	-	**15.299**	10.754
Outras perdas com investimentos	**-**	-	**65.358**	5.390
Baixa de sinistro - incêndio	**-**	-	**-**	(48.483)
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	**-**	-	**(83.777)**	(223.587)
Estoques	**-**	-	**(111.770)**	(247.719)
Contas a receber de partes relacionadas	**-**	-	**140.726**	(81.812)
Tributos a recuperar	**(2)**	(20)	**(241.335)**	(174.351)
Outros recebíveis	**(274.024)**	(59.768)	**(41.899)**	196.966
Pagamentos de processos processos judiciais e depósitos judiciais	**-**	-	**(9.340)**	(35.127)
Depósitos judiciais	**-**	-	**(220)**	(214)
Fornecedores e outras obrigações	**30.603**	-	**275.209**	(81.000)
Tributos a recolher	**-**	-	**9.892**	(1.049)
Impostos parcelados	**-**	-	**(11.338)**	27.197
Fornecedores a pagar partes relacionadas	**-**	-	**(76.851)**	239.088
Caixa (utilizado) gerado nas operações	**(243.409)**	(60.077)	**(23.921)**	203.501
Juros pagos	**-**	-	**(12.008)**	(17.742)
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(5)**	-	**(59.073)**	(62.357)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	**(243.414)**	(60.077)	**(95.002)**	123.402
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativo imobilizado	**-**	-	**(231.612)**	(72.554)
Aquisição de ativo intangível	**-**	-	**(2.415)**	(320)
Efeito líquido exercícios anteriores – consolidação Vero	**-**	-	**(72.049)**	-
Dividendos recebidos	**272.308**	90.750	**-**	-
Diminuição (aumento) do investimento em controladas e coligadas	**(2.892)**	(3.155)	**139.320**	-
Mútuo a receber entre partes relacionadas	**-**	-	**(10.393)**	-
Recebimento de mútuo entre partes relacionadas	**-**	-	**306.310**	2.000
Caixa líquido originado das (aplicado nas) atividades de investimento	**269.416**	87.595	**129.161**	(70.874)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Aplicação (resgate) financeira vinculada a empréstimo	**-**	-	**(402)**	(489)
Pagamento de arrendamento	**-**	-	**(54.604)**	(40.217)
Captação de empréstimos	**-**	-	**231.805**	-
Pagamento de principal de empréstimos	**-**	-	**(94.041)**	(102.828)
Dividendos pagos aos acionistas da Companhia	**(25.600)**	(27.778)	**(25.600)**	(27.778)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	**(25.600)**	(27.778)	**57.158**	(171.312)
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	**402**	(260)	**91.317**	(118.784)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**1.560**	1.820	**148.205**	250.998
Efeito na conversão de moeda estrangeira	**-**		**(18.847)**	15.991
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**1.962**	1.560	**220.675**	148.205

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido

	Atribuível aos acionistas controladores							
		Reserva de lucros						
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros a distribuir	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2018	128.999	25.800	23.106	-	121.311	299.216	27.536	326.752
Resultados abrangentes do período								
Lucro líquido do exercício	-	-	-	412.013	-	412.013	3.424	415.437
Outros resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	15.814	15.814	-	15.814
Total de resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-	-	412.013	15.814	427.827	3.424	431.251
Destinação do lucro líquido do exercício								
Dividendos minimos obrigatórios	-	-	-	(103.003)	-	(103.003)	-	(103.003)
Dividendos complementares do periodo anterior aprovados em assembleia	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras transações com não controladores	-	-			-	-	(2.097)	(2.097)
Transferência para reserva de retenção de lucros	-	-	309.010	(309.010)	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2019	128.999	25.800	332.116	-	137.125	624.040	28.863	652.903
Resultados abrangentes do período								
Prejuízo do exercício	**-**	**-**	**-**	**(180.442)**	**-**	**(180.442)**	**(55.056)**	**(235.498)**
Outros resultados abrangentes do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**82.123**	**82.123**	**-**	**82.123**
Total de resultados abrangentes, líquido de impostos	**-**	**-**	**-**	**(180.442)**	**82.123**	**(98.319)**	**(55.056)**	**(153.375)**
Destinação do lucro líquido do exercício								
Outras transações com não controladores	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(18.847)**	**(18.847)**
Compensação de prejuízos	**-**	**-**	**(180.442)**	**180.442**	**-**	**-**	**-**	**-**
Em 31 de dezembro de 2020	**128.999**	**25.800**	**151.674**	**-**	**219.248**	**525.721**	**(45.040)**	**480.681**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

1. Contexto operacional: A NC Participações S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") e em conjunto com suas controladas ("Consolidado") é uma sociedade anônima de capital fechado. Trata-se de uma *holding* não operacional que tem por objetivo a participação em outras sociedades, seja como quotista, acionista ou sócia na exploração de serviços públicos sob regime de concessão, de privatização, de permissão ou outro qualquer, ainda que desvinculado de sua construção. A Companhia participa diretamente na EMS S.A. e controladas, as quais têm por objeto social a fabricação, comercialização, importação e exportação de produtos, próprios e de terceiros, farmacêuticos, alopáticos, alimentícios dietéticos, insumos farmacêuticos e drogas. A Companhia também participa diretamente na Lorraine Administradora de Bens e Participações Sociedade Simples Ltda. (Lorraine) e controladas, que tem por objeto social a administração de bens próprios e a participação em outras entidades, e na Germed LDA atua na participação societária em companhias farmacêuticas, sendo o seu principal investimento a Lorraine Administradora de Bens e Part. Sociedade Simples Ltda. A sede social da companhia está localizada em Hortolândia, estado de São Paulo. Impactos da Covid-19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia*:* Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou o surto do Coronavírus Covid-19 como uma pandemia em escala global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e geraram impactos nas demonstrações financeiras. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos implementaram pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação da Covid-19 efetivamente provocaram. No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declarou o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde. Até o momento as operações da Companhia e suas controladas não foram impactadas de forma significativa em relação à pandemia da Covid-19. O segmento de atuação da Companhia é considerado essencial e, com isso, não houve interrupção na operação durante todo o exercício. Os níveis de estoques permanecem normais e seu processo interno está apto a manter a capacidade produtiva dentro das expectativas esperadas. Quanto aos recebíveis, o setor farmacêutico não sofre, no momento, um aumento da inadimplência decorrente da pandemia. Desta forma, não houve prorrogação dos prazos de vencimentos, mantendo assim o fluxo de caixa em consenso com a estratégia da Companhia. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados, ou do valor recuperável da UGC. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas incluindo as de cunho social: • Renegociações dos contratos com os fornecedores nacionais e estrangeiros, para alinhar a aquisição de insumos para produção com as expectativas relacionadas à futura demanda para os produtos da Companhia, considerando o cenário atual do surto, bem como estender os prazos de pagamento. • Implementação de medidas temporárias ou definitivas no quadro de funcionários, como o objetivo de reduzir as despesas salariais no médio prazo. • Medida de prevenção do contágio entre os colaboradores, como home office, afastamento dos que estão mais expostos ao grupo de risco, como mulheres grávidas, colaboradores com mais de 60 anos, entre outros. **2. Relação de controladas e coligadas:** a) Participações societárias em controladas diretas: A Companhia possui participações societárias diretas nas seguintes entidades:

Controlada	Tipo de sociedade	País	Participação societária 2020	Participação societária 2019
EMS S.A.	S.A.	Brasil	**99%**	99%
Lorraine Administradora de Bens e Part. Sociedade Simples Ltda.	Ltda.	Brasil	**99%**	99%
Germed LDA	LDA	Portugal	**99%**	99%

A seguir apresentamos a estrutura societária da Companhia: • EMS S.A. - Localizada em Hortolândia/SP, atua na fabricação e comercialização de medicamentos similares em âmbito nacional. Atualmente, possui apenas uma linha de produção, os demais produtos comercializados são adquiridos da Controladora para revenda. • Lorraine Administradora de Bens e Participações Sociedade Simples Ltda. - Localizada em São Bernardo do Campo/SP, atua na participação societária em companhias farmacêuticas e outras, sendo o seu principal investimento a Innoveren Pharma S.A., que por sua vez tem participação de 95% no capital da Brace Pharmaceuticals LLC. A referida investida está sediada nos Estados Unidos da América, e tem o foco na inovação no mercado farmacêutico, por meio de investimentos em companhias que atuam no ramo da biotecnologia. A empresa Brace possui participação direta de 83% na empresa Vero Biotech LLC, sediada também nos Estados Unidos e tem foco no design, desenvolvimento e comercialização da nova geração de produtos endereçados a necessidades médicas de pacientes com uma variedade de doenças cardíacas e pulmonares. Também é responsável pela criação do dispositivo chamado Genosyl® (DS), um device portátil da nova geração de óxido nítrico inalatório com uma tecnologia inovadora que traz facilidade de manipulação, portabilidade, segurança e qualidade, podendo ser utilizado em casa sob supervisão médica. No exercício de 2020 a Vero Biotech foi apresentada de forma consolidada na Brace Pharma. • Germed Farmaceutica Lda. - Localizada em Portugal, atua na participação societária em companhias farmacêuticas , sendo o seu principal investimento a Lorraine Administradora de Bens e Part. Sociedade Simples Ltda. b) Participações societárias indiretas: A Companhia possui participações societárias nas seguintes coligadas:

Coligadas	Tipo de sociedade	País	Participação societária 2020 Direta	Participação societária 2020 Indireta	Participação societária 2019 Direta	Participação societária 2019 Indireta
Bionovis S.A. - Companhia Brasil. Biotecno. Farmacêutica.	S.A.	Brasil	**25,00%**	**-**	25,00%	-
CPM Concessionária Paulista de Medicam. S/A	S.A.	Brasil	**0,62%**	**99,99%**	0,62%	99,99%
EMS Sigma Pharma Ltda	Ltda.	Brasil	**1,00%**	**99,00%**	1,00%	99,00%
Innoveren Pharma S.A.	S.A.	Brasil	**0,04%**	**99,96%**	0,04%	99,96%
Legrand Pharma Indústria Farmacêutica Ltda.	Ltda.	Brasil	**1,00%**	**99,00%**	1,00%	99,00%
Luxbiotech Farmacêutica Ltda.	Ltda.	Brasil	**1,00%**	**99,00%**	1,00%	99,00%
Brace Pharmaceuticals LLC	LLC	Estados Unidos	**-**	**95,92%**	-	95,04%
Monteresearch SRL	SRL.	Itália	**-**	**100%**	-	100%
Rio Bio Pharmaceuticals, LLC	LLC.	Estados Unidos	**-**	**100%**	-	100%

• Bionovis S.A. - Companhia Brasileira de Biotecnologia Farmaceutica - Localizada em Valinhos - é uma joint venture de biotecnologia farmacêutica com objetivo de promover no Brasil a pesquisa, desenvolvimento, produção e comercialização de biofármacos, medicamentos obtidos a partir do emprego da tecnologia do DNA recombinante utilizando células para a produção de proteínas terapêuticas. • CPM Concessionária Paulista de Medicamentos S/A - Localizada em Américo Brasiliense/SP, atua na gestão e manutenção da Indústria Farmacêutica de Américo Brasiliense (IFAB) de titularidade da Fundação para o "Remédio Popular" ("FURP"), vinculada à Secretaria do Estado de São Paulo ("SESSP"), por meio de concessão. O objetivo foi ampliar a capacidade do Governo para a produção de medicamentos genéricos. O prazo de concessão é de 15 anos e o início da produção ocorreu em 1º. de agosto de 2015. Atualmente o Contrato de Concessão está suspenso parcialmente desde 1º de janeiro de 2020, limitando as atividades aos serviços necessários à segurança patrimonial e de monitoramento, limpeza e manutenção. Durante o período de suspensão parcial, os custos da CPM são remunerados mediante reembolso de despesa e, enquanto isso, são negociadas as condições de encerramento do contrato. Tais condições contemplarão o pagamento dos valores já faturados de R$74.451 em 31 de dezembro de 2020, relativos a medicamentos fornecidos à SESSP, e as atividades finais de desmobilização. O pagamento dos valores devidos está segurado em Contrato de Penhor celebrado pela CPM, FURP e Companhia Paulista de Parcerias ("CPP" - estatal responsável pelo acompanhamento das Parcerias Púbico Privadas celebradas no Estado de São Paulo) e operado pelo Banco do Brasil SA, consistindo no penhor de cotas do Fundo "BB CPP Projetos" em valor correspondente a 6 (seis) parcelas mensais da contraprestação prevista no Contrato de Concessão. • EMS Sigma Pharma Ltda. - Localizada em Hortolândia/SP, atua na fabricação e comercialização de medicamentos similares em âmbito nacional. Atualmente, possui apenas uma linha de produção, os demais produtos comercializados são adquiridos de sua Controladora para revenda. A partir de novembro 2018 a EMS Sigma passou à condição de embaladora dos produtos fabricados pela Novamed/AM a partir do Regime Especial de Industrialização por Encomenda obtido no Estado de São Paulo e anuído pelo Governo do Amazonas. • Innoveren Pharma S.A - Localizada em Hortolândia/SP, tem por objeto a participação no capital de outras companhias com sede no Brasil ou no exterior, como acionista, quotista ou sócia. • Legrand Pharma Indústria Farmacêutica Ltda. - Localizada em Hortolândia/SP, atua na fabricação e comercialização de medicamentos genéricos em âmbito nacional. Atualmente, possui apenas uma linha de produção, os demais produtos comercializados são adquiridos da Controladora para revenda. • Luxbiotech Farmacêutica Ltda. - Localizada em Hortolândia/SP, atua na fabricação e comercialização de dermatocosméticos de última geração em âmbito nacional. • Monteresearch SRL - Localizada em Milão na Itália, é um laboratório de pesquisa farmacêutica, especializado no desenvolvimento de drug delivery systems, tecnologias que permitem desenvolver uma nova formulação para que uma droga seja liberada no organismo de forma mais rápida ou lenta, de acordo com a necessidade de médico e paciente e inclusive em concentrações mais seguras. • Brace Pharma - Localizada nos Estados Unidos, tem por objeto social pesquisas e desenvolvimento de terapias inovadoras. • Rio Bio Pharmaceuticals, LLC - Localizada nos Estados Unidos, tem por objeto social o desenvolvimento de atividades farmacêuticas, podendo incluir, entre outras, a fabricação, comercialização, importação e exportação de produtos e insumos farmacêuticos, próprios e de terceiros; a prestação de serviços administrativos, consultoria /assessoria técnica e documental com ou sem transferência de tecnologia; e a participação em joint ventures ou outras sociedades como quotista, acionista ou sócia. **3. Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP), com base nos pronunciamentos, orientações e interpretações contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria do Grupo, em 30 de novembro de 2021. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **4. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional do Grupo é o Real. Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **5. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração da Companhia utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma continua, e as revisões são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos, premissas e incertezas de estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem risco significativo que possam resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos nos próximos exercícios sociais estão incluídas nas seguintes notas: • Nota explicativa 12- mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber do contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; • Nota explicativa 13 - reconhecimento e mensuração das provisões dos estoques: principais premissas na determinação da perda dos estoques sem movimentação ou vencidos; • Nota explicativa 14 - Benefícios fiscais de ICMS: A Companhia possui incentivo fiscal de ICMS concedido pelo governo estadual de Brasília. O Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados. • Nota explicativa 16 - equivalência patrimonial em investidas: determinação se o Grupo tem influência significativa sobre uma investida; • Nota explicativa 22 - reconhecimento e mensuração de provisões e litígios: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude da saída de recursos; e • Nota explicativa 23.a - imposto de renda e contribuição social diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Companhia vem acompanhando, com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações financeiras. Nesse momento, não há qualquer expectativa da Administração de que esse assunto possa trazer um efeito material nas demonstrações financeiras da Companhia. i) Mensuração do valor justo: Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. **6. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto quando especificado de outra forma. Para mais informações sobre a mensuração destes ativos e passivos, vide Nota 7 - principais políticas contábeis. **7. Principais políticas contábeis:** A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras, exceto se descrito de outra forma. a) Demonstrações financeiras individuais: Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. b) Base de consolidação: As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. *i) Controladas:* O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. ii) *Participação de não controladores:* O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. iii) *Perda de controle:* Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. iv) *Investimentos em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial:* Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). • As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método. v) *Transações eliminadas na consolidação:* Saldos e transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre companhias do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. c) Moeda estrangeira: *i) Transações e saldos em moeda estrangeira:* Transações em moeda estrangeira são convertidas para Reais pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão geralmente são reconhecidas no resultado. *ii) Operações no exterior:* Os ativos e passivos derivados de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes a valor justo oriundos da aquisição, se aplicáveis, são convertidos para Reais utilizando a taxa de câmbio na data de apresentação das demonstrações financeiras. Receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para Reais utilizando as taxas de câmbio nas datas das transações. As diferenças

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6252-8C33-A045-3940.

de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. A Companhia detém a participação indireta na Brace Pharmaceuticals LLC (através da controlada direta Lorraine Administradora de Bens e Participações Sociedade Simples Ltda.), localizada no Estados Unidos da América, cuja moeda funcional é o Dólar, detém ainda participação indireta na Rio Bio Pharmaceuticals, LLC (através da controlada direta EMS S.A.), localizada no Estados Unidos da América, cuja moeda funcional é o Dólar e na Monteresearch SRL (através da controlada direta EMS S.A.), localizada em Milão na Itália , cuja moeda funcional é o Euro. As variações cambiais sobre tais investimentos no exterior, reconhecidos inicialmente ao custo, foram designadas como valor justo por meio do resultado abrangente, em decisão irrevogável da Administração e em linha com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros que prevê que alterações subsequentes no valor justo de investimento em instrumento patrimonial pode ser apresentado em outros resultados abrangentes. d) Receita de contrato com clientes: A Companhia adotou inicialmente o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente em 2018 usando o método retrospectivo e estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 - Receitas e o CPC 17 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47, a receita deve ser reconhecida quando (ou à medida que) a Companhia satisfizer à obrigação de performance ao transferir o bem ou o serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido quando (ou à medida que) o cliente obtiver o controle desse ativo que pode ser em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento. e) Benefícios a empregados: *i) Benefícios de curto prazo a empregados:* Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de um serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. *ii) Participação nos lucros:* O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*). f) Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receita financeira de depósitos bancários de curto prazo, variação cambial ativa e juros de duplicatas a receber. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variação cambial passiva entre outras despesas financeiras. g) Subvenções governamentais: Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. A controlada direta EMS S.A. possui subvenção governamental representada pelo benefício creditício decorrente do Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal (PRÓ-DF), concedido em forma de empréstimo subsidiado obtido do Banco Regional de Brasília (BRB) (Nota 20). O benefício econômico obtido é contabilizado como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais de acordo com a autorização do programa Pro-DF para liquidação das parcelas e a regularização da subvenção. O Grupo considera as condições e obrigações que tem de observar e cumprir, quando da identificação dos custos a serem confrontados com o benefício econômico obtido. Os efeitos desse cálculo eram registrados no resultado do exercício, na rubrica "Deduções da receita", visto que a origem do empréstimo subsidiado refere-se a uma operação de crédito sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) gerado nas importações. Os juros incorridos ao longo do prazo dos empréstimos são registrados como despesa no resultado financeiro. Atualmente apenas aguardamos a autorização para liquidação de algumas parcelas remanescentes para realização da receita diferida. A Companhia, de sua atuação no ramo farmacêutico no Estado de São Paulo, é beneficiária do da lei complementar 160 . Em razão da lei, a Companhia goza de benefício , de isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) na venda de determinados produtos. h) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real de tributação anual, caso existam. As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, se existir. *i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:* Despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. *ii) Impactos nas bases do IRPJ e da CSLL decorrentes do benefício governamental do Estado de São Paulo:* Conforme mencionado na nota 8g, a Companhia, em razão de sua atuação no ramo farmacêutico no Estado de São Paulo, de isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) na venda de determinados produtos. Para fins de apuração do imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), conforme previsto no artigo 30 da Lei n. 12.973/2014, as subvenções concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos e as doações feitas pelo poder público não serão computadas na determinação do lucro real, desde que seguidos alguns requisitos previstos no presente artigo. Assim, os valores registrados pela Companhia em 2020 e 2019 decorrentes da subvenção gorvenamental, não deverão impactar as bases tributáveis de IRPJ e CSLL, razão pela qual foram excluídos no cálculo do LALUR e do LACS. *iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:* O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação a diferenças temporárias dedutíveis na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia**.** Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. i) Estoques: Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. A provisão para estoques obsoletos é constituída com base nos critérios divulgados na nota 7.n. j) Imobilizado: *Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios:* O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Aeronave	15
Benfeitorias	30
Edificações	60
Máquinas	entre 3-25
Veículos	5
Móveis, utensílios e equipamentos	entre 5-25

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado. k) Ativos intangíveis: *i) Softwares:* As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. l) Instrumentos financeiros: *i) Reconhecimento inicial e mensuração inicial:* O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. *ii) Classificação e mensuração subsequente:* Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. • Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio:* O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo; e • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). *Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Ativos financeiros a VJR	**Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.**
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. *iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros:* O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. *Passivos financeiros:* O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. *iv) Compensação:* Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. v) *Redução ao valor recuperável (impairment):* i) *Ativos financeiros não derivativos:* O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 120 dias de atraso. O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou; • O ativo financeiro estiver vencido há mais de 120 dias. As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito. Mensuração das perdas de crédito esperada: As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Ativos com problema de recuperação: Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou devedor; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 120 dias; • Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Apresentação e baixa da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial: A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. m) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos biológicos, propriedades para investimento, estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor Companhia possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. n) Arrendamentos: O Grupo aplicou o CPC 06(R2) - Arrendamentos utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R2). Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R2) são divulgados separadamente. *Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2019:* No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019. i) *Como arrendatário:* No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, a Companhia descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimo a partir de 1º de janeiro de 2019. Segue abaixo taxas de desconto aplicadas:

	Contratos 2019	Contratos 2020
Até um ano	8,30%	**4,81%**
Até dois anos	8,46%	**5,40%**
Até cinco anos	9,67%	**6,89%**
Até dez anos	10,72%	**8,19%**
Até vinte anos	11,35%	**9,19%**
Acima de vinte anos	11,35%	**9,19%**

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. O Grupo apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial. *Arrendamentos de ativos de baixo valor:* A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. *Políticas contábeis aplicáveis antes de 1º de janeiro de 2019:* Para contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019, a Companhia determinava se o acordo era ou continha um arrendamento com base na avaliação de se: • O cumprimento do acordo dependia do uso de um ativo ou ativos específicos; e • O acordo havia concedido o direito de usar o ativo. Um acordo transmitia o direito de usar o ativo se um dos seguintes itens fosse cumprido: • O comprador tinha a capacidade ou o direito de operar o ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não era insignificante da produção ou de outra utilidade do ativo; • O comprador tinha a capacidade ou o direito de controlar o acesso físico ao ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não seja insignificante da produção ou outra utilidade do ativo; ou • Fatos e circunstâncias indicam que é raro que uma ou mais partes, exceto o comprador, venham a obter um valor que não seja insignificante da produção ou de outra utilidade que será produzida ou gerada pelo ativo durante o prazo do acordo, e o preço que o comprador paga pela produção não é contratualmente fixo por unidade de produção, nem equivalente ao preço de mercado atual por unidade de produção na época de entrega da produção. Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento. o) Provisões: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Abaixo apresentamos os critérios oara constituição das principais provisões: *Provisão para perdas ao valor recuperável do contas a receber (Nota 12):* A provisão para perdas por recuperação ao valor recuperável do contas a receber é constituída de acordo com o escopo do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48, conforme descrito na nota explicativa no. 7(l) - Impairment de ativo financeiro. Os saldos de contas a receber de partes relacionadas não são provisionados. • Os saldos de contas a receber de partes relacionadas não são provisionados. *Provisão para perda dos estoques (Nota 13):* A provisão é constituída com base na política interna definida pelo Grupo, que leva em consideração as perdas na realização dos estoques. Estas perdas podem estar relacionadas a lotes de medicamentos vencidos e a vencer no prazo de 180 dias e produtos utilizados em pesquisas e desenvolvimento. *Provisão para perdas com processos judiciais (nota 22):* O Grupo é parte envolvido em processos judiciais e administrativos. Com base na avaliação de seus assessores externos e internos, as provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. p) Distribuição de dividendos: A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final de cada exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas. q) Garantias financeiras: Garantias financeiras são contratos que requerem da Companhia pagamentos específicos perante o possuidor da garantia financeira por uma perda incorrida por este quando um devedor específico deixo de fazer o pagamento conforme os termos do instrumento de dívida. Passivos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, que é amortizado durante o prazo do contrato da garantia financeira. O passivo de garantia é subsequentemente contabilizado pelo que for superior entre o valor amortizado e o valor presente do pagamento esperado (quando um pagamento relativo a garantia tornar-se provável). Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não reconheceu os valores justos de suas garantias financeiras por julgá-las com baixo risco de crédito por conta do emissor. As operações na qual o Grupo atua como interveniente garantidora estão detalhadas na nota explicativa no. 9 - Gestão de riscos financeiros. **8. Novas normas e interpretações ainda não efetivas: 8.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020:** O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após essa data. O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios: As alterações do CPC 15 (R1) em de janeiro de 2020 esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, mas podem impactar períodos futuros caso a Companhia ingresse em quaisquer combinações de negócios. Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência: As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, uma vez que este não possui relações de hedge de taxas de juros. Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de erro material: As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações financeiras de propósito geral tomam como base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia. Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro: O pronunciamento revisado alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em contratos de Arrendamento: As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **8.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor: IFRS 17 - Contratos de seguro: Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro

um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável). • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica à Companhia. Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação; • As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. **9. Gestão do risco financeiro:** O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de mercado; • Risco cambial; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco operacional a) Visão geral: As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pelo Grupo NC, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo NC, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege a Empresa e sua controlada contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa. b) Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, e taxas de juros - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a risco de mercado, dentro dos parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. O Grupo utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado para algumas de suas operações. Todas as operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o Grupo não possuía operações de derivativos não liquidados em suas demonstrações financeiras. i) *Risco cambial:* O Grupo atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos ("USD"). O risco cambial decorre de operações com fornecedores e clientes do exterior. A Administração estabeleceu uma política que exige que as companhias do Grupo administrem seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. A exposição ao risco cambial (líquida) está apresentada a seguir:

	Consolidado			
	2020		2019	
	Moeda estrangeira	Reais	Moeda estrangeira	Reais
Contas a receber de clientes	**836**	**11.618**	682	3.579
Fornecedores	**(28.071)**	**(159.897)**	(14.869)	(61.542)
Exposição líquida	**(27.235)**	**(148.279)**	(14.187)	(57.963)

ii) Análise de sensibilidade risco cambial: O Grupo, para fins de análise de sensibilidade para riscos de mercado, analisa, conjuntamente, as posições ativas e passivas indexadas em moeda estrangeira. Para a análise de sensibilidade das operações indexadas em moeda estrangeira, a Administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente. Como referência, aos demais cenários foram considerados a deterioração e apreciação sobre a taxa de câmbio utilizada para apuração dos apresentados nos registros contábeis. Os cenários foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente, do Real no cenário provável. A metodologia adotada para apuração dos saldos apresentados no quadro abaixo consistiu em substituir a taxa de câmbio de fechamento utilizada para fins de registro contábil pelas taxas estressadas conforme cenários abaixo. A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados para as operações indexadas ao dólar:

Consolidado								
					Apreciação de 25%		Apreciação de 50%	
Risco	Tipo	Exposição	Exposição original (R$)	Taxa efetiva em 31/12/20	Provável Valor	%	Valor	%	Valor
Alta do Dólar	Clientes	**301**	**2.608**	**5,20**	**(1.043)**	**6,50**	**(652)**	**7,80**	**(260)**
Alta do Euro	Clientes	**535**	**9.010**	**6,38**	**(5.599)**	**7,98**	**(4.747)**	**9,57**	**(3.894)**
Alta do Dólar	Fornecedores	**(17.837)**	**(94.407)**	**5,20**	**1.655**	**6,50**	**(21.534)**	**7,80**	**(44.722)**
Alta do Euro	Fornecedores	**(10.234)**	**(65.490)**	**6,38**	**198**	**7,98**	**(16.125)**	**9,57**	**(32.447)**
		(27.235)	**(148.279)**		**(4.789)**		**(43.058)**		**(81.323)**
						Deterioraão de 25%		Deterioração de 50%	
Risco	Tipo	Exposição	Exposição original (R$)	Taxa efetiva em 31/12/20	Provável Valor	%	Valor	%	Valor
Queda do Dólar	Clientes	**301**	**2.608**	**5,20**	**(1.043)**	**3,90**	**(1.434)**	**2,60**	**(1.825)**
Queda do Euro	Clientes	**535**	**9.010**	**6,38**	**(5.599)**	**4,79**	**(6.452)**	**3,19**	**(7.305)**
Queda do Dólar	Fornecedores	**(17.837)**	**(94.407)**	**5,20**	**1.655**	**3,90**	**24.843**	**2,60**	**48.031**
Queda do Euro	Fornecedores	**(10.234)**	**(65.490)**	**6,38**	**198**	**4,79**	**16.521**	**3,19**	**32.844**
		(27.235)	**(148.279)**		**(4.789)**		**33.478**		**71.745**

Consolidado								
					Apreciação de 25%		Apreciação de 50%	
Risco	Tipo	Exposição	Exposição original (R$)	Taxa efetiva em 31/12/19	Provável Valor	%	Valor	%	Valor
Alta do Dólar	Clientes	682	3.579	4,03	(830)	5,04	(143)	6,05	544
Alta do Dólar	Fornecedores	(14.144)	(58.258)	4,03	1.248	5,04	(13.005)	6,05	(27.257)
Alta do Euro	Fornecedores	(725)	(3.284)	4,53	-	5,66	(821)	6,80	(1.642)
		(14.187)	(57.963)		418		(13.969)		(28.355)
						Deterioraão de 25%		Deterioração de 50%	
Risco	Tipo	Exposição	Exposição original (R$)	Taxa efetiva em 31/12/19	Provável Valor	%	Valor	%	Valor
Queda do Dólar	Clientes	682	3.579	4,03	(830)	3,02	(1.517)	2,02	(2.205)
Queda do Dólar	Fornecedores	(14.144)	(58.258)	4,03	1.248	3,02	15.500	2,02	29.753
Queda do Euro	Fornecedores	(725)	(3.284)	4,53	-	3,40	821	2,27	1.641
		(14.187)	(57.963)		418		14.804		29.189

c) Risco de crédito: O risco de crédito é administrado em nível de Grupo. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a exposição máxima ao risco de crédito é

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e equivalente de caixa (nota10)	**1.962**	1.560	**220.675**	148.205
Contas a receber de clientes (nota 12)	**-**	-	**848.549**	750.597
Outros recebíveis (nota 15)	**343.909**	156.214	**111.424**	68.650
Aplicação financeira vinculada a empréstimo (nota 11)	**-**	-	**4.526**	4.124
Mútuo a receber de partes relacionadas (nota 30)	**-**	-	**-**	316.093
	345.871	157.774	**1.185.174**	1.287.669

A política de avaliação da provisão de perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros está demonstrada na nota explicativa nº 8. A Administração não espera nenhuma perda decorrente dessas contrapartes superior ao valor provisionado. *Caixa e equivalentes de caixa e derivativos:* A Companhia detinha, respectivamente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, "Caixa e equivalentes de caixa" deR$1.962 e R$220.675 em 31 de dezembro de 2020 (R$1.560 e R$ 148.205 em 2019). O "Caixa e equivalentes de caixa" são mantidos com instituição financeira classificadas como estável, ou acima, conforme escala da Agência Moody's. *Garantias:* A política do Grupo é fornecer garantias financeiras somente para obrigações de suas controladas e coligadas. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a controlada direta EMS S.A. havia emitido garantias paras certos bancos em relação as linhas de crédito concedidas à entidades do Grupo, como segue: • Em 06 de setembro de 2018 a coligada 3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A realizou uma captação de R$130.000, através do CRI (Certificado de recebíveis imobiliários), garantida por fiança corporativa da EMS S.A., com rating e lastreado em debêntures não conversíveis em ações. A remuneração é de 102,5% CDI, com vencimento do principal em 26 de agosto de 2021 e amortização dos juros semestrais. • Os empréstimos concedidos à parte relacionada 3Z estão garantidos por termo de garantia dos acionistas, logo avaliamos o instrumento com baixo risco de crédito, razão pela qual nenhuma redução ao valor recuperável foi consignada nas demonstrações financeiras. • A coligada 3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A obteve financiamento imobiliário utilizada para a construção de imóveis residenciais (plano empresário) com taxas de juros atualizados pela TR + 10,5% a 15% ao ano e que estão garantidos por alienação fiduciária e fiança da EMS S.A. e seus acionistas. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo é de R$130.869 (R$132.370 em 31 de dezembro de 2019). Adicionalmente, a EMS S.A. figura como fiadora de obrigações assumidas por outras entidades do Grupo, como segue: • Lorraine Administradora de Bens e Participações Sociedade Simples Ltda. na captação de financiamento junto a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP no montante de R$145.203 e prazo de pagamento em 12 de dezembro de 2023. • Unidade de Diagnóstico Médico em Radiologia Intervenção e Terapia Ltda. na pactação de financiamento junto a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP no montante de R$18.143 e prazo de pagamento em 08 de fevereiro de 2021. d) Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis (nota explicativa 20) a qualquer momento, a fim de que o Grupo não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo, quando aplicável, em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda. O Departamento de Tesouraria investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento, onde aplica-se somente aos instrumentos financeiros, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

Controladora				
	Fluxo de caixa	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2020					
Outras contas a pagar	**(5.519)**	**(5.519)**	**-**	**-**	**-**
Dividendos a pagar	**(723.274)**	**(584.692)**	**(138.582)**	**-**	**-**
	(728.793)	**(590.211)**	**(138.582)**	**-**	**-**
Em 31 de dezembro de 2019					
Outras contas a pagar	(5.519)	(5.519)	-	-	-
Dividendos a pagar	(748.874)	(610.292)	(138.582)	-	-
	(754.393)	(615.811)	(138.582)	-	-

Consolidado					
	Fluxo de caixa	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2020					
Fornecedores e outras contas a pagar	**(589.322)**	**(492.175)**	**(97.147)**	**-**	**-**
Fornecedores a pagar partes relacionadas	**(1.066.030)**	**(1.066.030)**	**-**	**-**	**-**
Empréstimos e financiamentos	**(870.355)**	**(206.433)**	**(170.250)**	**(343.491)**	**(150.161)**
Dividendos a pagar	**(742.404)**	**(603.822)**	**(138.582)**	**-**	**-**
	(3.268.111)	**(2.368.460)**	**(405.979)**	**(343.491)**	**(150.161)**
Em 31 de dezembro de 2019					
Fornecedores e outras contas a pagar	(339.521)	(334.188)	(5.333)	-	-
Contas a pagar partes relacionadas	(1.142.881)	(1.142.881)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	(572.231)	(136.869)	(102.214)	(101.029)	(232.119)
Dividendos a pagar	(768.004)	(629.422)	(138.582)	-	-
	(2.822.637)	(2.243.360)	(246.129)	(101.029)	(232.119)

A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros passivos e portanto não estão incluídas as obrigações decorrentes da legislação vigente. e) Risco operacional: Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoas, tecnologia e infraestrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento companhiarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações do Grupo. O objetivo do Grupo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação do Grupo e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais do Grupo para a administração de riscos operacionais nas respectivas áreas. *i) Gestão de capital:* Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2019 e de 2019 podem ser assim sumariados (consolidado):

	Consolidado	
	2020	2019
Total dos empréstimos (nota 20)	**722.598**	468.626
Total dos passivos de arrendamento	**147.737**	103.605
Menos: caixa e equivalentes de caixa (nota 10)	**(220.675)**	(148.205)
Dívida líquida	**649.660**	424.026
Total do patrimônio líquido	**480.681**	652.904
Total do capital	**(168.979)**	228.878
Índice de alavancagem financeira	**(3,84%)**	1,85%

f) Classificação dos instrumentos: Os instrumentos financeiros não derivativos são classificados como custo amortizado e outros passivos financeiros. Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além da informada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
	Custo amortizado	Custo amortizado	Custo amortizado	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa	**1.962**	1.560	**220.675**	148.205
Contas a receber de clientes	**-**	-	**848.549**	750.597
Contas a receber de partes relacionadas	**-**	-	**91.593**	232.319
Mútuo entre partes relacionadas	**-**	-	**-**	316.093
Aplicação financeira vinculada a empréstimo	**-**	-	**4.526**	4.124
Outros recebíveis	**343.909**	156.214	**111.424**	69.540
Dividendos a receber	**25.034**	105.052	**-**	-
Total do ativos financeiros	**370.905**	262.826	**1.276.767**	1.520.878

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros
Fornecedores	**-**	-	**(360.425)**	(185.277)
Fornecedores a pagar partes relacionadas	**-**	-	**(1.066.030)**	(1.142.881)
Dividendos a pagar	**(584.692)**	(748.873)	**(742.404)**	(768.004)
Empréstimos	**-**	-	**(722.598)**	(572.230)
Outras contas a pagar	**(5.519)**	(5.519)	**(228.897)**	(148.911)
Total dos passivos financeiros	**(590.211)**	(754.392)	**(3.120.354)**	(2.817.303)

i) Risco da taxa de juros: O Grupo, para fins de análise de sensibilidade para riscos de taxa de juros, analisa a sua exposição à flutuação da CDI, taxa flutuante a qual estão atreladas as captações de aplicações financeiras e empréstimos. As taxas de juros não sofreram alterações nesses cenários. Para a análise de sensibilidade das taxas de juros sobre os empréstimos e aplicações financeiras, a Administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente. Como referência, aos demais cenários foram considerados a deterioração e apreciação sobre a taxa de juros flutuante utilizada para apuração nos registros contábeis. Os cenários foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente, da Taxa de Juros no cenário provável. A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados para essas operações:

Controladora									
						Apreciação de 25%		Apreciação de 50%	
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa efetiva em 31/12/2020	Provável Valor	%	Valor	%	Valor
413	Alta do CDB	Aplicação financeira	04/11/2022	**5,94%**	**25**	**7,43%**	**31**	**8,91%**	**37**
1.546	Alta do CDB	Aplicação financeira	19/10/2021	**5,94%**	**92**	**7,43%**	**115**	**8,91%**	**138**
1.959					**117**		**146**		**175**
						Deterioração de 25%		Deterioração de 50%	
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa efetiva em 31/12/2020	Provável Valor	%	Valor	%	Valor
413	Baixa do CDB	Aplicação financeira	04/11/2022	**5,94%**	**25**	**4,46%**	**18**	**2,97%**	**12**
1.546	Baixa do CDB	Aplicação financeira	19/10/2021	**5,94%**	**92**	**4,46%**	**69**	**2,97%**	**46**
1.959					**117**		**87**		**58**

Consolidado									
						Apreciação de 25%		Apreciação de 50%	
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa efetiva em 31/12/2020	Provável Valor	%	Valor	%	Valor
931	Alta do CDI	Aplicação financeira	02/07/2040 à 30/05/2041	**2,61%**	**24**	**3,27%**	**30**	**3,92%**	**36**
3.244	Alta do CDI	Aplicação financeira	20/10/2022 à 05/12/2022	**2,75%**	**89**	**3,44%**	**112**	**4,13%**	**134**
124	Alta do CDI	Aplicação financeira	08/06/2050	**2,23%**	**3**	**2,78%**	**3**	**3,34%**	**4**
92	Alta do CDI	Aplicação financeira	02/10/2050	**2,20%**	**2**	**2,75%**	**3**	**3,30%**	**3**
136	Alta Do Alta do CDI	Aplicação financeira	03/05/2051	**2,34%**	**3**	**2,92%**	**4**	**3,51%**	**5**
10.524	Alta do CDI	Aplicação financeira	07/04/2025	**2,48%**	**260**	**3,09%**	**326**	**3,71%**	**391**
10.003	Alta do CDI	Aplicação financeira	23/01/2025	**2,34%**	**234**	**2,92%**	**292**	**3,51%**	**351**
1.680	Alta do CDI	Aplicação financeira	29/12/2025	**2,48%**	**42**	**3,09%**	**52**	**3,71%**	**62**
18.021	Alta do CDI	Aplicação financeira	29/01/2025	**2,26%**	**406**	**2,82%**	**508**	**3,38%**	**610**
2.419	Alta do CDI	Aplicação financeira vindulada a empréstimo	23/01/2025	**2,76%**	**67**	**3,45%**	**84**	**4,15%**	**100**
198	Alta do CDI	Aplicação financeira	09/07/2029	**2,64%**	**5**	**3,30%**	**7**	**3,96%**	**8**
2.417	Alta do CDI	Aplicação financeira	03/09/2021 à 15/09/2021	**2,50%**	**60**	**3,13%**	**76**	**3,75%**	**91**
5.112	Alta do CDI	Aplicação financeira	15/03/2021 à 28/12/2021	**2,48%**	**127**	**3,09%**	**158**	**3,71%**	**190**
2.331	Alta do CDI	Aplicação financeira	13/02/2025	**2,48%**	**58**	**3,09%**	**72**	**3,71%**	**87**
1.719	Alta do CDI	Aplicação financeira	26/01/2025	**1,38%**	**24**	**1,72%**	**30**	**2,06%**	**35**
1.020	Alta do CDI	Aplicação financeira	13/02/2025	**2,34%**	**24**	**2,92%**	**30**	**3,51%**	**36**
2.640	Alta do CDI	Aplicação financeira	28/01/2025	**2,26%**	**60**	**2,82%**	**74**	**3,38%**	**89**
10.992	Alta do CDI	Aplicação financeira	03/02/2021 e 19/04/2021	**2,81%**	**308**	**3,51%**	**385**	**4,21%**	**462**
1.509	Alta do CDI	Aplicação financeira	03/09/2025	**2,74%**	**41**	**3,42%**	**52**	**4,10%**	**62**
27.279	Alta do CDI	Aplicação financeira	02/10/2025	**2,72%**	**743**	**3,40%**	**928**	**4,08%**	**1.114**
1.540	Alta do CDI	Aplicação financeira	15/03/2021 e 18/03/2021	**2,48%**	**38**	**3,09%**	**48**	**3,71%**	**57**
1.070	Alta do CDI	Aplicação financeira	13/01/2021	**2,34%**	**25**	**2,92%**	**31**	**3,51%**	**38**
291	Alta do CDI	Aplicação financeira	18/01/2021 à 13/12/2021	**5,91%**	**17**	**7,39%**	**21**	**8,87%**	**26**
3.389	Alta do CDI	Aplicação financeira	14/01/2021 à 15/03/2021	**5,45%**	**185**	**6,81%**	**231**	**8,17%**	**277**
615	Alta do CDI	Aplicação financeira	30/09/2021	**5,35%**	**33**	**6,68%**	**41**	**8,02%**	**49**
413	Alta do CDI	Aplicação financeira	30/09/2021 e 19/10/2021	**5,94%**	**25**	**7,43%**	**31**	**8,91%**	**37**
1.546	Alta do CDI	Aplicação financeira	04/11/2022	**5,94%**	**92**	**7,43%**	**115**	**8,91%**	**138**
111.255					**2.995**		**3.744**		**4.492**

Consolidado									
						Deteriorização de 25%		Deteriorização de 50%	
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa efetiva em 31/12/2020	Provável Valor	%	Valor	%	Valor
931	Baixa do CDI	Aplicação financeira	02/07/2040 à 30/05/2041	**2,61%**	**24**	**1,96%**	**18**	**1,31%**	**12**
3.244	Baixa do CDI	Aplicação financeira	20/10/2022 à 05/12/2022	**2,75%**	**89**	**2,06%**	**67**	**1,38%**	**45**
124	Baixa do CDI	Aplicação financeira	08/06/2050	**2,23%**	**3**	**1,67%**	**2**	**1,11%**	**1**
92	Baixa do CDI	Aplicação financeira	02/10/2050	**2,20%**	**2**	**1,65%**	**2**	**1,10%**	**1**
136	Baixa do CDI	Aplicação financeira	03/05/2051	**2,34%**	**3**	**1,75%**	**2**	**1,17%**	**2**
10.524	Baixa do CDI	Aplicação financeira	07/04/2025	**2,48%**	**260**	**1,86%**	**195**	**1,24%**	**130**
10.003	Baixa do CDI	Aplicação financeira	23/01/2025	**2,34%**	**234**	**1,75%**	**175**	**1,17%**	**117**
1.680	Baixa do CDI	Aplicação financeira	29/12/2025	**2,48%**	**42**	**1,86%**	**31**	**1,24%**	**21**
18.021	Baixa do CDI	Aplicação financeira	29/01/2025	**2,26%**	**406**	**1,69%**	**305**	**1,13%**	**203**
2.419	Baixa do CDI	Aplicação financeira vindulada a empréstimo	23/01/2025	**2,76%**	**67**	**2,07%**	**50**	**1,38%**	**33**
198	Baixa do CDI	Aplicação financeira	09/07/2029	**2,64%**	**5**	**1,98%**	**4**	**1,32%**	**3**
2.417	Baixa do CDI	Aplicação financeira	03/09/2021 à 15/09/2021	**2,50%**	**60**	**1,88%**	**45**	**1,25%**	**30**
5.112	Baixa do CDI	Aplicação financeira	15/03/2021 à 28/12/2021	**2,48%**	**127**	**1,86%**	**95**	**1,24%**	**63**
2.331	Baixa do CDI	Aplicação financeira	13/02/2025	**2,48%**	**58**	**1,86%**	**43**	**1,24%**	**29**
1.719	Baixa do CDI	Aplicação financeira	26/01/2025	**1,38%**	**24**	**1,03%**	**18**	**0,69%**	**12**
1.020	Baixa do CDI	Aplicação financeira	13/02/2025	**2,34%**	**24**	**1,75%**	**18**	**1,17%**	**12**
2.640	Baixa do CDI	Aplicação financeira	28/01/2025	**2,26%**	**60**	**1,69%**	**45**	**1,13%**	**30**
10.992	Baixa do CDI	Aplicação financeira	03/02/2021 e 19/04/2021	**2,81%**	**308**	**2,10%**	**231**	**1,40%**	**154**
1.509	Baixa do CDI	Aplicação financeira	03/09/2025	**2,74%**	**41**	**2,05%**	**31**	**1,37%**	**21**
27.279	Baixa do CDI	Aplicação financeira	02/10/2025	**2,72%**	**743**	**2,04%**	**557**	**1,36%**	**371**
1.540	Baixa do CDI	Aplicação financeira	15/03/2021 e 18/03/2021	**2,48%**	**38**	**1,86%**	**29**	**1,24%**	**19**
1.070	Baixa do CDI	Aplicação financeira	13/01/2021	**2,34%**	**25**	**1,75%**	**19**	**1,17%**	**13**
291	Baixa do CDI	Aplicação financeira	18/01/2021 à 13/12/2021	**5,91%**	**17**	**4,43%**	**13**	**2,96%**	**9**
3.389	Baixa do CDI	Aplicação financeira	14/01/2021 à 15/03/2021	**5,45%**	**185**	**4,08%**	**138**	**2,72%**	**92**
615	Baixa do CDI	Aplicação financeira	30/09/2021	**5,35%**	**33**	**4,01%**	**25**	**2,67%**	**16**
413	Baixa do CDI	Aplicação financeira	30/09/2021 e 19/10/2021	**5,94%**	**25**	**4,46%**	**18**	**2,97%**	**12**
1.546	Baixa do CDI	Aplicação financeira	04/11/2022	**5,94%**	**92**	**4,46%**	**69**	**2,97%**	**46**
111.255					**2.995**		**2.245**		**1.497**

Consolidado							
					Apreciação 25%		Apreciação 50%
Exposição	Risco	Tipo	Taxa efetiva em 31/12/2020	Provável Valor	%	Valor	%	Valor
4.141	P&D BNDES - Sub A	Empréstimo (Passivo)	**100%**	**11**	**125%**	**14**	**150%**	**17**
2.369	P&D BNDES - Sub B	Empréstimo (Passivo)	**100%**	**7**	**125%**	**9**	**150%**	**10**
42.164	Projeto Reconstrução Almoxarifado - Sub A	Empréstimo (Passivo)	**100%**	**763**	**125%**	**954**	**150%**	**1.145**
38.846	Projeto Reconstrução Almoxarifado - Sub B	Empréstimo (Passivo)	**100%**	**766**	**125%**	**958**	**150%**	**1.149**
19.342	Projeto Injetáveis Oncológicos - Sub A	Empréstimo (Passivo)	**100%**	**265**	**125%**	**331**	**150%**	**397**
5.464	Projeto Injetáveis Oncológicos - Sub B	Empréstimo (Passivo)	**100%**	**79**	**125%**	**99**	**150%**	**119**
28.495	P&D Finep	Empréstimo (Passivo)	**100%**	**80**	**125%**	**100**	**150%**	**120**
197	FINAME/Promáquina FINA06	Empréstimo (Passivo)	**100%**	**0**	**125%**	**0**	**150%**	**0**
37	FINAME/Bauch Campos FINA07	Empréstimo (Passivo)	**100%**	**0**	**125%**	**0**	**150%**	**0**
242.811	Aeronave JP Morgan*	Empréstimo (Passivo)	**100%**	**125**	**125%**	**157**	**150%**	**188**
8.054	Pró DF	Empréstimo (Passivo)	**100%**	**695**	**125%**	**869**	**150%**	**1.042**
61.587	Garantias	Empréstimo (Passivo)	**100%**	**4.927**	**125%**	**6.159**	**150%**	**7.390**
123.888	Runway	Empréstimo (Passivo)	**100%**	**11.831**	**125%**	**14.789**	**150%**	**17.747**
147.737	Passivos de arrendamentos	Passivos de arrendamentos	**100%**	**12.746**	**125%**	**15.933**	**150%**	**19.120**
145.203	Finep	Empréstimo (Passivo)	**100%**	**12.528**	**125%**	**15.660**	**150%**	**18.792**
870.335				**44.823**		**56.032**		**67.236**

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6252-8C33-A045-3940.

NC Participações S.A.

Consolidado

Exposição	Risco	Tipo	Taxa efetiva em 31/12/2020	Provável Valor	Deteriorização 25% %	Deteriorização 25% Valor	Deteriorização 50% %	Deteriorização 50% Valor
4.141	P&D BNDES - Sub A	Empréstimo (Passivo)	100%	11	75%	8	50%	6
2.369	P&D BNDES - Sub B	Empréstimo (Passivo)	100%	7	75%	5	50%	3
42.164	Projeto Reconstrução Almoxarifado - Sub A	Empréstimo (Passivo)	100%	763	75%	572	50%	382
38.846	Projeto Reconstrução Almoxarifado - Sub B	Empréstimo (Passivo)	100%	766	75%	575	50%	383
19.342	Projeto Injetáveis Oncológicos - Sub A	Empréstimo (Passivo)	100%	265	75%	199	50%	132
5.464	Projeto Injetáveis Oncológicos - Sub B	Empréstimo (Passivo)	100%	79	75%	59	50%	40
28.495	P&D Finep	Empréstimo (Passivo)	100%	80	75%	60	50%	40
197	FINAME/Promáquina FINA06	Empréstimo (Passivo)	100%	0	75%	0	50%	0
37	FINAME/Bauch Campos FINA07	Empréstimo (Passivo)	100%	0	75%	0	50%	0
242.811	Aeronave JP Morgan*	Empréstimo (Passivo)	100%	125	75%	94	50%	63
8.054	Pró DF	Empréstimo (Passivo)	100%	695	75%	521	50%	347
61.587	Garantias	Empréstimo (Passivo)	100%	4.927	75%	3.695	50%	2.463
123.888	Runway	Empréstimo (Passivo)	100%	11.831	75%	8.873	50%	5.916
147.737	Passivos de arrendamentos	Passivos de arrendamentos	100%	12.746	75%	9.560	50%	6.373
145.203	Finep	Empréstimo (Passivo)	100%	12.528	75%	9.396	50%	6.264
870.335				44.823		33.617		22.412

Controladora

Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa efetiva em 31/12/2019	Provável Valor	Apreciação de 25% %	Apreciação de 25% Valor	Apreciação de 50% %	Apreciação de 50% Valor
1.008	Alta do CDB	Aplicação financeira	19/10/2021	6%	60	7,43%	4	8,91%	5
496	Alta do CDB	Aplicação financeira	30/09/2021	6%	29	7,43%	2	8,91%	3
38	Alta do CDB	Aplicação financeira	11/11/2021	6%	2	7,43%	-	8,91%	-
11	Alta do CDB	Aplicação financeira	25/11/2021	6%	1	7,43%	-	8,91%	-
2	Alta do CDB	Aplicação financeira	02/12/2021	6%	-	7,43%	-	8,91%	-
1.555					92		6		8

Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa efetiva em 31/12/2019	Provável Valor	Deterioração de 25% %	Deterioração de 25% Valor	Deterioração de 50% %	Deterioração de 50% Valor
1.008	Baixa do CDB	Aplicação financeira	19/10/2021	6%	60	4,46%	3	2,97%	2
496	Baixa do CDB	Aplicação financeira	30/09/2021	6%	29	4,46%	1	2,97%	1
38	Baixa do CDB	Aplicação financeira	11/11/2021	6%	2	4,46%	-	2,97%	-
11	Baixa do CDB	Aplicação financeira	25/11/2021	6%	1	4,46%	-	2,97%	-
2	Baixa do CDB	Aplicação financeira	02/12/2021	6%	-	4,46%	-	2,97%	-
1.555					92		4		3

Consolidado

Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa efetiva em 31/12/2019	Provável Valor	Apreciação de 25% %	Apreciação de 25% Valor	Apreciação de 50% %	Apreciação de 50% Valor
3.780	Alta do CDI	Aplicação financeira	02/07/2040	5,64%	213	7,05%	15	8,46%	18
211	Alta do CDI	Aplicação financeira	07/06/2046 até 01/10/2046	4,81%	10	6,01%	1	7,22%	1
133	Alta do CDI	Aplicação financeira	02/05/2047	5,05%	7	6,31%	0	7,57%	1
10.337	Alta do CDI	Aplicação financeira	10/07/2020	5,91%	611	7,39%	45	8,87%	54
5.249	Alta Do Alta do CDI	Aplicação financeira	07/01/2020	6,02%	316	7,52%	24	9,03%	29
5.533	Alta do CDI	Aplicação financeira	n/a	6,03%	334	7,54%	25	9,05%	30
10.864	Alta do CDI	Aplicação financeira	n/a	5,94%	645	7,43%	48	8,91%	58
1.063	Alta do CDI	Aplicação financeira	08/08/2024	5,64%	60	7,05%	4	8,46%	5
11.981	Alta do CDI	Aplicação financeira	11/12/2020 a 23/12/2020	5,29%	633	6,61%	42	7,93%	50
12.875	Alta do CDI	Aplicação financeira vinculada a empréstimo	25/03/2020 a 26/03/2020	5,29%	681	6,61%	45	7,93%	54
7.358	Alta do CDI	Aplicação financeira	10/02/2020	5,97%	439	7,46%	33	8,95%	39
3.481	Alta do CDI	Aplicação financeira	24/01/2020	4,81%	167	6,01%	10	7,22%	12
7.669	Alta do CDI	Aplicação financeira	09/03/2020 a 29/12/2020	5,29%	405	6,61%	27	7,93%	32
7.540	Alta do CDI	Aplicação financeira	30/01/2020 e 11/02/2020	5,97%	450	7,46%	34	8,95%	40
6.020	Alta do CDI	Aplicação financeira	02/03/2020	5,95%	358	7,44%	27	8,93%	32
9.283	Alta do CDI	Aplicação financeira	26/03/2020	5,98%	555	7,48%	42	8,97%	50
285	Alta do CDI	Aplicação financeira	14/01/2020	5,05%	14	6,31%	1	7,57%	1
2.695	Alta do CDI	Aplicação financeira	15/12/2020	5,82%	157	7,28%	11	8,73%	14
21.345	Alta do CDI	Aplicação financeira	02/10/2020	5,85%	1.249	7,31%	91	8,78%	110
5.387	Alta do CDI	Aplicação financeira	02/10/2020	5,85%	315	7,31%	23	8,78%	28
1.481	Alta do CDI	Aplicação financeira	02/09/2020	5,85%	87	7,31%	6	8,78%	8
205	Alta do CDI	Aplicação financeira	16/07/2021	5,35%	11	6,68%	1	8,02%	1
300	Alta do CDI	Aplicação financeira	15/01/2020	4,81%	14	6,01%	1	7,22%	1
1.008	Alta do CDI	Aplicação financeira	19/10/2021	5,94%	60	7,43%	4	8,91%	5
496	Alta do CDI	Aplicação financeira	30/09/2021	5,94%	29	7,43%	2	8,91%	3
38	Alta do CDI	Aplicação financeira	11/11/2021	5,94%	2	7,43%	-	8,91%	-
11	Alta do CDI	Aplicação financeira	25/11/2021	5,94%	1	7,43%	-	8,91%	-
3	Alta do CDI	Aplicação financeira	02/12/2021	5,94%	-	7,43%	-	8,91%	-
136.631					7.823		562		676

Consolidado

Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa efetiva em 31/12/2019	Provável Valor	Deterioração de 25% %	Deterioração de 25% Valor	Deterioração de 50% %	Deterioração de 50% Valor
3.780	Baixa do CDI	Aplicação financeira	02/07/2040	5,64%	213	4,23%	9	2,82%	6
211	Baixa do CDI	Aplicação financeira	07/06/2046 até 01/10/2046	4,81%	10	3,61%	-	2,41%	-
133	Baixa do CDI	Aplicação financeira	02/05/2047	5,05%	7	3,79%	-	2,52%	-
10.337	Baixa do CDI	Aplicação financeira	10/07/2020	5,91%	611	4,43%	27	2,96%	18
5.249	Baixa do CDI	Aplicação financeira	07/01/2020	6,02%	316	4,51%	14	3,01%	10
5.533	Baixa do CDI	Aplicação financeira	n/a	6,03%	334	4,52%	15	3,02%	10
10.864	Baixa do CDI	Aplicação financeira	n/a	5,94%	645	4,46%	29	2,97%	19
1.063	Baixa do CDI	Aplicação financeira	08/08/2024	5,64%	60	4,23%	3	2,82%	2
11.981	Baixa do CDI	Aplicação financeira	11/12/2020 a 23/12/2020	5,29%	633	3,96%	25	2,64%	17
12.875	Baixa do CDI	Aplicação financeira vindulada a empréstimo	25/03/2020 a 26/03/2020	5,29%	681	3,96%	27	2,64%	18
7.358	Baixa do CDI	Aplicação financeira	10/02/2020	5,97%	439	4,48%	20	2,98%	13
3.481	Baixa do CDI	Aplicação financeira	24/01/2020	4,81%	167	3,61%	6	2,41%	4
7.669	Baixa do CDI	Aplicação financeira	09/03/2020 a 29/12/2020	5,29%	405	3,96%	16	2,64%	11
7.540	Baixa do CDI	Aplicação financeira	30/01/2020 e 11/02/2020	5,97%	450	4,48%	20	2,98%	13
6.020	Baixa do CDI	Aplicação financeira	02/03/2020	5,95%	358	4,46%	16	2,98%	11
9.283	Baixa do CDI	Aplicação financeira	26/03/2020	5,98%	555	4,49%	25	2,99%	17
285	Baixa do CDI	Aplicação financeira	14/01/2020	5,05%	14	3,79%	1	2,52%	-
2.695	Baixa do CDI	Aplicação financeira	15/12/2020	5,82%	157	4,37%	7	2,91%	5
21.345	Baixa do CDI	Aplicação financeira	02/10/2020	5,85%	1.249	4,39%	55	2,93%	37
5.387	Baixa do CDI	Aplicação financeira	02/10/2020	5,85%	315	4,39%	14	2,93%	9
1.481	Baixa do CDI	Aplicação financeira	02/09/2020	5,85%	87	4,39%	4	2,93%	3
205	Baixa do CDI	Aplicação financeira	16/07/2021	5,35%	11	4,01%	-	2,67%	-
300	Baixa do CDI	Aplicação financeira	15/01/2020	4,81%	14	3,61%	1	2,41%	-
1.008	Baixa do CDI	Aplicação financeira	19/10/2021	5,94%	60	4,46%	3	2,97%	2
496	Baixa do CDI	Aplicação financeira	30/09/2021	5,94%	29	4,46%	1	2,97%	1
38	Baixa do CDI	Aplicação financeira	11/11/2021	5,94%	2	4,46%	-	2,97%	-
11	Baixa do CDI	Aplicação financeira	25/11/2021	5,94%	1	4,46%	-	2,97%	-
3	Baixa do CDI	Aplicação financeira	02/12/2021	5,94%	-	4,46%	-	2,97%	-
136.631					7.823		338		226

Consolidado

Exposição	Risco	Tipo	Taxa efetiva em 31/12/2019	Provável Valor	Apreciação 25% %	Apreciação 25% Valor	Apreciação 50% %	Apreciação 50% Valor
6.131	Pró/DF	Empréstimo (Passivo)	100	276	125	345	150	414
2.280	Projeto Modernização - Subcrédito A	Empréstimo (Passivo)	100	7	125	9	150	11
535	Projeto Modernização - Subcrédito B	Empréstimo (Passivo)	100	2	125	3	150	3
1.923	Projeto Expansão do CD- Jaguariúna	Empréstimo (Passivo)	100	6	125	8	150	9
7.442	Projeto P,D&I	Empréstimo (Passivo)	100	22	125	28	150	33
20.087	Projeto - Fábrica de Brasília	Empréstimo (Passivo)	100	87	125	109	150	131
40.707	P&D Finep	Empréstimo (Passivo)	100	132	125	165	150	198
1.037	FINAME/Fabrima_Encartuchadeira Horizontal - Pomadas não estéreis FINA12	Empréstimo (Passivo)	100	4	125	5	150	6
721	FINAME/Fabrima_Encartuchadeira Horizontal - Colírios FINA11	Empréstimo (Passivo)	100	3	125	4	150	5
341	FINAME/Promáquina_Colírios FINA10	Empréstimo (Passivo)	100	1	125	1	150	2
292	FINAME/Promáquina FINA06	Empréstimo (Passivo)	100	1	125	1	150	2
233	FINAME/Fabrima_Balança de Controle - Empilhador de Blister FINA14	Empréstimo (Passivo)	100	1	125	1	150	2
145	FINAME/Fabrima_Enchedora de Bisnagas - Pomadas oftálmicas FINA13	Empréstimo (Passivo)	100	1	125	1	150	2
52	FINAME/Bauch Campos FINA07	Empréstimo (Passivo)	100	-	125	-	150	-
193.012	Leasing Financeiro	Empréstimo (Passivo)	100	447	125	559	150	671
103.604	Arrendamento Mercantil	Arrendamento Mercantil	100	4.655	125	5.819	150	6.982
193.689	Finep	Empréstimo (Passivo	100	343	125	429	150	515
572.231				5.988		7.487		8.986

Consolidado

Exposição	Risco	Tipo	Taxa efetiva em 31/12/2019	Provável Valor	Deterioração 25% %	Deterioração 25% Valor	Deterioração 50% %	Deterioração 50% Valor
6.131	Pró/DF	Empréstimo (Passivo)	100	276	75	207	50	138
2.280	Projeto Modernização - Subcrédito A	Empréstimo (Passivo)	100	7	75	5	50	4
535	Projeto Modernização - Subcrédito B	Empréstimo (Passivo)	100	2	75	2	50	1
1.923	Projeto Expansão do CD- Jaguariúna	Empréstimo (Passivo)	100	6	75	5	50	3
7.442	Projeto P,D&I	Empréstimo (Passivo)	100	22	75	17	50	11
20.087	Projeto - Fábrica de Brasília	Empréstimo (Passivo)	100	87	75	65	50	44
40.707	P&D Finep	Empréstimo (Passivo)	100	132	75	99	50	66
1.037	FINAME/Fabrima_Encartuchadeira Horizontal - Pomadas não estéreis FINA12	Empréstimo (Passivo)	100	4	75	3	50	2
721	FINAME/Fabrima_Encartuchadeira Horizontal - Colírios FINA11	Empréstimo (Passivo)	100	3	75	2	50	2

Consolidado

Exposição	Risco	Tipo	Taxa efetiva em 31/12/2019	Provável Valor	Deterioração 25% %	Deterioração 25% Valor	Deterioração 50% %	Deterioração 50% Valor
341	FINAME/Promáquina_Colírios FINA10	Empréstimo (Passivo)	100	1	75	1	50	1
292	FINAME/Promáquina FINA06	Empréstimo (Passivo)	100	1	75	1	50	1
233	FINAME/Fabrima_Balança de Controle - Empilhador de Blister FINA14	Empréstimo (Passivo)	100	1	75	1	50	1
145	FINAME/Fabrima_Enchedora de Bisnagas - Pomadas oftálmicas FINA13	Empréstimo (Passivo)	100	1	75	1	50	1
52	FINAME/Bauch Campos FINA07	Empréstimo (Passivo)	100	-	75	-	50	-
193.012	Leasing Financeiro	Empréstimo (Passivo)	100	447	75	335	50	224
103.604	Arrendamento Mercantil	Arrendamento Mercantil	100	4.655	75	3.491	50	2.327
193.689	Finep	Empréstimo (Passivo)	100	343	75	257	50	172
572.231				5.988		4.492		2.998

ii) Classificação contábil e mensuração dos valores justos: Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. O Grupo estabeleceu uma estrutura de controles relacionada à mensuração de valor justo. A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: premissas significativas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). De acordo com as disposições transitórias do CPC 46 (Mensuração do valor justo) o Grupo aplicou as novas medidas de mensuração do valor justo de forma prospectiva e as mudanças não tiveram impacto significativo nas mensurações dos ativos e passivos do Grupo. A classificação de acordo com a hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas mensurados a valor justo é determinada conforme segue:

Controladora

2020	Valor justo de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Valor justo das demais categorias	Valor justo	Valor contábil
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	1.963	1.963	1.963
Dividendos a receber	-	-	-	-	25.034	25.034	25.034
Outros recebiveis	-	-	-	-	343.909	343.909	343.909
	-	-	-	-	370.906	370.906	370.906
Passivos							
Dividendos a pagar	-	-	-	-	584.692	584.692	584.692
Outras contas a pagar	-	-	-	-	5.519	5.519	5.519
	-	-	-	-	590.211	590.211	590.211

Consolidado

2020	Valor justo de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Valor justo das demais categorias	Valor justo	Valor contábil
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	220.675	220.675	220.675
Contas a receber de clientes	-	-	-	-	848.549	848.549	848.549
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	-	-	91.593	91.593	91.593
Mútuo entre partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	-
Aplicação financeira vinculada a empréstimo	-	-	-	-	4.526	4.526	4.526
Outros recebiveis	-	-	-	-	111.424	111.424	111.424
	-	-	-	-	1.276.767	1.276.767	1.276.767
Passivos							
Fornecedores	-	-	-	-	360.425	360.425	360.425
Fornecedores a pagar partes relacionadas	-	-	-	-	1.066.030	1.066.030	1.066.030
Dividendos a pagar	-	-	-	-	742.404	742.404	742.404
Empréstimo	-	-	-	-	722.598	722.598	722.598
Outras contas a pagar	-	-	-	-	228.897	228.897	228.897
	-	-	-	-	3.120.354	3.120.354	3.120.354

Controladora

2019	Valor justo de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Valor justo das demais categorias	Valor justo	Valor contábil
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	1.560	1.560	1.560
Dividendos a receber	-	-	-	-	105.052	105.052	105.052
Outros recebiveis	-	-	-	-	156.214	156.214	156.214
	-	-	-	-	262.826	262.826	262.826
Passivos							
Dividendos a pagar	-	-	-		(748.873)	(748.873)	(748.873)
Outras contas a pagar	-	-	-	-	(5.519)	(5.519)	(5.519)
	-	-	-	-	(754.392)	(754.392)	(754.392)

Consolidado

2019	Valor justo de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Valor justo das demais categorias	Valor justo	Valor contábil
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	148.205	148.205	148.205
Contas a receber de clientes	-	-	-	-	750.597	750.597	750.597
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	-	-	232.319	232.319	232.319
Mútuo entre partes relacionadas	-	-	-	-	316.093	316.093	316.093
Aplicação financeira vinculada a empréstimo	-	-	-	-	4.124	4.124	4.124
Outros recebiveis	-	-	-	-	69.540	69.540	69.540
	-	-	-	-	1.520.878	1.520.878	1.520.878
Passivos							
Fornecedores	-	-	-	-	(185.277)	(185.277)	(185.277)
Fornecedores a pagar partes relacionadas	-	-	-	-	(1.142.881)	(1.142.881)	(1.142.881)
Dividendos a pagar	-	-	-	-	(768.004)	(768.004)	(768.004)
Empréstimo	-	-	-	-	(572.230)	(572.230)	(572.230)
Outras contas a pagar	-	-	-	-	(148.911)	(148.911)	(148.911)
	-	-	-	-	(2.817.303)	(2.817.303)	(2.817.303)

O Grupo utilizou os seguintes métodos e premissas para estimar a divulgação do valor justo de seus instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2020 e 2019: • Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira vinculada a empréstimo: são apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil. • Contas a receber de clientes e partes relacionadas: decorrem diretamente das operações do Grupo e seus clientes e são classificados como curto. São registrados pelos seus valores originais e estão sujeitos a provisão para perdas de valor recuperável. Os valores originais líquidos de provisão se assemelham aos valores justos na data de encerramento das demonstrações financeiras. • Empréstimos a receber de partes relacionadas: são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos seus valores contratuais. • Empréstimos e financiamentos: são classificados como outras passivos financeirose estão registrados pelos seus valores contratuais. • Fornecedores a pagar e fornecedores partes relacionadas: decorrem diretamente das operações de compra de mercadorias do Grupo com seus fornecedores e são classificados como outros passivos financeiros. São registrados pelos seus valores originais que se assemelham aos valores justos na data de encerramento das demonstrações financeiras. • Outros recebíveis e outras contas a pagar: são apresentados pelo seu valor original que se assemelham ao valor justo na data de encerramento das demonstrações financeiras.

10. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora 2020	2019	Consolidado 2020	2019
Banco e caixa	**3**	4	**113.947**	15.698
Aplicação financeira	**1.959**	1.556	**106.728**	132.507
	1.962	1.560	**220.675**	148.205

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e tem como contraparte instituições financeiras nacionais, cujas taxas de rendimentos variam entre 81% e 101,53% do CDI.

11. Aplicação financeira vinculada a empréstimo:

	Consolidado 2020	2019
Aplicação financeira vinculada a empréstimos	**4.526**	4.124
	4.526	4.124

A aplicação financeira classificada no longo prazo no valor de R$4.526 (R$4.124 em 2019) efetuada no Banco de Brasília, trata-se de garantia do financiamento de ICMS concedido à controlada direta EMS S.A. à título de subvenção governamental (nota 7 g). O montante somente poderá ser utilizado para a quitação total das parcelas finais do financiamento.

12. Contas a receber de clientes:

	Consolidado 2020	2019
Contas a receber de clientes	**859.461**	774.895
Menos: provisão por perda ao valor recuperável	**(10.912)**	(24.298)
Contas a receber de clientes, líquidas	**848.549**	750.597

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as contas a receber de clientes encontram-se em aberto:

	Consolidado 2020	2019
Vincendos	**742.572**	643.635
Vencidos até três meses	**28.030**	81.745
Vencidos de três a seis meses	**8.983**	32.010
Vencidos de seis a doze meses	**8.327**	17.505
Vencidos acima de um ano (a)	**71.549**	-
	859.461	774.895

(a) Correspondem substancialmente aos valores que a CPM tem a receber e que estão segurados em Contrato de Penhor (Nota 2), e que portanto, nenhuma provisão para perdas foi registrada. Os saldos a receber de clientes são registrados pelo valor líquido e não auferem juros. Os valores a receber de clientes estão reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. A provisão por perda ao valor recuperável foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

As movimentações da provisão por perda ao valor recuperável está demonstrada a seguir:

	Consolidado 2020	2019
Em 1º de janeiro	**(24.298)**	(30.317)
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(8.615)**	(3.948)
Reversão de provisão por perda ao valor recuperável	**22.001**	9.967
Baixa para perdas	**-**	-
Em 31 de dezembro	**(10.912)**	(24.298)

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6252-8C33-A045-3940.

NC Participações S.A.

As contas a receber de clientes, líquidas das perdas ao valor recuperável, são denominadas nas seguintes moedas:

	Consolidado 2020	2019
Reais	822.593	747.018
Euro	8.381	-
Dólares americanos	17.575	3.579
	848.549	750.597

13. Estoques:

	Consolidado 2020	2019
Produtos acabados	365.188	326.468
Matéria-prima	238.465	222.673
Produtos em elaboração	51.968	47.322
Material de embalagem e outros	61.216	48.610
Adiantamento a fornecedores terceiros	70.703	34.403
Importações em andamento	19.350	8.039
Provisão para obsolescência	(36.824)	(34.042)
	770.066	653.473

Os critérios utilizados para a constituição para obsolescência estão detalhados na nota explicativa 7o.

	Consolidado 2020	2019
Em 1º de janeiro	(34.042)	(26.292)
Constituição da provisão	(32.909)	(30.039)
Baixa	30.127	22.289
Em 31 de dezembro	(36.824)	(34.042)

14. Tributos a recuperar:

	Controladora 2020	2019	Consolidado 2020	2019
IRPJ e CSLL (*)	255	183	93.406	95.550
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (***)	-	-	167.069	106.255
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (**)	-	-	188.759	62.089
Impostos sobre operações financeiras - IOF	-	-	-	11.235
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	-	-	33.989	32.179
Outros	1	71	2.250	23.233
	256	254	485.473	330.541
Circulante	256	254	256.805	323.838
Não circulante			228.668	6.703
	256	254	485.473	330.541

(*) Refere-se a antecipação de imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores. (**) Refere-se créditos de PIS e COFINS sobre aquisição de insumos gerados em decorrência do sistema monofásico de tributação amparado pela legislação em vigor. (***) Créditos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS sobre aquisições de ativo imobilizado.

15. Outros recebíveis:

	Controladora 2020	2019	Consolidado 2020	2019
Adiantamento para futuro aumento de capital (nota 30.d)	-	155.793	-	-
Adiantamento partes relacionadas	-	-	8.536	7.871
Adiantamento a funcionários	-	-	9.675	12.839
Adiantamento a fornecedores terceiros	-	-	10.831	19.034
Arrendamento- IFRS 16	-	-	5.900	5.900
Outros	271	421	76.482	23.881
	271	156.214	111.424	69.525
Circulante	271	156.214	102.736	63.670
Não circulante	-	-	8.688	5.855
	271	156.214	111.424	69.525

16. Investimentos em controladas e coligadas e provisão para perdas em investidas: a) Investimentos em controladas e coligadas e provisão para perdas em investidas (controladora)

2020

	EMS S/A	Germed LDA	Sigma	Legrand	Luxbiotech	Bionovis	Innoveren	CPM	Lorraine	Total dos investimentos	Lorraine	Outros	Total da provisão para perdas em investidas	Investimentos líquidos de provisão para perdas
Número de ações possuídas	19.000.000	-	7.662.451	136.464	58.636.851	6.000.000	433.672.000	64.205.000			11.000.997			
Participação no capital social	99%	99,18%	1%	1%	0,69%	25%	0,04%	1%			99,99%			
Capital social	221.708	13.472	7.740	138	97.723	24.000	433.672	64.605			363.547			
Resultado do exercício	113.584	(1.932)	1.559	123.663	(57.966)	67.329	(301.168)	(7.951)			(306.728)			
Patrimônio líquido	1.092.740	2.666	9.715	232.287	(31.051)	135.744	(58.059)	78.655			(200.653)			
Saldo final do investimento em 31 de dezembro de 2019	1.140.767	-	142	1.085	(42)	18.821	70	545	-	1.161.388	(47.906)	1.871	(46.035)	1.115.353
Dividendos a receber	(190.302)	-	-	-	-	(1.837)	-	-	-	(192.139)	-	-	-	(192.139)
Aumento de capital	-	2.892	-	-	-	-	-	-	-	2.892	86.179	-	86.179	89.071
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-		343.638	-	343.638	343.638
Resultado da equivalência patrimonial	112.449	(4.035)	(45)	1.238	(23)	16.832	(120)	(58)	-	126.238	(306.690)	-	(306.690)	(180.452)
Efeito de conversão de operações no exterior	12.393	1.938	-	-	-	-	27	-	-	14.358	67.764	-	67.764	82.122
Transferência de investimento	-	1.871	-	-	-	-	-	-	142.985	144.856	(142.985)	(1.871)	(144.856)	-
Saldo final do investimento em 31 de dezembro de 2020	1.075.307	2.666	97	2.323	(65)	33.816	(23)	487	142.985	1.257.593	-	-	-	1.257.593

(*) Valor foi 100% integralizado durante o exercício de 2021.

2019

	Controlada	Coligadas							Controladas			
	EMS S/A	Sigma	Legrand	Luxbiotech	Bionovis	Innoveren	CPM	Total dos investimentos	Lorraine	Germed LDA	Total da provisão para perdas em investidas	Investimentos líquidos de provisão para perdas
Número de ações possuídas	19.800.000	7.739.849	137.843	97.723.009	10.000	433.671.956	64.605.000		11.000.997	-		
Participação no capital social	99%	1%	1%	0,69%	25%	0,04%	0,62%		99,99%	99,18%		
Capital social	221.708	7.740	138	97.723	24.000	433.672	64.605		277.368	-		
Resultado do exercício	417.116	2.402	93.207	(44.489)	38.077	(47)	41.084		(10.009)	(962)		
Patrimônio líquido	1.157.106	8.155	108.624	26.914	75.764	175.280	70.705		(47.906)	(2.550)		
Saldo final do investimento em 31 de dezembro de 2018	839.672	118	153	26	11.563	179	511	852.222	(48.775)	(322)	(49.097)	803.125
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-		0	-	3.155	3.155	3.155
Dividendos recebidos	(116.783)	-	-	-	(2.261)	-		(119.044)	-	-	0	(119.044)
Resultado da equivalência patrimonial	412.945	24	932	(68)	9519	(113)	34	423.273	(10.008)	(962)	(10.970)	412.303
Efeito de conversão de operações no exterior	4.933	-	-	-	-	4	-	4.937	10.877	-	10.877	15.814
Saldo final do investimento em 31 de dezembro de 2019	1.140.767	142	1.085	(42)	18.821	70	545	1.161.388	(47.906)	1.871	(46.035)	1.115.353

A Lorraine tem investimento na Innoveren Pharma S.A., que por sua vez tem participação de 95,92% no capital social da Brace Pharmaceuticals LLC (Brace), sediada nos Estados Unidos da América, e tem o foco na inovação no mercado farmacêutico, por meio de investimentos em companhias que atuam no ramo da biotecnologia. b) Investimentos em coligadas e provisão para perdas em investidas (consolidado)

31 de dezembro de 2020

	Gronin	Globe (*)	Bionovis	Outros	Investimentos mantidos a custo pela Brace (ii)	Total dos investimentos	Vero Biotech LLC	Total da provisão para perdas em investidas (i)	Investimentos líquidos de provisão para perdas
Lucro (prejuízo) do exercício	(266)	27.987	67.329						
Participação no capital social - %	2,40%	25%	25%						
Patrimônio líquido da controlada	194.833	263.292	135.744						
Saldo inicial do investimento em 1º de janeiro de 2020	4.715	66.688	18.821	1.053	348.689	439.966	(16.912)	(16.912)	423.054
Adições	-	-	-	-	57.674	57.674	16.912	16.912	74.586
Baixas	-	-	-	-	(203.394)	(203.394)	-	-	(203.394)
Reversão de provisão para perdas	-	-	-	-	14.193	14.193	-	-	14.193
Aumento de capital social	6.400	-	-	-	-	6.400	-	-	6.400
Dividendos a receber	-	-	(1.837)	-	-	(1.837)	-	-	(1.837)
Outras movimentações	-	218	-	6	-	224	-	-	224
Efeito de conversão de operações no exterior	(566)	13.085	-	-	85.526	98.045	-	-	98.045
Resultado de equivalência patrimonial	(5.873)	(14.168)	16.832	-	-	(3.209)	-	-	(3.209)
	4.676	65.823	33.816	1.059	302.688	408.062	-	-	408.062

31 de dezembro de 2019

	Gronin	Globe (*)	Bionovis	Outros	Investimentos mantidos a custo pela Brace (ii)	Total dos investimentos	Vero Biotech LLC (i)	Total da provisão para perdas em investidas	Investimentos líquidos de provisão para perdas
Lucro do exercício	20.752	27.987	67.329						
Participação no capital social - %	2,40%	25%	25%						
Patrimônio líquido da investida	188.693	263.292	135.744						
Saldo inicial do investimento em 1º de janeiro de 2020	5.224	53.210	11.563	453	334.654	405.104	(16.258)	(16.258)	388.846
Dividendos a receber	-	-	(2.261)	-	-	(2.261)	-	-	(2.261)
Outras movimentações	(1)	(23.228)	-	600	-	(22.629)	-	-	(22.629)
Efeito de conversão de operações no exterior	2.706	2.274	-	-	14.035	19.015	(654)	(654)	18.361
Resultado de equivalência patrimonial	(3.214)	34.432	9.519	-	-	40.737	-	-	40.737
	4.715	66.688	18.821	1.053	348.689	439.966	(16.912)	(16.912)	423.054

i) *Investimentos mensurados ao custo como base de valor (instrumentos financeiros) - movimentação*

Investida	Saldo em 31/12/2018	Variação cambial	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Provisão perda	Variação cambial	Saldo em 31/12/2020
Antiva Investment	25.658	1.032	26.690	-	-	-	7.721	34.411
Avidity Convertible Note	13.954	561	14.515	-	(71)	-	4.199	18.643
Avrobio Investment	11.624	468	12.092	3.314	-	-	4.548	19.954
F2G Investment	13.726	552	14.278	17.010	-	-	5.782	37.070
Gliknik Investment	3.875	156	4.031	-	-	-	1.166	5.197
Miragen Investment	38.771	1.560	40.331	-	(51.609)	-	11.276	-
Navitor Investment	42.173	1.697	43.870	7.852	-	-	14.769	66.491
RFS/Cocrystal Investment	25.206	1.014	26.220	-	(33.552)	-	7.332	-
Reviral Investment	16.501	664	17.165	9.832	-	-	6.459	33.456
Turnstone Investment	-	-	-	11.851	-	-	3.756	15.607
Tyrogenex Investment	71.497	2.876	74.373	-	(58.444)	-	2.994	18.923
Unum Investment	19.400	781	20.181	-	(19.757)	-	(424)	-
Zymeworks Investiment	27.685	1.114	28.799	-	(30.569)	-	1.770	-
Precision Bio Investment	38.777	1.560	40.337	7.892	(9.392)	-	14.099	52.936
Prov. perda (Tyrogenex)	(14.193)	-	(14.193)	-	-	14.193	-	-
Total dos investimentos mensurados ao custo - Brace	334.654	14.035	348.689	57.751	(203.394)	14.193	85.447	302.686

c) Resumo das informações financeiras: O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras das controladas e coligadas: i) *Balanços patrimoniais sintéticos das Controladas e Coligadas (Diretas e Indiretas):*

	EMS 2020	2019	Sigma 2020	2019	Legrand 2020	2019	Luxbiotech 2020	2019	Bionovis 2020	2019	Lorraine 2020	2019	CPM 2020	2019	Innoveren 2020	2019	Brace 2020	2019	Monteresearch 2020	2019	Rio Bio Pharmaceuticals 2020	2019
Circulante																						
Ativo	1.822.385	1.852.049	138.491	249.129	289.489	290.812	53.810	48.360	573.786	201.539	368.435	148.578	90.070	86.143	16.122	12.573	(1.035)	(7.548)	15.915	7.275	1.167	1.167
Passivo	(1.723.005)	(1.750.435)	(128.457)	(240.149)	(65.124)	(185.258)	(77.555)	(16.075)	(356.083)	(182.186)	(372.352)	(184.658)	(10.453)	(15.347)	(272.140)	(50.600)	-	-	(10.965)	(5.036)	(27.025)	(11.342)
Ativo (passivo) circulante líquido	99.380	101.614	10.034	8.980	224.365	105.554	(23.745)	32.285	217.703	19.353	(3.917)	(36.080)	79.617	70.796	(256.018)	(38.027)	(1.035)	(7.548)	4.950	2.239	(25.858)	(10.175)
Não circulante																						
Ativo	1.604.351	1.496.997	5.499	4.484	17.582	13.850	3.552	2.906	284.159	135.839	(57.451)	175.795	(303)	940	292.255	307.604	644.033	686.669	67.301	68.268	-	-
Passivo	(610.991)	(441.505)	(5.818)	(5.309)	(9.660)	(10.780)	(10.858)	(8.277)	(366.118)	(79.428)	(139.285)	(187.621)	(659)	(1.031)	(94.297)	(94.297)	(338.299)	-	-	-	-	-
Ativo (passivo) não circulante líquido	993.360	1.055.492	(319)	(825)	7.922	3.070	(7.306)	(5.371)	(81.959)	56.411	(196.736)	(11.826)	(962)	(91)	197.958	213.307	305.734	686.669	67.301	68.268	-	-
	1.092.740	1.157.106	9.715	8.155	232.287	108.624	(31.051)	26.914	135.744	75.764	(200.653)	(47.906)	78.655	70.705	(58.060)	175.280	304.699	679.121	72.251	70.507	(25.858)	(10.175)

i) *Demonstrações do resultado sintéticas das Controladas e Coligadas (Diretas e Indiretas)*

	EMS 2020	2019	Sigma 2020	2019	Legrand 2020	2019	Luxbiotech 2020	2019	Bionovis 2020	2019	Lorraine 2020	2019	CPM 2020	2019	Innoveren 2020	2019	Brace 2020	2019	Monteresearch 2020	2019	Rio Bio Pharmaceuticals 2020	2019
Receitas	3.951.216	3.530.925	227.214	165.833	563.930	437.092	8.321	9.362	944.557	506.700	-	-	-	83.772	-	-	-	-	13.606	9.855	-	-
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	166.428	557.978	1.602	3.273	182.610	140.360	(58.001)	(44.876)	101.593	54.817	(301.051)	(10.009)	7.951	86.610	301.168	(57)	245.030	(55.091)	(13.443)	(34.593)	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(52.844)	(140.862)	(43)	(871)	(58.947)	(47.153)	35	27	(34.264)	(16.741)	-	-	-	(45.526)	-	10	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	113.584	417.116	1.559	2.402	123.663	93.207	(57.966)	(44.849)	67.329	38.076	(301.051)	(10.009)	7.951	41.084	301.168	(47)	245.030	(55.091)	(13.443)	(34.593)	-	-

17. Imobilizado:

	Consolidado Terrenos e edificações	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Outros	Obras em andamento (*)	Aeronave	Total
Em 31 de dezembro de 2018							
Saldo inicial	137.608	168.717	17.158		95.810	219.104	638.397
Aquisições	9.967	23.570	5.399	-	33.618	-	72.554
Baixas	(3.837)	(11.605)	(1.656)	-	(4.142)	-	(21.240)
Transferências	25.234	44.325	1.555	-	(71.256)	-	(142)
Depreciação (baixas)	1.755	7.281	966	-	-	-	10.002
Depreciação	(2.714)	(5.114)	(757)	-	-	(11.915)	(20.500)
Saldo contábil, líquido	168.013	227.174	22.665	-	54.030	207.189	679.071
Em 31 de dezembro de 2019							
Custo	225.526	384.238	47.331	733	54.030	231.715	943.573
Depreciação acumulada	(57.513)	(157.064)	(24.666)	(733)	-	(24.526)	(264.502)
	168.013	227.174	22.665	-	54.030	207.189	679.071
Em 31 de dezembro de 2020							
Consolidação Vero	5.165	-	8.618	-	-	-	13 .783
Aquisições	1.875	7.283	46.954	-	175.500	-	231.612
Baixas	(6.495)	(5.402)	(371)	-	(2.711)	-	(14.979)
Transferências	24.380	67.227	2.276	-	(93.893)	-	(10)
Depreciação (baixas)	4.100	3.575	349	-	-	-	8.024
Depreciação	(4.568)	(16.481)	(10.826)	-	-	(13.367)	(45.242)
Saldo contábil, líquido	192.470	283.376	69.665	-	132.926	193.822	872.259
Em 31 de dezembro de 2020							
Custo	255.191	453.346	108.401	733	132.926	231.715	1.182.312
Depreciação acumulada	(62.721)	(169.970)	(38.736)	(733)	-	(37.893)	(310.053)
	192.470	283.376	69.665	-	132.926	193.822	872.259

18. Direito de uso de ativos e passivo de arrendamento: a) Direito de uso de ativos:

	Consolidado Terrenos e edificações	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Data Center	Total
Em 31 de dezembro de 2019					
Saldo inicial	66.077	25.424	761	5.754	98.016
Consolidação Vero	15.692	-	-	-	15.692
Aquisições e remensuração	18.827	54.207	1.206	-	74.240
Baixas	(4.124)	6.247	13	-	2.136
Baixas depreciação	-	(7.815)	(20)	-	(7.835)
Depreciação	(11.110)	(26.703)	(840)	(4.603)	(43.256)
	85.362	51.360	1.120	1.151	138.993

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6252-8C33-A045-3940.

	Consolidado				
	Terrenos e edificações	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Data Center	Total
Em 31 de dezembro de 2020					
Custo	**110.645**	**106.999**	**2.353**	**10.357**	**230.354**
Depreciação acumulada	**(25.283)**	**(55.639)**	**(1.233)**	**(9.206)**	**(91.361)**
Saldo contábil, líquido	**85.362**	**51.360**	**1.120**	**1.151**	**138.993**

	Consolidado				
	Terrenos e edificações	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Data Center	Total
Adoção inicial 1 de janeiro de 2019	66.966	39.895	256	10.357	117.474
Aquisições e correções	5.733	6.650	878	-	13.261
Depreciação	(6.622)	(21.121)	(373)	(4.603)	(32.719)
	66.077	25.424	761	5.754	98.016
Em 31 de dezembro de 2019					
Custo	72.699	46.545	1.134	10.357	130.735
Depreciação acumulada	(6.622)	(21.121)	(373)	(4.603)	(32.719)
Saldo contábil, líquido	66.077	25.424	761		98.016

b) Passivos de arrendamentos:

	Consolidado				
	Terrenos e edificações	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Data Center	Total
Em 31 de dezembro de 2019					
Saldo inicial	69.751	26.483	783	6.588	103.605
Consolidação Vero	**17.576**	**-**	**-**	**-**	**17.576**
Aquisições e remesuração	**18.827**	**54.207**	**1.206**	**-**	**74.240**
Juros incorridos	**7.177**	**2.681**	**106**	**357**	**10.321**
Baixa	**-**	**(3.391)**	**(10)**	**-**	**(3.401)**
Pagamentos	**(19.883)**	**(28.691)**	**(913)**	**(5.117)**	**(54.604)**
Em 31 de dezembro de 2020	**93.448**	**51.289**	**1.172**	**1.828**	**147.737**
Circulante					**48.466**
Não circulante					**99.271**
					147.737

	Consolidado				
	Terrenos e edificações	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Data Center	Total
Saldo inicial	-	-	-	-	-
Adoção inicial 01.01.2019 CPC 06 / IFRS 16	68.032	39.895	257	10.357	118.541
Aquisições e remensuração	5.401	6.650	878	602	13.531
Juros incorridos	7.680	3.185	54	831	11.750
Pagamentos	(11.362)	(23.247)	(406)	(5.202)	(40.217)
Em 31 de dezembro de 2019	69.751	26.483	783	6.588	103.605
Circulante					37.982
Não circulante					65.623
					103.605

19. Fornecedores:

	Consolidado	
	2020	2019
Fornecedores estrangeiros	**159.897**	61.542
Fornecedores nacionais	**162.267**	70.390
Fornecedores de serviços	**38.261**	53.345
	360.425	185.277

20. Empréstimos e financiamentos:

	Taxa de juros	Vencimento	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Leasing financeiro (a)	1,21% a.a a 3,23% a.a. e Libor + 0,35% a.a	Fevereiro de 2020 e maio de 2023	**242.823**	193.012
Runway Growth Credit Fund	(e)	Dezembro de 2024	**123.888**	-
Garantias conversíveis em ações	8% a.a.	(f)	**61.587**	-
FINEP	(b)	Dezembro de 2023	**145.204**	193.688
FINEP	(c)	Abril de 2023	**28.483**	40.707
BNDES	(d)	Março de 2020 a março de 2026	**112.325**	32.266
FINAME	1,21% a.a a 3,23% a.a. e Libor + 0,35% a.a	Junho de 2020 e fevereiro de 2023	**234**	2.822
Banco Regional de Brasília - financiamento do ICMS (d)	25 % do INPC (i)	Dezembro de 2031	**8.054**	6.131
Circulante			**157.967**	98.886
Não circulante			**564.631**	369.740
			722.598	468.626

(i) Taxa efetiva anual. (a) O montante de Leasing Financeiro é composto por: JP Morgan: refere-se à compra de uma aeronave, atualmente o saldo em aberto é de R$242.823. (b) Refere-se à liberação do valor do contrato de financiamento da Lorraine Administradora de Bens e Participações Sociedade Simples Ltda, firmado em 2 de dezembro de 2013 com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) com o objetivo de custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração do projeto "Innoveren PD&I Radicais". A FINEP disponibilizou um crédito ao Grupo no montante de até R$ 329.408. Sobre o principal da dívida incidem juros compostos de TJLP + 5% ao ano, a título de spread, reduzidos por equalização equivalente a 6,5% ao ano, pagos mensalmente pelo Grupo. (c) Refere-se ao custeio parcial das despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação aprovado e disponibilizado pela FINEP, de acordo com o Cronograma de Desembolso. Sobre o principal da dívida incidirão, pro rata tempore, juros compostos de TJLP acrescidos de 5% ao ano a título de spread, reduzidos por equalização equivalente a 3% a ano. O valor em aberto está em R$28.483. (d) O saldo refere-se a empréstimos obtidos com o BNDES conforme apresentado abaixo: (i) Contrato de P&D com crédito contratado no valor de R$75.712 que será liberado em subcréditos conforme prestação de contas. O valor em aberto está em R$6.510 com taxa de juros TJLP + 1,75% e 2,25% a.a e com pagamento final 15/03/2026. (ii) Contrato Reconstrução do Almoxarifado, financiamento concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, até o valor de R$81.363, dividido em dois subcréditos conforme prestação de contas: (a) Subcrédito "A" - no valor de R$43.283 destinado à ampliação e reforma de unidade industrial, incluindo produção de medicamenteos líquidos e semissólidos, linhas de embalagens e almoxarifado, no município de Hortolândia/SP. Atualmente o saldo em aberto é de R$42.163 com taxa de juros IPCA* 1,36% a.a * 1,79% a.a com pagamento final 15/02/2027. Subcrédito "B" - R$38.080 destinado à implantação de linhas de embalagens no complexo produtivos da EMS, localizado em Hortolândia Atualmente o saldo em aberto é de R$38.846 com taxa de juros IPCA* 2,16 a.a. * 1,79 a.a com pagamento final 15/02/2027. (iii) Contrato Injetáveis Oncológicos, financiamento concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, até o valor de R$47.823, dividido em dois subcréditos conforme prestação de contas: (b) Subcrédito "A" - no valor de R$34.413 destinados à implantação de uma planta produtiva de medicamentos injetáveis oncológicos no município de Hortolândia/SP. Atualmente o saldo em aberto é de R$19.342 com taxa de juros IPCA* 1,36% a.a * 1,79% a.a com pagamento final 15/02/2027. (c) Subcrédito "B" - R$13.410 (liberados R$5.384) destinado a aquisição de máquinas e equipamentos importados sem similar nacional necessários para execução do projeto. Atualmente o saldo em aberto é de R$5.464 com taxa de juros IPCA* 2,16 a.a. * 1,79 a.a com pagamento final 15/02/2027. (d) Banco Regional de Brasília - refere-se à concessão do benefício creditício deferido em favor da Companhia no âmbito do Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal (PRÓ-DF) no montante de até R$458.638 (valor original). Cada parcela corresponde ao valor equivalente a 70% do crédito tributário constituído pela incidência do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) originado pela importação de produtos químicos orgânicos e matérias-primas, entre outros, realizadas por estabelecimento da EMS S.A. localizado no Distrito Federal. O financiamento ocorre através do BRB e tem carência de 300 meses (25 anos) da data de cada parcela liberada, conforme Portaria no 182, de 19 de maio de 2009 - Publicada no DODF no 097, de 21 de maio de 2009. Sobre os valores incide encargos correspondentes a 25% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), sendo que aos encargos apurados nos meses de janeiro a dezembro de cada ano são exigidos no mês de janeiro do ano subsequente. O financiamento está garantido pelas aplicações em CDBs de emissão do BRB efetuadas pela Companhia, as quais são remuneradas por 97% da variação da taxa do CDI, no valor equivalente a 10% do valor de cada parcela liberada do crédito, que somente poderá ser utilizado para quitação total das parcelas finais, o valor da respectiva aplicação financeira era de R$4.526 em 31 de dezembro de 2020 (R$4.124 em 31 de dezembro de 2019). Fica entendido que o benefício creditício poderá ser cancelado, ficando assegurado o credor (Banco BRB) o direito de declarar vencido antecipadamente o instrumento de crédito, tornando imediatamente exigível o total da dívida, nas seguintes hipóteses: (i) a Companhia deixe de cumprir as obrigações do contrato e da legislação do PRO/DF; (ii) se ficar em situação irregular perante o cadastro fiscal da secretaria da receita federal e da secretaria da fazenda do distrito federal; (iii) utilizar o imóvel destinado à implementação do projeto de empreendimento produtivo para fins residenciais; e (iv) ocorrência de encerramento das atividades do empreendimento objeto do incentivo. O benefício econômico (subvenção governamental), calculado considerando a diferença entre a taxa de mercado da data de liberação do financiamento e as taxas de juros obtida (curva prefixada (PRE x DI) da BM&F), é reconhecido como receita diferida e lançada no resultado linearmente de acordo com o prazo de vencimento de cada liberação efetuada. Em 31 de dezembro de 2019, a receita diferida reconhecida pela Companhia era de R$19.032 (R$19.032 em 31 de dezembro de 2018). Em 31 de março de 2014, a Companhia participou da sessão pública do leilão BRB/FUNDEFE Nº 001/2014 para liquidação antecipada do financiamento com recursos do FUNDEFE/PRÓ-DF II. Na mesma data foram liquidados os lotes 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 30 do leilão referente a CCC 2001.000030-0/01-9 pelo montante de R$16.587. O saldo remanescente refere-se às parcelas do ano de 2013 ainda não liberadas pelo programa PRÓ-DF. Em 2014 o programa PRÓ-DF foi substituído por um novo programa instituído pelo Distrito Federal através da Lei 5.017, de 18 de janeiro de 2013 (IDEAS - Incentivo ao Desenvolvimento Econômico, Ambiental e Social). Durante o exercício de 2019, a Companhia não efetuou movimentação para reconhecimento de ganho de subvenção e recebeu a liberação de R$4.079 referente ao benefício do ICMS. Em 2020, a Companhia efetuou a movimentação de 2.052 para reconhecimento de ganho de subvenção e recebeu a liberação de R$3.974 referente ao benecíficio do ICMS. (e) Em 29 de dezembro de 2020 a empresa Vero Biotech efetuou contratação de empréstimo junto a instituição Runway Growth Credit Fund Inc. O valor contratado está estipulado para liberação em 3 tranches em dolar, sendo: • Tranche A de US$25.000 – valor liberado em dezembro 2020; • Tranche B de US$15.000 – valor liberado em março de 2021, • Tranche C de US$10.000 – valor a ser liberado antes de dezembro de 2021. O respectivo contrato foi firmado para obter a aprovação junto ao FDA e para investimento de mercado na terceira geração do GYNOSYL DS. Os juros contratuais serão aplicados em 24 meses, referentes as 24 parcelas mensais a findar-se em dezembro de 2024. Contrato com juros variável de 0,5% ou 3 meses de taxa LIBOR + taxa de margem de 8,80%, 8,55% ou 8,30% baseado no nível de receitas acumuladas estimadas dos contratos de clientes de US$50.000, US$75.000 e US$100.000 respectivamente. A taxa aplicável será maior que 9,55% ao ano até a Vero Biotech alcançar a receita acumulada de US$50.000 junto aos clientes. (f) Em abril de 2017 a Vero Biotech firmou acordo de compra de notas preferenciais junto aos acionistas existentes afim de arrecadar US$5.500 para financiar as operações da Companhia. Esse valor foi registrado como garantia no passivo. O valor justo das garantias é estimado utilizando o modelo de preço denominado "Black--Scholes option". O valor justo em 31 de dezembro de 2020 é de aproximadamente US$11.851. A Companhia registrou em seu resultado uma perda de US$4.191 e um ganho de US$1.234 referente a atualização de valor justo das garantias. Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas não financeiras que foram integralmente atendidas no encerramento do exercício de 2020 e 2019. Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2020 é apresentado abaixo:

	2020
2022	**157.355**
2023	**271.681**
2024 em diante	**135.595**
	564.631

A movimentação do empréstimo fica apresentada conforme abaixo:

	Consolidado Circulante e não circulante	
	2020	2019
Saldo em 31 de dezembro do ano anterior	**468.626**	559.131
Captação de empréstimos	**231.805**	-
Amortização de empréstimos	**(94.041)**	(101.669)
Baixa de subvenção	**(2.192)**	-
Total do fluxo de caixa usado na atividade de financiamento	**604.198**	457.462
Outros itens		
Consolidação Vero	**39.808**	-
Despesa com juros e variação cambial	**90.600**	28.906
Pagamentos de juros	**(12.008)**	(17.742)
Total de outros itens	**118.400**	11.164
Saldo em 31 de dezembro do ano corrente	**722.598**	468.626

21. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Antecipações de partes relacionadas (Nota 30.d)	**36.121**	5.519	**52.303**	24.434
Antecipações de clientes terceiros	**-**	-	**37.113**	52.776
Plano de incentivo de ações	**-**	-	**31.961**	-
Provisão de serviços	**-**	-	**18.289**	27.652
Provisão de despesas com funcionários	**-**	-	**2.221**	7.046
Provisões de despesas com projetos	**-**	-	**1.011**	3.438
Terrenos a pagar	**-**	-	**12.061**	12.061
Outras	**-**	-	**73.938**	26.837
	36.121	5.519	**228.897**	154.244
Circulante	**5.519**	5.519	**131.750**	148.911
Não circulante	**30.602**	-	**97.147**	5.333
	36.121	5.519	**228.897**	154.244

22. Provisão para perdas com processos judiciais: O Grupo é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, conforme segue: a) Composição: Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia e o Grupo apresentavam os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Consolidado					
	Provisões para perdas com processos judiciais		Depósitos judiciais		Saldo líquido	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Contingências tributárias e cíveis (i)	**56.307**	50.273	**(17.714)**	(15.212)	**38.593**	35.061
Contingências trabalhistas e previdenciárias (ii)	**68.018**	63.217	**(20.307)**	(22.589)	**47.711**	40.628
	124.325	113.490	**(38.021)**	(37.801)	**86.304**	75.689

As movimentações das provisões para contingências estão demonstradas a seguir:

	Consolidado	
	2020	2019
Em 1º de janeiro	**113.490**	144.490
Constituição da provisão demonstrada no resultado	**16.583**	15.440
Atualização monetária	**8.265**	7.389
Baixa de processos	**(9.340)**	(35.127)
Reversão de provisão no exercício	**(4.673)**	(18.702)
Em 31 de dezembro	**124.325**	113.490

O valor integral da provisão para contingência está classificado no passivo não circulante. ***i)*** *Processos cíveis e tributários:* Refere-se substancialmente a ações cíveis, ajuizadas por consumidores alegando, em síntese, não conformidades em relação aos medicamentos produzidos pelo Grupo. ***ii)*** *Processos trabalhistas:* O Grupo constituiu provisão para contingências para ações trabalhistas em que figura como ré com base em estimativa de perda preparada pelos seus consultores jurídicos, as quais têm como principais pedidos: horas extras, indenizações por acidente de trabalho e responsabilidades subsidiárias de companhias terceirizadas. A Administração do Grupo, com base na opinião de seus consultores jurídicos, entende não haver riscos significativos que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras ou que possam resultar em impacto significativo sobre seus resultados futuros. *iii) Perdas possíveis, não provisionadas:* O Grupo tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, conforme composição e estimativa a seguir:

	Consolidado	
	2020	2019
Cíveis (*)	**622.840**	86.351
Fiscais - IR/CSLL (**)	**1.988.476**	1.855.780
Trabalhistas	**162.386**	157.923
Fiscais - Outros	**33.683**	22.648
	2.807.385	2.122.702

(*) Refere-se substancialmente distrato contratual onde estão sendo discutidos indenização por lucros cessantes, multas e juros. Os valores em 2020 foram revisados pelos advogados para refletir uma expectativa de discussão de montante mais realista baseados nas matérias de prova. (**) Refere-se substancialmente ao auto de infração lavrado pela Receita Federal que se trata de processo administrativo para cobrança de Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ"), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para Fins Sociais ("COFINS") e multas isoladas mais encargos, tendo como base suposta indedutibilidade de amortização de ágio na incorporação de empresa que teria reduzido artificialmente a base de cálculo do IRPJ e da CSLL. Não obstante a regularidade do procedimento adotado, a Fiscalização glosou as despesas de amortização de ágio por ter entendido, em síntese, que não houve propósito negocial para aquisição da participação societária com ágio já que a operação ocorreu "dentro do mesmo grupo econômico". A Companhia com o apoio de seus consultores tributários especialistas nesta área, classifica como possíveis as chances de êxito uma vez que, ao contrário do alegado pelo Fisco, a operação possuiu forte propósito negocial envolvendo *joint venture* com empresa estrangeira, estranha ao Grupo econômico, visando o ingresso/consolidação do Grupo no mercado farmacêutico europeu, principalmente pela legislação que trata dos medicamentos em questão ser extremamente aderente a do Brasil. Além disso, a operação foi realizada dentro da estrita legalidade, sendo que todos os atos foram devidamente registrados e publicados, o que demonstra a inexistência de má fé, reconhecida, inclusive, pela 1ª Turma do CARF, que cancelou a autuação. Recentemente, a empresa obteve decisão judicial, que manteve essa decisão favorável à empresa (determinando a anulação da decisão proferida em última instância administrativa, que havia acolhido recurso da Fazenda Nacional, o qual não preencheu os requisitos para admissibilidade). *b)* Incerteza sobre tratamentos tributários: Conforme demonstrado no quadro acima, as autoridades fiscais alegam que o Grupo não atende a todos os critérios para deduzir a amortização do ágio para fins de imposto de renda e contribuição social. O Grupo entende que o ágio surgiu de uma operação com base econômica e, portanto, pode ser utilizado para fins tributários. Nenhum valor foi reconhecido nessas demonstrações financeiras consolidadas porque o Grupo acredita que a regra tributária utilizada no passado estava em conformidade com a lei aplicável e acredita que é provável que defenda com êxito o tratamento tributário do Grupo em juízo. O Grupo acredita que suas provisões para passivos fiscais são adequadas para todos os exercícios fiscais com base em sua avaliação de muitos fatores, incluindo interpretações da lei tributária e experiências anteriores. **23. Imposto de renda e contribuição social:** a) Imposto de renda e contribuição social diferidos: Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte movimentação e origem em 2019 e 2020:

	Consolidado		
	Saldo em 31/12/2019	Reconhecido no resultado	Saldo em 31/12/2020
Provisão para processos trabalhistas	21.310	**1.629**	**22.939**
Efeito líquido da reversão da receita de produtos faturados e não entregues	20.184	**12.382**	**32.566**
Provisão para perdas por valor recuperável de contas a receber	1.448	**2.163**	**3.611**
Provisão para obsolescência	10.962	**896**	**11.858**
Provisão para participação no resultado	5.187	**3.846**	**9.033**
Provisão para perdas com processos tributários e cíveis	14.642	**1.294**	**15.936**
Provisão para amostra grátis	4.777	**(786)**	**3.991**
Provisão para locação de veículos	905	**(597)**	**308**
Provisão para variação cambial diferida para fins fiscais	(5.076)	**(4.300)**	**(9.376)**
Arrendamento CPC 06	1.410	**8.718**	**10.128**
Provisão impostos sobre juros de mútuo	(32.139)	**32.139**	**-**
Outras provisões	16.072	**(29.555)**	**(13.483)**
	59.682	**27.829**	**87.511**

	Consolidado		
	Saldo em 31/12/2018	Reconhecido no resultado	Saldo em 31/12/2019
Provisão para processos trabalhistas	32.918	(11.608)	21.310
Efeito líquido da reversão da receita de produtos faturados e não entregues	35.597	(15.413)	20.184
Provisão para perdas por valor recuperável de contas a receber	6.348	(4.900)	1.448
Provisão para obsolescência	10.274	688	10.962
Provisão para participação no resultado	8.873	(3.686)	5.187
Provisão para perdas com processos tributários e cíveis	13.963	679	14.642
Provisão para amostra grátis	1.627	3.150	4.777
Provisão para locação de veículos	197	708	905
Provisão para variação cambial diferida para fins fiscais	3.766	(8.842)	(5.076)
Arrendamento CPC 06	-	1.410	1.410
Provisão impostos sobre juros de mútuo	-	(32.139)	(32.139)
Outras provisões	15.609	463	16.072
	129.172	(69.490)	59.682

b) Imposto de renda e contribuição social corrente: A conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**(180.438)**	412.013	**(81.094)**	631.537
Imposto calculado com base em alíquotas de imposto locais - 34%	**61.349**	(140.084)	**27.572**	(214.723)
Participação nos resultados de controladas e coligadas	**(61.354)**	140.183	**(138.824)**	151.123
Inovação tecnológica (P&D) Lei nº 11.196/05	**-**	-	**10.998**	10.980
Subvenção para investimento	**-**	-	**23.906**	11.633
Adições/exclusões permanentes	**1**	(99)	**(35.492)**	(175.113)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	**(4)**	-	**(111.840)**	(216.100)
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	**(4)**	-	**(139.669)**	(146.610)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	**-**	-	**27.829**	(69.490)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	**(4)**	-	**(111.840)**	(216.100)
Alíquota efetiva	**-**	-	**(137,91)%**	34,22%

c) Imposto de renda e contribuição social a pagar

	Consolidado	
	2020	2019
IRPJ a pagar	**16.025**	25.321
CSLL a pagar	**11.311**	7.821
	27.336	33.142

24. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 totaliza R$ 128.999 e é composto por 128.999.260, sendo 65.015.627 de ações ordinárias sem valor nominal e 63.983.633 de ações preferenciais sem valor nominal. As ações são distribuídas como segue:

	Ações
Saltmont Empreendimentos e Participações Ltda.	65.789.623
Saltriver Empreendimentos e Participações Ltda.	63.209.637
	128.999.260

Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas.Aos titulares das ações será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, calculado nos termos da legislação societária brasileira. b) Reserva de lucros: *Reserva legal:* Constituída em conformidade com a legislação societária e o estatuto social, com base em 5% do lucro líquido do exercício até atingir 20% do capital social ou 30% do saldo do capital acrescido das reservas. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não reconheceu como reserva legal o montante de 5% do lucro liquido apurado em cada exercício, por ter atingido o limite de 20% do capital social, conforme determina o art. 193 da Lei 6.404/86. *Reserva de lucros a distribuir:* Reserva destinada aos lucros retidos cuja distribuição aos acionistas é definida em assembléia. Parte substancial do saldo de lucros retidos em anos anteriores foi utilizado para distribuição de lucros, segundo determinado pela Assembleia Geral de Acionistas. O saldo remanescente da reserva de lucros será distribuído para os acionistas no exercício subsequente, conforme aprovação em assembleia. c) Dividendos: O estatuto social prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei societária. A proposta de distribuição de dividendos e de constituição de reserva de lucros, da administração à Assembleia Geral Ordinária, é conforme segue:

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	**(180.442)**	412.013
(-) Constituição de reserva legal	**-**	-
Base de cálculo dos dividendos	**(180.442)**	412.013
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	**-**	103.003
Reserva de lucros de anos anteriores distribuídos no exercício	**-**	-
	-	103.003

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6252-8C33-A045-3940.

Publicidade Legal

NC Participações S.A.

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Saldo inicial do exercício	**748.874**	673.649	**768.004**	691.822
(+) Dividendo mínimo obrigatório	**-**	103.003	**-**	103.960
(-) Pagamentos	**(25.600)**	(27.778)	**(25.600)**	(27.778)
(=) Saldo final do exercício	**723.274**	748.874	**742.404**	768.004
Circulante	**584.692**	610.292	**603.822**	629.422
Não circulante	**138.582**	138.582	**138.582**	138.582

d) Ajuste de avaliação patrimonial: O ajuste de avaliação patrimonial incluí os ajustes acumulados de conversão com as diferenças de câmbio decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de operações no exterior.

	2020 Brace	Germed PT	Montere-search	Total
Ajustes acumulados de conversão				
Participação indireta em investimento em controlada no exterior - em moeda estrangeira	**56.228**	**418**	**8.151**	
Taxa de conversão na data do balanço	**5,1967**	**6,3779**	**6,3779**	
Investimento na moeda funcional da controladora - em reais	**292.202**	**2.666**	**51.986**	**346.854**
Investimento aos valores históricos - em reais	**(91.796)**	**(3.171)**	**(32.639)**	**(127.606)**
Ajustes acumulados de conversão	**200.406**	**(505)**	**19.347**	**219.248**

	2019 Brace	Germed PT	Montere-search	Total
Ajustes acumulados de conversão				
Participação indireta em investimento em controlada no exterior - em moeda estrangeira	160.136	22.727	10.170	
Taxa de conversão na data do balanço	4,0307	3,9693	4,5156	
Investimento na moeda funcional da controladora - em reais	645.460	90.210	45.924	781.594
Investimento aos valores históricos - em reais	(512.844)	(92.654)	(38.971)	(644.469)
Ajustes acumulados de conversão	132.616	(2.444)	6.953	137.125

25. Receita operacional líquida: A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Vendas brutas de produtos deduzindo os abatimentos comerciais	**5.375.960**	4.735.918
(-) Impostos sobre vendas	**(791.878)**	(678.586)
(-) Devoluções sobre vendas	**(184.377)**	(137.697)
Receita operacional líquida	**4.399.705**	3.919.635

26. Despesas por natureza:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Matérias-primas e materiais de consumo	**-**	-	**(2.328.703)**	(1.741.760)
Salários e encargos sociais	**-**	-	**(635.454)**	(587.658)
Serviços de terceiros pessoa jurídica	**(11)**	(366)	**(321.851)**	(258.859)
Custos previdenciários	**-**	-	**(165.318)**	(154.438)
Custos de publicidade	**-**	-	**(151.301)**	(190.181)
Despesas de transporte	**-**	-	**(123.425)**	(109.906)
Amostras	**-**	-	**(102.190)**	(73.828)
Pesquisa e desenvolvimento	**-**	-	**(85.159)**	-
Outros benefícios a empregados	**-**	-	**(70.365)**	(73.321)
Benefícios previstos em Lei	**-**	-	**(58.902)**	(55.500)
Viagens/estadias e refeições	**-**	-	**(24.716)**	(50.793)
Material de limpeza e escritório	**-**	-	**(51.313)**	(45.460)
Pagamentos de arrendamentos operacionais	**-**	-	**9.650**	(44.727)
Serviços de terceiros - manutenção e reparos	**-**	-	**(41.057)**	(37.891)
Plano de participação nos resultados	**-**	-	**(33.317)**	(24.604)
Energia elétrica, água e telefone	**-**	-	**(16.168)**	(19.292)
Encargos de depreciação, amortização e *impairment*	**-**	-	**(84.011)**	(18.985)
Combustíveis e lubrificantes	**-**	-	**(12.742)**	(15.302)
Comissões sobre vendas	**-**	-	**(9.491)**	(4.392)
Provisão para perdas com processos judiciais	**-**	-	**(7.451)**	38.935
Arrendamento	**-**	-	**-**	7.323
Reversão (provisão) para perdas de valor recuperável do contas a receber	**-**	-	**13.637**	6.019
Outras despesas (receitas)	**-**	-	**(25.689)**	(23.630)
Total do custo das vendas, despesas com vendas e despesas administrativas	**(11)**	(366)	**(4.325.336)**	(3.478.250)

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Custo das vendas	**-**	-	**(2.718.793)**	(2.127.820)
Despesas com vendas	**-**	-	**(374.952)**	(374.284)
Despesas administrativas	**(11)**	(366)	**(1.231.591)**	(976.146)
	(11)	(366)	**(4.325.336)**	(3.478.250)

27. Outras (despesas) receitas, líquidas:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Outras despesas				
Perda na baixa de Investimentos (a)	**-**	-	**(65.358)**	-
Perda no recebimento de créditos	**-**	-	**(38)**	(5.168)
Multas, impostos e taxas	**(2)**	(4)	**(36.536)**	(40.301)
Outros	**(6)**	(5)	**(3.713)**	(28.229)
	(8)	(9)	**(105.645)**	(73.698)
Outras receitas				
Reembolso seguro	**-**	-	**-**	86.853
Sinistro - baixa de estoque/imobilizado reversão de provisão	**-**	-	**-**	48.393
Aluguéis/*royalties*	**-**	-	**9.924**	9.454
outras receitas	**-**	-	**41.681**	16.841
	-	-	**51.605**	161.541
	(8)	(9)	**(54.040)**	87.843

(a) Refere-se principalmente ao aumento de participação da controlada Brace Pharmaceuticals na coligada Vero Biotech (de 51% para 83%).

28. Resultado financeiro:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Receitas financeiras				
Variação cambial ativa	**-**	-	**45.176**	17.562
Receita financeira de depósitos bancáriosde curto prazo	**44**	95	**6.167**	13.562
Juros de duplicatas a receber	**-**	2	**4.481**	4.583
Receita de juros sobre mútuo	**-**	-	**-**	94.528
Outras	**-**	-	**287**	11.676
Total das receitas financeiras	**44**	97	**56.111**	141.911
Despesas financeiras				
Juros	**-**	-	**(53.438)**	(34.334)
Variação cambial passiva	**-**	-	**(125.438)**	(28.425)
Descontos concedidos	**-**	-	**(440)**	(1.348)
Arrendamento - juros passivos	**-**	-	**(10.930)**	(11.750)
Outras	**(11)**	(12)	**(6.643)**	(4.482)
Total da despesas financeiras	**(11)**	(12)	**(196.889)**	(80.339)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	**33**	85	**(140.778)**	61.572

29. Lucro por ação - básico e diluído: O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	2020	2019
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	**(180.442)**	412.013
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (milhares)	**128.999**	128.999
Lucro básico e diluído por ação - R$	**(1,40)**	3,19

Os lucros básico e diluído por ação são iguais, pois não há ações com possível efeito diluidor. **30. Partes relacionadas:** Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, bem como as transações que influenciam os resultados dos exercícios, relativas às operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com suas partes relacionadas, as quais foram realizadas em condições definidas por elas e estão assim apresentadas: As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas: a) Controladora: As controladoras da Companhia são as companhias Saltmont Empreendimentos e Participações Ltda. e Saltriver Empreendimentos e Participações Ltda.

b) Vendas e revenda de produtos:

	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Germed Farmacêutica Ltda.	**141.227**	154.757
Nova Química Farmacêutica S.A.	**99.346**	111.019
Lafiman Distribuidora de Medicamentos Ltda.	**18.599**	29.409
Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda.	**342.013**	70.633
Multilab Indústria e Comércio de Medicamentos Ltda.	**40.687**	-
Outras	**-**	6.896
	641.872	372.714

c) Compras de produtos e serviços líquidas dos impostos:

	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda.	**1.665.122**	1.239.684
Germed Farmacêutica Ltda.	**4.361**	54.325
Nova Química Farmacêutica S.A.	**16.456**	6.511
Outras	**55.812**	164
	1.741.751	1.300.684

d) Outras transações:

	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Contas a receber de partes relacionadas		
Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda.	**39.488**	178.258
Lafiman Distribuidora de Medicamentos Ltda.	**4.639**	30.935
Multilab Ind. e Com. Prod. Farm. Ltda	**6.107**	7.256
Nova Química Farmacêutica S.A.	**32.650**	6.462
Germed Farmacêutica Ltda.	**3.913**	5.795
Outros	**4.796**	3.613
	91.593	232.319

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Outros recebíveis de partes relacionadas				
Lorraine Administradora de Bens e Participações Ltda. (Nota 15)	**-**	155.793	**-**	-
Outras	**-**	-	**8.536**	7.871
	-	155.793	**8.536**	7.871

	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Fornecedores - partes relacionadas		
Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda.	**965.885**	920.848
Germed Farmacêutica Ltda.	**44.386**	203.906
Multilab Ind. e Com. Prod. Farm. Ltda.	**39.335**	3.245
Nova Química Farmacêutica S.A.	**5.265**	3.588
Outros	**11.159**	11.294
	1.066.030	1.142.881

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Outras contas a pagar para partes relacionadas - adiantamentos				
Saltriver Empreendimentos e Participações Ltda.	**14.995**	-	**14.995**	-
Saltmont Empreendimentos e Participações Ltda.	**15.607**	-	**15.607**	-
Nova Química Farmacêutica S.A	**-**	-	**-**	19.433
Carlos Eduardo Sanchez	**5.001**	5.001	**21.701**	5.001
EMS S.A	**458**	458	**-**	-
Lorraine Administradora de Bens e Participações Sociedade Simples Ltda.	**60**	60	**-**	-
	36.121	5.519	**52.303**	24.434

As contas a receber de partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de vendas e vencem em até dois meses. As contas a receber não têm garantias e não estão sujeitas a juros. As contas a pagar às partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de compras e constituição de provisão de dividendos a pagar. Estas operações foram realizadas em condições definidas entre as partes relacionadas.

e) Saldos de dividendos a pagar e receber

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Dividendos a receber				
EMS S.A.	**15.807**	97.810	**-**	-
Legrand Pharma Indústria Farmacêutica Ltda.	**4.945**	4.945	**-**	-
EMS Sigma Pharma Ltda.	**36**	36	**-**	-
Luxbiotech Farmaceutica Ltda.	**148**	-	**-**	-
Bionovis S.A	**4.098**	2.261	**3.378**	-
	25.034	105.052	**3.378**	-

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Dividendos a pagar				
Saltriver Empreendimentos e Participações Ltda.	**425.081**	437.625	**425.081**	437.625
Saltmont Empreendimentos e Participações Ltda.	**298.193**	311.249	**298.193**	311.249
Germed Farmaceutica LDA.	**-**	-	**19.130**	19.130
	723.274	748.874	**742.404**	768.004
Circulante	**584.692**	610.292	**603.822**	629.422
Não circulante	**138.582**	138.582	**138.582**	138.582

O saldo no passivo não circulante refere-se a saldo de dividendos a pagar à Controladora Saltmont dos anos de 2006 e 2007.

f) Saldos de mútuo a receber:

	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Mútuo entre partes relacionadas		
Brent V. Furse	**10.393**	-
3Z Realty Desenvolvimento Imobiliario S.A.	**-**	316.093
	10.393	316.093

Em 2019 o saldo de empréstimos a receber possui taxa de juros de 1%. A Administração reconheceu durante o exercício de 2019 os juros ativos dos mútuos que até o exercício anterior não vinham sendo registrados. Os efeitos de períodos anteriores no montante de R$68.851 (do total reconhecido de R$94.528) reconhecidos no resultado do exercícios foram julgados imateriais pela administração para um reconhecimento retrospectivo. Em 2020 houve o recebimento do montante (principal e dos juros), encerrando a transação de empréstimos a receber. Em 2020 a empresa Brace concedeu empréstimo de mútuo ao Brent. V. Furse, CEO da Vero Biotech. A movimentação do empréstimo entre parte relacionada está demonstrado a seguir:

	2020	2019
Saldo no início do exercício	**316.093**	227.961
Concessão de empréstimo	**10.393**	-
Amortização de empréstimos	**(306.310)**	(2.000)
PIS e COFINS	**4.396**	(4.396)
Reconhecimento de juros	**(14.179)**	94.528
Saldo em 31 dezembro	**10.393**	316.093

g) Remuneração do pessoal-chave da administração: A remuneração paga e a pagar ao pessoal-chave da administração, incluindo salários e encargos, participação nos lucros e outros benefícios, representa 5% das despesas com folha de pagamento no exercício de 31 de dezembro de 2020 (5,23% em 31 de dezembro de 2019). **31. Seguros:** A cobertura de seguros do Grupo contra riscos operacionais, é de R$742.000 em 2020 (R$632.000 em 2019), e R$10.000 em 2020 e 2019 para responsabilidade civil. O Grupo não está prevendo ter quaisquer dificuldades para renovar nenhuma das apólices de seguro e acredita que a cobertura seja razoável em termos de valor e compatível com os padrões do setor no Brasil. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. **32. Eventos subsequentes:** Durante o exercício de 2021, a Companhia efetivou a integralização de 100% do AFAC à sua controlada Lorraine no montante de R$ 343.638.

Luiz Carlos Borgonovi – Presidente, **Thiago Cardoso T. Tavares** – Diretor
Rodrigo Miranda Simões – Contador – CRC SP 1SP250809/O-7

Ibovespa estende sequência de baixas com peso de Vale e siderúrgicas; Eletrobras avança

O principal índice da bolsa brasileira caiu nesta quarta-feira pela quarta sessão consecutiva, pressionado por Vale e siderúrgicas, após resultados do primeiro trimestre, em sessão sem direção comum em Wall Street.

Natura desabou mais de 15% e também foi destaque negativo, enquanto Eletrobras disparou em meio à discussão sobre o período de pedido de vista em julgamento sobre privatização da companhia no Tribunal de Contas da União (TCU).

O Ibovespa caiu 0,62%, a 114.343,78 pontos, o menor patamar de fechamento desde 17 de março. O volume financeiro foi de 25,6 bilhões de reais. A bolsa permanecerá fechada na quinta-feira para feriado, voltando com as negociações na sexta-feira.

"Quem derruba Ibovespa hoje é principalmente o índice de materiais básicos", disse Fabrício Gonçalvez, presidente-executivo da Box Asset Management, em referência às ações de siderurgia e mineração. Ele também destacou desempenho negativo do varejo, em meio às preocupações com inflação no mundo.

Em Nova York, as ações de Netflix desabaram 35,1%, após companhia registrar entre janeiro e março sua primeira queda na base de assinantes em uma década, o que ajudou no desempenho negativo do Nasdaq Composite. O S&P 500 fechou estável e o Dow Jones subiu.

O "Livro Bege", relatório do banco central norte-americano sobre a economia do país, divulgado nesta tarde, não levou a grandes movimentos na sessão. A economia dos EUA se expandiu num ritmo moderado de fevereiro até o início de abril e empresas tiveram dificuldades com a inflação alta e a escassez de trabalhadores, mostrou o documento.

DESTAQUES:

– VALE ON caiu 2,6%, após a mineradora divulgar queda de 6% na produção de minério de ferro no primeiro trimestre deste ano em comparação anual, enquanto o volume de vendas da commodity recuou 9,6%. Porém, a empresa reportou também alta no prêmio do seu produto de melhor qualidade. Analistas do JPMorgan disseram que os números operacionais desapontaram e cortaram a projeção de vendas de minério de ferro no ano pela Vale para um nível menor do que a meta da companhia. Os contratos futuros do minério de ferro na bolsa de Dalian fecharam em baixa.

– ELETROBRAS PNB teve alta forte de 4,6%, em meio ao julgamento no TCU. Após o fechamento, o ministro Vital do Rêgo concordou em um pedido de vista de 20 dias para estudar o processo. Ele havia requerido 60 dias adicionais, mas alguns de seus colegas argumentaram contra e propuseram um período menor – em certo momento falou-se até em sete dias – o que fez as ações dispararem até 7,6%, na máxima da sessão. O pregão encerrou enquanto a discussão ainda estava em andamento.

– USIMINAS PNA recuou 6,3%, depois de registrar lucro líquido praticamente em linha com a expectativa do mercado, enquanto a receita líquida veio pouco abaixo das estimativas. A empresa anunciou estimativa de vendas de aço no segundo trimestre e disse em teleconferência com analistas que vai reduzir exportação no período. A Usiminas ainda adiou em dois meses conclusão de reparo de alto-forno em Ipatinga, que ocorre paralelamente a problemas com baterias de coque na unidade. Outras siderúrgicas também cederam.

– NATURA ON desabou 15,6%, maior queda desde meados de novembro.

– PETROBRAS PN avançou 0,5% e PETROBRAS ON cresceu 1,2%. Petróleo fechou próximo da estabilidade.

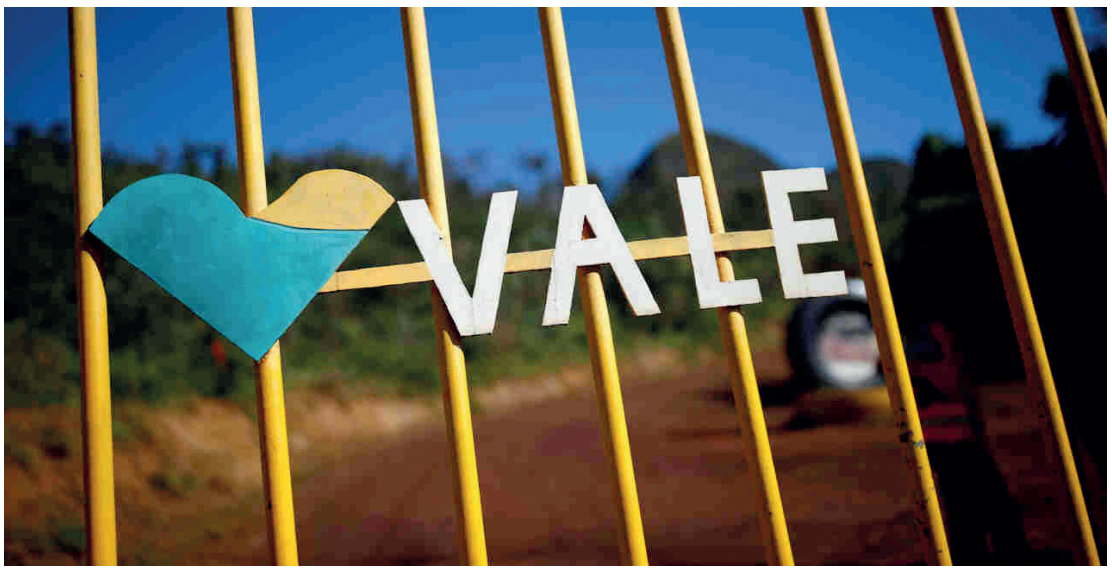
– ASSAÍ ON ganhou 1,5%, após vendas mesmas lojas crescerem 6,7% no primeiro trimestre frente a um ano antes, excluindo efeito calendário. GPA ON mostrou decréscimo de 1,4%, após salto de 11,2% nas vendas comparáveis no mesmo período, mas liderado pelo desempenho da unidade Éxito, que opera em outros países da América Latina.

Reuters

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6252-8C33-A045-3940.

Publicidade Legal

Vale inicia obras para eliminação de mais uma barragem a montante em MG



A Vale iniciou as obras em mais uma das cinco barragens a montante que serão eliminadas em 2022, como medida de segurança, uma vez que as estruturas com esse modelo de construção oferecem mais riscos.

Os trabalhos focarão a descaracterização do Dique Auxiliar da Barragem 5, na Mina Águas Claras, em Nova Lima (MG), antecipou a empresa à Reuters.

Ao final do ano, o dique será uma das 12 estruturas alteadas a montante da empresa eliminadas no Brasil. Ao todo 30 estruturas passarão pelo processo.

"A eliminação de todas as barragens a montante da Vale é um dos pilares do princípio de garantia de não repetição de rompimentos como o de Brumadinho", disse em comunicado.

A descaracterização de barragens a montante em função do desastre de Brumadinho, que provocou a morte de cerca de 270 pessoas em 2019, tem tido custos importantes para a Vale, que lançou uma provisão adicional de 1,7 bilhão de dólares no balanço do último trimestre.

O Dique Auxiliar não recebe rejeitos desde o ano 2000 e é uma das 23 estruturas alteadas a montante da companhia que ainda passarão pelo processo de descaracterização em atendimento às normas federais e estaduais de segurança de barragens vigentes.

Segundo a Vale, diante do possível incremento de riscos durante as obras de descaracterização, foi construído preventivamente, em março, um reforço para dar maior estabilidade à estrutura durante o processo.

"Em caso hipotético de ruptura, todo o rejeito (cerca de 2,2 milhões de metros cúbicos) ficará contido dentro da Barragem 5, evitando qualquer dano às pessoas ou ao meio ambiente."

A companhia ainda definiu que as atividades de escavação e movimentação do rejeito serão realizadas com equipamentos não tripulados, operados remotamente, com tecnologia desenvolvida pela empresa em conjunto com fornecedores.

Reuters

Gol e Turkish Airlines anunciam Acordo de Codeshare e Passageiro Frequente

Gol anunciou um Acordo de Codeshare e FFP (Frequent Flyer Partnership) com a Turkish Airlines. O acordo prevê que clientes da Turkish da África, Ásia, Extremo Oriente e Oriente Médio possam adquirir passagens com conexões da malha operada pela Gol no território brasileiro. Atualmente, a Turkish opera sete voos diários para o aeroporto internacional de São Paulo em Guarulhos (GRU).

Em nota , a companhia explica que com o Acordo de Codeshare os passageiros da Turkish Airlines poderão comprar, diretamente nos canais de vendas da Gol, bilhetes para voos operados pela brasileira no País.

A duas companhias também vão cooperar para que os Clientes Smiles da Gol e Miles&Smiles da Turkish tenham acesso a benefícios de acúmulo e resgate em ambas as companhias aéreas.

Após aprovado pelas Autoridades Brasileiras, o Acordo de Codeshare entre as empresas permitirá aos passageiros aproveitarem todos os destinos domésticos da Gol a partir de São Paulo.

Futuramente as empresas trabalharão para expandir o acordo para outros destinos internacionais operados pela Gol.

Para os brasileiros, a companhia oferecerá conexões com a Turkish Airlines a partir de Istambul a outros aeroportos ao redor do mundo.

Isto é Dinheiro

Com mais vendas e ajuste de preços no 1º tri, Heineken mantém previsão de subir margem

A Heineken manteve a projeção de margem de lucro para 2022 nesta quarta-feira, após saltos acentuados nas vendas e preços de cerveja da companhia no primeiro trimestre animarem o mercado, apesar da incerteza em relação à guerra na Ucrânia.

Impulsionados por um afrouxamento constante das restrições à Covid-19, principalmente na Europa, os volumes comparáveis de cerveja da Heineken aumentaram 5,2% ante mesmo período do ano passado, superando a estimativa média de 3,5%.

A expansão na Europa foi de 11,5%, com as vendas de cerveja em bares e restaurantes quase triplicando.

No total, a segunda maior cervejaria do mundo elevou o lucro médio por litro em 18,3%, dados os aumentos diretos de preços, consumidores migrando para cervejas mais caras e uma transição nas vendas de supermercados para bares, resultando em crescimento de 24,9% na receita.

As ações da Heineken subiram 5,2%.

"A principal leitura hoje, e a razão pela qual os mercados reagiram positivamente, é do ressurgimento do consumo de cerveja na Europa após as restrições observadas no ano passado", disse Matt Britzman, analista da Hargreaves Lansdown.

A fabricante das marcas Heineken, Sol e Tiger disse que a invasão da Ucrânia pela Rússia trouxe incerteza adicional para as perspectivas econômicas globais e os mercados de commodities.

"Esperamos que as crescentes pressões inflacionárias afetem a renda disponível das famílias e sejam um consequente risco para o consumo de cerveja mais tarde neste ano", disse a Heineken em comunicado.

A empresa afirmou que está se beneficiando das posições de hedge tomadas em 2021, mas enfrentou custos crescentes, desafios na cadeia de suprimentos e pressão após decidir deixar a Rússia.

Apesar disso, a Heineken manteve a meta de melhora "estável a modesta" na margem de lucro operacional em 2022.

A Heineken dissera em fevereiro que a inflação poderia levar a um menor consumo de cerveja, lançando dúvidas sobre o plano da empresa de aumentar a margem operacional para 17% em 20 23.

Reuters

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6252-8C33-A045-3940.